



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEUS CARDOSO DE ANDRADE

**AS VIDAS E OS DESTINOS DE UM RIACHO: O MACEIÓ ENTRE O TURISMO, O
PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA (1988-1998)**

FORTALEZA

2023

MATHEUS CARDOSO DE ANDRADE

AS VIDAS E OS DESTINOS DE UM RIACHO: O MACEIÓ ENTRE O TURISMO, O
PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA (1988-1998)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de Mestre. Área de Concentração: Memória e Temporalidade

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A568v Andrade, Matheus Cardoso de.
As vidas e os destinos de um riacho : o Maceió entre o turismo, o patrimônio e a memória / Matheus Cardoso de Andrade. – 2023.
186 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.
1. Patrimônio ambiental urbano. 2. Memória. 3. Turismo. 4. Riacho Maceió. 5. Mucuripe. I. Título.
CDD 900
-

MATHEUS CARDOSO DE ANDRADE

AS VIDAS E OS DESTINOS DE UM RIACHO: O MACEIÓ ENTRE O TURISMO, O
PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA (1988-1998)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História Social da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de
Mestre. Área de Concentração: Memória e
Temporalidade

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos
Nogueira

Aprovada em: 21/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dra. Kênia de Sousa Rios (Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dra. Silvia Helena Belmino (Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. André Aguiar Nogueira (Suplente)
Instituto Federal do Ceará - IFCE

Dedico essa pesquisa aos moradores e moradoras que se mobilizaram durante várias gerações pelos seus direitos de viver, morar, morrer e sonhar no Mucuripe.

Às pessoas queridas que se foram e chegaram na minha vida. Vocês são parte importante dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Universidade Federal do Ceará, o local que se tornou parte da minha trajetória profissional.

Ao Programa de Pós- Graduação em História, pela compreensão, dedicação e paciência de seus integrantes.

Ao orientador Antonio Gilberto Ramos Nogueira que tive o prazer de conhecer durante a pós-graduação pela elevada paciência ao longo da pesquisa, críticas e elogios que deram forma à pesquisa.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória -GEPPM/UFC/CNPQ pelo acolhimento e contribuições diretas e indiretas ao trabalho.

A Diego di Paula, parceiro e amigo responsável pelo Acervo Mucuripe.

Aos moradores mencionados e outros que fazem parte da cativante e complexa história do Mucuripe.

À minha família em geral e especialmente aos meus pais Cícero Alves Cardoso, Marineide Almeida de Andrade, à minha irmã Luana Cardoso de Andrade e à minha esposa Érica Paula Rocha da Silva por fazerem parte dessa trajetória e sempre acreditarem em mim: vocês me fizeram acreditar que era possível!

“Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo”.

(ASSIS, 1994, p.2).

RESUMO

O Riacho Maceió, situado em Fortaleza, Ceará, se tornou um dos principais símbolos de sobrevivência, lazer, moradia e referência identitária na história do grande Mucuripe. A intensificação do processo de turistificação no final do século XX impulsionou mudanças urbanísticas, ambientais, legais e sociais que vinham despontando na localidade, promovendo alterações profundas na paisagem, costumes e bens naturais. O entendimento do Riacho Maceió como um patrimônio ambiental urbano suscitou outros olhares e direcionamentos com relação às fontes, a relação entre patrimônio, meio ambiente, cidade e memória. A problematização desses elementos possibilitou aprofundar as discussões sobre a área em volta do riacho, a relação da comunidade com o Maceió, os conflitos e disputas com relação ao meio ambiente, a cidade e os outros referenciais identitários próximos à orla do grande Mucuripe. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica de entrecruzamento de fontes periódicas da grande e pequena imprensa, leis, projetos de leis, decretos, panfletos, entrevistas e de documentos oficiais referentes à organização urbana e o ordenamento da cidade. Assim, as discussões desenvolvidas ao longo da dissertação chamam a atenção para a urgência de analisarmos a questão do patrimônio no litoral de Fortaleza, as consequências das políticas urbanísticas e ambientais implementadas em prol de determinado modelo de cidade sobre os moradores do grande Mucuripe e bens naturais similares ao Riacho Maceió, assim como as formas que o Ceará vem lidando com a preservação de áreas verdes com potencial turístico. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM).

Palavras-chave: patrimônio ambiental urbano; memória; turismo; Riacho Maceió; Mucuripe.

ABSTRACT

Maceió Stream, located in Fortaleza, Ceará, has become one of the main symbols of survival, leisure, housing, and identity reference in the history of the great Mucuripe. The intensification of the touristification process at the end of the 20th century boosted urban, environmental, legal, and social changes that were emerging in the locality, promoting profound changes in the landscape, customs, and natural assets. The understanding of Maceió Stream as an urban environmental heritage gave rise to other perspectives and directions regarding the sources, and the relationship between heritage, environment, city, and memory. The problematization of these elements made it possible to deepen the discussions about the area around the creek, the community's relationship with Maceió, the conflicts and disputes regarding the environment, the city, and other identity references close to the edge of the great Mucuripe. The research used a methodological approach of crisscrossing periodical sources from the big and small press, laws, bills, decrees, pamphlets, interviews, and official documents referring to urban organization and city planning. Thus, the discussions developed throughout the dissertation draw attention to the urgency of analyzing the issue of heritage on the coast of Fortaleza, the consequences of urban and environmental policies implemented in favor of a certain model of the city on the residents of the great Mucuripe and natural assets similar to Maceió Stream, as well as the ways that Ceará has been dealing with the preservation of green areas with tourist potential. The research was developed within the scope of the Heritage and Memory Studies and Research Group (GEPPM).

Keywords: urban environmental heritage; memory; tourism; Maceió Stream; Mucuripe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Material da Prefeitura de Fortaleza sobre o Parque Riacho Maceió, Lei 8.503/2000. A simbologia criada pelo arquiteto responsável pela obra (Otacílio Teixeira Neto), alude ao formato da vela de uma jangada, dialogando com o imaginário social dos pescadores, praia e pesca, presente também em quadros, relatos, memórias e monumentos como da Estátua de Iracema, próxima a Foz do riacho.	25
Figura 2 - Riacho Maceió (verde escuro) e Riacho Papicu: “quase separados” pela Av. Almirante Sabóia	27
Figura 3 - Trecho da Foz do Riacho Maceió.	28
Figura 4 - Estátua de Iracema situada próxima à Foz do Riacho Maceió.	28
Figura 5A - A: Proximidades da atual Foz do Riacho Maceió. Vista da Foz desaguardando na beira-mar. B: Vista da atual placa do Ceará. C: Calçadão da beira-mar e prédio da Construtora Colméia. D: Área de ciclismo e prédios ao redor. E: Comunidade do Saporé, às margens do Maceió em contraste com a área do ciclismo.	29
Figura 6 - Av. Abolição lado da OUC Foz Maceió.....	30
Figura 7- Área do Parque do Bisão e elementos nas proximidades. A: Área de jogos de tabuleiro. B: Prédio da Colmeia (quase terminado) ao lado da área de jogos. C: Parquinho infantil. D: Local de pets. E: Uma das inúmeras placas colocadas pela Colméia, construtora envolvida na OUC- Foz Riacho Maceió.....	31
Figura 8 - Trecho saindo do Parque do Bisão, na travessia da Avenida Abolição sentido ao Bairro Varjota/Papicu.	32
Figura 9 - Obras do trecho sentido Papicu.	33
Figura 10 - Trecho das obras cruzando os trilhos do VLT e trem, indo no sentido do Bairro Papicu. A: Vista Panorâmica. B: Vista mais próxima do Riacho Papicu.....	34
Figura 11 - Representação aproximada do Sistema hídrico Maceió-Papicu atual: Riacho Maceió (azul), Riacho Papicu (amarelo) e Lagoa do Papicu (marrom).	36
Figura 12 - Área aproximada do sistema hídrico Maceió-Papicu atual: Riacho Maceió (azul), Riacho Papicu (amarelo) e Lagoa do Papicu (marrom).	37
Figura 13 - A: Imagens aéreas da orla da cidade de Fortaleza anos 1950. B: Riacho Maceió e seu entorno na década de 1950.	52
Figura 14 - Pintura de Raimunda Alves.	89

Figura 15 - Abaixo-Assinado dos moradores do Mucuripe em prol da defesa do Riacho Maceió em 27 de julho de 1988, sem data definida (possivelmente início da década de 1990).....	97
Figura 16 - Sátira sobre o Riacho Maceió. “Srs. A seção de hoje é pra acabar com o Riacho Maceió”	102
Figura 17 - Ficha de inscrição para a participação do Seminário Mucuripe Resiste, uma das atividades ligadas ao Fórum Popular Mucuripe Resiste.....	105
Figura 18 - Seção de matéria sobre o Corrente, opiniões de Francisco José, Raimunda Alves e Edson Cruz, Presidente da associação dos moradores da Varjota.....	108
Figura 19 - Recorte do Jornal O povo datado em 20/10/1991. Francisco Pinheiro foi apontado como Presidente da Associação no início dos anos 90. Acervo Mucuripe.	108
Figura 20 - Inscrição de Dona Mundinha na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1989. Uma das evidências de sua articulação com a questão ambiental da época.	115
Figura 21 - Exemplar do Jornal comunitário Contra Corrente, outubro de 1991. A matéria principal dá amplo destaque para a poluição feita pelos hospitais, favorecendo a destruição dos recursos naturais e a propagação de doenças como a cólera, assim como a constatação de que a poluição do Maceió exemplifica um problema estrutural da cidade de Fortaleza.	120
Figura 22 - Matéria sobre a poluição do Maceió, relatando a poluição em larga escala do riacho feita por hospitais, moradores, empresas. O povo, 07 de fevereiro de 1993.....	122
Figura 23 - Exemplar do Informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste - “O Arrastão”, 1993. Acervo Mucuripe. A charge em questão se destaca por demonstrar uma pessoa tentando entender o que está acontecendo na cidade: há diversas casas populares sendo cercadas por prédios de alto investimento.	128
Figura 24 - Panfleto do Movimento S.O.S Maceió. Criado para lutar pela preservação ambiental do riacho e propor a criação de um parque ecológico.	131
Figura 25 - Projeto de Lei 060 de 1994. Prefeitura de Fortaleza.....	132
Figura 26 - Desenho presente no documento do Projeto 24 HORAS, sendo construído na Foz do Riacho Maceió. O seu entorno passa a integrar um caráter fortemente imobiliário, mercadológico e turístico diferente dos usos e simbolismos que os moradores do bairro e região construíram desse espaço.....	142
Figura 27 - Pequeno Panfleto encontrado contra o Rua 24 horas.	143
Figura 28 - Panfleto em Defesa do Riacho Maceió.....	143
Figura 29 - Carta do Mucuripe.	145
Figura 30 - Recorte do Jornal O povo de 1994. A primeira imagem é apontada como sendo de 1980 e a segunda de 1994.....	150

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O RIACHO MACEIÓ NOS LABIRINTOS DA MEMÓRIA: MUCURIBE, PATRIMÔNIO E TURISMO	22
2.1	O Riacho Maceió entre diversas Fortalezas	22
2.2	As vidas de um riacho e suas eras: Mucuripe, patrimônio e memória.....	41
2.3	Turismo, redemocratização e progresso: a conjuntura das décadas de 1970-1980... 	60
3	A INFLUÊNCIA DO JORNAL O POVO E AS MOBILIZAÇÕES POPULARES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO MACEIÓ.....	72
3.1	Os jornais e as disputas pela preservação do Maceió	72
3.2	A mobilização em prol da defesa do Riacho Maceió na vida de Raimunda Alves de Sousa	86
3.3	Entre o dito e o não dito: outras formas de articulações e mobilizações em torno do Riacho Maceió.....	95
4	“POBRE TAMBÉM TEM DIREITO AO VERDE”: MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DO MACEIÓ	113
4.1	O Riacho Maceió e a questão ambiental em Fortaleza-CE	113
4.2	Os projetos em disputa para o Riacho Maceió nos anos 1990 e a questão urbana .	127
4.3	A expansão do turismo, as expectativas sobre a nova lei de Uso e Ocupação do Solo e o choro de Mundinha	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS - O FUTURO DAS ÁGUAS DO RIACHO MACEIÓ..	156
	REFERÊNCIAS	162
	APÊNDICE A - REGISTROS DE VERINHA E MUNDINHA.....	175
	ANEXO A - DOCUMENTO CONSTRUTORA METRO LTDA.	181
	ANEXO B – PROJETO DE LEI ELABORADO PARA REDEFINIÇÃO DO MACEIÓ COMO ZE-1 E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS, 1988	182

1 INTRODUÇÃO

Há um ditado popular que traz o seguinte raciocínio: “quem bebe a água do Mucuripe, um dia sempre volta”. Nos tempos de turismo globalizante, talvez nunca ele fez tanto sentido. Muito se fala sobre o Mucuripe e suas praias: o sabor dos peixes estão na boca dos turistas, a paisagem nos flashes das câmeras e cartões postais, as jangadas nos quadros vendidos à beira-mar e nas memórias dos mais velhos. A cidade Alencariana constituída sob o mito de Iracema aproveita-se de suas riquezas.

Percorremos a sua praia de barco, à nado, realizando caminhadas, com pranchas de surfe, buscando experiências, prazeres e sensações entendidas como parte dos direitos de um cidadão: lazer, saúde, liberdade, cultura. As velas das embarcações estão imortalizadas nas canções de Raimundo Fagner e Belchior, as belezas nos poemas de Artur Eduardo Benevides, nas obras de mulheres e artistas populares que compõem o mosaico social do que um dia foi uma colônia de pescadores.

Um bairro marcado pela visão do Farol do Mucuripe, cultivo de tradições indígenas, a construção de um novo porto, a conquista das dunas, a adestração do mar pelos espigões. “*It’s All True*” (tudo é verdade). Esse encanto e sedução bem delimitado foi sendo questionado ao longo de caminhadas, estranhamentos e olhares críticos sobre o bairro. Afinal, o que é o bairro Mucuripe? Por que há tantas contradições sociais e urbanas?

O bairro Mucuripe seduz pelos seus encantos naturais, riquezas gastronômicas, artesanatos, paisagens, religiosidade e fé, mas também causa inúmeras inquietações pelas contradições percebidas, de certa forma normalizadas ao longo da expansão da cidade para o mar: há uma muralha de hotéis luxuosos, cruza-se uma rua, atravessa-se um riacho, de repente, o encanto prometido pelo turismo globalizante parece se perder.

Primeiramente as questões políticas, urbanas e econômicas envolvendo o bairro foram investigadas a partir desses estranhamentos. Após as idas e vindas da escrita, percebeu-se a relevância dos bens naturais, religiosos e culturais do bairro, consubstanciados por um conjunto expresso de matérias de jornais de grande circulação, mas também dos periódicos comunitários sobre as mobilizações e disputas entorno do Riacho Maceió, um lugar de resistência para os movimentos sociais e ambientais.

O Riacho Maceió situado em Fortaleza, Ceará, nasce do encontro com o Riacho Papicu, percorre os bairros como Mucuripe, Varjota, Papicu, Meireles e desagua na atual Av. Beira Mar. Apesar do riacho ter permeado as inquietações preliminares do projeto de pesquisa, ele só

foi se definindo como objeto de estudo na medida em que as problemáticas e os referenciais teóricos se encaminharam para pensar a relação entre o patrimônio, o meio ambiente, o turismo e a cidade.

Dessa maneira, foi se tornando evidente que ao longo do percurso do riacho as tensões espaciais, sociais, ambientais, patrimoniais e econômicas se fizeram presentes (ou aparentemente ausentes) nos bairros do entorno, bem como nas políticas implementadas nas últimas décadas em Fortaleza, associadas ao processo de “modernização” e crescimento da cidade. Foi nesse contexto que a capital do Ceará se transformou num dos polos turísticos mais relevantes do Nordeste no final do século XX.

As mudanças de perspectivas foram gradativamente constituídas em meio às aulas, reuniões do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), conversas com o orientador e contatos com Diego di Paula, do Acervo Mucuripe¹. Ficou evidente que seria essencial levar em consideração os movimentos sociais no final do século XX, assim como problematizarmos as fontes impressas e os diferentes elementos que compõem a pesquisa.

A releitura das fontes e formulação de problemáticas voltadas para o turismo (BENEVIDES, 1998; DANTAS 2011; 2021), cidade (BRESCIANI 2002; BOSI, 2003; PESAVENTO, 2007; ROLNIK, 1988) patrimônio (NOGUEIRA, 2014; 2020; MENESES, 2021; YAZIGI, 2006; 2012, TOURINHO; RODRIGUES, 2016; GERALDES, 2007), memória (CANDAU, 2020; ASSMANN 2011; 2020, HARTOG, 2006), meio ambiente (NOTTINGHAM, 2006; MOURA, 2000-2018, WORSTER,1991), imprensa (SILVA, 2011; LUCA, 2005), entre outros, ajudaram a reformular a pesquisa.

Conforme fomos repensando a relevância dos sujeitos, percebemos como a trajetória de vida de Vera Lúcia Miranda e Raimunda Alves de Sousa², trouxeram para o cerne da questão a relação entre memória e noções de patrimônio, composta de seletividades, disputas e esquecimentos. Nessa conjuntura, a chave de leitura sobre a memória e o patrimônio foram imprescindíveis para compreender as formulações das políticas culturais e de preservação de outros tipos de patrimônios, práticas e saberes (CHUVA, 2012; NOGUEIRA 2020).

Essas mudanças deram forma a inquietações aparentemente desconexas: a percepção das desigualdades sociais, a questão urbana, o avanço da parceria público-privada na Foz do

¹ O atual Acervo Mucuripe é um projeto realizado por Diego di Paula que compilou documentos e acervos particulares de Vera Lúcia Miranda e Raimunda Alves de Sousa, ampliando e acrescentando, livros, intervenções, documentos, ações práticas, postagens nas redes sociais e reportagens sobre o grande Mucuripe..

² Como veremos, ambas tiveram um papel social e influência bastante significativas entre os moradores do bairro.

Riacho Maceió através da Operação Urbana Consorciada (OUC)³; os apagamentos da memória social do bairro e de suas histórias; o turismo e suas consequências nos desdobramentos das reivindicações da preservação ambiental do riacho.

Nesses movimentos de readequações e reescritas, ficou evidente que o riacho se tornou símbolo de maneiras de viver, morar, se relacionar, trabalhar e usufruir das áreas verdes bastante características de uma outra época. Se na primeira metade do século XX, o encontro entre a água doce (riacho) e a salgada (mar) representou a sobrevivência, referência, moradia e lazer de muitas pessoas, a partir da segunda metade desse século as expectativas se alteraram de modo bastante significativo.

Conforme as políticas urbanísticas, patrimoniais e turísticas avançavam na segunda metade do século XX, o Riacho Maceió passou a ser incorporado aos interesses do turismo, do capital imobiliário e projetos privados que almejavam alcançar o desejado progresso urbano e econômico, bem como os círculos de poder e prestígio social que a Av. Beira Mar passou a representar com as mudanças nos costumes, práticas e relações entre homem e natureza.

O campo do patrimônio cultural se apresentou como aporte teórico chave para a compreensão de diferentes vertentes de análise, haja vista as reformulações das fronteiras do campo com outros saberes no intuito de encontrar respostas para as problemáticas que surgiam ou até mesmo para contestar as definições de outras áreas como modo de garantir espaços de fala e mercado privilegiado (NOGUEIRA, 2014, p. 47).

Esse campo é permeado de contradições, silenciamentos, disputas de poder e de saberes, muitas vezes sujeito ao turismo e aos investimentos imobiliários, das diferentes abordagens e possibilidades de análise quanto ao entendimento sobre patrimônio cultural. O intuito desse trabalho não é propor soluções e fórmulas para apaziguar as tensões do campo, mas sim, contribuir com outras problemáticas e questionamentos atravessadas pelo conceito de patrimônio ambiental urbano⁴.

³ A OUC da Foz do Riacho Maceió se trata de uma parceria público-privada firmada em comum acordo entre as partes para o gerenciamento de áreas verdes e públicas de interesse social/ paisagístico/ urbanístico como a do Maceió. Em tese, o poder público faz concessões (de impostos, melhorias das vias, saneamento) ao setor privado, que passa a investir, administrar e zelar pela OUC, contratando a responsabilidade de administrar e investir em seu espaço por determinado período de tempo.

⁴ A “gestação” das discussões sobre o conceito é apontada a partir das discussões da Carta de Veneza (1964), momento de redefinição das concepções patrimoniais, pautada na ideia de ambiência e na percepção de que potenciais patrimônios mesmo sem tombamento seriam monumentos passíveis de preservação (YAZIGI, 2006, pág.69).

O Riacho Maceió não foi oficialmente compreendido enquanto patrimônio. As discussões muitas vezes englobavam outros termos⁵ (paisagístico, ecológico; destacando fatores atrelados a importância afetiva, histórica e social, cultural, raramente associando o riacho como patrimônio). Tal constatação acabou por gerar novos desafios e possibilidades para a pesquisa.

A relevância do patrimônio para a pesquisa sobre o Riacho Maceió envolve as discussões sobre a sua constituição enquanto campo, os fatores que compõem o patrimônio ambiental urbano, conceito que tem o potencial de “orbitar” sob as discussões envolvendo a cidade, o meio ambiente, a memória, história e políticas turísticas/ culturais, por isso, direta e indiretamente permeia as discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Segundo Oliveira e Rodrigues (2016) o debate sobre o patrimônio ambiental urbano teve como referência estudos como o inventário do Metrô Leste da década de 1970⁶. Esses estudos focaram no planejamento urbano, contemplando, os elementos sociais e urbanísticos que compõem a cidade, promovendo levantamentos para identificar, restaurar, quantificar e compreender a “evolução urbana da cidade” (ANDRADE, 2011, p. 102- 134).

Quando se volta o olhar para a orla de Fortaleza, percebemos que as políticas urbanas estavam imbricadas na relação entre turismo, estado (agente público, em suas diferentes esferas) e movimentos sociais. O estado pode catalogar, patrimonializar, implementar políticas públicas ou se abster do seu papel, relegando ao setor privado uma apropriação mercadológica e administrativa de espaços de lazer, bens culturais, naturais, históricos.

Ao mesmo tempo, nas atuações e mobilizações feitas por moradores ou pessoas vinculadas às vertentes políticas ambientalistas, os movimentos sociais elaboraram outras leituras sobre o que consideravam parte de sua identidade, questionaram as interpretações dos

⁵ Mesmo durante os anos 1970 a 1980 existindo importantes avanços nas discussões e reformulações sobre planejamento urbano, patrimônio e meio ambiente, a participação popular ficará mais restrita quando muito a lançar propostas de reconhecimento aos órgãos competentes, sendo gradativamente incorporada a noção de direito à memória nas reivindicações sobre a cidade e os direitos sociais na década seguinte, ficando a atuação do poder público aquém nas propostas políticas envolvendo discussões territoriais e preservacionistas, o que teria impactado diretamente a adoção do conceito de patrimônio ambiental urbano nas políticas preservacionistas e a exploração de sua potencialidade (TOURINHO, RODRIGUES, 2020, pág. 28).

⁶ Nessa época, há também mudanças na organização e burocratização dos setores responsáveis pelo patrimônio: o Instituto do Patrimônio História e Artístico Nacional (IPHAN) passa a receber mais influências do setor turístico pelo entendimento dos bens culturais enquanto mercadoria de consumo favorecendo assim que as orientações de preservação deixassem de priorizar monumentos isolados para preservar conjuntos arquitetônicos. Houve significativa mudança no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) que passa a sofrer outras influências teóricas e direcionamentos bastante diferentes da exaltação de uma memória e patrimônio bandeirante, seja pela atuação do geógrafo Aziz Ab'Saber, a realização de trabalho em conjunto com outros órgãos e o crescimento da influência dos movimentos ambientalistas, preservacionistas, de demolições provocando na década seguinte o reforço da ideia do tombamento como salvação de bens culturais, arquitetônicos, naturais e históricos e um papel do Condephaat “enquanto pronto-socorro” da preservação (NIGRO, Cíntia, 1999, pág. 114-116). De fato, o campo do patrimônio jamais seria o mesmo.

outros agentes (estado, setor privado), mobilizando distintas estratégias em prol de seus direitos e interesses (NIGRO, 1999).

Em meio a outros debates sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano⁷ destacam-se Ulpiano Bezerra e Eduardo Yázigi, autores considerados seminais na discussão desse conceito. Com relação a Bezerra (1978) podemos pontuar as críticas sobre o uso ampliado de tal conceito, bem como pela elaboração de outros entendimentos dos mesmos atrelados à noção de habitante, cotidiano, trabalho, área envoltória, discussão política, paisagística, cultural (MENESES, 2006).

Nesse trabalho foi dado ênfase à concepção de patrimônio ambiental urbano elaborada por Yazigi (2012) que situa o conceito através de uma análise mais ampla relacionada com a cidade, cultura, ecologia e inclusão social, levando em consideração os valores cognitivos, pragmáticos, estéticos, afetivos incluídos como algo em permanente construção, configuração como o ser e o porvir (YAZIGI, 2012, p.28).

Quanto ao termo “ambiental”, compreendeu-se não somente como foi interpretado na aplicabilidade de estudos paulistas na década de 1970, mas também vinculado ao meio ambiente, à natureza. A integração entre cidade, meio ambiente, patrimônio e as ações humanas construídas no âmbito do espaço urbano têm sido cada vez mais estudada e problematizada pelas ciências humanas sobretudo no contexto da redemocratização brasileira.

Tendo isso em vista, as discussões sobre patrimônio ambiental urbano envolvem diretamente entendimentos sobre as relações entre patrimônio, natureza, memória e cidade. A elaboração de interpretações sobre o espaço, guardam correspondências com as noções dos “espaços de memória” que compõem a cidade (BOSI, 2003), bem como os “lugares de memória” (NORA, 1993), possibilitando dar a ver as distintas camadas de temporalidades que constituem a cidade.

⁷ Num levantamento bibliográfico sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, identificou-se diferentes estudos que dialogam com as interpretações dos referidos autores que contribuam com: a aproximação da questão paisagística e socioambiental (CRICHYNO, 2014); a questão urbanística permeada pela ideia de inclusão social, conceito de cidade compacta e redefinição do conceito de patrimônio ambiental urbano nas políticas urbanísticas (SOMEKH, 2016); a relação do conceito com as discussões sobre patrimônio, natureza e o urbano (GERALDES, 2007, MARINHO; BORGES, 2019); os debates entre a divulgação de patrimônios ambientais e paisagísticos inseridos e divulgados nas mídias digitais do Youtube (SOUZA; BONINI; SCABBIA, 2018). Alguns estudos trazem a discussão do patrimônio ambiental urbano voltada para o lazer e da cultura urbana (CARVALHO, 2007). Podemos ainda destacar a questão da qualidade de vida, debates sobre participação da sociedade nas discussões urbanísticas e patrimoniais, a contribuição para a ampliação do conceito de direito à cidade enquanto inclusão social (YAZIGI, 2006, p. 75 e 80). Eduardo Geraldes (2007) destacou a relação entre bem cultural com a natureza, levando em consideração o trabalho humano, o ambiente urbano, as relações sociais visando incorporar uma interação entre os conjuntos de elementos que compõe o campo do patrimônio. Leonardo Barci (2007) seguiu nesse raciocínio ao argumentar o aspecto contemporâneo do conceito para evitar uma visão tradicional de patrimônio, percebendo as relações entre bens naturais, culturais e o meio ambiente urbano como fruto dessas relações.

Diante disso, a pesquisa no seu objetivo geral buscou investigar como, através do Riacho Maceió, podemos problematizar as políticas voltadas para o turismo, o patrimônio, o meio ambiente, a memória e a urbanização da cidade no final do século XX. O núcleo dessa questão perpassa diferentes saberes e áreas, reforçando assim o caráter multidisciplinar adotado pela complexidade dos aspectos que permeiam a pesquisa.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa visou compreender o lugar do Riacho Maceió enquanto um patrimônio ambiental urbano, envolto em tensões e violações; analisar o papel do turismo nas políticas voltadas para o Riacho Maceió; evidenciar o protagonismo dos movimentos sociais na defesa do direito à cidade, compreender as articulações político-sociais do Jornal O povo nos jogos de poder entre os movimentos sociais e os interesses imobiliários; analisar as disputas em torno do riacho relacionadas com a questão ambiental e urbana.

O recorte proposto de 1988 a 1998 visou contemplar um momento histórico importante devido o fortalecimento das disputas pela preservação do Maceió, a conjuntura de redemocratização, rediscussão de direitos fundamentais, ambientais e patrimoniais. Além disso, buscamos problematizar a aplicabilidade de políticas urbanas marcadas pelo fortalecimento do turismo como fator de desenvolvimento e "consumo" do espaço habitado.

Em termos metodológicos, buscamos inquirir as produções das associações do bairro e acervos particulares no recorte proposto (1988-1998). Ainda numa perspectiva metodológica ampliada, procuramos relacionar documentos oficiais como resoluções ambientais, sanitárias, projetos de lei, decretos⁸ com as produções locais e entrevistas orais vistas como necessárias para o enriquecimento da pesquisa e contemplação dos aspectos a serem analisados.

Cabe ressaltar que os desafios impostos pela pandemia da Covid-19 além de impossibilitarem ou adiarem a coleta de relatos, consulta de arquivos, bibliotecas e acervos particulares, também geraram consequências emocionais, financeiras e familiares adversas. Tais consequências foram gradativamente, se não superadas, ao menos capazes de um convívio mais apaziguador, apesar das marcas, perdas e ausências irrecuperáveis.

Esses dilemas causaram grandes quebras de expectativas quanto ao andamento dos estudos, planejamento de cronogramas e prazos a serem seguidos, mesmo com as importantes medidas adotadas pelos programas de Pós-Graduação e outros órgãos competentes. O pesquisador e a pesquisa tornaram-se sobreviventes. No entanto esse cenário também nos

⁸ Tais como decreto N° 5544 18 de março de 1980, decreto N° 6881 31 de outubro de 1984, decreto N° 7776 03 julho de 1988; anteprojeto Lei de Uso e Ocupação do Solo- 1996, projeto de Lei 042/92, projeto de lei 060/94 dentre outros.

instigou a procurar outros caminhos e possibilidades de análise, seja de abordagem teórica ou fontes disponíveis.

Na última reinauguração da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, dado a relevância do Jornal O povo para as discussões optamos por uma análise mais aprofundada do periódico, checando mês a mês, edição a edição as matérias e reportagens nas seções de turismo, política, coluna (cidades, opiniões), leitura de partes que concentravam mais informações sobre os bairros e menção à questão ambiental entre 1991-1994 visando ampliar as discussões vistas nos jornais do Acervo Mucuripe.

A análise dos periódicos como fonte central visou a compreensão da historicidade dos mesmos, suas influências nos jogos de poder, alianças políticas e narrativas sobre os movimentos sociais e comunitários. Isso abrange suas intencionalidades e silenciamentos colocados pelos próprios jornais, seus leitores e parceiros que fizeram parte da análise histórica e da percepção sobre o tempo, questões da época e problemáticas da pesquisa.

Também foram consultados materiais tanto do NUDOC⁹ quanto do COMTER¹⁰, sites, páginas da prefeitura, páginas e blogs sobre Fortaleza, índices, levantamento bibliográficos sobre os aspectos analisados. Dessas ações, algumas foram parcialmente incluídas, outras ajudaram a elaborar ideias e críticas, perfazendo assim parte dos rascunhos e metamorfoses de textos que há tempos já não soltam restos de borracha, papel amassado ou corretivos, mas bytes e arquivos do Word deletados.

Tendo em vista o recorte proposto, a subdivisão da pesquisa levou em consideração marcos temporais como: i) Ano 1988- decretos, derrubada do muro, ZE-1, conjuntura política local e nacional; ii) 1990- 1992 mudanças no poder municipal e estadual, fomento do turismo, discussão Plano Diretor; iii) 1992 a 1996, Praça 24 horas, Parque Riacho Maceió; iv) 1996-1998 – discussões sobre Lei de uso e Ocupação do Solo publicação do livro de Blanchard Girão.

Esses marcos estavam delimitando as conjunturas significativas para compreendermos como as políticas culturais, turísticas e patrimoniais chegam (ou não chegam) nos percursos do Riacho Maceió, haja vista que, a negação ou exclusão também são uma forma de política capaz de privilegiar outros aspectos considerados mais importantes em detrimento de outros.

Com relação ao desenvolvimento dos capítulos, primeiramente daremos maior destaque a OUC da Foz do Riacho Maceió por ela envolver muitos questionamentos vistos como

⁹ Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFC (<https://nudoehistoria.ufc.br/pt/>). Aqui valemo-nos do Arquivo Cláudio Pereira, importante figura política da época ligada ao setor cultural do estado do Ceará, aos movimentos e artistas populares.

¹⁰ Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais.

essenciais sobre as consequências da expansão do turismo na orla, as mudanças ocasionadas nos costumes e paisagem, as mobilizações sociais em prol da preservação do riacho, as relações entre o setor privado, o turismo, o meio ambiente e as políticas implementadas no percurso e entorno do riacho.

Dessa maneira, o estudo sobre o desenvolvimento do turismo de George Dantas (2017) foi importante por corroborar no entendimento da relevância dessa atividade para as mudanças urbanísticas e econômicas de Fortaleza assim como o estudo de Pedro Cesar (2018), mais voltados para a OUC, ajudou a perceber como esses aspectos se relacionam com o Riacho Maceió e o grande Mucuripe.

Apesar de tecerem considerações pertinentes sobre processo de turistificação na cidade de Fortaleza e no Riacho Maceió, George Dantas nos traz opinião elogiosa aos benefícios da operação (NUNES, pág. 83). Já Rocha Neto (2018, p. 176) mesmo destacando algumas críticas, pontua muitos aspectos positivos colocados pela parceria público-privada.

Essa percepção dos autores evidenciou a importância de se buscar entender de forma mais criteriosa o porquê da OUC ser implementada como uma excelente solução dos problemas ambientais, sociais e urbanos. Sendo assim, no capítulo um apresenta-se o que é a OUC e os elementos que compõem o grande Mucuripe; as contradições do espaço permeado entre os bairros da região e seus bens culturais paisagísticos, naturais, históricos.

Daremos prosseguimento a partir das discussões sobre o imaginário do bairro e do Maceió, bem como as narrativas das memórias contidas no livro de Blanchard Girão “Mucuripe- De Pinzon ao Padre Nilson” (1998), escrito com a colaboração de Vera Miranda, onde há diversos relatos e referências às pessoas do final do século XIX, início do século XX em diante.

Finalizando o capítulo, trataremos de nos aprofundar sobre a conjuntura dos anos 1970-1980, vista como fundamental nas discussões sobre patrimônio, memória, cidade, turismo. No caso do Ceará e do Riacho Maceió, ambos estavam inseridos em um momento de ascensão das políticas neoliberais, evidenciando o caráter político e econômico dos projetos voltados para o riacho, as reformas urbanas na região da orla e a estruturação do turismo formuladas nos anos de 1970-1980.

Em tal conjuntura de avanço de investimentos nesse setor, torna-se imperativo a análise da ascensão do chamado “Governo das Mudanças”, composto por jovens empresários que na época adotaram princípios neoliberais, visando modernizar a máquina pública reduzindo-a, fomentando parcerias com o setor privado, investimentos atrelado ao turismo como fator essencial para o desenvolvimento econômico do estado.

No período de 1980 esse grupo de jovens empresários se contrapôs aos políticos mais tradicionais que dominaram a máquina pública durante a ditadura-civil-militar. Sua ascensão demarcou uma forte aliança com a grande imprensa, aqui representada pelo Jornal O povo, tradicional periódico que na época também buscou se rearticular em meio às novas regras colocadas pelo mercado e pelo jogo democrático.

Tendo isso em vista, no capítulo dois as discussões se direcionaram para a questão da influência e relevância do Jornal O povo tanto pelas alianças políticas com Tasso Jereissati quanto pelo diálogo e proximidade do periódico com as associações comunitárias, seja por meio de entrevistas, parcerias, espaços cedidos em suas páginas aos sujeitos influentes do bairro Mucuripe, no apoio dado aos pequenos jornais locais.

As matérias e páginas conservadas no Acervo Mucuripe construíram uma narrativa sobre os acontecimentos de amplo destaque às reivindicações dos moradores, tornando importante a análise crítica do periódico. Lideranças como Raimunda Alves receberam maior atenção nesse capítulo, integrando a análise sobre o que eram essas associações do bairro, suas pautas e quem fazia parte delas.

Já no capítulo três, retomamos parcialmente a conjuntura dos anos 1980 através da análise mais pormenorizada do aspecto ambiental e urbano, envolto na conjuntura do final do século XX pela poluição em larga escala exercida por diferentes agentes sociais para avançarmos nos entendimentos sobre a década de 1990. A atuação dos órgãos ambientais nos desrespeitos aos direitos conquistados e medidas legais reforçam as complexidades e contradições das mobilizações pela preservação do Riacho Maceió.

Em meio ao aspecto estrutural da poluição do riacho, observamos tentativas de reorganização da cidade através do Plano Diretor de 1992, um marco no direito à cidade, haja vista o caráter mais inclusivo buscado em seu texto e na participação dos movimentos sociais nesse processo. Sua elaboração se deu entre os projetos urbanos para o Riacho Maceió, disputados de acordo com os interesses de diferentes agentes sociais.

Esse plano lançou prerrogativas que seriam dadas continuidades na implementação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, tornando o debate sobre meio ambiente, a cidade e turismo algo imperativo tanto para a comunidade quanto para o setor privado e o estado. As novas prerrogativas legais demonstraram uma mudança de perspectiva no fazer político da época e nas demandas que surgiam.

Ao nos aprofundarmos sobre a questão ambiental e urbana, evidenciamos o entrelaçamento das discussões levantadas ao longo da dissertação: o direcionamento dado ao conceito de patrimônio ambiental urbano aproximou as questões relacionadas ao meio

ambiente, a cidade, o turismo, a memória e o patrimônio no entorno do Riacho Maceió, tornando possível analisarmos esses diferentes elementos dentro das disputas entre o poder público, privado e movimentos sociais e ambientais.

Por fim, as reflexões e problemáticas levantadas ao longo da dissertação destacam distintas maneiras de se compreender os possíveis futuro-passados (KOSELLECK, 2006) que constituíram as vidas e os destinos do Riacho Maceió. A problematização da noção de que as disputas entorno do riacho estariam determinadas pelo processo de turistificação da orla desvela as inúmeras disputas, contradições, críticas sobre essa história e as perspectivas de progresso vinculadas ao neoliberalismo.

2 O RIACHO MACEIÓ NOS LABIRINTOS DA MEMÓRIA: MUCURIPE, PATRIMÔNIO E TURISMO

Especulação Imobiliária

“Que tal um apartamento perto de um parque/ ecológico e de um centro comercial? / Já é possível imaginar o VT na telinha/ a festa dos especuladores. / E o povo aonde vai? o que será feito de uma gente/ que depende do mar,/ que tem no céu do Mucuripe um teto, que tem nas ruas um lar? Adeus pagode, cheiro de peixe assado, bate-papo nos botequins.../ Adeus terra, cultura,/trabalho pertinho de casa./ Adeus Mucuripe vivo./ Onde foi poesia será um aglomerado de prédios. E a trilha sonora desse filme vai ser/ o silêncio./ Ou a barulheira alucinante/do trânsito de carros”

- Mapurunga, Fórum Popular Mucuripe Resiste, 1993.

2.1 O Riacho Maceió entre diversas Fortalezas

O Riacho Maceió percorre fronteiras oficiais e simbólicas¹¹ que se confundem com a história da urbanização da cidade e dos bairros limítrofes, tais como Mucuripe, Meireles, Papicu, Varjota, Vicente Pinzon, Cais do Porto, região pertencente ao chamado Grande Mucuripe¹². O seu percurso atual deságua no mar entrecruzando a orla da cidade, bairros, avenidas, prédios, ruas, casas, canais de esgotos. A sua nascente resulta da união entre a lagoa do Papicu e do Riacho Papicu com o Maceió.

Como veremos, em meio ao emaranhado urbano foi se constituindo no percurso do riacho, envolta e sobre ele, narrativas de políticas urbanas, de fé e religiosidade; sensibilidades, temporalidades e paisagens culturais que compõem o imaginário social local das comunidades e colônias de pescadores, mas também um dos mais expressivos empreendimento econômicos e culturais do Ceará das últimas décadas: o turismo¹³.

Compreender as tensões e as fragmentações impulsionadas por esse setor no Riacho Maceió e seu em torno é uma das questões a serem aprofundadas, haja vista a importância dada

¹¹ Divisão oficial dos bairros segundo a prefeitura de Fortaleza. Disponível em: 12 regionais de Fortaleza, confira a nova divisão da capital cearense | Ceará | G1 (globo.com). Acesso em: 21/12/2021. Já as simbólicas seriam as divisões baseadas na sensibilidade urbana da comunidade do grande Mucuripe. Especialmente às gerações mais antigas demonstravam ter uma relação bastante diferenciada com o espaço, algo evidente nas produções das associações comunitárias que veremos no decorrer da pesquisa.

¹² Subdivisão da região feita pela Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV).

¹³ Segundo Benevides (1998), o turismo desponta como principal atividade econômica e cultural no final do século XX no Ceará, podendo ser compreendido como um conjunto de práticas sócio-espaciais relacionadas com as sensações e experiências dos potenciais turistas. Ver: BENEVIDES, Ireleno Porto. Turismo e PRODETUR: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

ao turismo como fator de desenvolvimento econômico, urbanístico e propulsor de políticas no âmbito patrimonial e cultural¹⁴. A relação entre patrimônio, turismo e cidade dialoga com seu percurso e área envoltória, com a elaboração ou negação de políticas urbanas, turísticas e mobilizações sociais pela sua preservação.

Um dos principais marcos atuais da relação ambígua entre turismo, patrimônio, cidade e movimentos sociais podem ser sintetizados na elaboração da Operação Urbana Consorciada¹⁵ (OUC) do Riacho Maceió e outras, interpretadas como uma suposta solução dos conflitos de interesses entre o poder público, o privado e a sociedade civil, visando o estabelecimento de consensos entre a ideia de preservação, de requalificação, de modernização e do desenvolvimento turístico no Mucuripe.

A chamada Operação Urbana Consorciada tem se consubstanciada como tendência de intervenções em áreas verdes degradadas ou com potenciais valores de mercado de tal maneira que consolida-se em Fortaleza¹⁶ —desde o processo de redemocratização com o Estatuto da Cidade, criado em 2001—, demarcando assim outras fases entre o investimentos dos setores públicos e privados, por vezes concedidos sem tantos critérios ou aprofundamento (CAVALCANTI, 2014).

A escolha de partimos da OUC para refletirmos sobre o que é o Riacho Maceió, leva em consideração as problemáticas das políticas públicas e privadas presentes com peso e significância distinta seja num passado de média duração (recorte da pesquisa), nos últimos

¹⁴ Segundo Antonio Gilberto (2020) há uma trajetória de políticas, programas, planejamentos e metas que corroboram com tal interpretação sobre o turismo. Ver: NOGUEIRA, Antonio. O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural dos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30. d2e36.

¹⁵ A Operação Urbana Consorciada se trata de parcerias público-privadas que estipulam contrapartidas e metas a serem alcançadas pelo setor privado que em troca, administra, investe, requalifica, valoriza, arboriza áreas verdes/ áreas de interesse, propõe negócios. Em tese, passa a favorecer o desenvolvimento econômico e social.

¹⁶ Fortaleza conta com as seguintes áreas inseridas dentro da lógica de OUC: Foz Riacho Maceió: investidor-Norpar /Terra Brasilis, proprietário da terra- Tecnisa Terra Brasilis; Dunas do Cocó, investidor: Proprietários dos terrenos da Operação, proprietário- Manuel Dias Branco; Jockey Clube, investidor- Diagonal/ Rossi, proprietário da terra- Sociedade Jockey Clube/ Diagonal; Sítio Tunga, investidor- Brookfield Centro-Oeste Empreendimentos Imobiliários S.A., proprietário FCM Comercial Ltda; Lagoa Papicu, investidor- Moura Doubeux, proprietário-Otoch Empreendimentos; Osório de Paiva- Proprietários dos terrenos da Operação; Lagoa da Sapiranga - Proprietários dos terrenos da Operação. In: HOLANDA, Breno, ROSA, Sara Vieira. 16 Anos de Operações urbanas em Fortaleza: um olhar a partir das diferentes gestões e da flexibilização urbana. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? XVII ENAPUR, São Paulo, 2017. Pág.12. No ano de 2018, a prefeitura já fazia planos de implementar/ ampliar mais inúmeras outras áreas, tais como: OUC Rachel de Queiroz • OUC Aguanambi • OUC Leste-Oeste • OUC Litoral Central • OUC Centro-Oeste • OUC Maceió-Papicu. Ver: Operações Urbanas Consorciadas- Deliberações dos Projetos das novas operações. Disponível em: PowerPoint Presentation (fortaleza.ce.gov.br). Acessado em 20/07/2023. Para acesso aos projetos de lei, ver: Canal Urbanismo e Meio Ambiente. Disponível em: Canal Urbanismo e Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Fortaleza Acessado em 20/07/2023. Esses indicativos demonstram a importância de se conhecer o que se trata essas operações, quais impactos trazem para a(s) cidade(s) e porquê aparentemente surgem como soluções rápidas, eficientes e lucrativas de problemas muitas vezes criados pela própria cidade, gestões públicas e desvalorizações dos espaços públicos, sejam eles ambientais, arquitetônicos, culturais.

anos¹⁷ e futuro próximo¹⁸. A parceria baseia-se no histórico interesse mercadológico sobre a Foz do riacho devido a sua proximidade com a orla pelo menos desde a década de 1980.

A consolidação desta parceria tornou-se mais umas das políticas locais demarcadas pelo processo de tensão social na região da orla da cidade, apesar desse trecho do Maceió ser protegido por lei¹⁹ e ser vetada a construção de moradias e prédios muito próximos das margens, no decorrer dos anos a construtora Colmeia conseguiu licença para construir “o maior prédio de Fortaleza” (52 andares)²⁰ numa área onde antes era ocupada por pessoas da Comunidade do Saporé²¹ e deveria ser preservada.

A possibilidade de implementar uma OUC aparece no Plano Diretor de 1992, perpassa a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, sendo oficialmente instituída pela Lei 8.503/2000²² em acordo com o ex-prefeito Roberto Cláudio e a Nordeste Empreendimentos e Participações SA (NOPAR). Em 2011, substituiu o antigo convênio firmado em 2000²³. A prolongada indefinição sobre a OUC demonstrou as permanências das discussões sobre o Maceió, bem como as idas e vindas de ações vinculadas ao turismo, aos interesses dos moradores da região e de movimentos sociais.

¹⁷ Desde o recorte de estudo, a atuação de pessoas engajadas com o bairro e a questão ambiental vem fazendo a diferença na cobertura e na cobrança feitas às autoridades sobre os abusos e violações ambientais na região. Mesmo assim, elas ainda são frequentes, como o episódio da morte dos peixes que viviam no Maceió. Disponível em: Vídeo: peixes aparecem mortos no Riacho Maceió, em Fortaleza (opovo.com.br). Acessado em: 30/10/2021.

¹⁸ Nessa perspectiva de futuro próximo, podemos pensar sobre os desdobramentos das obras de outra parte da OUC através dessa reportagem: Moradores reclamam de demora na entrega da obra de urbanização do Riacho Maceió, em Fortaleza | Ceará | G1 (globo.com) . Acessado em 05/12/2021. Também remete ao futuro: as metas da Fortaleza 2040. Disponível em: Página de Pesquisa | Acervo Digital de Fortaleza. Acessado em: 05/12/2021.

¹⁹ Como veremos, os decretos assinados pelo ex-prefeito Lúcio Alcântara e a ex-prefeita Maria Luiza, assim como o Código florestal brasileiro e outras medidas davam respaldo legal para a luta pela preservação do riacho.

²⁰ Disponível em: O Otimista. Acessado em 05/12/2021.

²¹ Saporé remete ao nome da comunidade que se estabeleceu nas margens do Maceió, desde o trecho próximo a sua Foz, a Av. Abolição no sentido Varjota.

²² Essa lei foi regulamentada pelo estatuto da cidade de 2001 e pelo Plano Diretor de 2009.

²³ Com vigência de 10 anos, A OUC teria como prazo final do acordo dezembro de 2021. Tendo em vista a continuidade das obras, há a possibilidade de renovação do acordo.

Figura 1 - Material da Prefeitura de Fortaleza sobre o Parque Riacho Maceió, Lei 8.503/2000. A simbologia criada pelo arquiteto responsável pela obra (Otacílio Teixeira Neto), alude ao formato da vela de uma jangada, dialogando com o imaginário social dos pescadores, praia e pesca, presente também em quadros, relatos, memórias e monumentos como da Estátua de Iracema, próxima a Foz do riacho.



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2000).

Estas e outras ações favoreceram a intensificação da gentrificação. Segundo Meneses (2006), o conceito de gentrificação ganha outras formas na conjuntura de expansão do turismo e do campo do patrimônio. O autor destaca o aumento considerável da pressão do capital imobiliário e especulativo em áreas da cidade que vão se integrando ao circuito do turismo, de projetos econômicos culturais e mercadológicos. O estabelecimento de zonas turísticas em detrimento da moradia e inclusão de outras pessoas nessas políticas impactaram profundamente o grande Mucuripe.

A gentrificação se faz presente no entorno de Maceió, seja no tempo presente ou no final do século XX. A expulsão, ou melhor, a seletividade e exclusão dos moradores locais de baixa renda das políticas econômicas, turísticas e patrimoniais são fatores que mobilizam uma série de desdobramentos na relação social entre as pessoas, a memória e afetividade, assim como as noções de cidadania, habitante, moradia, lazer e trabalho: com a fragmentação do espaço social, simbólico e afetivo da orla, o riacho se encontra entre diversas Fortalezas.

As consequências da gentrificação ocasionadas pela “turistificação”²⁴ dão indícios de que há impactos profundos nas políticas e mobilizações sociais de preservação ambiental voltadas para o Maceió, seu reconhecimento enquanto um patrimônio ambiental urbano e de outros bens culturais, ocasionando uma perda identitária, afetiva e histórica em meio às profundas alterações, abusos e negações por parte do poder público ou por empresas e terceiros.

Se por um lado o desenvolvimento turístico tem o potencial de favorecer trocas culturais, econômicas, valorizar e reconhecer (os possíveis) patrimônios culturais, por outro lado, observamos no grande Mucuripe que apesar de projetos como a OUC serem considerados um sucesso econômico e paisagístico²⁵ ao “requalificar” o riacho e inseri-lo em projetos de poder direcionado para determinadas classes, as consequências ambientais e sociais externalizam inúmeras problemáticas de maneira bastante evidente na medida em que passamos a refletir criticamente sobre o percurso do riacho.

A encanada Foz do Maceió hoje revela um riacho estéril, extremamente descaracterizado, modificado e sem a vida e exuberância de outrora²⁶. Imaginá-lo enquanto um patrimônio ambiental urbano essencial para a história, sociabilidade e paisagem cultural do bairro se torna, de certa maneira, um exercício de investigação histórica desafiador e instigante

²⁴ Esse termo é trabalhado por Irileno Benevides (1998) e Amíria Bezerra (2009) para buscar entender o processo histórico de crescimento e amplitude do turismo em cidades como Fortaleza.

²⁵ A percepção de sucesso pauta-se na própria narrativa histórica proposta pela Prefeitura de Fortaleza ao demonstrar o antes e o depois da “requalificação urbana” do Maceió, além de torna-lo “parque”, ser inaugurado com honrarias do então prefeito Roberto Cláudio e hoje ser um dos pontos de encontros de milhares de pessoas que frequentam a localidade, seja para fazer exercícios físicos, caminhadas, encontros religiosos e sociais, fotos de formatura, de casamento; vender doces e produtos, passear com cachorros, respirar o ar livre numa das raríssimas áreas verdes da orla da Cidade. Cabe ressaltar os relatos feitos no estudo de Pedro Cesar (2018) sobre a OUC Riacho Maceió que tecem elogios bastante positivos dessa obra, por vê-la como responsável por transformar uma área inútil e poluída num ponto de lazer e passeio. Ver: Neto, Pedro César da Rocha.

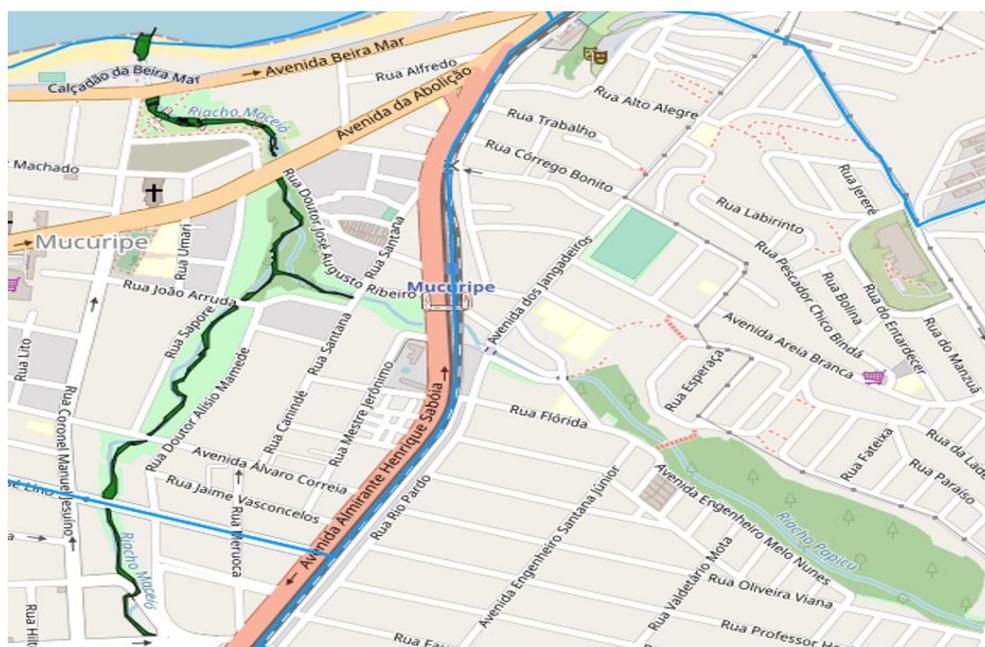
A Operação urbana consorciada como instrumento de gestão consorciada da cidade: o caso do parque Foz do Riacho Maceió do Município de Fortaleza. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017. Pág. 178-180.

²⁶ A ideia de esterilidade parte da percepção da perda da riqueza ambiental do riacho. Segundo Edemir Barros (2010), na pesquisa feita sobre o riacho, nos relatos dos moradores foram citados diversas espécies de animais que viviam no sistema hídrico Maceió-Papicu, com nomes populares, tais como: Camurupim, Cará, Muçum, Peixe-Beta, Piauí, Curimatã, Traíra, Piaba, Camaleão, Calango, Tejo, Galinha d’água, Coruja, Garça Branca, Bem te vi, Rolinha, Gavião, Pardal, Rasga Mortalha, Rã, Sapo, Soim, Casaco. Já as plantas, na Foz do Riacho Maceió, destacam-se: Algaroba, Mangue manso, Cajá, Coqueiro, Banana Prata, Benjamin, Graviola, Goiaba. Manga, Nin indiano, Mamoeira, Azeitona, Mangueira. No sistema fluvial Maceió-Papicu: Cajueiro, Pinhão roxo, Guajiru, Capim- açu, Castanhola. Algaroba, Coqueiro, Banana Prata, Benjamin, Nin-indiano, Mangueira, Júa, Jucá, João Mole, Pau- Ferro, Ameixa, Tatajuba, Araticum. Já na lagoa do Papicu: Cajueiro, Goiabeira, Banana Pacova, Coqueiro, Castanhola, Murici, Guajiru, Algodão-do-Pará, Aguape, Algaroba, mamoeira, Banana Prata. As principais espécies da sub-bacia (Maceió/Papicu) seriam: Pombo, Rolinha Caldo de feijão, Fogo apagou, Anum preto, Gavião rapina, Sibite, Teotonho, Andorinha do Cam, Pardal, Sibite da quebrada, Vem-vem, Sanhaço azul, Rixinó, Vovô, Lavandeira, Bem te vi, Sibite relógio, Tejubina, Calango, Gia, Cururu, Cobra de duas cabeças, Cururu, Rã, Perereca.

quando observamos as complexidades em jogo: seja a luta pela preservação ou as ações promotoras de sua destruição.

A Foz do Riacho foi sendo compreendida como um local do devir, fazendo com que ele e a sua área ao redor fossem inseridos nas transformações paisagísticas e mercadológicas almeçadas pelo desenvolvimento do turismo de modo contraditório. A sua Foz e trecho destacado na imagem da OUC (Figura 1) demarca um dos principais pontos de tensão e de disputa no seu entorno, postas no próprio percurso do Maceió (Figura 2), nos ajudam a perceber as problemáticas do progresso neoliberal na região.

Figura 2 - Riacho Maceió (verde escuro) e Riacho Papicu: “quase separados” pela Av. Almirante Sabóia



Fonte: Fortaleza em Mapas (2020).

O trecho entre a Foz, o calçadão, a Avenida Beira-Mar e Avenida da Abolição é rodeado de zonas, serviços bem delimitados²⁷ (Figura 3). Nas proximidades do local há um dos monumentos à Iracema conhecido entre os frequentadores do calçadão por se tornar local de registro de fotografia, situadas perto do riacho, possivelmente buscando, além de ser atração

²⁷ Como podemos observar na imagem, há a faixa litorânea, a praia, o calçadão da Avenida Beira-Mar, além disso, a faixa hoteleira é parcialmente interrompida pelo percurso do riacho. Ainda nessa faixa, há a classificação do Mucuripe e parte desse trecho do Maceió como integrante da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Ademais, avenidas como a Via Expressa (Av. Henrique S.) criam fronteiras artificiais entre o bairro Papicu e o Riacho Maceió.

turística, associar-se à paisagem cultural local, do encontro entre a água doce e água salgada, do verde com o azul, do colonizador com a índia (Figura 4).

Figura 3 - Trecho da Foz do Riacho Maceió.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 4 - Estátua de Iracema situada próxima à Foz do Riacho Maceió.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Atualmente, há uma sorveteria de alto padrão financeiro (Figura 3), carrinhos com a venda de água de coco, comida, faixa de ciclismo e caminhada, área esportiva, o nome “eu amo Fortaleza” e na parte mais alta o já mencionado prédio da construtora Colmeia sendo finalizado, numa zona onde habitavam pessoas pertencentes a comunidade do Saporé e do Mucuripe (Figura 5), que ainda hoje vivem próximo às margens do curso do Maceió, porém segregadas pelas obras urbanísticas da cidade:

Figura 5 - A: proximidades da atual Foz do Riacho Maceió. Vista da foz desaguando na beira-mar. B: vista da atual placa do Ceará. C: calçadão da beira-mar e prédio da Construtora Colmeia. D: área de ciclismo e prédios ao redor. E: comunidade do Saporé, às margens do Maceió em contraste com a área do ciclismo.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Os flashes das câmeras nos ensaios fotográficos, os passeios com cachorros no chamado “Parque Bisão” (OUC Maceió), o intenso policiamento e “requalificação” urbana²⁸ dos últimos anos no seu entorno contribuíram para sedimentar uma história e paisagem urbana diferenciada e aparentemente pacífica, capaz de suavizar as violências e rupturas necessárias para que emergisse a Fortaleza turística a partir da profunda remodelação e descaracterização do riacho (Figura 6).

Figura 6 - Av. Abolição lado da OUC Foz Maceió.



Fonte: Acervo pessoal (2023)

No Parque do Bisão existe uma academia pública da Unimed, parada de ônibus, área de jogos, point de pets, gramas verdes “limpas e convidativas” para socializar numa cidade onde muitas pessoas moram em apartamentos e milhares não tem mais quintal. Essa organização e estética, atrai públicos distintos devido as diversas possibilidades que o espaço oferece ao mesmo tempo que camufla a água poluída, sintomas da urbanização e modernização de um riacho atingido pelas diferentes fases do progresso urbano (Figura 7).

²⁸ Termo presente no projeto OUC-Maceió concluído em 2014.

Figura 7- Área do Parque do Bisão e elementos nas proximidades. A: área de jogos de tabuleiro. B: prédio da Colmeia (quase terminado) ao lado da área de jogos. C: parquinho infantil. D: local de pets. E: uma das inúmeras placas colocadas pela Colméia, construtora envolvida na OUC- Foz Riacho Maceió.



Fonte: Acervo Pessoal (2023).

Apesar da centralidade dada ao trecho entre a Foz e a Av. Abolição, o riacho não se resume a ele. Seguindo o seu percurso, suas águas cruzam a Avenida Abolição. Neste ponto, é como se o riacho perdesse o encanto e glamour destacado anteriormente, dando lugar à uma versão mais simples onde predominam a sensação de desesperança e lixos acumulados. Entre

uma ponta da Avenida à outra temos Fortalezas e paisagens distintas interligadas pelas águas do Maceió, mas segregadas ao mesmo tempo (Figuras 8 e 9).

Figura 8 - Trecho saindo do Parque do Bisão, na travessia da Avenida Abolição sentido ao Bairro Varjota/Papicu.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 9 - Obras do trecho sentido Papicu.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Alguns peixinhos insistem em aparecer nas suas águas e cruzar tal fronteira social e simbólica. Predomina do outro lado da avenida sacolas de lixo despejadas no canal, casas humildes, ruelas, barracos, casas mal-conservadas próximas de algumas casas com cerâmica e bem estruturadas. É próximo a esse ponto que um dos principais braços do Riacho deixa o Mucuripe “oficial” e segue no sentido do Papicu (Figura 10), enquanto outro segue sentido Varjota.

Figura 10 - Trecho das obras cruzando os trilhos do VLT e trem, indo no sentido do Bairro Papicu. A: vista Panorâmica. B: vista mais próxima do Riacho Papicu.



A



B

Fonte: Acervo pessoal (2023).

As fronteiras criadas pelas intervenções humanas distorcem as demarcações estabelecidas com base nos elementos naturais do bairro²⁹ (mar, Riacho Maceió, dunas,

²⁹ As configurações desse bairro no tempo e no espaço remete-nos também a levar em consideração a importância de estarmos atentos as sensibilidades, diferenciações e intencionalidades no e pelo Mucuripe: há certas

morros). Os três cortes mais proeminentes no percurso atual do Maceió (Av. Beira- Mar, Av. Abolição, Av. Henrique Sabóia), além da linha férrea do trem de carga e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ao lado da Av. Sabóia (Via Expressa), demonstram algumas das subdivisões artificiais das políticas urbanas no entorno do Maceió³⁰.

As obras e projetos realizados na segunda metade do século XX revelam diferentes camadas temporais que compõem o espaço. Segundo Bresciani (2002), a concepção de urbanismo envolve a percepção do urbano como lugar privilegiado das manifestações culturais, de controle, de tensões sociais e da reivindicação de direitos, composta de intencionalidades para facilitarem determinadas atividades, conter outras e promover certas narrativas sobre a cidade³¹.

A história da cidade, assim como de um riacho urbanizado, além possuir níveis e formas distintas de contradições, é constituída de simbologias, afetividades, interesses, memórias, cheiros, seres vivos, silenciamentos, ausências e disputas. De acordo com Jatahy Pesavento (2004) possui na relação espacial-temporal, quebras, rupturas e descontinuidades capazes de fazer os historiadores sentirem-se como arqueólogos, buscando indícios, fragmentos e pistas perdidas de uma cidade que “já não existe mais”.

A cidade que não se encontra mais presente, foi moldada pelas políticas públicas, culturais, urbanísticas, patrimoniais do estado, assim como o caminhar, interesses e dissabores das pessoas que a habitavam. Ela foi modelada pelas subdivisões espaciais do em torno do Maceió e do sistema hídrico Maceió-Papicu, vinculação que nos traz outros elementos do avanço da cidade sobre as suas áreas verdes remanescentes possuidoras de representatividades para as pessoas, valorização paisagística e econômica.

Em meio a tais discussões o conceito de espaço se torna importante de ser refletido. De acordo com Santos (2014) a constituição desse conceito remete às teorias do campo da geografia compreendidas de modo distinto e em paralelo com outras discussões sobre paisagem, lugar. Fica evidente que o autor trabalha esse conceito levando em consideração as mudanças sociais e tecnológicas das sociedades no tempo, assim como a ideia de que esse espaço é algo

particularidades e diferenciações de outros bairros de Fortaleza como o analisado por Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2014) sobre o bairro Benfica.

³⁰ A peculiaridade de como as políticas urbanísticas e sociais atingiram o Riacho Maceió, nos dão a impressão que o trecho da OUC (Foz do riacho), foi requalificado para as classes altas e turistas. Já o trecho da Av. Abolição, Varjota e Papicu, permaneceu “esquecido, relegado às classes baixas”, se tornando novamente “rico” quanto mais perto estiver da Lagoa do Papicu e do Shopping RioMar.

³¹ A autora desenvolve a análise sobre o urbanismo baseada na historicidade das ideias e concepções dos saberes tais como a medicina, urbanismo, arquitetura, o direito, que comporam esse campo em constante metamorfose e ainda em formulação enquanto ciência.

produzido pelos seres humanos de acordo com os interesses, tecnologias, demandas e ferramentas de cada época.

A paisagem promove uma releitura do espaço e das simbologias culturais. A sua compreensão perpassa a historicidade, simbologia, entendimento enquanto elemento cultural, mercadológico e processo social da relação entre homem e natureza. A fabricação da paisagem urbana e natural da orla de Fortaleza, feita por inúmeras intervenções, visam a apresentação da cidade como um cartão-postal feito para despertar desejos de consumo e prazer (MENESES, 2002).

Sendo assim, é fundamental percebermos como a fabricação do espaço vai modificando tanto a paisagem, as expectativas, as sensações e tecnologias disponíveis no grande Mucuripe, de modo que possamos perceber esse espaço em movimento, em suas contradições e dissidências. A pretensa estabilidade do esquadrinhamento demonstrada neste espaço causa a falsa impressão de harmonia na narrativa urbana³², como podemos ver nas Figuras 11 e 12.

Figura 11 - Representação aproximada do Sistema hídrico Maceió-Papicu atual: Riacho Maceió (azul), Riacho Papicu (amarelo) e Lagoa do Papicu (marrom).



Fonte: Google Earth (2023). Escala: 400m.

³² Podemos refletir sobre essas intencionalidades do espaço da cidade também levando em consideração as críticas de Richard Sennett (2008) sobre as relações entre as políticas de planejamento urbano, as ideias, ideologias e intencionalidades que cada época marca esse espaço, assim como as relações entre os corpos e as expressões culturais possíveis.

Figura 12 - Área aproximada do sistema hídrico Maceió-Papicu atual: Riacho Maceió (azul), Riacho Papicu (amarelo) e Lagoa do Papicu (marrom).



Fonte: Google Earth (2023). Escala: 1000m.

Escrever sobre o Riacho Maceió e o grande Mucuripe envolve uma tensão sobre as divisões, as fronteiras, as desigualdades que percorrem o seu curso e as redes de sociabilidade ao redor deste riacho e cidade em metamorfose. Envolve questionarmos essa aparente harmonia e requalificações do presente próximo para entendermos outros possíveis passados. Esses elementos, permeados por cidades sensíveis, invisíveis e imaginárias perfazem fronteiras baseadas em marcos sociais, temporais, políticos, assim como afetivos das pessoas e suas formas de viver e compreender a cidade (PESAVENTO, 2007).

Conforme avançamos pelo percurso do Maceió esses aspectos ganharam contornos e formas na medida que observamos as peculiaridades do seu percurso pela cidade (Figura 11 e 12). A busca por colocar em evidência novamente o sistema hídrico Maceió-Papicu, literalmente emparedado pelas casas e as ondas do progresso de Fortaleza³³, estabelece

³³ Essa ideia faz sentido ao pensarmos as diferentes fases e etapas do crescimento urbano da cidade que foram construindo as principais avenidas da região, tais como: Av Leste-Oeste, Av. Beira-Mar, Av. Abolição, Av. Henrique Sabóia. Para maiores detalhes sobre essas diferentes fases do crescimento urbano de Fortaleza, ver: CAVALCANTE, Eider de Olivindo. Os meandros do habitar na metrópole: a expansão urbana e o controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, 2017.

conexões entre zonas, bairros, populações, pessoas, casas variadas que possuem também diferentes formas de se relacionar com os riachos.

Refletir sobre as fronteiras, sejam elas oficiais (demarcação dos bairros e regiões de Fortaleza pela Prefeitura), simbólicas, afetivas e culturais (patrimônios, lugares de memória do bairro e elementos naturais, paisagísticos) torna-se fundamental para compreendermos as contradições que o desenvolvimento urbano e turístico multiplicou nessa região que estamos chamando de grande Mucuripe, permeada de bairros, densidades populacionais e classificações variadas³⁴.

Os limites oficiais dos bairros trazem pistas de temporalidades e sensibilidades urbanas distintas assim como o quanto o processo de turistificação³⁵ impactou as políticas patrimoniais e culturais da região. No caso do Mucuripe, uma espécie de “bairro-síntese”³⁶ da região, percebe-se que o intenso processo de esfacelamentos da memória social do bairro e de seus elementos culturais apartaram-no, de certa maneira, ao direito à memória e ao patrimônio cultural por prejudicar ou impossibilitar o reconhecimento dos bens naturais e culturais como tais.

Um das pistas dessa segregação são as cobranças de água, luz e algumas encomendas: elas constantemente “confundem” o Mucuripe com o bairro Cais do Porto e Vicente Pinzon. Isso evidencia a necessidade de nos atentarmos para as particularidades das tensões espaciais e temporais colocadas pelos diferentes sujeitos. A recorrência desses casos que trocam os endereços fazem parte da constituição de um complexo labirinto da memória social e comunitária.

³⁴ Nos índices de cada bairro dos últimos anos disponíveis, temos as seguintes informações: *Cais do Porto*: N° habitantes (2010): 22382, IDH Municipal (2010): 0.22, Bens Tombados Municipais: 1, Bens Tombados Estaduais: 1, Bens Tombados Federais: 0; *Vicente Pinzon*: N° habitantes (2010): 45518, IDH Municipal (2010): 0.33; Bens Tombados Municipais: 0, Bens Tombados Estaduais: 0, Bens Tombados Federais: 0; *Papicu*: N° habitantes (2010): 18370, IDH Municipal (2010): 0.53; Bens Tombados Municipais: 1, Bens Tombados Estaduais: 0, Bens Tombados Federais: 0; *Varjota*: N° habitantes (2010): 8421, IDH Municipal (2010): 0.72 Bens Tombados Municipais: 0, Bens Tombados Estaduais: 0, Bens Tombados Federais: 0.; *Meireles*: N° habitantes (2010): 36982, IDH Municipal (2010): 0.95, Bens Tombados Municipais: 4, Bens Tombados Estaduais: 2, Bens Tombados Federais: 0; *Mucuripe*: N° habitantes (2010): 13747, IDH Municipal (2010): 0.79, Bens Tombados Municipais: 1, Bens Tombados Estaduais: 0, Bens Tombados Federais: 0. Disponível em: Fortaleza em Mapas - Informações Georreferenciadas de Fortaleza Acessado em: 05/12/2021.

³⁵ Esse termo é trabalhado por Irileno Benevides (1998) e Amíria Bezerra (2009) para buscar entender o processo histórico de crescimento e amplitude do turismo em cidades como Fortaleza.

³⁶ Como já foi mencionado anteriormente, a noção de grande Mucuripe abrange os diversos bairros da região. No entanto a pesquisa irá privilegiar a noção de grande Mucuripe tendo em vista tanto o enfoque do bairro Mucuripe, a extensão do Maceió e a contradição entre os potenciais patrimônios e lugares de memória do Mucuripe e o seu encolhimento. Tal abordagem também se pauta na perspectiva de repensar o bairro ao invés da tendência de redução proposital, analisando-o a partir de uma percepção abrangente de modo que essa abordagem seja um dos fatores de estranhamento e de problematização da aparente naturalização geográfica e simbólica imposta tanto pelo crescimento urbano quanto pelo desenvolvimento das atividades econômicas na região e do turismo.

Fazendo uma breve síntese: iniciando pelo Papicu, devido à proximidade das áreas verdes e amplitude, o riacho e principalmente a Lagoa do Papicu foi um destino comum de muitas lavadeiras das pessoas acostumadas a transitar nas margens dos riachos entre a busca por se sustentar, sobreviver, trabalhar e conseqüentemente testemunhar as intensas mudanças urbanas e ambientais que a região sofreu ao longo da segunda metade do século XX com o avanço da cidade.

Hoje a Lagoa do Papicu se encontra rodeada de grandes projetos arquitetônicos e econômicos, tais como as mansões em cima do morro da Lagoa, o shopping RioMar, os condomínios fechados criados no “boom” imobiliário da região do Papicu e nas proximidades do shopping, a abertura de vias e serviços atrativos dentro do próprio shopping, funcionando como um novo ponto de atração e capitalização de recursos e justificativas para existir maiores investimentos na tentativa de restaurar o espelho d’água da Lagoa do Papicu.

A conexão entre o Maceió e o Papicu, “irmãos siameses” separados fisicamente pelos projetos urbanísticos, pela afetividade histórica e territorial dos moradores, nos direcionam também para alguns elementos da Varjota e do Meireles, “vizinhos ricos” do Mucuripe. Mesmo assim, apesar do bairro Varjota ser extremamente valorizado e ser rodeado de condomínios de alto valor monetário, o Meireles desponta quase que inteiramente enquanto um bairro feito para pessoas de alta classe social viverem nos cobiçados apartamentos, símbolos de status e riqueza.

No caso do Cais do Porto, desenvolvem-se o escoamento de mercadoria auxiliada pelo trem de carga, indústrias como Dona Benta e uma área industrial composta pela distribuição de gás, caminhões de mercadorias, oleodutos³⁷ e outros, assim como um intenso fluxo de automóveis para as praias da Beira-Mar e praia do Futuro, sendo um dos pontos de divisões entre a orla da Beira-Mar, o setor industrial e a praia do Futuro.

A parte do Mucuripe onde hoje é o Porto e o Farol do Mucuripe foram “apartados” do bairro que levam o nome. No caso do Farol, existe uma série de agravantes e problemáticas com longa discussão e debate³⁸. De modo sucinto, cabe ressaltar que mesmo ele sendo um dos principais símbolos da memória e história local e de Fortaleza, de sua relevância enquanto referencial cultural, paisagístico e memorial, o seu devido reconhecimento e elaboração de políticas sociais no seu em torno ainda estão longe de serem efetivadas.

³⁷ O crescimento de tais atividades industriais próximas às residências, ao mar e prédios apesar de extremamente temerosas devido ao desrespeito às normas de segurança seguiram e seguem a todo vapor.

³⁸ A longa trajetória de mobilização das associações comunitárias, de pesquisas e atos visando seja sensibilizar, se apropriar, problematizar e cuidar do Farol remetem aos silenciamentos propositais do poder público e dificuldades de se privilegiar a inclusão de patrimônios a partir da perspectiva e interesse dos moradores. O Farol do Mucuripe se torna um dos grandes exemplos do processo de apagamento e fragmentação da memória.

O Farol do Mucuripe encontra-se desvinculado do seu bairro originário e vem sofrendo ao longo dos últimos anos as consequências dos interesses turísticos e especulativos, assim como a região do Tintanzinho, corroborando para certo abandono do poder público em revitalizar esses espaços e integrá-los efetivamente nas políticas patrimoniais da cidade, tendo a possibilidade de se desenvolverem diferentes usos e atividades culturais.

Além disso, o Farol antigo está vinculado ao Cais do Porto, mas extraoficialmente a comunidade do Serviluz reivindica mais fortemente para si a efetividade, representatividade do Farol e a preservação de sua paisagem cultural. Houve ainda uma trajetória de negação do reconhecimento do Serviluz enquanto bairro, refletindo em uma série de questões administrativas, de recursos e de autonomia, gestão e políticas culturais, presentes na vivência desse espaço, nas atividades hoje tradicionais como o surf (NOGUEIRA AGUIAR, 2014, p.97).

Ainda nos arredores do Porto do Mucuripe, que também não fica mais no bairro do Mucuripe, a “privatizada”³⁹ Praia Mansa, mais um dos casos polêmicos vinculados a memória social da orla e dos bairros⁴⁰. Próximo a esse local temos o Iate Clube, símbolo das diferentes conjunturas de reinvenção da praia enquanto espaço de lazer e de consumo. Ele fica de frente ao Morro do Teixeira, hoje requalificado e com prédio de gastronomia do grupo M. Dias Branco.

Praticamente ao lado do Iate e de seu prédio, temos o atual Mercado do Peixe concentrando parte importante da atividade econômica e gastronômica da região, rivalizando com a feira de beira da praia dos pescadores tradicionais, além da paisagem cultural de um dos poucos bens tombados da localidade: a Igreja de São Pedro, ameaçada pela especulação imobiliária. Sua relevância congrega a noção de paisagem cultural e área envoltória, as festividades religiosas e os saberes dos pescadores se confundem com a história da Igreja.

Com relação ao próprio Mucuripe oficial, o seu território ainda está associado de modo bastante significativo a Igreja de São Pedro, Igreja da Saúde, o Cemitério do Mucuripe, a praia dos pescadores e o Riacho Maceió, demarcando um percurso de luta, religiosidade fé e desesperança da comunidade. Muitas vezes ela teve que contar com a colaboração de seus pares para garantir direitos básicos, a construção e manutenção de seus lugares de memória, bens culturais, naturais e paisagísticos.

³⁹ Com a expansão do complexo industrial, a Praia Mansa simplesmente ficou restrita ao prédio das indústrias e porto mesmo desrespeitando os limites de zoneamento urbano, faixa da praia e ilegalidade de se “privatizar” a orla.

⁴⁰ Apesar de ser casos distintos, a separação entre moradores e praia também é um dos maiores riscos que os moradores da região chamada de Tintanzinho enfrentam devido à pressão do capital imobiliário e omissão do poder público.

Já o Vicente Pinzon⁴¹ carrega um nome em homenagem a um dos colonizadores, amplamente, destacado na narrativa historiográfica clássica e colonialista, exaltadora dos ídolos das origens⁴². Para além desse aspecto, podemos destacar ainda as visões e paisagens proporcionadas pelo lugar privilegiado do Mirante, assim como o Clube Terra e Mar, bastante significativo para a história local, hoje situado como se pertencesse somente ao Vicente Pinzon⁴³.

Em suma, essa breve descrição e apontamentos trazem à tona parte dos labirintos da memória que o progresso, expansão urbana, o desenvolvimento turístico e econômico contribuíram para soerguer. Percebe-los na sua relação histórica com o Maceió é fundamental para compreendermos as nuances do bairro, suas belezas e papel nas políticas voltadas para o campo do patrimônio cultural e mobilizações pela preservação do riacho.

2.2 As vidas de um riacho e suas eras: Mucuripe, patrimônio e memória

“Cada aldeia tem o seu rio. E o do Mucuripe é o Maceió.”
Blanchard Girão – A morte do Maceió. In: Mucuripe: de Pinzon ao Padre Nilson, 1998, pág. 145.

A compreensão do Maceió enquanto um patrimônio ambiental urbano parte da percepção das tensões entre o campo do patrimônio, a cidade e os direitos sociais discutidas ao longo da conjuntura de redemocratização brasileira, assim como a historicidade do Riacho para a constituição do bairro e estabelecimento de lugares de memória, referências paisagísticas e sentimentais, representante de outras concepções de Mucuripe, orla e cidade.

O debate proposto por Meneses (2006) sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano está intrinsecamente relacionado com a compreensão da cidade enquanto um bem cultural,

⁴¹ “O Vicente Pinzon apresenta dois eixos de desenvolvimento voltados para a camada média e alta [...] O primeiro eixo está localizado entre a Av. Alberto Sá e Eng. Nunes Melo [...] O segundo eixo, que compreende os quarteirões contíguos às avenidas Clóvis Arrais Maia, Renato Braga e Luís Vieira, é proveniente, sobretudo, do antigo Loteamento Praia de Antônio Diogo e possui forte ligação identitária e econômica com os vizinhos bairros Praia do Futuro I e II [...] é importante ressaltar, ainda, que o Vicente Pinzon está entre os bairros com maior número de pessoas vivendo na extrema pobreza [...] O Cais do Porto [...] também exibe um número expressivo de pessoas na extrema pobreza” . In: CAVALCANTE, Eider de Olivindo. Os meandros do habitar na metrópole: a expansão urbana e o controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, 2017, pág. 31-32.

⁴² Aparentemente esse debate durante muito tempo pautou as discussões sobre o Mucuripe, dando a entender que a principal problemática era saber o início exato do descobrimento do Brasil, do Mucuripe, da colonização e surgimento de Fortaleza enquanto cidade. Segundo Andre Aguiar (2006), historiadores como Raimundo Girão buscaram explicar aonde o contato entre homem branco e nativos teria ocorrido: “rosto hermoso”, a anseada do Mucuripe, teria sido um desses locais, a relação entre europeu-mulher nativa- praia também pode ser estabelecida na literatura de José de Alencar em Iracema. A questão do ídolo das origens é trabalhada pelo historiador Marc Bloch. Ver: BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴³ Nos sites de consulta, o Terra e Mar também aparece como sendo do Mucuripe.

constituída pela relação social dos habitantes da cidade como cidadãos politicamente ativos que vivenciam o urbano para além do simples transitar. Tal compreensão da cidade corrobora para uma relação diferenciada entre o patrimônio, a memória e a sociedade.

Tourinho e Rodrigues (2020) argumentam que os debates sobre a conjuntura dos anos 1970 e 1980 se tornam fundamentais para a própria formulação desse conceito no campo do patrimônio, haja vista as discussões sobre planejamento urbano e a qualidade de vida na cidade, as consequências da industrialização e peculiaridades da conjuntura brasileira do período. Evidencia-se que na operacionalização desse conceito é essencial uma percepção mais acurada das problemáticas da pesquisa.

Em meio a tal debate, a noção de habitante discutida por Meneses (2006) se torna um dos aspectos fundamentais do engajamento de moradores com as causas sociais, políticas e ambientais do bairro, evidente na força coletiva das associações locais⁴⁴ entre os moradores. A pressão do mercado imobiliário na região, o visível avanço do processo de gentrificação ocasionam maiores complexidades na forma de lidar com as dificuldades impostas pelos tempos do progresso neoliberal e turístico.

Nesta conjuntura da segunda metade do século XX, é fundamental compreendermos a noção de habitante e a sua relação com o espaço habitado. Ela se aproxima das memórias, relações sociais, e afetivas dos moradores a partir das narrativas religiosas, de lazer, trabalho e moradia num Mucuripe ainda romântico⁴⁵ que passou por inúmeras mudanças.

Se torna um exercício de complexa abstração imaginar que há cerca de 50 anos o Riacho Maceió possuía diversos seres vivos vivendo nele e no seu entorno; que as pessoas pescavam, brincavam, se apropriavam do riacho enquanto área de lazer e lavavam roupas nele, além de ser compreendido na “fórmula” de Blanchard Girão: toda aldeia tem um rio, “o rio” eleito da aldeia Mucuripe seria o Riacho Maceió.

⁴⁴ Há envolvimento de associações do bairro Mucuripe, Varjota, Santa Terezinha, Serviluz e outras.

⁴⁵ A ideia de Mucuripe romântico parte do entendimento dos blogs memorialísticos como Fortaleza Nobre, as memórias dos moradores mais antigos remeterem à ideia de que antes do intenso processo de urbanização, destruição de casas, do Maceió e gentrificação do bairro, apesar dos sofrimentos e carências, o Mucuripe era um local muito bom de se viver, mais belo, místico e afetivo. A ruptura e estranhamento provocada por qualquer imagem da orla do Mucuripe ainda do começo do século XX onde é possível ver o mar e a orla ainda pouco ocupadas e outra, mais atual (anos 1980-2000), nos ajuda a refletir sobre o porquê de um bairro outrora bastante verde e pouco habitado provocar tantos saudosismos, reminiscências e narrativas românticas do passado, seja dos moradores mais antigos ou nos blogs e redes sociais desejosos de narrar e trazer registros de outras épocas. Ademais, a seletividade da memória discutida por autores como Pierre Nora (1993), Andreas Huyssen (2000), Michael Pollak (1989) e François Hartog (2006) nos ajudam a perceber as problemáticas e interstícios entre a memória e a história. Há certas memórias que se cristalizam baseadas num apego aos afetos e permanência das paisagens naturais.

“Fórmula” no sentido de que essa opinião praticamente determina a necessidade de toda aldeia ter um rio. Mesmo sem tal obrigação, os rios, os cursos d’águas, lagoas e afluentes tiveram papel fundamental ao longo da história, pois foram componentes fundamentais para a sedimentação humana em determinados territórios, no desenvolvimento agrícola, comercial econômico, civilizacional, urbano, militar, assim como na constituição de seu imaginário, cultura e modo de vida de diversas sociedades e países de maneiras distintas (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

A utilização destes recursos para produzir energia, abastecer indústrias variadas e a poluição indiscriminada são exemplos da relação ambígua da espécie humana com a natureza ao longo da história⁴⁶, permanecendo em algumas culturas tradicionais a relação íntima com os elementos naturais, atribuindo-os senso de personalidade, religiosidade e espiritualidade. No caso do Mucuripe, predomina uma relação sentimental, geográfica, de lazer, moradia, necessidade e sobrevivência com o Maceió.

Esta percepção do Mucuripe enquanto aldeia destacada por Blanchard Girão rompe as expectativas temporais e sociais esperadas para essa espacialidade nas últimas décadas, remetendo a formação do bairro a partir da relação entre homem e natureza, tendo o mar e o Maceió como referencial geográfico, de sobrevivência e habitação em épocas que as fronteiras sociais e dos habitantes locais eram baseadas em outros parâmetros de identificação.

A quebra de expectativa apontada ajuda-nos a problematizar a ideia de Eras vivenciadas no bairro, haja vista que as intensas acelerações temporais e as mudanças nos modos de vida da população ao longo do século XX geraram um efeito de que estaríamos trabalhando Eras (escalas temporais de longuíssimas durações) ao invés de recortes temporais de média e longa duração em conjunturas distintas. A utilização intencional do termo “Eras” visa a provocação desses estranhamentos nas escalas temporais.

A nomeação de aldeia nos ajuda a expor parte das contradições temporais constituidoras da história do bairro através dos termos utilizados⁴⁷. Numas das definições da língua portuguesa, aponta-se aldeia enquanto uma “pequena povoação menor que uma vila⁴⁸. Em meio

⁴⁶ Segundo Sandra de Cásio Araújo (2006), essas diferenciações são constituídas de maneiras bastantes distintas a depender da época, tecnologias, intencionalidades das sociedades. O tempo da modernidade demarca constantes quebras de expectativas e da predominância de uma visão de que o homem pode superar e dominar a natureza.

⁴⁷ Segundo R. Koselleck (2006), a história das palavras refletidas historicamente e socialmente seja enquanto conceitos a serem problematizados ou categorias nos revelam muitas particularidades históricas e conjunturais que nos ajudam a problematizar a história a partir da língua. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRio, 2006.

⁴⁸ Definições segundo o Dicio online. Disponível em: Aldeia - Dicio, Dicionário Online de Português . Acessado em 26/11/2021.

às discussões e diferenciações entre vila, aldeia, povoado, colônia de pescadores, distrito⁴⁹ e bairro é importante enfatizar as variadas formas de se conceber e delimitar o Mucuripe, a relação entre homem e natureza, destacada principalmente entre o Maceió e o mar.

A narrativa histórica mais tradicional sobre o bairro enfatiza o já mencionado aspecto da busca pelas origens cronológicas do bairro, de seu nome⁵⁰, bem como que a história do bairro, a sua constituição e importância se deu devido aos interesses coloniais, associados a chegada de Vicente Pinzon como um marco cronológico e simbólico da história de Fortaleza e do Mucuripe.

Para além destas discussões, é importante compreender que a narrativa da história de urbanização de Fortaleza foi baseada numa viragem do modelo econômico, burocrático, interiorano e pecuário, para um de exportação de algodão, desenvolvimento de outras indústrias e serviços baseados na expansão física e burocrática da cidade de Fortaleza em consonância com o período de secas⁵¹, demarcando o gradativo crescimento populacional na orla da atual Av. Beira Mar, Mucuripe e bairros próximos.

Abordando a questão histórica e geográfica do bairro, Cavalcante (2017) analisa a urbanização da orla de Fortaleza e do bairro Mucuripe, assim como a formação geográfica e cartográfica da ocupação dessa orla. Segundo o autor, o povoamento do Mucuripe foi se

⁴⁹ Durante certa parte do século XX, o Mucuripe foi um distrito autônomo administrado internamente por membros locais. Dentre tais definições, daremos ênfase a percepção do bairro enquanto colônia de pescadores devido a importância histórica e patrimonial da relação entre Mucuripe, Maceió, pesca, mar e religiosidade e fé.

⁵⁰ Blanchard Girão (1929-2007) foi um dos membros da tradicional família Girão, foi um renomado advogado, escritor, jornalista e radialista que desenvolveu no final da década de 1998 em parceria com Vera Lúcia Miranda, uma das lideranças comunitárias, um livro de memórias e de narrativas sobre o Mucuripe chamado “Mucuripe-De Pinzon ao Padre Nilson”. Em um trecho de seu livro menciona-se as grafias distintas que a palavra Mucuripe teve ao longo da história (Macorie, Macoripe), no outro, enfatizasse as considerações de Raimundo Girão sobre o bairro: Raimundo Girão, apaixonado pelas origens de nossa cidade, tem páginas poéticas para situar o Mucuripe na paisagem histórico-sentimental de Fortaleza: “Na beira-mar cearense, escreve ele à página 24 da sua “Geografia Estética”- monótona, indigente de recortes, sem avanço agressivo de promontórios maiores, nem o acolhimento franco de baías mais fundas, o Mucuripe foi sempre visado pelos navegantes e procurada a sua angra como refrigerio das jornadas dos navios das armadas d’ El Rei ou de flibusteiros ladrões”(GIRÃO, Blanchard, pág. 21), assim como uma outra perspectiva quanto a nomeação do bairro: “Para Girão, pouco importa o que, etimologicamente, significa a palavra Mucuripe, *com alguns achando ser “rio dos mocós”*, pela grande presença desses roedores na região, ou, como queria Alencar, “fazer alguém alegre”. “Mais certo – diz Girão- seria dar ao Mucuripe o nome de Cabo da Saudade. Ao dobrá-lo, quem deixa a terra tem a alma cheia de tristezas, ao perder de vista o comovente adeus das despedidas. Talvez para nunca mais. Ao dobrá-lo, quem chega com o coração fremente de alegria, é ali que começa a matar as saudades que guardava” (GIRÃO, Blanchard, pág.21-22, grifo nosso). As pretensões literárias e memoriais de Blanchard Girão colocam o seu livro como um dos pontos de investigação sobre a memória social do bairro e nas discussões sobre a relação entre história e memória. No ano do lançamento desse livro, a situação do Maceió já se encontrava bastante crítica, sofrendo reformas que dariam estética de suas margens (de concreto) parecidas com as atuais. Como veremos, se trata de um momento em que o turismo estava em outro patamar.

⁵¹ A seca de 1932 foi narrada nos periódicos, utilizada como instrumento de barganha política, de exploração de mão de obra, se tornando um dos fatores de crescimento urbano e da formação de comunidades e bairros carentes Ver: RIOS, Kênia Sousa. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932 / Kênia Sousa Rios. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

desenvolvendo quando Fortaleza transfere o seu porto para a região da Prainha⁵², fator mobilizador da ocupação do Mucuripe por pescadores artesanais que se instalaram nas margens do Maceió em meados do início do século XIX⁵³.

Secas como a de 1877 influenciaram nesse processo de ocupação, provocando aumento do fluxo de retirantes para a orla. A extração da pedra do Mucuripe foi feita por essa mão de obra barata que alimentou o crescimento e expansão da cidade de Fortaleza no início do século XX. Sendo assim, nas trajetórias das secas e na criação dos campos de concentração em 1932, o imaginário do Ceará enquanto terra da seca e fome ganhou outros contornos políticos e sociais, consolidando-se nacionalmente.

Além de refletir sobre o processo de urbanização da orla e de Fortaleza, interessa-nos perceber a constituição do bairro e do Maceió em diversas “Eras” a partir da relação entre os habitantes locais com os potenciais patrimônios do Mucuripe⁵⁴ e os elementos identitários do bairro, de modo que possamos perceber as singularidades e os pertencimentos relacionados com o Maceió.

Sendo assim, a Igreja de São Pedro dos pescadores desponta como um dos bens culturais mais significativos da história do Mucuripe, seja devido a representatividade e simbologia das cerimônias religiosas promovidas pelos pescadores, por ser incorporada enquanto espaço de proteção divina de São Pedro e da imagem de Nossa Senhora da Saúde aos pescadores e seus familiares, assim como devido a congregar os saberes e fazeres da pesca e seus trejeitos nas proximidades da Igreja⁵⁵.

A narrativa de fé e religiosidade é bastante característica do bairro, expõe a força de mobilização das pessoas que habitavam o grande Mucuripe. Um dos episódios marcantes da história do bairro se trata da contenda religiosa envolvendo a Igreja de São Pedro, o Riacho Maceió, os moradores do Mucuripe, o povoado da Volta da Jurema e membros da Igreja

⁵² Região próxima a atual Praia de Iracema.

⁵³ Segundo dados citados por Eider Cavalcante (2017) disponíveis no jornal O Estado do Ceará, no final desse século, o Mucuripe possuiria cerca de 1.814 habitantes Além disso, 876 seriam homens e 938, com 98 homens e 62 mulheres sabendo ler.

⁵⁴ A noção de “potenciais patrimônios” baseia-se em certas premissas desenvolvidas no andamento da pesquisa: Uma delas diz respeito ao processo de violação, silenciamento e negação que percorre, de modo geral, boa parte da história do Mucuripe, o que possui consequências claras quanto ao interesse do poder público, privado e órgãos responsáveis em reconhecer e salvaguardar os marcos sentimentais, culturais, sociais e históricos do bairro. Bens como a Igreja de São Pedro, apesar dos estudos e reconhecimento, correm sérios riscos de sofrerem revesses capazes de comprometer o seu lugar nas políticas de patrimônio de Fortaleza e da orla. Outros como o Riacho Maceió, remetem a sua relevância histórica, sentimental, paisagística e ambiental para o bairro, atualmente de certa forma perdida e impossível de ser minimamente recuperada devido ao profundo processo de alteração e descaracterização do riacho.

⁵⁵ As justificativas e argumentações sobre a relevância da Igreja pode ser consultada com maior detalhes na instrução de tombamento da Igreja, disponível em: (Microsoft Word - Instru\347ao de tombamento Sao Pedro.doc) (fortaleza.ce.gov.br) . Acessado em: 21/12/21.

Católica. Parte dessa história é narrada em uma matéria do Jornal O povo⁵⁶ sobre a “Guerra Santa”:

Quando o Farol Velho foi erguido, na metade do século passado, o Mucuripe era uma povoação de casas esparsas enfiadas num coqueiral praieiro. Em 1930, Maria Magdalena Ribeiro tinha 78 anos e contou ao O POVO: “O Mucuripe era uma mata habitada por onças e caiporas, quando meu avô João Ribeiro Lima aqui chegou”. Com ele veio a dona Maria Ribeiro de Magdalena trazendo a imagem de Nossa Senhora da Saúde. Que depois se tornaria lendária. Cultuada num santuário doméstico, a pequena imagem começou a fazer milagre e logo virou motivo de romaria. Em sua homenagem, foi construída pelo povo, há cem anos atrás, uma igreja, que até hoje existe, impressada entre os restaurantes da Beira Mar. Os devotos vinham dos lugares mais distantes, andando a pé, pela beira da praia. Faziam promessas de arrodarem de joelhos e varrerem toda a igreja, sendo que as vezes ela era varrida dez vezes por dia (O POVO, 1985, pág.17).

Esta reportagem sobre o Mucuripe revela muitos traços interessantes sobre o local e o papel que o Jornal O povo por vezes assumia de reunir narrativas e citar a si mesmo como um dos agentes responsáveis por mediar essas histórias geracionais do bairro⁵⁷. Infelizmente, sabe-se muito pouco sobre as pessoas mencionadas na história de fundação da atual Igreja de São Pedro, mesmo assim isso não impede-nos de refletir sobre os elementos trazidos nesse trecho da reportagem.

Um deles é o modo que a paisagem do Mucuripe é descrita, sendo extremamente verde e com a menção de onças e caiporas⁵⁸, fazendo-nos imaginar o estado de preservação que o

⁵⁶ O Jornal O povo, fundado em 07 de janeiro de 1928, se tornou um tradicional periódico do Ceará. Segundo a historiadora Matilde de Lima (2013), o jornal surge na década de 1920 se colocando com um ideal de defesa da liberdade e contra a opressão do poder político dominante, destacado tanto pelo seu nome escolhido em votação aberta, quanto pelo símbolo do chicote utilizado como forma de posicionamento do jornal sobre as injustiças sociais e abusos cometidos pelo poder público; há também a menção de se tratar inicialmente de um jornal impresso no período vespertino, com a impressão condicionada à importação de papel, taxas de telegrama, impressão, encarecendo suas edições, condicionando os tipos de impressões e formas de acordo com as tecnologias em voga e os recursos disponíveis para investimento, alterados especialmente no final da década de 1980, com a adoção de outros materiais, impressões coloridas. Possui diversas edições e relevância política e econômica. No final do século XX, o jornal desenvolvia edições e matérias específicas voltadas para os bairros como o Mucuripe, além de inúmeras seções e temáticas que já o colocariam, assim como o Diário do Nordeste, como representantes da grande imprensa pelo seu poder aquisitivo, quantidade de tiragens, influência política (seja em políticas públicas ou de capacidade de apoio) (BRILHANTE, 2013). Além de se consolidar como uma das principais mídias de informação e comunicação incorporadas ao cotidiano de milhares de leitores é, interessante observarmos a preocupação do Jornal O povo em dar certa abertura à falas de lideranças comunitárias e pessoas envolvidas com atividades artísticas ou culturais, mas também de autoridades e narrativas diferentes das destacadas por esses moradores. Percebe-se também a tentativa de valorização da identidade, memória e história local pela constante divulgação da paisagem, relatos positivos, projetos e artistas famosos falando sobre o bairro, a sua história. O próprio jornal busca se integrar à tais ações, tendo em vista que chega a promover ou ajudar na organização de algumas atividades culturais do bairro bastante relevantes, como a da festa da Nossa Senhora da Saúde, sua feirinha e eventos culturais (lançamento do livro de Blanchard Girão sobre o Mucuripe e homenagem ao padre Nilson).

⁵⁷ Nesse ponto é importante estarmos atentos às críticas feitas por Tania Regina (2008) sobre as intencionalidades que as fontes periódicas trazem, tanto no seu aspecto gerencial, catalográfico, nas escolhas de temas, cores e seleções de matérias, assim como na sua fabricação física. Se os historiadores há pouco tempo não consideravam os periódicos como fontes sérias, as mudanças na teoria da História possibilitaram outras abordagens e problematizações a partir desse tipo de fonte.

⁵⁸ Para além da veracidade e da mistura entre folclore e animais reais, esse relato expõe uma configuração de mata densa e originária da orla ainda bastante conservada.

Riacho Maceió possuía nesse momento histórico (primeiras décadas do século XX), quando o bairro ainda é apontado como povoado disperso e extremamente verde. Pois, é baseado nesta descrição e na memória do bairro que talvez faça ainda mais sentido a inserção da estátua de Iracema próxima à sua Foz.

Outro elemento é a penitência e a fé das pessoas, capazes de mobilizá-las em prol da construção, peregrinação e zelo com a Igreja de São Pedro, atualmente ainda mais escondida e negligenciada pelo poder público em meio aos prédios e obras na Av. Beira-Mar. Isso nos ajuda a repensar o papel da fé e religiosidade no Mucuripe para seu fortalecimento enquanto comunidade autônoma. A devoção à Nossa Senhora da Saúde teve desdobramentos inéditos:

Em 1930, deu-se incidente que viria alterar a vida da igreja [de São Pedro]. Indignado com o “excesso de zelo dos fiéis (como acentuou O POVO na época), o Monsenhor Luis Rocha que deveria celebrar a missa [...] se recusou a celebrá-la, fechou a igreja e entregou a chave ao então bispo Dom Manuel. Apesar da presença da polícia, a reação da população foi imediata. Prontamente, as mulheres se organizaram em duas turmas e, armadas de facão se postaram em volta à igreja, temendo que carregassem a santa para outro local [...] com a construção da nova Igreja (atual matriz de N.S Da Saúde), muitos foram os que se recusaram a ali assistirem a missa, enquanto outros preferiram aderir à Igreja Batista. Além disso, havia uma velha rixa entre a população mais bem situada do bairro da Jurema com seus vizinhos pobres do Mucuripe que eram chamados de “unhas pretas” por ela. [A divisa dos bairros ficava no hoje aterrado riacho Maceió], e era respeitada, sob pena de violências por ambos os lados (O POVO, 1985, pág. 17).

A marca da mobilização das pessoas em prol da devoção e defesa dos espaços significativos para as suas vidas percorre uma trajetória de disputas entre autoridades públicas e moradores. As desavenças entre o bispo e os devotos culminou numa grande rivalidade, reacendendo as rixas entre os moradores da Volta da Jurema⁵⁹, do Mucuripe ao ponto da imagem milagrosa da Santa⁶⁰ virar objeto de vigilância de mulheres com facão, incapazes de impedir o furto que legitimou a consolidação da outra igreja⁶¹.

⁵⁹ Apesar de a matéria do jornal apontar a Volta da Jurema como um bairro, oficialmente a identidade desse trecho da orla que envolve parte do Maceió, da Igreja da Saúde e das casas próximas foi praticamente extinta. Além disso, a noção de Mucuripe enquanto bairro também incorporou o que antes era compreendido como Volta da Jurema.

⁶⁰ Durante um grave surto de varíola a imagem da santa foi vista como milagrosa para as pessoas.

⁶¹ É provável que a ideia de matriz seja devido a mudança da imagem santa da Igreja de São Pedro para a igreja da Nossa Senhora da Saúde. Isso deve ter influenciado para a igreja situada na Av. Beirar reafirmar a sua identidade ratificando o nome de São Pedro após esse episódio. Ademais, quanto a menção à uma Igreja Batista, é provável se tratar da atual Igreja Batista Regular do Mucuripe, possuidora de fases de organização (1934) e reorganização (espécie de refundação) em 1948. Na sua reorganização, dado o histórico do bairro e os nomes das pessoas que apoiaram tal medida, é possível aferir que a Igreja Batista do Mucuripe contou com bastante apoio de seus próprios moradores para conseguir ser refundada e se manter atuante até os dias de hoje com a participação da família Andrade (parentes de um dos casais fundadores - Luiz Almeida de Andrade e Nazaré Almeida de Andrade). É interessante pontuar sobre a questão dos sobrenomes de famílias para a memória social do bairro. Segundo

Um dos referenciais que demarca as divisões entre as igrejas, a Volta da Jurema e o Mucuripe foi justamente o Riacho Maceió estigmatizado pela situação de degradação ambiental. Situado em meio a contenda religiosa, o riacho se tornou a fronteira que separava os “unhas pretas”⁶² e dos juremistas numa época que provavelmente a Igreja da Saúde ainda ficava voltada para o mar e de costas para o cemitério do Mucuripe⁶³.

Ainda sobre a Igreja da Saúde, cabe ressaltar mais uma matéria do *Jornal O povo*, já de outra época⁶⁴, intitulada “Quando a fé moveu as pedras”, que conta a história de construção dessa igreja a partir dos relatos de Dona Nicota⁶⁵:

Quando viram sua Igreja fechada, os católicos do Mucuripe arregaçaram as mangas e começaram a carregar pedras na cabeça para erguer um novo templo de orações. A Igreja da Nossa Senhora da Saúde foi feita pelo esforço dos fiéis. É assim que Maria Dantas da Silva, 88, a conhecida Dona Nicota relata a história. O trabalho era feito de madrugada. [Inúmeras mulheres da comunidade levavam pedras para a construção da Igreja]. *Dona Nicota* considerava que havia, em toda aquela manifestação, um verdadeiro ato de fé.” Nós todos trabalhamos muito, até o Cruzeiro foi tirada em plena madrugada. Não tínhamos culpa do desentendimento do Monsenhor com o responsável pela Capela (O POVO, 1998, p. 3).

A história e memória do bairro perpassa a luta, a penitência e a perseverança dos moradores e moradoras que literalmente construíram uma narrativa social e afetiva muito forte vinculada tanto aos seus patrimônios materiais e imateriais quanto com as pessoas que se

Blanchard Girão (1998) em seu já mencionado livro sobre o Mucuripe, “Não dá para falar de Mucuripe sem uma referência aos Balaios. Como aos Verçosa, os Braga, os Cabral e tantos outros filhos da terra” (GIRÃO, pág.42).

⁶² Esse elemento enfatiza os trabalhos manuais e se tornam assim uma referência à classe social das pessoas e suas condições de vida.

⁶³ O cemitério do Mucuripe também possui uma trajetória de mobilizações e de perseverança, pois durante muito tempo o bairro não teve nenhum cemitério e os seus moradores tinham que se deslocar para outros lugares, sendo negada a vontade das pessoas e seus familiares de serem enterradas no Mucuripe. Após a doação do terreno e da colaboração dos moradores para a construção, o cemitério São Vicente de Paula foi fundado em 1916, em frente da atual Igreja da Saúde e próximo do percurso do Maceió.

⁶⁴ Para narrar a história da Igreja e do bairro, foram citadas indiretamente e diretamente matérias de épocas distintas do *Jornal O povo* (1930, 1985, 1998) o que traz problemáticas quanto as conjunturas diferentes do jornal, sua produção e intencionalidades, bem como a ideia de reforço do jornal em estabelecer ou compilar as narrativas sobre o bairro. Tal relativização buscou priorizar o estabelecimento dessa narrativa sobre a memória social da Igreja mesmo que em momentos distintos, reforçando o quanto essa história se tornou importante para o bairro e seus moradores; as problemáticas ligadas ao jornal, principalmente no final do século XX serão detalhadas ao longo da pesquisa, haja vista que o *Jornal O povo* é uma das principais fontes e possui papel de destaque nessa trajetória de luta da comunidade.

⁶⁵ Dona Nicota Dantas foi uma das mulheres que nasceram e morreram no grande Mucuripe, se destacando na memória comunitária do bairro devido ao seu envolvimento com as causas da comunidade e familiares: “Seu avô, João Rodrigues de Freitas, foi o primeiro faroleiro do Mucuripe. E o seu pai, pescador de jangada de piúba” (GIRÃO, 1998, pág. 39). Outras “donas” se destacam na história social do bairro: Dona Hermínia, mãe de Vera Lúcia Miranda (agente social, liderança comunitária, artista plástica e memorialista do bairro) Dona Mundinha (Raimunda Alves de Sousa, artista plástica e líder comunitária), Dona Nira, Vavá, Aida Balaio, Vilani, Tatá (Otacília Verçosa), Mariazinha do Serviluz (Maria Ferreira Dias), Vaquina (Joaquina Rocha), Dona Birrinha, mulheres mais conhecidas por seus apelidos e sobrenome. Essas e tantas outras mulheres (algumas também foram lavadeiras) que vivenciaram e andaram pelo Mucuripe foram responsáveis por parte expressiva da memória social do bairro.

mobilizavam em prol de causas de fé⁶⁶. Além de estar envolvido com a questão religiosa e ser referência num Mucuripe sem prédios e inúmeras ruas pavimentadas, o Maceió fazia parte da sobrevivência e lazer da comunidade.

Em meio as mudanças, esquecimentos, apagamentos da história e memória do bairro é possível, através de relatos e reminiscências, refletir sobre a importância do riacho para o morar e viver no Mucuripe constituído a partir de uma outra relação entre homem e natureza. Na pesquisa desenvolvida por Sidarta Cabral⁶⁷, baseada numa concepção de educação patrimonial no Mucuripe, há o relato de um dos antigos moradores do bairro chamado Paulo sobre o Maceió e a vida no Mucuripe:

Posso começar com este cantinho. A gente chamava de Passa Raiva (aponta uma tabuleta pintada com este escrito). Como chama até hoje. Porque aqui o verde, as plantas, o cantinho como um todo aqui... acalma. Quando minha irmã vinha cansada do trabalho com a enfermagem, onde ela era auxiliar... Chegava aqui e sossegava. Porque tinha sido duro o trabalho [...] quando eu era menino, aqui tudo era aberto. Havia um mesmo quintal, um quintal só, único. A gente brincava aqui. – Vamos para a lanchonete? – a gente dizia. E a gente ia na goiabeira, no pé da siriguela, da graviola... Nós mesmos confeccionávamos nossos brinquedos... os carrinhos de rolimão [...] tinha o jô ajuda, o pega-pega, as brincadeiras que toda criança por aqui fazia naquele tempo. Mas tinha uma coisa[...]. A minha relação com o Riacho Maceió. A gente pegava peixe beta [...] betú, no Riacho Maceió. Pegava bacias de betú, de peixe beta. A gente chamava o Riacho Maceió de Correte, de correntezas. Na Corrente, no riacho, a gente atravessava a nado de tão fundo isso aqui. E lá pegava mais pitú [...]. Hoje dá na canela a fundura do riacho (CABRAL, 2016, p. 105).

Fica explícito as outras referências da relação entre homem e natureza, de lazer, brincadeira de infância, especialmente a ideia de que haveria um lugar comum onde as pessoas interagiam entre si e possuíam forte vínculo emocional e social. A noção de público e privado

⁶⁶ Ainda sobre a construção da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Blanchard Girão (1998) traz outro relato de Dona Nicota: Juntou-se o povo do Mucuripe, Pedro Rufino, Manuel Jesuíno, Tomaz Verçosa à frente, num movimento parecido com aquele que, em 1916, deram ao bairro o seu cemitério. *O pessoal assava galinha, fazia bolo, peças de labirinto, mandava cachos de banana, cestas de caju e manga, tudo que era possível para os leilões e ia arranjando dinheiro a fim de levantar a nova igreja*. Nisso, Pedro Rufino teve outra iniciativa. Pegou a jangada com mais dois companheiros e foi quebrar pedra, de marreta... ali na zona do Farol (Farol Velho, desativado, hoje Museu do Jangadeiro). Acontecia nas quartas-feiras. À noitinha, a jangada do Pedro voltava da viagem carregada de Pedras. *E na praia estava o povo para ajudar a carrega-las. Mulher, homem, menino novo, velho- todo mundo apanhava uma pedra, colocava na cabeça e subia aquelas dunas, o areal atolando até o meio da perna. Para a nova igreja a ser construída*. Tal como na Antiguidade, na construção das pirâmides do Egito... lembra alguém. Pedra por pedra, até erguer o templo de sua fé [...] Nicota retemperou sua fé naquele mutirão da gente do Mucuripe pelo direito de ter seu lugarzinho de rezar (GIRÃO, 1998, pág.40, grifo nosso).

⁶⁷ A pesquisa de Sidarta Cabral foi fundamental para compreendermos o chamado Projeto Enxame, um projeto social da educação patrimonial desenvolvido no Mucuripe, sua importância e representatividade para os moradores e jovens, as maneiras de pensarmos as expressões culturais dessa juventude, assim como a importância de oficinas e exposições para repensar a questão patrimonial e memorial do bairro, servindo como uma espécie de formação política, cidadã e educacional para além das atividades escolares, influenciando a vida de pessoas envolvidas com o projeto como o Diego di Paula, fundador do atual Acervo Mucuripe.

atual parece se perder completamente em meio à esta outra configuração. No presente, é praticamente impossível encontrar plantas frutíferas e alimentos ao ar livre como os que foram mencionados na cidade⁶⁸.

O relato de Paulo, citado anteriormente, remete-se provavelmente aos anos 1930-1940 e reforça as alternativas de sobrevivência adotadas de acordo com as possibilidades que o meio ambiente oferecia aos habitantes, assim como o papel do Maceió nessas alternativas de alimentação e trabalho. Há relatos de que as plantações de verdura e frutas do entorno do Maceió abasteciam o bairro e áreas próximas. Ou seja, tais relatos nos revelam um riacho vivo, pulsante e totalmente diferente dos últimos anos.

Um das coisas que mais chamam atenção nessa outra relação com o bairro e o Maceió é o relato do Paulo sobre a sua irmã buscar passar um tempo numa área verde (em qual ponto exato não é especificado, mas é possível que seja no entorno do Maceió ou no próprio riacho) para acalmar e fugir do estresse da vida urbana e laborial. São estes tipos de relações e de vivência que, gradativamente, demarcam uma outra Era do Maceió e conseqüentemente do Mucuripe.

Ainda sobre o aspecto lúdico das crianças e jovens no riacho, Dona Zaída Balaio⁶⁹ Amora traz outros traços das brincadeiras e passatempos de sua infância, provavelmente ainda por volta dos anos 1940:

Uma das nossas brincadeiras prediletas era “descobrir o Brasil”. Um menino era o Pedro Álvares Cabral, havia os índios e índias... com jangadinhas (miniaturas de jangadas fazia-se de conta que eram as caravelas de Cabral e entrava-se nas águas do riacho Maceió, então ainda muito límpidas e correntes. Sobre ele, aliás- diz Dona Zaída- havia uma pontezinha de madeira, ali por onde hoje passa a rua Senador Machado. Falavam que tarde da noite aparecia assombração. Alma de pescador morto no mar. Nós meninos tínhamos medo, evitávamos usar a ponte, preferindo ir por sobre as pedras, equilibrando-se para não pisar n’água. Certa vez, todo de branco, roupa de ir à missa, um dos meus irmãos escorregou e caiu no Maceió, molhando-se todo (GIRÃO, 1998, p. 184).

É talvez nas brincadeiras de criança que percebermos o quanto essa narrativa histórica de descobrimento do Brasil se faz presente no cotidiano das pessoas e crianças que incorporam alguns dos elementos e sujeitos dessa narrativa de maneiras inusitadas. Esse relato também

⁶⁸ As variedades de peixes e plantas no Maceió e no Papicu provavelmente garantiram a subsistência de muitas famílias, ainda mais com as desigualdades sociais e econômicas marcadas durante crescimento da cidade de Fortaleza; não raro, aponta-se que um dos núcleos de povoamento foi justamente no entorno do riacho. Com a consolidação das tecnologias industriais, elétricas, automotivas e da expansão urbana no bairro, muito do que restou de alimentos disponíveis ficaram restritos às inflações dos supermercados, criadouros de peixes ou grandes embarcações de pesca, de latifúndios de plantação de frutas, revolucionando completamente a relação entre a natureza e as pessoas do Mucuripe.

⁶⁹ Zaída é apontada como parente de Aida Balaio, famosa professora que lecionou no grande Mucuripe e teria cerca de 400 afilhados. Ver. GIRÃO, Blanchard. Mucuripe- de Pinzon ao Padre José Nilson, 1998. Pág.42-43.

destaca os caminhos percorridos pelas pessoas para atravessar o riacho sem entrar nas suas águas ainda límpidas: seja pela ponte de madeira ou as pedras que auxiliavam a travessia do riacho de uma ponta a outra.

A presença do riacho, da vegetação característica, das plantas e animais trazidos pelas pessoas possibilitaram que fosse viável encontrar alternativas de sobrevivência diversas em um espaço até próximo, onde tinha como ter acesso a água doce, provavelmente, consumida e a água salgada para pesca, ou seja, elementos essenciais de sobrevivência humana no entorno do Riacho e do “núcleo histórico-afetivo”⁷⁰ que ainda hoje compõem as delimitações oficiais do bairro.

Além do entorno do riacho, as pessoas que moravam na orla e próximo à Rua da Frente⁷¹ desenvolviam pequenas plantações, criavam porcos, galinhas, possuíam quintais com árvores frutíferas, além de peixe com relativa abundância, a depender do dia de pesca e do mar. Outra atividade que foi se tornando comum para os moradores, principalmente para muitas mulheres, era a atividade artesanal e de lavar roupas nos córregos, riachos e lagoas da proximidade como uma forma de trabalho, complemento da renda familiar e sobrevivência.

Essas práticas e soluções encontradas fazem parte do viver e morar num bairro que ainda distante de se tornar um grande holofote de investimentos e cobiça da especulação imobiliária, onde o metro quadrado e a propriedade privada se tornaram a melhor maneira de ficar milionário “da noite para o dia”. A noção de lucrar com a propriedade privada do modo como vai se configurando no final do século XX e início do século XXI envolve mudanças drásticas nas perspectivas de vida e habitação.

Conforme as obras e a urbanização da cidade avançavam em Fortaleza sobre o grande Mucuripe, o entorno do Maceió e outras áreas verdes foram sendo consumidas e ameaçadas pela expansão urbana da cidade, ainda sem ter como política econômica e cultural central o desenvolvimento do turismo e da requalificação da orla do Mucuripe. Entre os anos 1940 e 1950 veremos mudanças na configuração espacial e cartográfica da cidade.

As vias urbanas abertas devido ao porto do Mucuripe e o desenvolvimento econômico local (Figura 13), a criação de emprego impulsionados pela infraestrutura industrial e portuária já configuravam a necessidade da expansão urbana e do progresso sobre o “território do

⁷⁰ Estamos chamando de núcleo histórico-afetivo a área oficial do bairro onde se concentram, em uma faixa não muito distante uma da outra, a Igreja da Saúde, o Cemitério local, o mar, o Riacho Maceió, a Igreja de São Pedro, bem como a feira de peixes, as jangadas, velas e saberes dos pescadores. A nossa intenção é refletir sobre tal delimitação oficial do bairro através dos outros marcos simbólicos do bairro e da atuação dos moradores do Mucuripe.

⁷¹ A Rua da Frente ficava situada entre o que é a Av. Beira-Mar e Abolição.

vazio”⁷². O gradativo avanço do esquadramento, aterramento e construções no entorno do Maceió foi inserindo-o cada vez mais no meio urbano, reduzindo sua fauna e flora de modo bastante significativo.

Figura 13 - A: Imagens aéreas da orla da cidade de Fortaleza anos 1950. B: Riacho Maceió e seu entorno na década de 1950.



Fonte: CPRM (Eider Cavalcante, 2017).

⁷² Alain Corbin (1989) se refere mais especificamente ao espaço da orla e da beira-mar, no entanto compreendemos que as áreas verdes e dunas de certa forma também se aproximam de uma percepção colocada pelo autor sobre “territórios do vazio”.

Na segunda metade do século XX em diante o grande Mucuripe foi impactado de modo profundo na sua composição espacial, sentimental e identitária. A emergência de políticas patrimoniais, culturais e econômicas pautadas no desenvolvimento do turismo fez com que a problemática da gentrificação, do meio ambiente, da luta por moradia e dos direitos sociais se tornassem parte das principais pautas das associações e lideranças comunitárias.

Essas transformações reviraram as areias, águas e terrenos do bairro, ora soterrando histórias, ora sedimentando outras camadas temporais tanto materiais quanto simbólicas; forjaram outros espaços, memórias e sensibilidades capazes de representar uma “Nova Era” globalizante e metropolitana num bairro onde até pouco tempo predominava casas simples, igrejas, plantações. Onde o que tinha de mais alto na praia eram os coqueiros balançando não pelas escavadeiras, mas pela ação intempestiva do vento.

A conjuntura histórica dos anos 1970-1980 de luta pela preservação do Maceió se deu num momento em que o seu destino foi especulado pelos projetos do governo e pela iniciativa privada. A sua possível preservação se torna emblemática, pois pode significar, para além da continuidade física do riacho, a (re)inserção dos moradores mais tradicionais no lugar do progresso econômico; o respeito às suas memórias, vontades e o direitos (à cidade moradia, cultura, patrimônio).

Tendo em vista a relevância do Maceió para o povoamento, sobrevivência, referência paisagística e geográfica, trabalho, moradia, lazer; a importância de sua preservação num momento crítico para o meio ambiente, áreas verdes e moradores, o conceito de patrimônio ambiental urbano atribuído ao riacho se torna fundamental para refletirmos sobre a sua representatividade, área envoltória, a conjuntura histórica do final do século XX, assim como a trajetória de luta, silenciamentos e apagamentos da memória e história do litoral.

O estudo de André Aguiar Nogueira e Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2010) reflete sobre a singularidades da questão patrimonial no litoral⁷³, buscando referenciá-los e problematizá-los. No entanto, é importante ponderar que a compreensão do Maceió enquanto um patrimônio ambiental urbano nos levou a observar outras complexidades, configurações e possibilidades de análise da questão patrimonial na orla de Fortaleza.

Tal consideração baseia-se nas relações de pertencimento entre esses marcos ou referenciais identitários⁷⁴ e os sujeitos que os conectam, dão vida e rompem a lógica cartográfica

⁷³ A importância desse debate proposto pelos autores é demonstrada a partir dos pontos de mapeamento e das problemáticas que envolvem essa discussão no litoral de Fortaleza.

⁷⁴ Igreja da Saúde, Maceió, pescadores e seus saberes e fazeres, fé e religiosidade; o cemitério do Mucuripe, mar e também o Clube Terra e Mar.

imposta no bairro pelo progresso urbano. Outro elemento importante para percebermos essa complexidade da questão patrimonial é ela fazer parte dos projetos de poder e expansão do capitalismo da região, tais como o esquecimento, o não reconhecimento e exclusão que compõem as estratégias de dominação e segregação espacial.

Não raro, até mesmo os bens culturais reconhecidos oficialmente ou que já deveriam ter sido incluídos de maneira digna nas políticas culturais e patrimoniais do Estado como a Igreja de São Pedro e suas festividades religiosas, o saber fazer dos pescadores e seus instrumentos de trabalho⁷⁵, o Farol do Mucuripe, todos sofrem um processo de desvalorização, boicote ou violação, fragilizando suas permanências e reconhecimento por parte da comunidade, fortalezenses e turistas⁷⁶.

A história do bairro e das suas carências, dos preconceitos, negligências e negação de direitos, somados à intensa urbanização, gentrificação e expansão do turismo parecem se tornar paradigmas centrais para a problematização da questão patrimonial no litoral, pautadas no esquecimento, destruição e não reconhecimento da história do bairro, dos moradores e de seus marcos identitários e culturais.

A invisibilidade e a desvalorização dos marcos culturais e identitários do Mucuripe podem ser explicadas também pela forma preconceituosa com que a região foi vista historicamente, sendo associada a um lugar de pessoas de baixa classe. Se a história da urbanização da cidade se pautou na exclusão e negação da relevância dos sujeitos e dos espaços que construíram e os representavam, talvez através desses elementos possamos problematizar e compreender essas questões.

Ao refletirmos sobre a militância social e política, a religiosidade, luta e mobilização entorno do Maceió, duas mulheres se destacam, nos ajudando a problematizar e compreender a questão do patrimônio e memória litorânea do grande Mucuripe: Vera Lúcia Miranda (Dona Verinha) e Raimunda Alves de Sousa (Dona Mundinha). Longe de serem as únicas mulheres atuantes do bairro, elas representam toda uma trajetória de luta, de mobilização e de atuação no bairro, fundamentais para a pesquisa, suas fontes e problemas.

Vera Lúcia Miranda, filha de Dona Hermínia Marcelino Miranda e José Marcelino Sobrinho nasceu em 15/06/1949 e faleceu em 05/05/2016 no Mucuripe. A sua trajetória de vida nos diz muito sobre o processo de urbanização do bairro, seus pensamentos, desejos e valores:

⁷⁵ Denúncias dos moradores do bairro apontam para uma nova investida sobre os pescadores e seus materiais de trabalho. Que tipo de investida? Disponível em: Acervo Mucuripe (@acervomucuripe) • Fotos e vídeos do Instagram. Acessado em 28/11/2021.

⁷⁶ Com relação ao Maceió, esses aspectos parecem se agravar ainda mais devido a questão ambiental e sanitária da cidade e a forma de lidar com suas áreas verdes.

além de assistente social, professora voluntária de crianças e jovens, amiga íntima e uma das pessoas que cuidaram do Padre José Nilson na sua velhice, Verinha foi artista plástica e uma entusiasta da memória e história do bairro⁷⁷.

Ela fundou, por conta própria, o primeiro Acervo do Mucuripe⁷⁸ que se tem registro, em meio às paredes da cozinha e sala de sua casa provavelmente entre os anos 1970-1980, numa conjuntura em que as políticas de memória e patrimônio⁷⁹ eram rediscutidas e expandidas, enxergando o turismo e patrimônio como chaves para a cultura e humanidade, assim como o seu potencial econômico e globalizante.

A sua casa e acervo, antigamente situados na atual Av. Via Expressa (Av. Almirante Sabóia) foi removida juntamente com a de outras famílias para a construção dessa nova artéria urbana rumo ao Cais do Porto e Praia do Futuro, fazendo ela se mudar para cima do morro⁸⁰. A sua dedicação religiosa, militância social e entusiasmo pela memória e história local foram

⁷⁷ Esse aspecto é chave para entendermos a sua importância. O livro de Blanchard Girão só foi possível devido a sua atuação e participação como o mesmo pontua em trecho que fala sobre ela, “O anjo da guarda”: “Sempre às seis horas da manhã ela pode ser vista na matriz do Mucuripe. Sua Faina começa antes, na Casa Paroquial, dando o amparo devido ao velho pároco, que celebra a primeira missa todos os dias [...] na reportagem “O Anjo da Guarda do Mucuripe”, a repórter Eleuda de Carvalho situa a presença de Vera Lúcia Miranda na paisagem do grande bairro [...] Foi de Verinha a idéia deste livro sobre o Mucuripe em louvor ao lendário pároco do bairro. Dela recebi o roteiro indispensável, bem como reuniu moradores dos tempos remotos do Mucuripe-aldeia, e colocou à minha disposição o material que forma o “Acervo do Mucuripe- Padre José Nilson”, com muitas fotos e recortes de escritos sobre o bairro. Com inaudito esforço, vai formando a história do Mucuripe. Verinha é capítulo expressivo dessa história [...] Já sabia, das conversas que mantive com a gente mucuripense, que Verinha ensinava de graça, obtinha remédio e assistência médico-hospitalar para os pescadores, suas famílias e demais pobres do lugar, inclusive infelizes prostitutas que o avanço do progresso expulsara da orla e atirara para o Farol. Mas ignorava, por exemplo, o que revela Eleuda em sua reportagem: “Faz alguns anos, Verinha ganhou o segundo prêmio da loteria Estadual. O dinheiro virou tecido: vestidos, camisas, calças que cobriram de pano novos os velhos trajes remendados dos jangadeiros e dos seus”. Vera Lúcia não ganhou medalha e condecorações. Recebeu, no entanto, a gratidão da pobreza do Mucuripe, que nela encontra, como no Padre Nilson, o seu grande arrimo”. (GIRÃO, 1998, pág.72-74).

⁷⁸ A ideia de primeiro acervo do bairro busca reconhecer a sua militância no bairro e inspiração para a abertura do Acervo Mucuripe administrado por Diego di Paula que se disponibilizou em preservar e guardar parte do acervo de Verinha encontrado e disponibilizado por sua família. As produções artísticas de Verinha foram registradas e escaneadas pelo projeto do curso de História da Universidade Estadual do Ceará coordenado pela professora Berenice Abreu de Castro Neves: Grupo de Extensão universitária: o Professor de História e o Patrimônio Cultural, faz escuro mas eu canto. Algumas informações sobre o grupo e a Verinha podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: Vera Miranda | Acervo vera Miranda (wixsite.com). Acessado em: 28/11/ 2021.

⁷⁹ Autores como Pollak (1992), Huyssen (2000), Nora (1993) Hartog (2006), Nogueira (2014; 2020), Meneses (2006) nos ajudam a refletir sobre essa problemática da memória e do patrimônio.

⁸⁰ Lidiane da Costa (2003) ao realizar pesquisa sobre a questão urbana no Mucuripe, entrevistou Verinha. No trecho a seguir, Verinha fala sobre esse momento de desapropriação de sua casa: “Foi um momento de muito desespero, porque eles não vinham negociar, eles vinham ameaçar. Depois da primeira ameaça, o Barrica ficou com depressão, morrendo em pouco tempo. *Uma casa que eu vinha ajeitando desde a minha adolescência, foi derrubada em meia hora* (entrevista em 26/10/2001) – grifo nosso. In: RAMOS, Lidiane da Costa. Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. Curso de Mestrado e Desenvolvimento em Meio Ambiente. Subárea: Ecologia e Organização do Espaço. Universidade Federal do Ceará, 2003, pág. 134.

fundamentais para que o livro de Blanchard Girão fosse escrito, assim como, registros e trabalhos⁸¹ sobre o bairro surgissem.

A trajetória de Dona Mundinha de certa forma se assemelha com a de Verinha, principalmente devido a ela também ter sofrido as pressões da especulação imobiliária; pela sua dedicação religiosa e representatividade no bairro. A percepção de que seria fundamental guardar os recortes de jornais, registros e documentos de sua atuação relacionados com a questão do Maceió e do Mucuripe não deixa de ser um ato político e de inconformismo com os esquecimentos, apagamentos e abusos com relação a história e memória local⁸².

A trajetória de Dona Mundinha que veremos no capítulo 2 e 3, destaca-se pela sua liderança na comunidade, envolvimento com o movimento ambientalista, associações, atos políticos e protestos. Sua história e de outras mulheres entrelaçam-se com a história de luta, lazer e percepção identitária bairro. Um das produções da comunidade sobre essa questão da identidade se trata do “Mucuripe Vivo”⁸³:

Um riacho Chamado Maceió/ Um lugar chamado Mucuripe/ Dunas brancas, cheiro de peixe assado temperado na maresia./ O porto dos navios grandes./ O cais das jangadas, dos saveiros./ Um povo que é filho do mar./ Montecarlo, Dengoso, Onze cansados, Botafogo e Terra e Mar./ -times de futebol./ O bloco da Tesoura, a Charanga do Mel/ e a Mocidade Independente do Mucuripe/ - o povo fazendo o seu carnaval./ O jogo de biriba no bar do Jones./ O bate papo nos botequins, no Jilinha,/no Zé Bilóia, no Anísio, no bar do Chico./ Os pagodes do Gordo, do Daniel/ O Côco, a Caninha Verde, O Fandango e o Pastoril,/ de Mestre Bráulio, Dona Gerta/ João do ouro e Maria Tresvez.../ A devoção na festa de N. S. Da Saúde./ Histórias de pescadores,/ lendas de estivadores,/ os heróis da população pobre./ Uma cultura, um modo viver próprio./ uma identidade inconsciente (FÓRUM POPULAR MUCURIBE RESISTE, final do século XX).

Este poema foi reproduzido em um folder do Fórum Popular Mucuripe Resiste⁸⁴, demonstra uma cidade em metamorfose, onde alguns elementos mais tradicionais (Igreja N. S. da Saúde e suas festas, os fandangos, o mar e o Maceió) estavam relacionados com outros que

⁸¹ Podemos pensar nos trabalhos encontrados que fazem alguma referência direta ou indireta a Verinha: ALMEIDA, Ianna. O acervo Padre Zé Nilson e o Mucuripe: entrecruzando a memória e escrevendo a história. Revista Em Perspectiva [On Line]. v.4 n. 1, 2018; assim como a dissertação de Lidiane da Costa (2003) a própria tese de Eider Cavalcante já mencionada anteriormente. Há menções de que outros pesquisadores e acadêmicos chegaram a visitar o acervo de Verinha ou de ter contato com essa memória organizada e catalogada com contribuição dela, mas não foram encontradas outras referências.

⁸² Além de ser um dos sujeitos históricos que vivenciaram intensamente esse processo de mudança do Mucuripe e do Maceió, dos seus relatos e entrevistas, Dona Mundinha também se torna chave para a pesquisa devido aos seus recortes e documentação estarem presentes no atual Acervo do Mucuripe fundado por Diego di Paula.

⁸³ Folder do Fórum Popular Mucuripe Resiste, sem assinatura, anos 1990. Consultado no Acervo Mucuripe.

⁸⁴ Esse Fórum foi fundado nessa conjuntura de luta e preservação dos anos 1980-1990 como uma tentativa de rearticular os moradores, os movimentos sociais e intelectuais em prol do Riacho Maceió e de outras pautas (moradia, lazer, educação, saneamento básico).

foram sendo incorporados (Cais do Porto, pagodes, jogos de biribas, os botenquins) e compõem “uma cultura e modo de viver próprio”, uma forma de exaltar as redes de sociabilidade, lugares e singularidades de um bairro “vivo” e pulsante.

A trajetória destas duas mulheres trazem à tona a militância pela memória, pelo não esquecimento num bairro onde seus lugares de memória e marcos identitários apontados no poema “Mucuripe Vivo”, contam suas próprias histórias, de seus familiares, parentes, amigos. É neste ponto que percebemos as singularidades da questão do patrimônio e da memória no litoral e no Mucuripe, movido pela interconexão entre esses lugares e reivindicações populares, a paisagem, o mar, bens culturais e naturais.

Estamos levando em consideração a área envoltória do Maceió. Muitas delas se perderam em meio às reformas urbanas e a morte dessas pessoas que lhe davam vida. Mas, há um referencial importante que talvez exemplifique melhor como esses elementos do Mucuripe (Maceió, fé, pesca, mar, religiosidade, laços familiares e comunitários) podem ser mobilizados, congregados, pensados em conjunto seja no seu aspecto material ou simbólico⁸⁵: se trata do Clube Terra e Mar⁸⁶.

O que ocorria na Igreja, no Maceió e nas associações muitas vezes poderia envolver o Terra Mar, seja devido aos sujeitos que frequentavam-no ou a sua importância para o lazer, entretenimento e festividades locais antes de a Av. Beira-Mar se tornar grande ponto de lazer e entretenimento. Numa das matérias sobre os 50 anos do Terra e Mar no Jornal O Farol⁸⁷, podemos compreender um pouco melhor o papel do clube na comunidade, quem o fundou e quais atividades eram desenvolvidas.

⁸⁵ Observando essa trajetória de luta do bairro e “sua mística”, tem-se a impressão de que no Mucuripe, uma igreja de pescadores não é “somente” uma igreja: ela pode representar toda uma história de urbanização da cidade, da vida dessas pessoas, de suas festividades, saberes, cultura, mobilizações e memória; uma simples casa pode se tornar um acervo de memória e resistência, de reunião e de registro da história oral pessoal e do bairro; uma comunidade carente pode se tornar um mutirão de fé, solidariedade e luta capazes de erguer igrejas e cemitérios; um riacho não é apenas um local de escoamento de dejetos e um curso d’água sem vida como atualmente aparenta e como já foi mencionado até mesmo por autoridades do meio ambiente: ele é o “caudal” da história de uma gente, de sua moradia, lazer, permanência e sobrevivência. Em suma, a questão vai além de se defender com fervor e equivocadamente que todos esses marcos sejam simplesmente patrimonializados, chancelados e ponto final. É preciso inicialmente refletirmos sobre o porquê de tantos apagamentos, esquecimentos e desvalorizações, conhecê-los e repensarmos o lugar das histórias dos bairros nas políticas patrimoniais e culturais através do Maceió, assim como na narrativa sobre a cidade e a orla de Fortaleza.

⁸⁶ O clube situa-se na Avenida dos Jangadeiros, no Mucuripe.

⁸⁷ Jornal Comunitário aparentemente reproduzido mensalmente. Infelizmente, há somente duas edições encontradas, mas mesmo com essa escassez, as duas edições são bastante importantes para registrar e narrar alguns acontecimentos no bairro.

O ano de 1988 *marca o cinquentenário da* fundação da Sociedade Esportiva e Cultural Terra e Mar Clube, que nasceu de um time de futebol, organizado pelos pescadores desde 1931. Porém, só sete anos depois, em 1º de junho de 1938, é que o Terra e Mar foi fundado como clube. *A história do clube se confunde com a própria história do bairro, já que a união dos moradores pela melhoria do Mucuripe, também se deu pela organização do Terra e Mar* para que atendesse não só as necessidades de lazer do bairro, mas que funcionasse como um espaço para a promoção de cursos profissionalizantes e onde a comunidade pudesse discutir seus problemas, como acontece atualmente, com as reuniões semanais da Associação de Moradores do Mucuripe e a Escola de Alfabetização [...]. *Os 50 anos de existência do Terra e Mar estão acontecendo por esforço próprio da comunidade [...].* Os bailes de carnaval, marca registrada do clube, ajudaram a construir a nossa sede própria, inclusive a última parte concluída em 1976, foi feita exclusivamente com dinheiro obtido no carnaval [...] a promoção de festas dançantes foi a saída encontrada para arrecadar dinheiro [...] Após cada festa o apurado era revertido em material de construção que era estocado aguardando a melhor oportunidade de se levantar mais uma parede. Na construção os membros da diretoria, participavam oferecendo sua mão-de-obra gratuita (O FAROL, 1988, p.8, grifo nosso).

Conhecendo um pouco mais a história do clube, fica evidente o porquê dele ser ponto de referência de diversas atividades do bairro, exercendo influência nas reuniões das associações, nos bailes, festas, bingos, reuniões escolares, cursos profissionalizantes e atividades esportivas. Num momento em que o turismo e a atual Beira-Mar ainda não exerciam forte atração cultural e econômica, o Terra e Mar se apresentava como esse espaço privilegiado de socialização da comunidade.

Conforme as disputas e desmandos no entorno do Maceió avançam com a turistificação e expansão urbana, o futuro do Terra e Mar começa a ser ameaçado não necessariamente porque empresários e construtoras queriam comprar o terreno do clube para construir prédios como aconteceu com o Maceió, mas porque o turismo e a orla da Beira-Mar passam a ser vistos como um novo espaço de lazer e prestígio da cidade, impactando no entorno do núcleo histórico e afetivo do bairro.

A Beira-Mar começa a capitalizar pessoas, shows, recursos, estabelecendo uma cultura de intenso consumo e lazer, invertendo de modo significativo os modos de viver e morar no bairro principalmente entre as novas gerações de jovens que querem se inserir nesses espaços, aproveitar os benefícios do desenvolvimento urbano e capitalista de Fortaleza, passando a ter outras referências musicais, de moda, objetos, comidas, entretenimento:

Hoje contando com 280 sócios, o Terra e Mar está com poucas atividades. Os eventos esportivos continuam, mas sem as glórias de tempos atrás. José Cabral atribui essa fase ruim pela qual o clube atravessa, às opções de que se dispõe hoje: restaurantes, Av. Beira-Mar, as praias e os forrós. “Antes não tinha nada disso e o divertimento era vir para o Terra e Mar. O nosso carnaval *fracassou por causa das promoções na Praia de Tracema, tudo de graça, até a cachaça*. Quem iria querer pagar para se divertir? Conclui José. (O FAROL, 1988, grifo nosso).

José Cabral, na época presidente do clube, sentiu as diferenças que a conjuntura de ascensão do turismo trouxe para o bairro. A complexidade da questão vai muito além de dicotomizar o modo de vida tradicional como “bom” e o que vai se estabelecendo como novo, de “ruim”. Muitas pessoas começam a querer usufruir das vantagens do progresso, da “maior facilidade e melhoria de vida” frase geralmente atribuída como argumento para se autorizar diversas mudanças necessárias para o aumento do lucro, da execução de obras mais rentáveis.

Era no Terra e Mar que mulheres como Dona Mundinha e Verinha circulavam, se reuniam, socializavam e refletiam sobre as pautas sociais do bairro, do Maceió. A união de tantas atividades no clube só foi possível devido aos sujeitos que vivenciavam, mobilizavam essas diversas atividades. Em 50 anos de existência o clube foi sendo construído de geração em geração com ajuda dos próprios moradores, seja através de doação ou arrecadação de verba de festas organizadas no Mucuripe.

Observando o papel do clube compreendemos que a questão do patrimônio cultural do litoral do Mucuripe possui singularidades e especificidades que nos fazem levar em consideração a trajetória de mobilização dos moradores, a interconexão entre lugares aparentemente sem nenhum tipo de relação (igrejas, clube de futebol, riacho), mas de extrema relevância para o bairro⁸⁸. A percepção das fragmentações das memórias e das referências do Mucuripe se tornam fulcrais para uma outra compreensão da questão do patrimônio cultural na orla da cidade.

Os questionamentos sobre o Mucuripe oficial, as suas fronteiras simbólicas e identitárias, os seus marcos e qual a importância do Maceió, são indícios de como a questão da história do bairro, do patrimônio e memória estão entrelaçadas pelas histórias de vida de inúmeras pessoas, as fases de modernização de Fortaleza. A compreensão da conjuntura social e política da ascensão do turismo no final do século XX se torna fundamental para percebermos outras nuances dessas histórias.

⁸⁸ Toda essa rede de sociabilidades, memórias, representatividade cultural soterradas ou perdidas são chaves de leitura e problematização sobre a narrativa urbana, cultural e patrimonial.

2.3 Turismo, redemocratização e progresso: a conjuntura das décadas de 1970-1980

DECRETO No. 5544 DE 18 DE MARÇO DE 1980-
Delimita a Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística- ZE-1- na área em que se situa o Riacho Maceió, e adota outras providências (FORTALEZA, 1980).

Refletir sobre a relação entre cidade e patrimônio envolve abordar suas práticas de ordenamento e normas. No final do século XX, houve a conjuntura de imenso crescimento urbano, crises políticas, financeiras; emparelhamento da economia neoliberal ao setor turístico, exigente de determinados lugares valorizados, lógicas de consumo e padrões. Estes fatores promoveram mudanças em um momento de efervescência e discussões sobre os direitos sociais, urbanos e políticos dos cidadãos.

Por mais que uma cidade crie procedimentos, leis, restrições, dispositivos legais para regular, controlar e organizar as obras públicas básicas ou mais sofisticadas, tais como onde devem ser localizadas as casas e prédios, onde pedestres devem ou não pisar, qual deve ser a largura e altura da calçada, as faixas de pedestres, sinalizações, postes e fios, cotidianamente a cidade oficial entra em conflito ou altera-se conforme os usos sobre esses espaços, os desejos e vontades das pessoas de classes sociais distintas.

É importante atentarmos para como essas regulamentações, leis e normas envolvem o Maceió. O Decreto nº 5.544 de 16 de março de 1980⁸⁹, assinado pelo então prefeito Lúcio Alcântara⁹⁰, se torna um dos marcos das políticas urbanas e turísticas voltadas para o riacho numa das tentativas de se regulamentar o Maceió, ou melhor, parte de seu trecho conforme as análises técnicas e interesses políticos da época, bastante evidente pelo recorte espacial proposto no seu entorno.

⁸⁹ Esse decreto demarca as tentativas de se encontrar soluções para o Maceió e a questão do desenvolvimento do turismo.

⁹⁰ Lúcio Alcântara é um político de vasta experiência e influência na política cearense, ocupando e sendo eleito para o cargo de deputado, senador e vice-governador nos anos 1980-1990. Há de se ter em mente que o envolvimento do médico Lúcio Alcântara com a área ambiental se faz presente também durante o seu mandato pela inauguração do parque do Cocó, onde suas margens e áreas foram alvo de disputas entre Banco Nacional do Nordeste, os movimentos ambientalistas, a prefeitura e o governo estadual. Como veremos, decretos, projetos de leis autorizados e apoiados relacionados às áreas verdes podem mudar rapidamente, a depender da gestão no poder, das administrações dos órgãos de fiscalização e defesa do meio ambiente serem coniventes ou não com os abusos e ilegalidades.

Delimita-se como ZE-1⁹¹ um trecho específico do Maceió, fragmentando-o de acordo com os limites das políticas turísticas e de requalificação urbana, pautadas nas distinções entre áreas de pouco interesse e mais distante da orla. Esta divisão apesar de incluir trechos do riacho para além da Av. Abolição fica clara no Art. 1 do referido Decreto sobre a área:

Tem início na confluência da Av. da Abolição com a Rua Manuel Jesuíno, seguindo no sentido Sul pela rua Manuel Jesuíno, até a confluência com a Rua Canuto de Aguiar, seguindo pela Rua Canuto de Aguiar até a Rua Meruoca, Rua Meruoca, Rua Álvaro Castro Correia, Travessa Canindé, Rua Dr. José Frota até a confluência do alinhamento Oeste da Avenida Beira Trilho, Avenida Beira Trilho, Rua Olga Barroso, prolongamento da Rua Olga Barroso, Avenida da Abolição até o ponto inicial. (FORTALEZA, 1980).

É nas políticas urbanas e turísticas das últimas décadas do século XX que contradições como essas se tornam ainda mais evidentes a partir das análises das políticas públicas e privadas, onde a preservação, alteração, aterramento e gentrificação no entorno do Maceió se fazem presentes. O reconhecimento da área envoltória do riacho e suas margens como ZE-1 tornou-se um dos principais contrapontos ao destino de destruição e poluição que vinha se configurando conforme o avanço da urbanização no seu entorno.

O Decreto e recorte espacial proposto por Lúcio Alcântara, como fica evidente ao longo da década de 1980, teve que lidar com interesses e expectativas diversas tanto dos próprios moradores, das associações e movimentos sociais, quanto do mercado imobiliário e de outros grupos políticos, como os dos jovens empresários⁹², que com a ascensão do turismo enquanto política cultural e econômica, exercem grande influência nas políticas econômicas e urbanas no período de redemocratização.

Além da trajetória de mobilizações recuos e avanços com relação a preservação ou não do Maceió, as especulações quanto aos destinos do riacho nas políticas patrimoniais urbanas e ambientais seguiam. Esse Decreto nos ajuda a perceber o papel do turismo nas políticas culturais e patrimoniais no Ceará. Estas aproximações nos levam a compreender o porquê do turismo ganhar tanto destaque e influência nessa conjuntura de redemocratização e expansão do neoliberalismo⁹³.

⁹¹ O entendimento da Foz e parte do percurso do Maceió como Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística baseia-se nas atribuições e prerrogativas garantidas na lei nº 5122 de março de 1979 que trata sobre a regulamentação do uso e ocupação do solo, conferindo uma avaliação do Maceió como ZE-1.

⁹² Os jovens empresários foram empreendedores que durante esse período fizeram parte do Centro Industrial do Ceará- CIC.

⁹³ Autores como Linda Gondim (2007) analisam o emparelhamento das políticas culturais e econômicas a partir do debate do neoliberalismo e pós-modernidade, sendo interessante perceber como esse debate que estamos desenvolvendo está correlacionado com as mudanças e discussões econômicas ocorridas principalmente na

Podemos tomar como um dos marcos do avanço das discussões e aproximações entre o campo do turismo, da cultura e do patrimônio a Carta do Turismo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO⁹⁴) publicada em 1976 em parceria com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgãos e entidades parceiras. Nesta carta é destacado alguns aspectos importantes de serem discutidos:

O turismo é um *feito social, humano, cultural e econômico irreversível*. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento dessa atividade [...] Contemplado com a perspectiva dos próximos vinte e cinco anos, dentro do contexto dos fenômenos expansivos que afronta o gênero humano e que podem produzir graves consequências, *o turismo aparece com um dos fenômenos propícios para exercer uma influência no em torno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular* [...] o turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre esses tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins- a sua manutenção e proteção. (UNESCO, 1976, grifo nosso).

A carta aponta as diretrizes a serem tomadas com relação ao turismo e o patrimônio, sendo preciso que as políticas vinculadas ao patrimônios cultural se desenvolva não somente de cima para baixo, ou seja, dominada pelos grandes centros de poder e decisões políticas, mas sim em conjunto e com diálogo. Ademais, não se nega os possíveis aspectos negativos do turismo, mas é dado maior destaque aos pontos positivos que o turismo pode trazer ao patrimônio cultural.

As apropriações de tais discussões e particularidades voltadas para o Maceió e o Mucuripe inserem esse debate, com suas premissas e possibilidades, como um dos principais pontos de tensão social e espacial de Fortaleza⁹⁵. Apesar de ser apontado como um possível caminho para se encontrar soluções e maneiras de superar as desigualdades sociais, o processo de turistificação multiplicou as contradições da urbanização de Fortaleza seja no aspecto ambiental ou social.

A ideia de irreversibilidade do turismo, ou seja, de que não tem como impedi-lo ou evitá-lo, cabendo adaptar-se a ele e regulamentá-lo em consonância com as políticas de proteção e salvaguarda patrimoniais, somados às particularidades do litoral de Fortaleza e do Mucuripe, reforçam as releituras muitas vezes feitas ao longo do final do século XX, a de que é preciso

segunda metade do século XX. Ver: GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

⁹⁴ Segundo Leila Biachi Aguiar (2016), haviam outras iniciativas nesse sentido tomadas pela própria UNESCO como o relatório elaborado por Michel Parent.

⁹⁵ Esse aspecto fica evidente na maneira que os decretos sobre o Maceió foram disputados e na trajetória de mobilização pela preservação do Maceió nos anos 1990.

favorecer o turismo como política cultural e econômica apesar das consequências sociais, habitacionais e ambientais.

A carta ainda faz uma projeção até o início do século XXI relatando fenômenos expansivos que “afrotaam o gênero humano”, mas de certa forma, o turismo é um dos elementos capazes de exercer forte influência nas vidas das pessoas, agregando grande capital simbólico e político ao turismo, compreendido nesse cenário de modo amplo e influenciado pelas mudanças de paradigmas da UNESCO sobre o campo patrimonial.

Na carta, o patrimônio natural não é desenvolvido ou ganha muita ênfase na relação com o turismo e as formas de exercer “influência no entorno do homem em geral”, fala-se no máximo que o “respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração por muito justificada que essa se pautar desde o ponto de vista social, político ou econômico” (UNESCO, 1976).

A sua formulação enquanto um documento internacional nos leva a pensar sobre as realidades históricas dos diferentes países inseridos nessa conjuntura de expansão do turismo global⁹⁶, assim como as particularidades do caso brasileiro, órgãos instituições e programas responsáveis por planejar, fomentar e direcionar o desenvolvimento de políticas nacionais, estaduais e municipais voltadas para esse setor ao longo da segunda metade do século XX.

A década de 1960 foi marcada pelo fomento de órgãos como Sistema Nacional de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) assim como a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) que gradativamente ganham influência ao longo dos anos 1970 (AGUIAR, 2016). O Programa de Revitalização das Cidades Históricas (PCH), implementado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), no início dos anos de 1970, representa parte das políticas nacionais de grande impacto para o setor no período.

⁹⁶ No caso da América do Sul, mais especificamente Brasil e Argentina, Leila Bianchi Aguiar (2014) tece críticas sobre como o campo do patrimônio cultural é visto e discutido na relação entre as leis, instituições/revistas, políticas culturais, assim como a relação entre patrimônio e turismo, destacando a importância das mudanças trabalhistas para que os trabalhadores tivessem mais tempo livre, passeassem e se inserissem em lugares culturais, além de se hospedarem em hotéis de outras localidades, consequentemente gerando uma circulação da economia. De modo sucinto, a autora aponta que no início do século XX, tal atividade era fomentada principalmente devido as parcerias entre SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criado em 1937, associações empresariais brasileiras (Sociedade Brasileira de Turismo, Associação brasileira de indústria de hotéis e agências internacionais como a Touring Club Brasil). No caso Argentino, a Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos (1938) teve esse papel de fomentar tal atividade. A mudança de paradigma nas políticas culturais brasileiras foram apontadas principalmente no final da década de 1960, onde a autora pontua o seguinte: “[...] muitos intelectuais presentes no interior das agências de salvaguarda e mesmo nas recém criadas agências de turismo passaram a defender sistematicamente de que o desenvolvimento do turismo nos conjuntos urbanos seria a principal alternativa capaz de gerar recursos necessários para a manutenção dos bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que integravam os patrimônios culturais nacionais demonstrando assim que já havia certo debate sobre o papel do turismo nas políticas culturais e econômicas brasileiras”. (AGUIAR, 2014, pág.88).

Como Aguiar (2016) argumenta, a atuação deste programa em nível nacional e estadual seria feito dentro de certas particularidades e condições de acordo com a região e propostas avaliadas. No caso do Nordeste, órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Agência Brasileira de Turismo (Embratur) e Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁹⁷ (IPHAN) foram responsáveis por deliberar custos, viabilidade e investimentos necessários para os projetos turísticos.

A depender do parecer, avaliação e interesse político, as medidas com relação aos patrimônios da cidade ou zonas de interesse poderiam ser incluídas nos planos e áreas com potencial turístico.

A partir de tal definição, os sítios urbanos preservados, assim como reservas e estações ecológicas, fontes hidrominerais, localidades com condições climáticas excepcionais e outras áreas de especial interesse turístico estariam “destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos” por intermédio da Embratur, do Iphan e de agências como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). A preservação dos bens culturais e naturais, enfatizada ao longo dessa legislação, justificava-se a partir do momento em que eles foram classificados como áreas especiais de interesse turístico. (AGUIAR, 2016, p. 142).

É justamente em meio a tais políticas voltadas para a planificação do turismo e da inserção de áreas como a Foz e trecho adjacentes à Av. Beira-Mar, que o Riacho Maceió na década de 1980 foi reconhecido enquanto ZE-1, demonstrando assim as tentativas da época de se alinhar interesses econômicos com a delimitação de zonas com potencial turístico, paisagístico e histórico, política que delimita formas de inserir o Maceió nas discussões entre o turismo e o patrimônio.

A elaboração de tais medidas se trata de um momento bastante peculiar para o campo do patrimônio e da cultura devido à conjuntura de crise econômica e política da Ditadura civil-militar brasileira. A junção de órgãos distintos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo IPHAN), Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Cidades Históricas (PCH), articulados principalmente por Aluísio Magalhães põe em evidência o caráter de reformulações e releituras sobre a cultura.

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com a icônica atuação e argumentação do próprio Aluísio Magalhães⁹⁸, um de seus idealizadores, expõe o pensamento

⁹⁷ Apesar das mudanças de nomenclaturas da principal instituição regulamentadora do patrimônio nacional, no decorrer do trabalho iremos considerá-lo como IPHAN.

⁹⁸ As argumentações em definir o que seria o CNRC, qual seu intuito e campo de atuação podem ser encontradas na seguinte entrevista: Centro Nacional de Referência Cultural: um projeto para evitar o massacre”. *Correio Brasiliense*, 24 de julho de 1977. O CNRC influenciou a criação de órgão como o Centro Estadual de Referência Cultural do Ceará. Esse centro atuou por volta de 1975-1990 atrelado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará,

e expectativas civil-militares quanto ao papel da cultura e da atuação do Estado nesse período⁹⁹, demarcada pelo forte interesse político e econômico ao longo da década de 1970 sobre esse setor, que invariavelmente envolveu planejamento estratégico e econômico, investimentos e a imagem do país e do Regime. Segundo Nogueira:

Vista como estratégica para o projeto ideológico de integração nacional conduzido pelo regime autoritário (daí ser tratada como objeto de segurança nacional), a área da cultura é avaliada, segundo o próprio documento da Política Nacional de Cultura (PNC), como a mais vulnerável aos processos de dominação e avanço da cultura de massa por meio das indústrias audiovisual e fonográfica [...]. Nesse contexto, o PNC – instituído oficialmente em 1975, já na gestão do ministro da Educação e Cultura Ney Braga, num esboço de aproximação da classe artística e intelectual, sob a distensão política e a abertura lenta e gradual da presidência de Ernesto Geisel (1974-1979) – representa um marco histórico na inserção dos domínios da cultura no projeto desenvolvimentista em curso. Tal diretriz acabou por promover diferentes modalidades de colaboração interinstitucional, sendo esta talhada por uma ampla rede de agências e agentes alinhados às diretrizes da política cultural vindas da esfera federal. (NOGUEIRA, 2021, p.4).

A estruturação e atuação de órgãos municipais¹⁰⁰, federais¹⁰¹, estaduais¹⁰² e setor privado¹⁰³ alinhadas às diretrizes políticas do Regime possibilitou outras formas de trabalhar a cultura e o turismo. As discussões internacionais no campo da cultura, história e patrimônio tiveram suas influências, na medida em que os tratados, diretrizes e estruturação econômica internacional buscavam criar redes de consumo, lazer e de lucro cultural com bens, objetos e paisagens vistas como atraentes.

O Ceará, estado em ascensão nas políticas culturais e turísticas, possui vasta extensão de orla e tal fator era e é apontado como forte potencial de desenvolvimento do chamado “turismo do sol”, atividade consolidada na medida em que o Estado investe nesse setor e conta, em parte, com o aporte financeiro da iniciativa privada para implementar seus projetos de

promovendo estudos, projetos ligados a cultura popular e tradicional, além de buscar inventariar as expressões artísticas e culturais do estado. Para mais detalhes sobre tal discussão, (NOGUEIRA, 2021 *apud* CARVALHO, 2022, p. 13-15).

⁹⁹ Segundo Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2021), nessa conjuntura destaca-se também a elaboração do Programa de Ação Cultural (PAC) e as Diretrizes Para uma Política Nacional da Cultura.

¹⁰⁰ No caso de Fortaleza, podemos citar alguns, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEUMA), a Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras Públicas, Instituto de Planejamento do Município (Iplam), Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV).

¹⁰¹ Entre os já mencionados podemos também citar a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), Serviço Florestal Federal e outros.

¹⁰² Secretaria do Turismo (SETUR), Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (antiga Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará- Sudec).

¹⁰² Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR).

¹⁰³ Setores ligados ao privado, tais como Clube dos Lojistas de Fortaleza (CDL), Embratur, mas principalmente investimentos de grupos estrangeiros e outros. Com o crescimento do turismo na década de 1990, o setor privado chega a investir mais de US\$ 2 bilhões na época (BELMINO, 2018, pág.139).

urbanização, lojas e serviços vistos como essenciais para estruturar o turismo e atender às demandas dos turistas.

Através dos planos e programas elaborados no estado, podemos compreender melhor as articulações políticas e discussões propostas a nível regional e estadual a partir do I Primeiro Plano de Desenvolvimento do Ceará (PLANDECE) implementado entre os anos 1975-1979 num momento de desenvolvimento de outros investimentos e de expansão do turismo e das políticas culturais¹⁰⁴.

A criação do I PLANDECE seria um diferencial nas políticas culturais do Estado, principalmente tendo em vista o que Benevides (1998) pontua que em estados como a Bahia já tinham implementadas políticas voltadas para esse setor. No entanto, tal plano se tornou um dos marcos de consolidação e organização do turismo no Ceará, gradativamente pautado na propaganda de suas praias, belezas e clima¹⁰⁵. Nos anos 1970, surge a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), o Centro de Turismo, assim como outros planos¹⁰⁶.

É nesta conjuntura de maior inserção do turismo nas práticas e políticas culturais do estado, de enfraquecimento da ditadura civil-militar que no decorrer dos anos 1980 o debate sobre turismo e seus desdobramentos seriam colocados de maneira mais incisiva no Ceará e no entorno do Riacho Maceió, principalmente referente a rede hoteleira e a pressão a ser exercida ao longo da década de 1980.

Aproveitando tais discussões, iremos nos antecipar e analisar uma matéria do Jornal O povo intitulada “O potencial da hotelaria” de 1994¹⁰⁷ que nos ajuda a refletir sobre essa narrativa da expansão urbana no litoral e uma certa relação com formas distintas de pensar o Maceió:

Nos últimos anos, empresários do setor hoteleiro vêm despertando para o grande potencial turístico do Mucuripe. Com isto, o bairro está ganhando hotéis e flats de arrojada arquitetura e serviços de Primeiro Mundo. O Mucuripe se torna, assim endereço de estrelas, executivos, grandes empresários, políticos e turistas que de passagem por Fortaleza, encontram também no bairro casas de repasto, bares, boates e os tradicionais restaurantes especializados em servir peixada. O Caesar Park, inaugurado em dezembro do ano passado tem 20 andares e abriga 250 apartamentos.

¹⁰⁴ A expansão do turismo esteve ligada ao desenvolvimento de outras zonas e áreas em potencial do estado pertencentes a atual zona metropolitana (Caucaia) e de características climáticas diferentes, como Maranguape (NOGUEIRA, 2021).

¹⁰⁵ “O Nordeste passa a ser “redescoberto” enquanto espaço privilegiado de atratividades naturais, recursos paisagísticos e climáticos, que podem ser mercantilmente valorizados pela prática do turismo, principalmente internacional” (BENEVIDES, 1988).

¹⁰⁶ O II Plano de Metas Governamentais de 1979 (II PLAMEG/1979), o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará de 1979 (PIDTCE/1979), que apresenta um diagnóstico detalhado dos espaços turísticos existentes no Ceará. (DANTAS, 2007, p.12).

¹⁰⁷ Essa matéria foi escrita num momento histórico em que ainda iremos discurrir. As políticas culturais e turísticas estavam em outro momento, principalmente tendo em vista que a consolidação dos membros do “Governo das mudanças”, de surgimento de vários projetos sobre o Maceió, a possibilidade ainda remota de se discutir princípios da OUC, restaurar ou não o Maceió.

Ele integra a rede internacional de hotéis que exige o mesmo padrão de qualidade e atendimento em todo o mundo. O hotel Vela e Mar, três estrelas, contém 30 apartamentos mobiliados e equipados. O Samburá Praia Hotel, pioneiro no Mucuripe inaugurado em 1985, conta com 35 apartamentos, e tudo em seu espaço evoca as tradições do Mucuripe. (O POVO, 1994, p. 14, grifo nosso).

Esta reportagem do jornal demonstra o quanto a percepção sobre o Mucuripe vai se modificando na década de 1990, atraindo outros interesses. No momento é importante percebermos como a questão do turismo atrai uma série de serviços, sujeitos e expectativas. Além disso, essa reportagem nos dá indícios importantes para analisarmos como essa conjuntura de expansão do turismo impacta o Maceió, haja vista a menção do surgimento do Samburá em 1985 e outros hotéis¹⁰⁸.

Ainda no início dos anos 1980, as práticas políticas do estado e prefeitura de Fortaleza eram dominadas por seletos grupos políticos e alianças que concentravam o poder de decisão e de administração da máquina pública. Os chamados “coronéis” (ou políticos biônicos), que eram alinhados ao Regime e nomeados entre si como César Cals, Adauto Bezerra e Vigílio Távora, desenvolveram amplo controle, influência e desmandos na forma de gerir a política local. (BARBALHO, [1990-2010]).

Os debates e mobilizações acerca da possibilidade de redemocratização, de eleições com sufrágio universal ocorrendo de modo mais consistente em uma época considerada de transição entre os regimes, possibilitaram a ascensão de dissidências e opiniões contrárias, assim como de propostas de governo e sociedade variadas. Em termos de estrutura de poder municipal e

¹⁰⁸ Uma das construtoras que se expandiram durante esse crescimento da prédios na orla foi justamente a construtora Colmeia, atualmente responsável por “cuidar” da Foz do Riacho Maceió. Ao longo da pesquisa encontramos matérias que trazem acusações contra a Colmeia, desde provocar rachaduras propositais nas casas próximas aos seus prédios para que os moradores fossem intimidados a venderem ou desistirem de morar na localidade. Numa das reportagens que trazem acusações contra a construtora, temos o seguinte texto presente na matéria “Decom ameaça notificar construtora denunciada”: “O aterramento do Riacho Maceió- Rua Manuel Jesuíno, Praia do Mucuripe- conforme auto de infração da secretaria Municipal de Planejamento e Meio-Ambiente (Splan), responsabilizando a Construtora Colmeia foi tema de audiência [...] participaram da audiência o diretor da divisão de Engenharia e Arquitetura da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) Joaquim Siqueira, o ecologista João Saraiva; e o diretor da Colmeia, Ronaldo Castro Barbosa[...] No dia 24, por volta das 14h 45min, João Saraiva, que se encontrava nas imediações do Riacho Maceió, conta que viu uma Toyota, cor branca, não lembra o número da placa, que iria descarregar entulho na foz daquele reservatório. Saraiva disse que se aproximou do veículo para indagar se iriam mesmo despejar o entulho no local. O motorista, que disse ser funcionário da Colmeia, assegurou que sim, afirmando que a “gente bota em qualquer lugar”. Desde o início da audiência que o diretor presidente da construtora [...] negava o fato. Tinha como principal argumento a falta de prova material. Após as declarações de Saraiva mudou seu discurso considerando “importante” as palavras do ecologista, que foi enfático “estou dizendo a verdade”. Mesmo assim Ronaldo Barbosa insistiu na tese de que a Colmeia “desconhece o ato relatado” e que a mesma não concorda com a informação de que tenha participação quer através de funcionário ou de empresa prestadora de serviço. Disse que “não temos nada a ver com o aterro do Riacho Maceió”, embora tenha realizado a construção de 11 prédios naquela área. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1994). Não sabemos os desdobramentos dos fatos e investigações. A certeza é que hoje a Colmeia se coloca como pretora da Foz do Riacho Maceió com a construção de mais um prédio próximo à sua Foz.

estadual, o impacto é bastante evidente já entre os anos 1985-1986 quando ocorrem eleições para o cargo de governador e prefeito do estado do Ceará.

Nesse momento de indefinição e incertezas, o aparelhamento de políticas neoliberais voltadas para o mercado imobiliário intensifica a pressão sobre a orla, casas, preços de serviços e as áreas verdes da cidade. É nas mudanças de gestões e de embates envolvendo as disputas de poder no âmbito da prefeitura, estado, assim como da sociedade civil que podemos compreender melhor o lugar do Maceió nas tensões espaciais, turísticas memoriais e patrimoniais.

Pouco tempo depois do fim da gestão de Lúcio Alcântara, César Cals Neto¹⁰⁹ ocupa a prefeitura de Fortaleza, após também ser nomeado. No seu curto mandato percebermos que pensar o lugar do Maceió nessa conjuntura envolve concepções distintas de cidade e turismo. César Cals Neto se tornou o prefeito responsável por assinar o Decreto nº 6881 de 1984, trazendo desdobramentos perceptíveis ainda hoje¹¹⁰.

Art. 1- Fica excluída da incidência o Decreto nº 5545 de 18 de março de 1980 a área de 17.702,50 m² (dezessete mil, setecentos e dois vírgula cinquenta metros quadrados) conforme ANEXO UNICO, parte integrante desse decreto. Art. 2- Para fins de uso e ocupação do solo, fica o terreno [...] situado em ZE7- Zona Especial de Praia, devendo obedecer aos padrões definidos conforme a Lei N. 5122-A, de 13 de março de 1979 e complementações. Art. 3- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (FORTALEZA, 1984).

A depender da conjuntura política e dos interesses em jogo, a visão de que o poder público seria uma espécie de guardião da cidade legal ou oficial e os moradores como os responsáveis por rasgar, criar atalhos e formas de burlá-la não se sustenta plenamente quando percebe-se que o próprio poder público, em parceria com setores privados, pode se tornar um dos principais agentes responsáveis por fraudar, desrespeitar, alterar e fragilizar essa ideia de cidade oficial.

Em pouco tempo, desfez-se uma garantia legal relevante¹¹¹ para a proteção ambiental e integração “harmônica” de parte do riacho à rota do turismo. O Decreto de César Cals Neto

¹⁰⁹ César Cals Neto, filho de César Cals, foi prefeito durante o ano de 1983-1985. O seu mandato foi marcado por denúncias de corrupção e desvios, culminando no seu afastamento do cargo de prefeito. César Cals Neto teve atuação importante para percebermos essa trajetória política e de mobilizações em torno do Maceió devido ao seu decreto sobre o riacho publicado logo nos primeiros meses de gestão.

¹¹⁰ Seja através da própria OUC-Maceió voltada para essa área do riacho que foi disputada no final do século XX, das desigualdades sociais entre a orla da cidade e os bairros ao seu redor, os problemas ambientais e a construção de prédios.

¹¹¹ Como veremos no segundo capítulo, essa percepção é baseada na opinião de lideranças comunitárias como Dona Mundinha que argumenta que o decreto de 1984 foi chave para a degradação e destruição ainda maior do Riacho Maceió.

provavelmente cedeu às pressões do capital imobiliário que coincidentemente ou não, ia se tornando predominante, modificando de modo irreversível a orla da cidade. Não raro, após esse decreto, a reportagem sobre o potencial da hotelaria menciona o surgimento do Samburá Praia Hotel e de outros hotéis próximo à área do Riacho.

Devido a sua localização estratégica e o potencial de lucro, esta área já não era mais vista apenas como uma região de pessoas humildes, onde não valeria a pena realizar investimentos milionários, mas sim como uma área onde se poderia lucrar rapidamente e de forma significativa na medida em que o turismo se torna um dos pilares do progresso, desenvolvimento e enriquecimento com a ascensão do Governo das Mudanças¹¹² nos anos 1980.

Tendo isso em vista, é nessa conjuntura que as eleições municipais de 1985 e estaduais de 1986, ambas baseadas no voto de sufrágio universal representam outras tentativas de se fazer política. A necessidade de mobilizar a opinião pública ao invés de simplesmente fazer acordos para nomeações internas, aumenta as incertezas sobre qual político seria eleito, como a oposição seria pensada e principalmente, de que maneira as pessoas se sentiriam representadas nos discursos, promessas, propagandas para votar.

Segundo Barbalho [1990-2010], é nas eleições para governador do Estado do Ceará que o governo das mudanças, liderado por Tasso Jereissati, mobiliza através de sua campanha política — a ideia de ser um sujeito qualificado, eficiente, moderno—, enquanto o seu adversário Adauto Bezerra, seria um representante dos “Coronéis” que dominaram o cenário político durante a Ditadura Civil-Militar — símbolo do atraso e da corrupção da política e da ineficiência estatal.

É fundamental percebemos o que Belmino (2018) acrescenta à este debate do Governo das Mudanças e conjuntura política do final do século XX. Segundo a autora, nesse momento podemos pensar numa mudança de paradigma em termos do modo de se organizar as campanhas e marketing políticos no estado, principalmente pelo grande investimento de Tasso Jereissati, demonstrando um entendimento gradativo do setor publicitário e sua importância no desenvolvimento do turismo.

¹¹² Nome dado ao grupo político liderado por Tasso Jereissati, Ciro Gomes e outros políticos que assumiram grande protagonismo político no poder estadual e municipal no final do século XX. Cesar Cals, Cesar Cals Neto e Tasso Jereissati pautam a questão do desenvolvimento capitalista em conjunturas e formas diferentes, demonstrando que essa questão da necessidade de promover o crescimento urbano e econômico é pautada de diferentes maneiras na segunda metade do século XX.

O Ceará romanceado por Rachel de Queiroz, presente no Cordel de Patativa do Assaré, nas composições de Ednardo e de Fagner, era essencialmente o Ceará da seca, do êxodo rural, da pobreza, da fome, das desigualdades sociais, dos romeiros de Padre Cícero e do clientelismo político. Isso perdurou durante décadas no imaginário local e nacional. O Brasil via o Ceará dessa forma, e assim o Ceará se via. A reversão dessa imagem negativa foi a primeira etapa trabalhada pelo turismo. Saía a imagem do sol capaz de causar danos ao desenvolvimento, de gerar atraso sociocultural, de trazer a fome e a morte aos cearenses; entrava a imagem do sol da indústria do turismo, que brilhava o ano inteiro, gerando emprego e renda e tornando o estado uma ilha de prosperidade (BELMINO, 2018, p. 17).

As perspectivas de progresso¹¹³, planejamento e propagandas publicitárias apoiada numa concepção de turismo do sol demarca a ascensão do Governo das mudanças, trazendo uma perspectiva diferenciada dos anos 1970. Na década seguinte, os planejamentos, debates e orçamentos para este setor começou a se estruturar em nível estadual e municipal. A questão urbana e da conjuntura da época refletem diretamente nos rearranjos políticos e as medidas tomadas no campo da cultura e do patrimônio.

As mudanças de horizontes de expectativa quanto ao futuro do Ceará, invariavelmente torna imperiosa a necessidade de modificar, em parte, os seus espaços de experiência, sejam eles simbólicos ou físicos. Imagens e retratos criados a partir de um olhar direcionado para as praias e o brilho do sol marcam novos lugares de interesse, de lazer e consumo para os novos clientes urbanos, pois a lógica de afetividade, habitante e vinculação geracional perde-se e misturam-se em meio a tais metamorfoses da cidade.

Em meio à esse momento de ascensão do grupo mudancista, criou-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará (PRODETURIS) em 1989 e posteriormente do Plano de desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETUR-CE) em 1992. O planejamento, a pesquisa, o levantamento de dados e as informações articuladas em torno do potencial turístico do estado visavam a expansão deste setor, maximizar os ganhos e observar o que precisa ser feito para estruturar essas atividades no estado.

De acordo com Benevides (1998), tais programas demarcam essa outra época de investimentos no setor turístico que em consonância com a ascensão do neoliberalismo, da conjuntura de redemocratização e principalmente da candidatura de políticos alinhados à essa vertente política, tiveram como objetivo inserir o Ceará nas rotas turísticas nacionais e

¹¹³ Segundo Koselleck (2006), os conceitos históricos possuem suas historicidades e são lidos e utilizados de formas diferentes, a depender da conjuntura e época, mesmo que sejam rotineiramente utilizados sem tanta atenção aos diferentes significados. Com relação ao conceito de progresso, modernidade, capitalismo, tal questão é bastante visível na medida em que são palavras mobilizadas em diferentes épocas e conjunturas históricas. Nesse momento, a ideia de progresso e modernidade significa um viés neoliberal, de cortes e diminuição do estado, privatizações, autonomia para a iniciativa privada, além de incentivos, fomentos e estruturação do turismo no estado.

internacionais, sendo para isso preciso promover diversos tipos de planos e injeção de recursos públicos e privados para preparar e estruturar a cidade.

Fortaleza passou então a ser vista como a “porta de entrada” dos turistas ao Ceará, reforçando o seu papel de centro, político, burocrático, econômico e cultural. A partir desse debate sobre o turismo, surge a expressão “turistificação” ou “processo de turistificação”:

O processo de turistificação [...] refere-se ao processo de apropriação de um lugar pela atividade turística, e a conseqüente transformação espacial do lugar para sua adequação ao desenvolvimento da atividade, processo esse que tem privilegiado o atendimento às necessidades dos turistas, através do desenvolvimento de interesses mercadológicos. Esse processo resulta na transformação dos espaços no que chamaremos de “espaços turísticos”, que irão dispor de atrativos turísticos sejam esses naturais, culturais ou construídos. (BRASIL, 2009, p. 21).

Em suma, esse projeto de modernização de Fortaleza englobada pela perspectiva do turismo afeta diretamente a noção do que é o Nordeste (Ceará), com potencial de afetar substancialmente as comunidades locais e o meio ambiente, a sociabilidade e o espaço. A referida turistificação gera inúmeros embates em torno do Riacho Maceió e das perspectivas de moradia, progresso, do papel de periódicos como o Jornal O povo e sua relação com movimentos e agentes sociais.

3 A INFLUÊNCIA DO JORNAL O POVO E AS MOBILIZAÇÕES POPULARES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO MACEIÓ

3.1 Os jornais e as disputas pela preservação do Maceió

Como vínhamos discutindo, a consolidação da turistificação envolveu de modo bastante significativo a elaboração de programas, planos, investimentos logísticos também em publicidade e *marketing*. As relações entre a imprensa, o poder público e o privado foram parte importante deste processo. Especialmente, as que se deram entre as páginas e bastidores do Jornal O povo¹¹⁴ devido ao papel de “mediação” entre interesses divergentes.

Nesse período, o Jornal O povo se destacava como um dos grandes aliados do grupo mudancista na propaganda turística do estado, tornando as relações entre esses setores indissociáveis devido aos interesses em comum: o fomento das atividades turísticas, com relação direta em investimentos no setor hoteleiro, locais turísticos como as praias do estado, construção de lojas, infraestrutura viária, rodoviária e aeroviária, e equipamentos culturais como o Dragão do Mar no final da década de 1990¹¹⁵.

A estruturação de tais alterações nos bens culturais e naturais urbanos perpassa outras leituras sobre a economia e a imprensa. Nessa conjuntura de redemocratização o Jornal O povo se encaminha para as parcerias público-privadas, afastando-se de outras abordagens adotadas em períodos como o da Ditadura Civil-Militar em que a relação entre o Estado, políticos e administradores do jornal caminhava de modo mais próximo.

Na década de 1980, há uma guinada à vertente neoliberal se dá principalmente com as alterações nas regras do jogo político, formas de obter recursos e barganhar com o seu capital informativo. A cobertura dada aos eventos do Centro de Indústria Cearense, bem como as alternativas de financiamento político do período inauguram uma nova fase tanto para o jornal

¹¹⁴ Segundo a historiadora Matilde de Lima (2013), o periódico possui um histórico de atuação política em diferentes conjunturas, seja devido ao seu fundador Demócrito Rocha (deputado cassado durante o Estado Novo), Paulo Serasate (governador entre 1954 e 1958), além de influências diretas e indiretas nos jogos de poder da segunda metade do século XX, reforçando a noção de que há uma disputa pela influência sobre os noticiários e dos interesses da empresa chamada O povo diluídos em meio aos ideais de democracia, pluralidade opinativa e de escolhas editoriais. As discussões sobre fontes periódicas, nos últimos tempos incorporadas cada vez mais ao ofício do historiador, colocaram outros problemas para a pesquisa histórica, tanto pela própria maneira de circulação de um periódico, a forma que fabrica as notícias, sua abrangência intencionalidades, subjetividades, período em que se situa, problemáticas a serem analisadas em consonância com outras evidências ou narrativas (LUCA, 2005).

¹¹⁵ Para mais detalhes sobre a questão do Dragão do Mar e sua relevância nesse debate sobre a construção simbólica de Fortaleza e promoção de projetos voltados para o turismo e litoral, ver: GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

como para a política do Ceará, estreitando os laços entre certos políticos e o jornal no final do século XX:

Ainda em 1990, o jornal decide emitir títulos mobiliários chamados debêntures, que garantem aos compradores uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários da mesma. As debêntures têm como garantia todo o patrimônio da empresa. Entre os subscritores dos títulos de *O Povo* estavam os grupos M. Dias Branco, J. Macedo, Palácio de Queiroz, Construtora Estrela, Grupo Iplac e o Grupo La Fonte", este último pertencente à família Jereissati, sendo administrado por um irmão do governador Tasso. (LIMA JÚNIOR, 1997, p. 61).

O financiamento nos bastidores poderia ser interpretado como espécie de garantia política para Tasso Jereissati, que nessa época, promoveu grande ajuda ao jornal e se tornou uma personalidade capaz de manter boas relações comerciais e políticas com *O povo*. Com o sucesso político de Tasso Jereissati, sua capacidade de angariar votos e capital político, o apoio do Jornal *O povo* a *Ciro Gomes* se torna um diferencial político bastante significativo para sua ascensão ao poder em 1988¹¹⁶

Ao mesmo tempo, o jornal atravessava a “transição democrática” se (re)inserindo em redes de poder do capital. O periódico, diferentemente da época da Ditadura Civil-Militar já não dependia quase que exclusivamente de verbas do governo para se manter em boas condições; as exigências de um público diverso e amplo fazem ele buscar também chamar a atenção de grupos e pessoas com personalidades, classes sociais e preferências distintas.

As seções de política, moda, turismo, cidade, entretenimento e outras presentes na publicação buscam essa multiplicidade e parcerias que se tornam parte de um todo. O próprio Jornal comunitário do grande Mucuripe na década de 1980 divulgava propaganda do *O povo* e esse, a depender da tiragem e assunto, cedia espaço ao debate e críticas seja de lideranças comunitárias, intelectuais, artistas, assinantes, autoridades, políticos ou outros jornalistas possuidores de opiniões divergentes da corrente pró-mudancistas.

Tal aspecto demarca não somente para o referido jornal uma outra conjuntura política e econômica, mas para as mídias sociais no país e no mundo, algo que se compreende de modo diretamente relacionado com o conceito de globalização discutido por Santos (2014) como um

¹¹⁶ Nessa eleição *Ciro* teve amplo destaque na cobertura política, na capa do jornal, matérias e pesquisas ao seu favor, o que teria reação da oposição buscando impugnar a sua candidatura, mas após algum suspense e se recorrer, seria mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral, ratificando a possibilidade de a imprensa exercer grande impacto nas eleições e sair praticamente ileso. (LIMA JÚNIOR, 1997).

aspecto chave para a compreensão das mudanças relacionadas ao trabalho, estilo de vida, organização social, urbana e turística articuladas em virtude da estrutura do neoliberalismo.

Neste ponto, percebe-se que tanto o Jornal O povo, quanto o Diário do Nordeste segundo Silva (2010) traz um discurso modernizador e de inovação tecnológica como lemas desde a sua fundação na década de 1980, assim como outros meios de comunicação já consolidados na época (televisão) e emergentes no final do século (telefone portátil, internet, computador), estavam inseridos dentro de uma rede de ressignificações capitalistas, sociais e espaciais.

Isso perpassa as formas como podemos analisar o jornal, inserido em uma nova lógica de comunicação e consumo. Retomando as discussões atreladas à conjuntura da época, cabe ressaltar o que foi evidenciado por Barbalho [1990-2010] e Benevides (1998), houve a construção de políticas estaduais em estados como Bahia, Pernambuco e Ceará visando o impulsionamento do turismo e da cultura como formas de reestruturar a economia para a região.

O papel dos meios de comunicação como os jornais não se restringe apenas ao mero fato de comunicar ou selecionar matérias, seções de moda, esporte, política, mas também formular tendências e, no caso do O povo, ser um articulador entre interesses do mercado imobiliário e financeiro; oferecer apoio político aos aliados, dar certa abertura para que a opinião popular e de outros segmentos sociais se façam presentes em suas páginas, reforçando a sensação política de que vive-se num período democrático.

Nesse aspecto, podemos pontuar que o jornal, enquanto uma das mídias mais relevantes da época, possui um papel de articular esses diferentes grupos e de criar narrativas e versões sobre os fatos e acontecimentos, colocando-se como um elemento de destaque seja para o desenrolar, o acompanhamento dos acontecimentos. Silva (2011) teceu considerações sobre a produção das notícias e o papel dos periódicos:

É no espaço caótico das ocorrências cotidianas que emergem acontecimentos exemplares selecionados em um jogo nem sempre lógico de conformação. O que faz, portanto, um acontecimento ser tomado como emblemático em meio à quase ilimitabilidade de ocorrências são os interesses e as disputas que se estabelecem no cotidiano e é, nesse palco plural, no qual circulam saberes e práticas distintas, que passado, presente e futuro dialogam em formas narrativas. Efetivam-se, por assim dizer, relações culturais e sociais que servem para demonstrar ansiedades e expectativas a partir de um patrimônio memorável, cognitivo e pragmático (SILVA, 2011, p. 40).

O caráter complexo da questão ambiental, turística e urbana exemplifica-se no caso do Maceió, tendo o Jornal O povo como um dos agentes reprodutores, registradores e fabricantes de fatos, o papel de não somente estar presente nesses jogos de poder, mas de ser capaz de

acompanhar, exibir pareceres e dissabores de diferentes grupos sociais engajados com interesses múltiplos que envolvem a questão do riacho. A centralidade das temáticas sobre o riacho, a referência espacial, paisagística e memorial incorporada nas mobilizações nos bairros colocam o fazer jornalístico dentro das disputas sobre as narrativas históricas.

É entre a fabricação dos fatos, as escolhas, as possibilidades de interpretação e de análise histórica, além dos rearranjos interdependentes da história para além do ofício do historiador, que na atuação do jornal configura-se o conceito o conceito de operação midiográfica. Seja enquanto rememoração da trajetória de luta das pessoas, da atuação do próprio jornal, dos embates e disputas da época (SILVA, 2011).

Em consonância com tais considerações Ramos Filho (2019) sobre a questão cultural, memorial e identitária do ser nordestino, cearense e a memória do cangaço, argumenta que o Jornal O povo foi um dos agentes bastante ativos na busca por essa identidade, de entendê-la, pesquisá-la, haja vista a relevância social do tema para o cotidiano das pessoas, as comemorações de datas marcantes de morte e nascimento de cangaceiros.

O financiamento apontado pela Secretaria de Cultura corrobora assim para a ramificação de atuações do jornal, pois como grande imprensa já consolidada, exercia papel preponderante em favorecer determinadas pautas, sejam elas relacionadas à cultura ou ao turismo, fator de destaque na análise em andamento para entendermos as entrelinhas do poder entre imprensa, história, memória e políticas urbanas na cidade de Fortaleza.

Temos também a elaboração da carta de princípios de 1989¹¹⁷ do jornal, ainda hoje adotada como um documento orientador das diretrizes a serem seguidas. Sucintamente lê-se sobre os valores de imparcialidade, democracia e modernidade buscados, bem como o ideário do periódico no seguinte quesito:

REGIONALIDADE - A defesa das aspirações e dos valores da Região, prolongamento do conceito maior da nacionalidade, incorporou-se às tradições do O POVO, desde os tempos do seu Fundador. A defesa dos interesses regionais e o combate ao subdesenvolvimento constituem a projeção natural das expectativas dirigidas para a consolidação de um pacto federativo justo e harmonioso. Carta de princípios. (O POVO, 1989).

¹¹⁷ Esse tipo de documento passa a ser adotado por diferentes jornais como uma forma de autoafirmar suas identidades, compromissos, diretrizes, entendimentos sobre temas e pautas. No caso da conjuntura histórica brasileira, jornais como a Folha de São Paulo (MENESES, 2011) e o Jornal O povo adotam medidas de formular em um documento as suas diretrizes dentro do jogo democrático após a reabertura política. Carta de princípios do jornal cearense na íntegra: Disponível em: [Carta de Princípios \(opovo.com.br\)](https://www.opovo.com.br) Acessado em 04/07/2023.

Dentro da conjuntura analisada, tal aspecto nos leva a refletir sobre as medidas vistas como necessárias e legítimas para o jornal atingir tal objetivo. Quando vemos a questão do cangaço e da cultura e memória nordestina, assim como o turismo como fator de desenvolvimento, promoção de uma nova imagem para o estado e a cidade de Fortaleza, as supostas defesas dos interesses regionais alinhados com “um pacto federativo e harmonioso” deram outros sentidos práticos aos direcionamentos e apoios que perpassam as folhas do jornal.

A relação do jornal e o capital se configura nas alianças com o grupo Tasso, mas também nos exaltados valores democráticos que deveriam se consolidar nas escolhas de suas matérias e artigos, onde o jornal permite críticas à maneira que a máquina pública foi gerida, aos abusos e ineficiências das autoridades em resolver os problemas urbanísticos e sociais, fazendo outros grupos se sentirem minimamente contemplados no jornal e não somente como uma “nota de rodapé” ou simplesmente ignorados.

Tal fato não exclui as possíveis seletividades do jornal e seus interesses políticos e partidários articulados em prol do grupo mudancista de Tasso. A dicotomia de interesses, a relação com a conjuntura de redemocratização, a mobilização popular e de outros agentes sociais, bem como a intensificação em prol de políticas econômicas e urbanísticas interligadas ao campo da cultura e do turismo tornam esse momento histórico bastante particular.

Dentro dessa perspectiva, a leitura crítica do Maceió enquanto um patrimônio ambiental urbano torna-se chave para buscarmos compreender os distintos setores e frentes de análise que se colocam como imperativos a serem investigados: a questão ambiental e social, a relação da memória com o patrimônio cultural de regiões de bens naturais especulados quanto ao seu futuro, presente e passado, às memórias dos moradores.

É interessante estarmos atentos as discussões ora analisadas através do periódico O povo, ora por meio de falas e relatos de moradores: elas dizem respeito não somente ao que já passou, mas ao horizonte de possibilidades de um passado não tão distante que precisa ser questionado historicamente, haja vista a força ainda bastante atual do discurso sobre o progresso e de projetos urbanísticos nas discussões sobre a cidade, o meio ambiente e o patrimônio.

Ao tensionarmos o passado e suas narrativas, há a compreensão de que o Maceió se encontra em um momento ímpar capaz de selar o seu destino, pois como veremos existiam opiniões que buscavam rechaçar a influência direta e dominante do capital imobiliário sob o riacho (e seu espaço mais valorizado), outras tentavam integrar interesses de classe distintas, ou ainda, buscavam por uma unificação entre a preservação ambiental e o desenvolvimento.

Temos assim destinos em disputa em torno do Maceió como desfechos possíveis de acordo com os grupos e setores capazes de tornar a sua narrativa predominante socialmente,

mas também por meio de políticas urbanas, pressões políticas, desobediências de leis e decretos. Enquanto para os grupos dominantes o investimento privado era visto como o ideal, para as outras classes e grupos, poderia ser justamente o oposto.

As disputas políticas de certa maneira refletem as dicotomias de interesses que perpassam os grupos e sujeitos entrelaçados com o Maceió e a orla da Beira-Mar. Como um exemplo bastante significativo temos as eleições de 1985 e 1986, carregadas de simbologia devido aos desdobramentos que o resultado das eleições, uma de governador e outra para prefeito, trouxeram seja com relação às políticas de preservação ambiental, em projetos urbanísticos e/ou favorecimento de determinados grupos e empresas.

Se a eleição de 1986 marcou a ascensão do neoliberalismo e uma reconfiguração das cadeias de poder no estado, a eleição de Maria Luiza Fontenele¹¹⁸ em 1985, primeira mulher eleita prefeita de uma capital na história do país, logo após a gestão do ex-prefeito César Cals Neto, teve um grande impacto ao nível municipal, sobretudo em relação às políticas turísticas e econômicas promovidas à época, o que acabou por incidir diretamente nas disputas em torno do Maceió no âmbito legal e administrativo.

Maria Luiza teria encontrado uma prefeitura com graves problemas financeiros após a gestão do ex-prefeito César Cals Neto, além de crise hídrica, falta de apoio interno e de boicote dos governos estaduais e federais, por desagradar seus interesses ou dificultá-los. Sendo assim, há grande pressão política, assim como expectativas de certas camadas sociais como as dos moradores do grande Mucuripe para que Maria Luiza conseguisse fazer a diferença no cenário político.

O isolamento da prefeita, as batalhas internas e externas dificultaram a sua permanência no poder. Ações emblemáticas no campo do meio ambiente aparentemente visaram dar algum respaldo popular e político ao seu mandato, especialmente as que se referem ao sistema hídrico Maceió-Papicu, ponto de embate pela garantia dos direitos ambientais em vigor ou pela liberdade de violá-los sem maiores consequências, como vinha se configurando no decorrer dos anos.

Sendo assim, o sistema Maceió-Papicu foi se inserindo numa espécie de “vórtice” do progresso e turismo de modo diferenciado de outras conjunturas históricas, seja porque o riacho já se encontrava numa situação de ameaça ou porque nos últimos anos a sua destruição ou

¹¹⁸ Maria Luiza foi eleita prefeita quando era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), na época oposição política tanto dos jovens empresários quanto dos coronéis. A eleição da prefeita foi vista como um símbolo da insatisfação popular com a política tradicional, a busca por mudanças e pela ascensão dos partidos e grupos de esquerda, na época com maior liberdade de expressão e organização.

tentativas de “resgate” e “preservação” se desenharam, em parte, por meio de sua integração com o turismo pelo lugar que ocupava na cidade, pelo já mencionado Decreto de Lúcio Alcântara e sua posterior revogação por César Cals Neto.

O Riacho e Lagoa do Papicu, em 1988¹¹⁹, se tornaram um dos poucos bens naturais tombados em Fortaleza, expondo a tentativa da prefeitura da época de salvaguardar e atender demandas sociais e políticas referentes às áreas verdes. Apesar de tanto a Lagoa e o Riacho Papicu serem integrados ao Maceió, as subdivisões perpetradas pelo ordenamento urbano, obras, decretos e seletividades das políticas patrimoniais compõem outras camadas temporais, configurações e relevância ao Riacho Maceió.

Esses avanços e retrocessos ocorrem permeados de uma atuação ativa e ampla dos movimentos sociais¹²⁰, que conseguiram, assim como o grupo liberal no Ceará, se rearticular na conjuntura de redemocratização e luta pelos direitos sociais. No ano de 1986 foi fundada e registrada a Associação dos moradores do bairro do Mucuripe, uma das várias que surgiram. Ela se tornou uma forma de pressionar o poder público, como podemos ver na matéria do Jornal comunitário O Farol¹²¹ “Maria, cadê o Decreto de preservação do Maceió?”:

¹¹⁹ Lista de bens tombados definitivamente em âmbito municipal: 1. :1. Capela de Santa Teresinha; 2. Estoril; 3. Espelho de Água da Lagoa de Messejana; 4. Espelho de Água dNTOa Lagoa de Parangaba; 5. Riacho Papicu e suas Margens; 6. Teatro São José; 7. Ponte dos Ingleses; 8. Parque da Liberdade (Cidade da Criança); 9. Feira de Artesanatos da Beira Mar; 10. Palácio João Brígido; 11. Bosque do Pajeú; 12. Escola Jesus Maria José; 13. Casa do Barão de Camocim; 14. Estação Ferroviária da Parangaba; 15. Mercado dos Pinhões; 16. Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos (Igreja da Parangaba); 17. Mercado da Aerolândia; 18. Casa Rachel de Queiroz; 19. Ideal Club; 20. Colégio Doroteias; 21. Náutico Atlético Cearense; 22. IMPARH. 23. Santa Casa de Misericórdia; 24. Pavimentação da Rua José Avelino; 25. Igreja de São Pedro dos Pescadores; 26. Casa do Português; 27. Antiga Sede do Sport Club Maguary; 28. Farmácia Oswaldo Cruz; 29. Colégio Marista Cearense. TOMBAMENTOS PROVISÓRIOS AGUARDANDO A DECISÃO FINAL DO CHEFE DO EXECUTIVO: 01. Escola de Música Luís Assunção; 02. Seminário Salvadoriano (Colégio Evolutivo da Parangaba); 03. Edifício São Pedro; 04. Conjunto do Complexo Educacional do Centro. BENS DECLARADOS DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL: 01. Praia de Iracema; 02. Conjunto Urbano do Bairro Jacarecanga REGISTROS: 01. Festejos de São Pedro dos Pescadores (Livro das Celebrações); Decreto Municipal 13.030 de 10 de dezembro de 2012; 02. Igreja de São Pedro dos Pescadores (Livro dos Lugares); 03. Farmácia Oswaldo Cruz (Livro de Lugares); 04. Maracatu de Fortaleza (Livro dos Saberes, Celebrações, Formas e Expressão). Disponível em: Canal Cultura - Prefeitura Municipal de Fortaleza. Acessado em 31/10/2021.

¹²⁰ Especialmente as associações comunitárias do grande Mucuripe, membros do movimento ambiental, intelectuais e outros partidos políticos e grupos.

¹²¹ O Farol, assim como O Contra Corrente circulavam dentro do bairro aparentemente com tiragens mensais e voltado para as pautas, reivindicações e críticas dos moradores do bairro, compondo uma pequena imprensa e uma produção local. Segundo a autora Beatriz Dornelles (2008) de modo geral as crises políticas e econômicas com o alvorecer da nova república trouxeram consigo grandes percalços para o jornalismo brasileiro, tendo o fator crise ocasionado o fechamento de muitos jornais do Rio Grande do Sul (e outras regiões), além de crise no setor como demissões, reordenamentos, levando muitos jornalistas a assumirem posições distintas numa imprensa com temáticas locais, por vezes participando da construção de jornais mais independentes de cunho político bastante característico (em prol da classe trabalhadora ou mesmo atuando em veículos de imprensa maiores) interessados em tais pautas locais voltadas para assuntos mais gerais como relacionados a “vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional, etc.” (DORNELLES, 2008), enquanto que o comunitário seria direcionado “assuntos dos bairros, do trabalho, dos movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos” (DORNELLES, 2008), caracterizando assim uma distinção. No

O Riacho Maceió, já esteve bem perto de ter seu leito, margens e, sobretudo, sua foz preservados. Em 1980 através do Decreto n° 5544/80, o prefeito Lúcio Alcântara determinou a área como zona de proteção turística, paisagística e ambiental, e ainda decretou como área de utilidade pública o espaço empreendido entre a Avenida Beira-Mar e a Rua Senador Machado para fins de futura desapropriação. Na área delimitada por este decreto não se poderia construir nada. ***Nem Lúcio Alcântara desapropriou nem seus sucessores. E foi então que mancomunado com os grandes especuladores imobiliários de Fortaleza***, o prefeito César Cals Neto, em 1984, baixou um novo Decreto, n° 6811/84, desfazendo o que Lúcio Alcântara fizera no trecho que se pode chamar de “filé” do Maceió. São mais de 17.000 metros quadrados em frente ao monumento da índia Iracema, na Beira-Mar [...] é possível construir no local preservando apenas 15 metros de cada margem, a contar do eixo do riacho. Segundo a Lei Estadual de Recursos Hídricos e a Lei Municipal de uso e ocupação do solo, ou Lei 5122-A. ***A partir dessa atitude do Sr. César Cals Neto, muitos desmandos foram cometidos contra o Maceió. Agora a Prefeita Maria Luiza tem a oportunidade de voltar à antiga legislação. Só precisa mesmo assinar um novo decreto. Os problemas que os vizinhos estão enfrentando seriam assim resolvidos e o Maceió seria preservado para o bem de todos.*** O que a comunidade não entende mesmo é porque tem que lutar tanto por algo tão simples e justo. (O FAROL, 1988, grifo nosso).

Esta matéria expõe a visão dos integrantes da associação, bastante antagônica quanto às divergências e possíveis motivações entre o Decreto de Lúcio Alcântara e o de César Cals Neto. Aparentemente, releva-se os motivos do Decreto de 1980 que preservou apenas a área do Riacho próxima à Beira-Mar, de certa forma, também alinhada com a perspectiva de interesse mercadológico e transformação da área, mesmo sendo menos agressivo do que o avanço amplo e irrestrito da especulação imobiliária característica dessa época.

Não raro, bastaram apenas uma outra gestão para essa garantia mínima ser aterrada junto com parte das margens do Riacho, desencadeando uma situação já delicada e muito difícil de se reverter, mesmo com as mobilizações populares e a necessidade de se respeitar a distância mínima de construção (15 metros). A forma como o Decreto de 1984 foi visto baseia-se principalmente nos desdobramentos após esta medida¹²², tal matéria é elaborada num momento em que há forte debate sobre construções de muros próximo ao Riacho.

entanto, como a autora pontua, por vezes as mídias locais, mesmo as mais estruturadas e de maior porte buscavam incorporar certas pautas ditas como comunitárias devido ao momento político, ao engajamento gerado nos possíveis leitores/consumidores visando lucro e crescimento de assinantes, fenômeno aproximado da relação analisada entre O povo e jornais comunitários da região do grande Mucuripe. Ademais, cabe refletirmos sobre a questão do jornal comunitário e do bairro, muitas vezes misturados e com características parecidas, tanto na forma de promover espaços de anúncio para possíveis parceiros, quanto nas reivindicações colocadas, desenhos, imagens, sátiras, opiniões sobre problemas locais. Ambos estariam mais preocupados com o engajamento social das pessoas que constroem o movimento, de solucionar problemas do bairro/comunidade, promovendo também um espaço de formação política diferenciado, mas que, como no caso do Mucuripe, poderia contar com a presença de representantes de partidos políticos, intelectuais, entidades, autoridades de diferentes segmentos e interesses.

¹²² Novamente, é importante mencionar a narrativa de construções destacadas anteriormente na matéria do Jornal O povo sobre o potencial da hotelaria.

Parte desses muros eram de propriedade de E. Hinko¹²³, arquiteto influente da região. Ele teria comprado uma fração do terreno da Foz do Maceió ainda nos anos 1950. Além de sua influência, esse seria um de seus trunfos para legitimar a legalidade de suas ações, posse e direito de construir ou negociar os terrenos no em torno do riacho, assim como aparentemente não seria ilegal¹²⁴ construir próximo às margens do riacho, já que César Cals Neto revogou o Decreto de Lúcio Alcântara.

“Filé da especulação”, o riacho e seu entorno pareciam distantes de ser oficialmente compreendido pelo mercado imobiliário e o turismo como um patrimônio da cidade e do bairro, pois as violações e aterramentos no leito do riacho se tornam mais frequentes e sem a fiscalização adequada. Apesar de Hinko buscar fazer valer o seu direito sobre a posse do terreno, a comunidade estava bastante comprometida com a causa e trazendo as suas interpretações sobre o riacho, como podemos ver na manchete principal dessa edição do Jornal O Farol:

A comunidade mucuripense está de novo mobilizada para defender o riacho Maceió contra os especuladores. O ano passado a luta se deu na avenida Melo Nunes e acabou vitoriosa com a derrubada de um muro que avançava sobre o curso d’água, com risco de provocar desequilíbrios ecológicos (enchentes) além de deixar sem trabalho muitas lavadeiras. *Agora são os moradores da rua Senador Machado, em frente à Igreja da Saúde, que lutam para preservar esse patrimônio ecológico e paisagístico do bairro. Eles contam com a solidariedade de todos os mucuripenses e da Associação dos Moradores* que participa ativamente na luta [...] Faz quase dois meses o terreno da foz do riacho Maceió, na confluência da Avenida Beira-Mar e Rua Coronel Manuel Jesuíno, começou a ser aterrado clandestinamente, numa das tantas operações de especulação que sofre a cidade [...] *Passados os primeiros momentos de medo e desinformação [...] a comunidade, revoltada com tamanha violência, começou a se mexer* (O FAROL, 1988, grifo nosso).

Tendo em vista a história de construção e fundação dos marcos identitários e memoriais do bairro, é possível aferir com relação ao Riacho Maceió que as redes de sociabilidade, mobilização e solidariedade além de perpassar a Igreja da Saúde, de São Pedro, o Terra e Mar e outros marcos de maneira bastante forte e significativa, contava com leituras que destacavam a importância do Riacho dentro de uma perspectiva patrimonial.

A disputa na Foz do Maceió no final dos anos 1980 foi um indício consistente das mudanças de conjuntura histórica nas disputas e mobilizações em prol do Maceió. A discussão e tiragem dos jornais comunitários¹²⁵ demonstram uma das maneiras de atuação desses sujeitos.

¹²³ Atualmente Emílio Hinko e Teresa Hinko são nomes dados às ruas próximas ao Riacho Maceió.

¹²⁴ Nesse ponto vemos como as interpretações legais poderiam ser bastante restritas, pois desconsidera-se o código florestal da época para legalizar as construções.

¹²⁵ Tem se conhecimento de três jornais comunitários: O Arrastão: na única edição consultada, acredita-se que foi criado já nos anos 1990 devido a frase veiculada logo abaixo do nome do jornal (informativo do Fórum popular Mucuripe Resiste, criado nessa conjuntura). O Arrastão de 1993 traz alguns comerciais como Hidracor, Dona Benta, Café Santa Clara, além da divulgação da Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, Microempresário de

Porém, há outras ações diretas que somadas, têm o mesmo objetivo em comum para além da simples pressão à prefeita:

Em várias reuniões realizadas na Igreja da Saúde, os vizinhos, a Associação dos Moradores do Mucuripe e diferentes setores interessados em proteger o meio ambiente começaram a articular a resposta. Para começar o dia 1º de maio se organizou uma belíssima manifestação, juntamente com artistas bonequeiros, na Beira-Mar, exigindo da prefeita Maria Luíza que faça um novo decreto preservando totalmente a área. Foi feita também uma denúncia ao DECOM, Serviço Especial de Defesa Comunitária, ligado à Secretaria de Justiça, que já realizou uma primeira audiência, no dia 17 de maio, para ouvir as partes. A comunidade compareceu com 13 representantes acompanhadas pela vice-presidenta da Associação de Moradores, Regina Brandão, o vereador Samuel Braga, o deputado Paulo Quezado e por um membro do Partido Verde, João Saraiva [...] A comunidade está agora empenhada em apurar a legalidade da apropriação do terreno por parte do Sr. Emílio Hinko, e em proceder legalmente ao usucapião para as famílias da Rua Senador Machado, que moram e têm benfeitorias de mais de 40 anos [...] Paralelamente, se está lutando para conquistar a preservação legal da foz do riacho Maceió através de dois caminhos. Por um lado, está pedindo a prefeita Maria Luíza que baixe um decreto de proteção da área. Por outro lado, se elaborou conjuntamente com o vereador Samuel Braga um projeto no mesmo sentido para ser debatido e votado na Câmara de Vereadores. (O FAROL, 1988).

A mobilização em prol do Riacho e dos direitos se concretizou por diversas frentes, ações e mecanismos legais que no final dos anos 1980 estariam sendo reivindicados como uma forma de garantir a participação cidadã e possíveis contestações. Ademais, a presença do Partido Verde, demarca a participação da vertente ambientalista¹²⁶, em gradativo crescimento conforme observa-se ao longo do final do século XX, especialmente nas comemorações próximas e no Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 05 de junho desde 1972 após chancela da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fortaleza, e Comunicação e cultura, informando sobre a possibilidade de obter financiamento para a publicação de jornais comunitários; Pró-Reitoria de extensão UFC. Há quadrinhos, matérias e um posicionamento claro de seus escritos. Já sobre o *Contra Corrente* (1994), também possuímos apenas uma edição, mas essa edição traz elementos interessantes de serem refletidos (questão da poluição, política local, patrocinadores- O povo); *O Farol* apenas a edição de julho e setembro de 1988, também marcado por patrocinadores (menos evidentes e em menor quantidade. O seu texto aborda diversas temáticas da comunidade (Maceió, Terra e Mar, praias).

¹²⁶ Nessa época, o Partido Verde se fez presente em várias discussões das áreas verdes da cidade (Maceió, Papicu, Cocó), assim como nos debates na câmara de vereadores e participação de mobilizações e atos. Há parcerias importantes que aproximam pessoas e grupos distintos em prol da pauta ambiental. Podemos pensar nos próprios nomes citados no jornal *O Farol*: A professora Regina Brandão (UFC), envolvida com as discussões ambientais, urbanísticas; o advogado Paulo Quezado Bacharel em Direito e formado em História; Samuel Braga: vereador que no final do século XX teve várias participações em reuniões, atos e nas tentativas de se articular com os moradores para formular leis, projetos e ações em prol de suas reivindicações. Nesse período ele se coloca como um grande aliado dos moradores, o que aparentemente se modificou, dado os últimos resultados das eleições de vereador em Fortaleza e a forma como é visto por alguns moradores do grande Mucuripe.

O caso Hinko relatado no jornal é bastante emblemático por mostrar a força política de determinadas classes e setores, exemplificando como foram se costurando as práticas e embates entre moradores, prefeitura, iniciativa privada e pessoas particulares na implementação das políticas culturais, pois ao mesmo tempo que a comunidade se mobiliza em prol de suas causas e direitos, há forte reação contrária à efetivação dessas pautas políticas.

No mais, segundo consta na edição de setembro, os dois caminhos apontados ainda na metade de 1988 foram derrotados, seja em tentativas no início da administração de Maria Luiza ou mesmo após assinatura do anteprojeto no Dia Mundial do Meio Ambiente, em junho de 1988 na tentativa de emplacar Decreto favorável¹²⁷. Mesmo com essas notícias nada animadoras, semanas depois, seria noticiado, na mesma edição, outra informação pertinente à preservação do Maceió:

No dia 21 de agosto, a Prefeita Maria Luiza, na presença de representantes da Associação do Mucuripe, assinou o decreto que torna o leito do Maceió zona de proteção verde paisagística e turística- ZE-1. Esse foi a primeira vitória na luta pela conservação do riacho. *É preciso ficar atento e pressionar o próximo prefeito para que não revogue esse decreto, permitindo assim que o Maceió e as famílias lesadas pela especulação imobiliária, possam finalmente ter seus direitos respeitados [...].* A comunidade aguarda ansiosa a derrubada do muro que cerca o Maceió, prometendo uma grande manifestação comemorativa ao evento. Só falta a publicação do decreto no Diário Oficial para que a SUOP, órgão encarregado da demolição do muro, inicie a tarefa, pondo fim à essa construção vergonhosa que separa o Maceió da nossa comunidade. (O FAROL, 1988, grifo nosso).

A maneira como esses conflitos se deram escancaram as dissidências entre a câmara dos vereadores, a prefeitura, o governo estadual e grupos de empresários, novamente reforçando que não estamos abordando uma história já dada, onde o turismo e as forças capitalistas simplesmente “fazem o que querem”. Além disso, as políticas culturais e turísticas discutidas exercem grande influência na oposição declarada e pouco amistosa entre o governo estadual e a prefeitura sobre o Maceió.

Cabe ressaltar que no ano de 1988 a prefeita estava desgastada politicamente perante seus eleitores, o seu partido e outros grupos, assim como havia a expectativa iminente do fim do seu mandato, pois as eleições ocorreriam dentro de alguns meses. Apesar dessa conjuntura

¹²⁷ Os nomes dos vereadores contrários a essa derrota em clima quase eleitoral foram expostos na edição de setembro do Jornal comunitário O farol, mostrando que a comunidade não devia votar nem apoiá-los. Outros documentos voltados para os esforços visando reconhecer novamente o Maceió como ZE-1 serão disponibilizados nos anexos.

e do revés político, a prefeita consegue fazer valer a vontade da comunidade e assina o Decreto n° 7766¹²⁸, garantindo novamente o Maceió como zona especial.

A percepção de que outra gestão poderia ser eleita e modificar os acordos estabelecidos revela uma comunidade ciente de que esse seria um passo importante, porém para manter o Decreto como válido seja na lei ou na prática isso implicaria em (re)articulações dos poderes e grupos econômicos, pois os interesses financeiros e as trocas de favores poderiam alterar rapidamente as formas de se interpretar e garantir os direitos.

Após essa aprovação e revogação do contestado Decreto de César Cals Neto, o “muro da vergonha” (construção feita às margens do curso do riacho) se tornava o principal alvo da comunidade e mais do que nunca¹²⁹, ilegal. A tentativa de barrar sua construção com atos-show, passeatas e palavras por si só não garantiram a derrubada do muro nem que fossem acatadas as prerrogativas estipuladas pelo Decreto.

No entanto, essas ações foram fundamentais para pressionar a prefeitura e órgãos responsáveis. No mês de setembro de 1988, foi efetuada uma operação histórica na luta pela preservação e defesa do Riacho: a derrubada do muro construído a mando de Hinko. A singularidade simbólica desse ato amplamente divulgado e noticiado, ainda mais tendo em vista as idas e vindas ao longo dos anos 1980, se torna ainda mais significativa por barrar o frenesi especulativo e dar vitória à causa comunitária.

Os desdobramentos dessa ação foram relatados no Jornal O povo e no Diário do Nordeste¹³⁰ homens, mulheres, idosos e jovens da comunidade participavam ativamente da demolição do muro com os funcionários da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (Emlurb) criando uma grande confusão no local por denúncias feitas de que havia uma suposta invasão à propriedade privada:

Tumultos e várias pessoas com ferimentos leves, além de denúncia de arbitrariedade policial registraram-se, ontem, durante a destruição de um muro que circunda a área de preservação ambiental na confluência da avenida Beira-Mar com a rua Teresa Winka [...] a confusão aconteceu quando [...] **policiais civis [...] foram acionados para impedir uma suposta invasão de terreno** [...] Além dos servidores da Emlurb e do DLU, cerca de 40 homens, juntaram-se ao movimento mulheres, crianças e até idosos convocados pela Partido Verde e associação dos moradores do Mucuripe [...] ao serem abordados por jornalistas os moradores afirmaram que ao chegar no local a equipe de policiais detonou vários tiros a esmo, provocando uma correria generalizada. A

¹²⁸ Prefeitura de Fortaleza, 1988.

¹²⁹ Apesar de ainda estar em vigor o código florestal da época, foi somente com esse novo decreto que a prefeitura de Fortaleza encontrou legitimidade política para frear a especulação imobiliária e derrubar o muro.

¹³⁰ Periódico fundado na década de 1980 por Edson Queiroz, grupo que rivalizou com Tasso e o Jornal O povo. O Diário do Nordeste fez parte de um conglomerado de empresas e setores vinculados ao grupo Edson Queiroz, responsável por investir no setor de gás, petróleo, mídia impressa, televisiva, empresa de água, dentre outros negócios.

prefeita Maria Luiza tomou conhecimento do incidente e para lá se deslocou, na tentativa de contornar o problema. Quando os agentes já haviam ido embora [...] a confusão se estabeleceu novamente, com a chegada de um pelotão da Polícia Militar. *Os agentes do 2º batalhão informaram que haviam recebido informações de que o terreno estava sendo invadido após derrubada do muro [...]* na segunda confusão os PMS chegaram a deter vários rapazes que só foram liberados quando os fiscais exibiram ao oficial Arimar que comandava a guarnição- cópia do decreto assinado por Maria Luiza [...] devolvendo àquele setor a condição de área de preservação ambiental. (O POVO, 1988, p. 18, grifo nosso).

Chama atenção a reação imediata que a derrubada do muro provocou em pessoas anônimas possuidoras de contatos e influência política capazes de mobilizar forças policiais para reprimir a ação legal tomada após o Decreto favorável para a preservação do riacho. A ação feita somente pelo medo de que seriam pessoas invadindo uma propriedade privada é difícil de se sustentar, pois o proprietário, provavelmente, estava ciente da possibilidade de acontecer medidas capazes de ir contra seus interesses no terreno.

A conduta truculenta das forças policiais causou pânico e medo sem aparentemente apurar os fatos e saber direito do que se tratava, atestam que as ações tanto da Polícia Militar e Civil ainda se pautavam em práticas repressivas na maneira de agir e lidar com mobilizações, atos e reuniões públicas de movimentos sociais de esquerda ou de oposição. Esse tipo de conduta permanece bastante presente na atuação dessas forças da segurança pública em manifestações, eventos e intervenções contra certos grupos culturais e políticos.

Somente com a ida da gestora pode-se contornar as arbitrariedades da abordagem causadora de pânico na população e funcionários da prefeitura. É curioso imaginar a cena: dezenas de pessoas, crianças e alguns idosos correndo enquanto a polícia chegava atirando, chamando atenção da cidade e da prefeita que tenta fazer valer as suas ordens, que nem todos estavam dispostos a aceitar prontamente ou acreditar serem legítimas.

Até pouco tempo, possivelmente, poderia resolver essa questão com alguns tiros e cassetetes sem precisar dar satisfação ou sofrer sanções legais, a depender das pessoas envolvidas. Além disso, imaginar a eleição de uma pessoa de esquerda seria impossível. Essas arbitrariedades demarcam um poder coercitivo e social sobre a população que em determinadas situações ficam à mercê de intimidações e ilegalidades, mesmo em períodos democráticos.

A presença da Polícia Militar remove qualquer dúvida de se tratar de mera coincidência, colocando sob suspeita que as ações da prefeita seriam acatadas com parcimônia. O papel se torna prova irrefutável nesse caso, fazendo valer a vontade da prefeita e festejada pelos moradores ao mesmo tempo que, possivelmente, era contestada pelos seus adversários políticos.

Incapazes de acelerar o fim de seu primeiro mandato à força, seus adversários aguardaram a chegada das eleições municipais para reverter esse quadro.

Ao menos dessa vez, a ação repressiva e abusiva não surtiu o efeito esperado frente à vontade e mobilização popular. Dada a conjuntura de escalada de avanços, violações ambientais e sociais no bairro, o Decreto da prefeita Maria Luiza representou um momento ímpar para a história do bairro na sua luta pela preservação do Maceió e permanência de alguns dos moradores na orla da cidade, já que parte deles também reivindicavam o direito a permanecer com suas moradias próximas às margens do Maceió.

Enquanto esses conflitos se desenrolam, um dos candidatos ao cargo de prefeito, Ciro Gomes ainda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apoiado por Tasso e pelo Jornal O povo se articulava para concorrer a nova gestão, gerando a expectativa de que sua gestão pudesse satisfazer interesses e visões mercadológicas sobre a cidade e a orla, compreendida a partir do papel de centralidade dada ao turismo como atividade fundamental para as transformações culturais, econômicas e urbanísticas.

Após muitas polêmicas sobre a atuação do Jornal O povo nas eleições, a confirmação de Ciro como novo prefeito de Fortaleza demarca de modo evidente como o jogo de alianças partidárias e midiáticas têm papel preponderante na política local nesse momento, especialmente nas adequações entre o neoliberalismo, periódicos, técnicas de comunicação, troca de favores entre jornal e governo, influência sobre os eleitores e capacidade de mobilizar alianças importantes para as pretensões daqueles que buscam ampla maioria de votos.

A eleição de Ciro, segundo Belmino (2018), fez parte da continuidade do projeto mudancista que visava o estabelecimento do turismo como um dos pilares centrais da nova propaganda cultural estabelecida no estado, compondo assim a expectativa de continuidade do projeto mudancista, mesmo que Ciro Gomes tenha buscado construir um governo ao redor de sua imagem. Pouco tempo depois, renunciou o seu breve mandato na prefeitura para assumir o estado.

Em suma, o destino do Maceió também era o de uma comunidade que se expandiu no seu entorno e que no final do século XX buscava se integrar nos circuitos de poder e de turismo num momento no qual outras formas de lazer, entretenimento e direitos foram demarcando uma nova época para a cidade e as políticas vinculadas ao patrimônio, constantemente ameaçadas pela especulação imobiliária.

3.2 A mobilização em prol da defesa do Riacho Maceió na vida de Raimunda Alves de Sousa

Como vínhamos discutindo, a análise do Jornal O povo e de outros periódicos desvela uma conjuntura social e política bastante peculiar da época por meio das trocas de gestões do governo e da prefeitura num momento chave para a questão das políticas urbanísticas, alternando significativamente as interpretações oficiais sobre a aceitação ou não da preservação do riacho enquanto uma zona de proteção e salvaguarda ambiental.

Dessa forma, o conceito atribuído sobre patrimônio ambiental urbano destacasse a partir do conjunto de simbolismos, embates, entendimentos díspares sobre as questões urbanas, patrimoniais e ambientais. Em meio a elas, temos a participação de sujeitos e grupos sociais amplamente engajados enquanto habitantes e com pautas diretamente relacionadas com as discussões sobre a preservação ambiental, melhorias de saneamento básico, saúde.

Tendo isso em vista, iremos enfatizar nesse momento a trajetória de Raimunda Alves para percebermos que as versões apresentadas nas matérias do O povo e outros periódicos podem ser exploradas a partir de uma vertente mais pessoal, trazendo assim outras possibilidades de análise sobre tais acontecimentos, as articulações dos movimentos e suas perspectivas. Dessa maneira esperamos entender melhor como e o porquê dos movimentos sociais e os moradores se articularam em prol da causa do Maceió.

Nesse aspecto, as discussões do campo da memória despontam como fundamentais. Podemos interpretar que a construção de uma identidade coletiva por parte dos moradores do bairro traz contradições, seletividades e se reforçam em discursos capazes de buscar preservar o Riacho Maceió, pois isso implicaria na manutenção de uma paisagem mais característica da região, além de costumes e acessos facilitados à praia, ao consumo e lazer que se tornaram tradicionais no bairro.

Nas discussões envolvendo debates sobre globalização, identidade, local, o turismo-“arauto” da pós-modernidade globalizante em Fortaleza- há as relações sociais e as formas que os sujeitos se identificam. Entre o global, o local e suas ressignificações encontram-se diferentes formas de compreender essa época como promotora de choques capazes de mesclar elementos distintos¹³¹, colocando a questão identitária como umas das problemáticas da pós-modernidade (HALL, 2006, p. 67-79).

¹³¹ Como o fast-food americano com a água de coco e a estátua de Iracema na mesma paisagem ou a noção de identidade cultural modificada sob as diferentes perspectivas materiais, simbólicas e consumistas.

As narrativas vistas no periódico confluem em certos aspectos com as narrativas urbanas, sensoriais e memoriais colocadas por moradores como Raimunda Alves, capazes de trazer à tona, ao menos no campo sensorial e abstrato e cognitivo, uma cidade, riacho e paisagem superadas e modificadas ao longo do fluxo de um tempo caracterizado por uma dita modernização cultural, paisagística e urbana da cidade, como se torna marcante nas últimas décadas do século XX.

Investigar a memória dos velhos sobre um lugar que já não se encontra mais presente ou já foi extremamente modificado se torna um desafio relevante na busca por entender uma cidade e a importância de um riacho que já não reflete na sua paisagem, traços e detalhes como outrora, ainda mais quando ele permeia diversos bairros, especialmente o Mucuripe, trazendo memórias de fé, pescadores, cheiros e belezas ocultas para os que de alguma forma herdaram o que foi deixado, derrubado e construído (BOSI, 2003).

Deste modo, temos o choque de perspectivas e realidades sociais quanto aos espaços de sociabilidade, o que preservar, integrar ou soterrar para facilitar o surgimento de uma “nova” cidade, a Fortaleza das praias e do sol, como passou a ser conhecida desde o final do século XX. A análise a partir do olhar, trajetória e atuação de pessoas ligadas aos movimentos sociais do bairro como Raimunda Alves de Sousa, a Dona Mundinha, se tornam capitais.

Dona Mundinha criou-se em um Mucuripe bastante distinto do que vamos tomando conhecimento a partir das discussões propostas pela pesquisa e das problemáticas envolvidas. Visando a coleta dos dados empíricos sobre a sua vivência, realizamos em 14 de abril de 2022 entrevista *in loco* na sua tradicional residência presente ao lado do Riacho Maceió, porém hoje também ao lado do prédio da construtora Colmeia¹³², em fase final de construção.

É nessa dicotomia espacial e memorial que Dona Mundinha se adaptou, passando a viver com sua família, não obstante, ela mantém viva nas lembranças cheiros, gostos e dissabores de um Mucuripe e orla de outros tempos. É a partir dessas lembranças e reminiscências do passado presentes em suas falas que podemos aferir a importância desse lugar em sua vida e trajetória:

“[...] eu realmente {fui} filha daqui do Mucuripe, meus pais nasceram aqui, meus avós...e eu...até me emociono quando eu falo...eu sempre fui assim ... fui uma pessoa assim ... graças a Deus iluminada...porque eu me lembro que menina, eu já tinha assim um instinto de... de uma pessoa, adulta, consciente. Meu pai era Marchante. Marchantes naquele tempo era uma pessoa que comprava peixe na praia e ia vender na cidade, então ele pegava aquele peixe, botava no talão que chamava um pau...eles trabalhavam com esse pau e botava esses peixes {nele},

¹³² Há entrevistas que trazem tal contradição. Ver: A vizinha do edifício mais alto de Fortaleza - Beatriz Jucá - Diário do Nordeste (verdesmares.com.br). Acessado em 07/08/2023.

botava no ombro e saíam correndo pela cidade toda e meu pai fazia isso; meu pai era muito esperto, trabalhador, saía vendendo...e eu sou filha única, me chamam de Mundinha... e de Mundinha ficou e eu sempre fui uma pessoa muito querida estimada pelo meu pai... e ...e ...eu me criei essa menina assim.... instruída, e parecia que ela... {não tinha} alguém que ensinasse né ... e meu pai ia vender peixe e tinha pessoas na prefeitura que tomavam os peixes dos {marchantes} e jogava fora e as pessoas tinham prejuízos [...] meu pai chegava em casa reclamando tarde da noite reclamando...reclamando dessas pessoas e eu deveria ter uns 3 ou 4 anos e via aquilo e não ficava me sentindo bem...e dizia para ele que quando eu crescesse eu ia {magoar} essas pessoas e dava um jeito ia dar um jeito...então...é ... *eu tive esse espírito de lutar em defesa das pessoas mais fracas* né e...aprendi a ler cedo; estudei. (ALVES,2022, grifo nosso.)

Através desta fala¹³³ evidencia-se a proximidade entre a sua criação no local, as atividades desenvolvidas pelo seu pai, em consonância com o trabalho ligado à pesca, vista como artesanal e diferente da predominância da utilização de métodos que envolvem maquinários pesados e técnicas de pesca agressivas como as de hoje. A seletividade de sua memória moldada nessa convivência e espaço social destaca de modo bastante positivo suas características e habilidades próprias em ajudar os outros.

Sua trajetória e personalidade se aproximam também das lembranças de um outro tempo e espacialidade: um Mucuripe que permanece vivo em suas memórias. Através da oralidade, ela nos dá pistas e faz comentários sobre como era a natureza, a paisagem e o ambiente local em outros tempos, se aproximando dos relatos mencionados no capítulo anterior sobre como seria a paisagem e os tipos de espécies que viveriam no local.

Através de seu relato, mediado por Diego di Paula, observamos que sua fala corrobora e complementa o que foi destacado anteriormente:

“[...] meu filho [...] tinha muita árvore aí dentro, era um sítio, tinha muita árvore, ah meu Deus do céu... muito pássaro, pé de coqueiro bem aqui pertinho de casa e todo dia [...] oh meu Deus do céu era muito bonito, um horror de passarinho, ah mas vai e acaba tudo. [...] quando chovia os caranguejos saíam [...] Caranguejo... Siri... é... tinha... aquele... nem lembro meu Deus do céu... nem existe mais... aparecia em

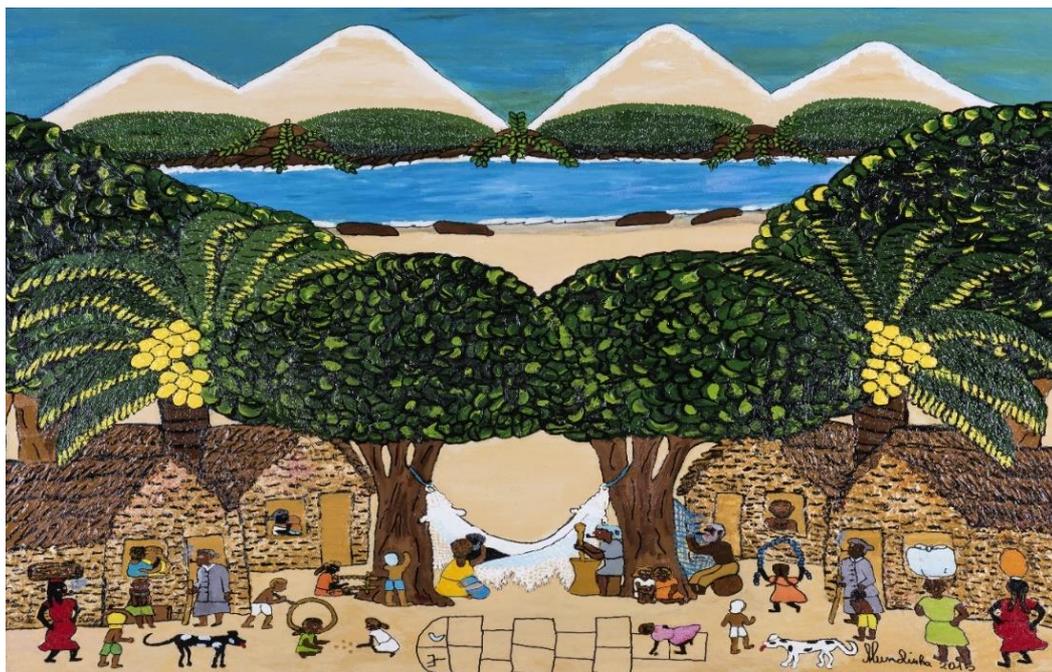
¹³³ Os acréscimos e intervenções feitas no decorrer da transcrição se deram devido ao fato de a qualidade da gravação ficar mais distante do ideal devido às condições dos equipamentos utilizados, o ambiente e o tom baixo da Dona Mundinha, necessitando uma maior intervenção em algumas partes seja para deduzir uma palavra ou inseri-la na frase que se adequa ao sentido do texto. Tendo isso em vista, optamos por fazer tal intervenção inserindo “[...]” “no caso de abreviações da fala; “(?...)” quando não foi possível entender com clareza e exatidão o que foi dito; e, “{ }” quando há certa convicção de se tratar da palavra dita, buscamos sistematizar dessa maneira a compreensão da transcrição, haja vista que existem outros direcionamentos de nomenclaturas como relação à história oral que buscam criar um sistema de organização de uma transcrição (ALBERTI, 2013). Essas três intervenções, somados aos direcionamentos das perguntas feitas pelo pesquisador, a transcrição digitalizada e os recortes e adequações feitas, além da análise e reflexão de tais falas seja no âmbito da pesquisa ou do lugar e do tempo analisado é algo deveras desafiador no trato com as fontes históricas; tais diversas etapas e a necessidade de costurar os retalhos da memória oral de Mundinha torna o historiador mais do que um simples reprodutor ou sujeito detentor de “total” segurança do seu objeto, mas como um produtor de cana microempreendedor que precisa passar por todo um processo (do plantio à poda e ao trato) para extrair proveito dentro das possibilidades do material.

setembro... numa época do ano... um tipo de caranguejo... grauçá [...] É... era fundo [...] Nem o pescador tinha coragem, só de jangada [...]e tinha uma parte ai que [...] bichos se enterravam ... tinham areia movediça o nome era terrau. (Matheus) -Terrau? (Mundinha)-É... chamava de terrau e terrau e era [...] {falando sobre algum ser vivo que existia nessa localidade} e ele [...] {tinha um canto fino} (ALVES, 2022).

Parte da sua consciência social, além de sua vivência no bairro, personalidade, interesse na política, é destacado na sua formação artística (praticamente autodidata), onde ela mesma emite uma opinião importante para entendermos a sua trajetória: “acho que uma coisa que ajudou muito foi o envolvimento com a arte para ter um posicionamento mais crítico, coisa que os vizinhos não tinham, o conhecimento não bate na porta, você tem que ir atrás” (ALVES, 2022).

Vemos uma mulher que assim como Verinha, elabora um viés artístico, memorial, simbólico que traz à tona cenas cotidianas do Mucuripe antes do desenvolvimento do intenso processo de crescimento urbano e capitalização dos espaços. No caso de Mundinha, sua arte¹³⁴ se configurou como uma forma de renda, assim como a questão política e a participação em atos e movimentos se fizeram presentes de maneira bastante ativa e atuante (Figura 14).

Figura 14 - Pintura de Raimunda Alves.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2023.

A Mundinha entrevistada por Raimundo em 1998, revela que tal viés artístico foi descoberto em 1985, aos seus cinquenta anos, quando começou a frequentar curso de pintura

¹³⁴ Apesar da relevância artística tanto de Mundinha quanto Verinha, analisar suas obras não é objeto de estudo dessa pesquisa.

da professora Jane Lane e pintar suas próprias telas, ganhadoras de prêmios e elogios em exposições. Essa Mundinha do final do século XX diz ainda como o seu olhar artístico é pensado de acordo com a sua obra:

Não sei se já comentei, *mas meu trabalho é histórico*, e mostra os costumes tradicionais, o trabalho das pessoas, as roupas que vestiam e também as comunidades de pescadores, as jangadas com velas abertas e a quimanga, a cabaça onde os pescadores guardam a comida. Também tem os peixes com as diversas cores, e isso é uma mina inesgotável para qualquer artista. Por isso, não posso dizer do que é que eu mais gosto. Gosto do conjunto, quando está tudo misturado. Então, trabalho essas coisas simples, não digo pobres porque pobre é o cão, não é? Logo, sou uma artista popular e defendo a mim mesma e as pessoas que conheço. Não vou negar as minhas raízes. Sou essa gente, pertenço a essa gente e posso dizer que, graças a Deus, eu também mereço respeito. (CARUSO, 2004, p. 329, grifo nosso.)

Tal colocação corrobora para o entendimento do papel social do sujeito, sua trajetória, ligação com a problemática, intencionalidades, gostos, habilidades, versões de si mesmo que são interessantes de serem mobilizadas quando possível, pois nos ajudam a entender ou melhor, ver e ouvir de diferentes ângulos, o seu papel social, que dialoga com outros sujeitos, acontecimentos diversos presentes sejam no Jornal O povo, outros documentos ou em um “diálogo arquivístico” com Vera Lúcia Miranda.

Além de suas trajetórias pelo Mucuripe, ambas (Mundinha e Verinha) se encontram no silêncio dos arquivos passivos de seus acervos pessoais doados para Diego di Paula (ASSMANN, 2011). Elas se inserem na problemática da pesquisa de modo ímpar e interessante, sejam presentes nos bastidores, como protagonistas de matérias, livros e ações no bairro ou através de sua arte, religiosidade e relações familiares, algo bastante presente no Mucuripe, onde diferentes famílias constituíram uma rede de sociabilidade e afetividade no passado¹³⁵.

O olhar sob sua própria obra e as expressividades que ela carrega com a história dos costumes e do cotidiano de outras épocas trazem interpretações próprias. Além disso, ao se ver pertencente às pessoas comuns/desprovidas darem certo tom de como a artista plástica, a

¹³⁵ Como Blanchard Girão (1998) mencionou em seu livro de memórias, temos os cardosos, teixeiras, balaies, etc. Esse tipo de redes de sociabilidade remete-os a uma compreensão diferenciada sobre a questão da memória, colocada por Joel Candau como uma protomemória, feita de forma extremamente naturalizada, como um cavaleiro que luta sem se preocupar com a armadura do cavalo. Ademais, não podemos perder de vista as considerações feitas pelo autor sobre os embates entre os tipos de memória, especialmente relacionada à uma suposta memória identitária e coletiva versus a memória de um grupo, de indivíduos. Dentro dessa perspectiva, por mais que a memória de Mundinha e dos moradores carreguem traços característicos de uma coletividade (gosto e consumo de peixe, frequentar a mesma igreja, fazer os mesmo trajetos, conhecer várias famílias e seus parentes do bairro) cada pessoa possui suas singularidades e interpretações distintas sobre o bairro, especialmente do que seria melhor para o bairro. Ver: CANDAU, Joel. Memória ou metamemória das origens? Caderno de Letras, Pelotas, n.37, pp. 11-30, maio agosto 2020.

juremista¹³⁶ e ora mulher apontada como presidente da Associação do Meio Ambiente do Mucuripe ou da Associação de Defesa do Riacho Maceió, pensava e agia na comunidade.¹³⁷

Com relação à entrevista realizada em 2022 para a pesquisa, temos uma Dona Mundinha por volta de seus 87 anos, com maiores lapsos de memórias e falas entrecortadas. Mesmo assim, sua memória segue bastante ativa quando buscamos dialogar sobre o Mucuripe. Em momentos de seu relato ela menciona como soube utilizar a questão do riacho como uma estratégia válida para unir seus interesses com outros mais diversos, que talvez para muitos parecia se tratar do âmbito privado de cada um:

[...] Eu sou uma pessoa que gosta muito de ajudar quem precisa... e ... um dia eu vi [...] uma pessoa (?...) e ela {disse que tinham} feito um muro e ... e as pessoas ficaram cerceadas [...] eu peguei e fui lá na casa das pessoas e perguntei se ela queria ajuda e todo mundo estava (?...) porque [...] naquele tempo já tinha um calor né ? Ah meu filho a casa pequena, fecharam a cozinha e... e... parti para a defesa né... e me {solidarizei} com esse pessoal... só eu e Deus [...] nisso um dia [...] {o vereador que} ajuda as pessoas [...] vereador Samuel Braga... vereador Samuel Braga e ele realmente me ajudou ... ajudou muito e aí comecei a {lutar pelas causas} do Mucuripe [...] mas era o Maceió ... o Riacho Maceió ... só que se eu fosse (?...) é defender mesmo {o que eu amo / o Riacho Maceió}... ninguém ficava nem ai né {eu pensei né} e como esse pessoal morava na área do riacho... ai era ... era... e ai tudo aconteceu (ALVES, 2022).

Sua fala traz elementos interessantes para entendermos o seu ponto de vista sobre os acontecimentos e as motivações das pessoas envolvidas. Há uma leitura de si mesma destacada pela sua benevolência e olhar diferenciado sobre o social, seja pela crítica, posicionamento no bairro, o desenvolvimento de sua consciência histórica e política. Mundinha cria uma narrativa de violações de direitos capaz de promover a aproximação entre a memória, a história do bairro e da orla com a sua trajetória pessoal como sendo indissociáveis.

Apesar de não ficar tão claro algumas partes de sua fala, deduz-se que a invasão mencionada esteja relacionada com o acirramento das obras e da perseguição contra os moradores e habitantes mais próximos da Foz registrados em 1988, revelando-nos distintas camadas de impactos e percepções sobre esses eventos, pois assim como o corpo do riacho percorre zonas distintas, as localizações dos moradores geram impactos e percepções diferentes sobre tais acontecimentos.

Não obstante, ela mantém viva nas lembranças cheiros, gostos e dissabores de um Mucuripe e a orla de outros tempos. É nas reminiscências do passado que podemos aferir a

¹³⁶ Juremista refere-se a quem morava na volta da Jurema.

¹³⁷ Suas diversas atuações parecem corroborar com a fala de sua filha na entrevista de que mesmo idosa, sua mãe não parava em casa e era extremamente ativa, diferente da realidade em que se encontra em 2022.

importância desse lugar em sua vida e trajetória, onde ela foi se percebendo como um sujeito histórico ativo, tendo a possibilidade de ter sido atuante nas causas sociais do bairro, se apresentar como um dos sujeitos que detém participação relevante na memória local, além de ter arquivado e preservado parte de sua trajetória no papel.

Nesse início de entrevista chama atenção a sua leitura política da situação ao buscar relacionar o engajamento dos moradores com as mobilizações não somente através do Riacho Maceió, mas utilizando-o como elemento chave para as pessoas perceberem a importância de sua preservação, pois isso teria relação direta com a moradia, da melhoria de vida, dos direitos básicos que deveriam ser assegurados.

Apesar de Mundinha mencionar o seu marido, já falecido, tal menção se dá de modo bastante breve e secundário durante a entrevista¹³⁸. O assunto foi evitado no intuito de suas memórias mais dolorosas sobre sua perda não virem à tona. Infere-se que ele foi importante na relação entre O povo e a artista plástica por possuir amplo diálogo e espaço no jornal da época.

O projeto O povo nos bairros favoreceu tal aproximação de maneira bastante proeminente quando analisamos as páginas do jornal: há uma formidável riqueza de detalhes, apresentação de personagens e atores sociais locais, bem como o registro de entrevistas e imagens de alguns dos moradores mais tradicionais como Mundinha, Nicota, Vavá, Verinha e outras mulheres que compõem um mosaico social do bairro.

É nos espaços cedidos pelo jornal que as críticas de Mundinha trazem elementos para compreendermos as pautas políticas do bairro e os desdobramentos da política municipal e estadual, que permeiam a conjuntura da curta ascensão de Ciro à prefeitura em 1989, sua renúncia em 1990 para concorrer e vencer a eleição para governador, assumindo em 1991; a posse do vice-prefeito Juraci como prefeito após a renúncia de Ciro da prefeitura, a posterior eleição de Cambraia como prefeito entre 1993-1996 e volta de Juraci a prefeitura em 1997.

Sendo assim, configura-se um amplo domínio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por cerca de 15 anos (1989-2004) que se confunde com o domínio do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) na esfera estadual, marcando uma direita mais neoliberal na economia, a migração de nomes como Tasso e Ciro do PMDB para o PSDB, trazendo uma postura mais receptiva aos possíveis projetos e pautas econômicas capazes de capitalizar investimentos em setores do turismo e obras urbanas também em âmbito nacional.

¹³⁸ Antes do início da entrevista fui informado que seria melhor evitar tocar em tal assunto e que ela só fez menção à ele em raros momentos, mesmo depois de conhecer o Diego di Paula há anos. Encontra-se registros sobre o seu marido já falecido no livro de Blanchard Girão, onde José dos Santos seria mais conhecido como Zé da Florinda (nome de sua mãe) e por ser querido, atuante junto aos pescadores, moradores e causas do bairro (GIRÃO, 1998, pág.56-58).

É importante não perdermos de vista esse momento político para que possamos entender o que Mundinha colocava ainda nesses primeiros anos de domínio de ambos: temos a sua visão crítica sendo publicada na seção direcionada ao editor no *O povo*, em outubro de 1991, algum tempo depois de uma complicada (re)conquista do Decreto de preservação do Maceió onde ela fez um balanço das relações com as autoridades municipais e estaduais:

“Editor: nos causa repulsa quando vemos grandes autoridades como sejam (Prefeito ou Governador) através dos canais de comunicação dizer que vão dar todo o apoio e proteção ao Meio Ambiente, quando nós que lutamos por essa causa sabemos que não é verdade [...] Conseguimos um Decreto de preservação permanente 7796, em contrapartida foi autorizado o projeto de um prédio na área o Flat Hotel, que edificou um muro estrangulando o riacho, Valeu? isso na gestão da ex-prefeita Maria Luiza. Alguns dias após a posse do ex-prefeito, hoje Governador, Ciro Gomes formamos uma comitiva, tivemos uma audiência com o mesmo sua resposta foi que (“respeitaria o decreto, só que a Prefeitura não tinha verba para o Pólo), tudo bem! Hoje o local parece mais uma rampa de tudo que é lixo, as construções dos prédios vizinhos usam a foz do Riacho como depósito [...] o atual prefeito dr. Juraci Magalhães na ânsia de embelezar a cidade passou por cima do mesmo com um projeto na Nascente do Riacho Maceió, que fica na Varjota entre as ruas José Frota e Álvaro de Castro Correia, o qual nós sabemos não beneficia os moradores” (O POVO, 1991).

As tensões que seguem durante esses domínios políticos em âmbito municipal e estadual configuram-se dessa forma não somente com uma atuação de reação aos desmandos e violações identificadas, mas da percepção política de desfavorecimento ante ao direito de estar e pensar a cidade, em um espaço configurado ao longo do século XX como aparentemente menos favorecido, onde a construção de uma Igreja e Cemitério locais dependeu muito da mobilização e caridade das pessoas do grande Mucuripe.

Mesmo as conquistas políticas sendo contraditórias, como é o caso da mencionada autorização da construção do (Golden) Flat Hotel- um caso polêmico que envolveu necessidade de retratação da Construtora Metro e o respeito ao decreto de preservação do Riacho¹³⁹— através do relato de Mundinha percebe-se que os moradores não somente reagiam às arbitrariedades, mas tentaram propor discussões de seus interesses, utilizando estratégias diversas.

Estas táticas de mobilização dos moradores, envolveram grupos e movimentos ambientais, o jogo de aliança política local, o aspecto político e econômico tensionados a partir de uma conjuntura de expectativas de reestruturação da gestão e do propósito do estado, capaz de modificar a sua projeção no imaginário social nacional por meio de inúmeros esforços de

¹³⁹ A declaração da empresa será disponibilizada em anexo.

marketing, adotando a propaganda e a imprensa como fator fundamental ao longo da estruturação do projeto mudancista (BELMINO, 2018).

Esses elementos nos permitem entender através de outras perspectivas as formas de articulação dos movimentos sociais do bairro a partir da percepção de Dona Mundinha.

[...] eu... eu entrei na briga sozinha. Eu me lembro que uma vez o Samuel me deu um ônibus para levar eles para a câmara dos vereadores pra se defenderem... eles se defenderem né... eu fui... se foram cinco moradores foi muito! E eu arrasada... sem saber o que fazer [...] Ai eu descobri que ... vocês vão ... vocês vão para praia é? [...] vamos {defender} e fazer as coisas, mas como a gente vai? Tem o ônibus. E para voltar? Você vem de ônibus. O pessoal entrava... eu enchia esse ônibus... mas enchi...Quando foi ...é ... é o jornal saiu ai [...] quando eu leio...eu leio {o jornal}: a Dona Mundinha do Mucuripe levou mais de 500 pessoas ... derrubamos a câmara dos vereadores! (risadas) meu filho entende?" (ALVES, 2022).

Conforme os diálogos foram se desdobrando, as falas reforçaram a sua atuação de liderança e motivação, capaz de articular contatos com parceiros e ser vista como a responsável por estar à frente desse movimento na comunidade, uma característica bastante significativa quando refletimos sobre as formas que as relações sociais se articulavam num período em que as redes sociais e smartphones não existiam. O contato olho por olho e pela confiança no caráter e história de cada pessoa era ainda a forma de comunicação predominante.

Raimunda Alves se viu no papel de liderança e foi apontada como a porta voz da causa nas matérias relacionadas ao Riacho Maceió. A sua fala sobre a mobilização na câmara dos vereadores coloca também em discussão a narrativa sobre os acontecimentos e a sua interpretação posta nos periódicos onde muitos, a exemplo da Folha de São Paulo analisada por Silva (2011), se colocam nesse período como próximos de uma perspectiva imparcial, neutra, cabendo ao jornalista apenas publicar os fatos de forma mais fidedigna possível.

Entre a produção da matéria e a concretização da mobilização, o dito e não dito, temos um espaço de possibilidades que ganham outro significado com a narrativa de Mundinha sobre as formas de convencimento e mobilização. Dessa maneira, podemos inferir o seguinte: sua narrativa nos traz certas possibilidades de análise não somente da relevância e importância para o tema, mas também sobre a produção da narrativa dos acontecimentos, algo importante para a elaboração de outras compreensões.

A conversa prossegue relacionada com a questão da participação das pessoas.

(Matheus)- mas assim [...] as pessoas não se interessaram mesmo para defender o Maceió? Mundinha- Não, não...(Matheus-) Quem morava aqui perto também não? (Mundinha)- não tô dizendo? O que iam era cinco, seis, dois [...] fui lá, numa reunião né... aí terminou, as pessoas [...] Dona Mundinha, a senhora { não vai levar isso para frente não?} [...] porque eles já tão sabendo que só é a senhora que faz essa defesa [...] não existe...entende. Ai eu fiquei... sem saber o que dizer... fiquei sem saber o que dizer [...] senti um desgosto tão grande...assim uma coisa ... (ALVES,2022).

Existe a revelação de uma frustração inerente aos dissabores da insistência em se envolver continuamente em atos e mobilizações. Ademais, a menção de seus opositores descobrirem o esvaziamento do movimento liderado, enfraquecia o temor deles sobre possíveis pressões, assim como a moral interna de Mundinha e do movimento, pois aqui aparentava ser “oxigenado” por dentro (pelo tom da matéria) para dar uma impressão de ser maior do que era.

Os possíveis efeitos de lidar com a pressão de manter uma luta difícil, longa e cada vez mais “perdida” seja no âmbito da coletividade do movimento, seja em termos das políticas e obras adotadas para modificar o riacho aumentam, corroborando para um cenário de maior desolação. Mas, será que as causas do Riacho e da comunidade estariam tão perdidas assim? Existiam outros sujeitos nessas mobilizações?

3.3 Entre o dito e o não dito: outras formas de articulações e mobilizações em torno do Riacho Maceió

Como vínhamos discutindo, o Jornal O povo se tornou um espaço privilegiado de divulgação de debates e opiniões de diferentes perspectivas, com a presença ativa de Mundinha nos bastidores e nas reportagens. Além de sua presença e considerações, é importante buscarmos ampliar o olhar sobre as organizações dos moradores que realizaram diversos tipos de atividades, às vezes com o registro da presença de Mundinha, porém de certa forma mais independentes.

Acerca das discussões sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, um dos aspectos sobre o qual Menezes (2006) chama a atenção no que envolve a participação e legitimação dos habitantes. No caso do Mucuripe, instrumentalizando tal conceito podemos perceber uma maior conscientização sobre o espaço do Riacho Maceió, suas múltiplas facetas, interesses, temporalidades sociais e políticas. Há uma diversidade de sujeitos e elaborações de movimentos locais política e socialmente ativos.

Há integrantes dos movimentos pensando criticamente o mundo, a cultura, o meio ambiente, circulando em espaços de poder acadêmico, político, becos e ruelas de cascalho, tendo sonhos, expectativas e pautas diferentes, mas juntos em prol de uma questão comum: a

da moradia, do meio ambiente e do aspecto afetivo e identitário pelo lugar onde vivem, trazendo a percepção de que a resistência envolveu tentar “preservar”, com melhorias, o bairro que eles cresceram e estavam habituados a viver.

Ao buscarmos trazer outros olhares, temos a chance de desnaturalizar essa história e demonstrar os destinos em disputa sobre o riacho. Percebe-se que foram construídos espaços de diálogo, troca de experiências desde os exemplares do Fórum Mucuripe Resiste, panfletos, jornais comunitários, abaixo-assinados. Eles foram tomados como ponto de partida para tecermos as histórias sobre os movimentos sociais do Mucuripe, bem como pensá-los em articulação com os intelectuais, a universidade e outros sujeitos envolvidos.

Iremos analisá-los levando em consideração o entrecruzamento de fontes elaboradas pelas associações (panfletos, abaixo-assinado, documentos escritos), relatos de moradores, periódicos da grande mídia e comunitários visando um entendimento melhor dos seus propósitos, problemáticas, como se articulavam, quem fazia parte do movimento, o porquê do Riacho ser incluído dentro de outras pautas e questionamentos voltados para a moradia e direitos básicos (Figura 15).

Franciana
Eliane Gomes da Silva
Sainvaldo Emiliano da Silva
Antônia Barbosa de Souza
João Santos
João S. de Souza
Leon Ribeiro
Neide Miranda
Jca Cezarina da Silva
Olívia Ri de Lima
Mague Socorro morais unquidi
Nelyne Melo de Sousa
Isabel Cristina Melo de Sousa
Maria Cardoso
Ana Luísa
Rana dos Reis
Leopoldo dos Santos
Carlos da Silva
Maria Margarida da Silva

Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

As tentativas de mobilizações presentes pelas pessoas envolvidas trazem tons diferentes e reações distintas de acordo com o momento histórico e o cenário político. No primeiro abaixo-assinado sobre os debates do ano de 1988, observa-se um tratamento mais polido e contido, visando saber se haveria algum projeto em curso; já no segundo, provavelmente entre 1989 e 1991, o tom de cobrança e indignação aflora perante a violação de seus direitos e amparos legais que parecem não conseguir conter o avanço do turismo e do capital imobiliário.

Apesar dos nomes de Dona Mundinha e do vereador Samuel Braga estarem participando dos abaixo-assinados, outros sujeitos e grupos também se articulavam em prol de pautas em comum, tais como moradia, lazer, saúde, melhoria da qualidade de vida, reforma do cemitério do bairro, construções e melhoria das escolas. Problemas aparentemente mais básicos (água encanada) poderiam engajar as pessoas das redondezas.

Identificamos associações ou grupos de movimentos sociais do Mucuripe, Varjota, Barra do Ceará, Titanzinho, Farol do Mucuripe, Pirambu, Castelo Encantado e de outras áreas que por vezes se somam em prol de causas em comum. A conjuntura da época favoreceu o surgimento de associações, tanto pela atmosfera política quanto por incentivo do próprio Governo de Tasso Jereissati visando a construção de pontes de diálogo e de apoio (BELMINO, 2018).

Com relação ao Maceió, a aproximação de pessoas dos bairros Mucuripe, Varjota, Santa Terezinha, moradores de ruas citadas, juntos, criam um movimento em prol da moradia, lazer, preservação e melhorias para o bairro, configurando assim ações entre o dito (registrado e

narrado no Jornal O povo ou por vozes potentes) e o não dito (o que deixa de ser contado, ou é contado de outras formas e possivelmente escapa aos modelos e script de um jornal maior¹⁴²).

Entre os bairros, lugares e moradores formaram-se conexões significativas pela fé, afetividade, memória e pelos familiares. Longe de ser um fenômeno social exclusivo, o que o torna singular é sua construção sócio-histórica e as riquezas ambientais; contrastes entre o mar e água doce, as diferentes camadas de progresso que percorrem ou perseguem as águas do riacho ao mar, a tensão social da segunda metade do século XX trazida pelo avanço da urbanização, desenvolvimento do Porto do Mucuripe, do turismo e políticas culturais.

Tendo isso em vista, as associações se tornam grupos interessantes de serem discutidos dentro das problemáticas da pesquisa. Há uma menção em alguns de seus registros como reuniões que poderiam ocorrer na casa de determinada pessoa de uma rua do bairro, num local aberto ao público como o Clube Terra e Mar, além de praças e encontros em protestos, câmara de vereadores, possivelmente Igrejas, fortalecendo os vínculos afetivos entre as pessoas, os espaços e suas reivindicações.

Ainda sobre o fatídico ano de 1988, temos as únicas duas edições do Jornal O Farol encontradas: uma do mês de julho, outra de setembro de 1888, O jornal comunitário carrega o símbolo da Associação do bairro Mucuripe, com o Farol do Mucuripe ao centro. A retomada de tal recorte visa trazer outros elementos mais voltados para a mobilização das associações do Mucuripe, haja vista os outros sujeitos que compunham esses jornais; muitos se perderam nas entrelinhas do jornal e entre os parágrafos da história do bairro.

Na edição de julho, a capa principal traz uma série de informações sobre a mobilização em prol da preservação do Maceió, com citações do caso Hinko a confusão entre os órgãos da prefeitura para barrar obras ilegais, menção ao ato feito com bonecos gigantes, o poema de

¹⁴² Cecília Maria (2003) atribuiu as seguintes características para as mídias de menor ou pequeno porte: “[...] m) Jornal de Bairro: jornais produzidos em nível de um bairro ou de um conjunto destes que tratam de assuntos de âmbito local, mas suas páginas costumam ser grandemente preenchidas por anúncios comerciais de produtos, serviços, políticos etc.); Jornal Comunitário: boletins informativos produzidos pelas próprias “comunidades”, entidades associativas, (Organizações Não Governamentais) ONGs, etc., que visam contribuir para o desenvolvimento social de uma dada localidade e não tem fins lucrativos. Os meios de comunicação locais e comunitários lidam com os assuntos que dizem respeito mais diretamente a vida das pessoas no espaço vivido do seu cotidiano. Sua marca é a proximidade, sintetizada nos sentimentos de pertencimento, de identidades e nos elos do cotidiano. É essa marca que também ajuda a garantir sua aceitação, ou sucesso que fazem junto aos receptores”. As possíveis distinções entre a mídia do bairro e comunitária ficam próximas. No caso do Mucuripe, pode depender da perspectiva, pois temos um movimento construído por sujeitos de bairro distintos que podem não se considerar como sendo do “grande Mucuripe”. Interessa-nos a compreensão relacionada a distinção entre as mídias de maior porte e menor porte, as relações de poder entre ambas, a proximidade do Jornal O povo com tais mídias e sujeitos, bem como a importância de suas mobilizações locais para o engajamento em prol das pautas políticas do Maceió e seu entorno. Ver: PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. Núcleo de Comunicação para a cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

Mundinha "súplica do Riacho Maceió"¹⁴³, imagens dos moradores, ações na Câmara dos vereadores favoráveis à preservação. Dentre essa riqueza de detalhes, novamente daremos destaque a maneira como se constrói uma narrativa dos fatos nos últimos anos:

“A Comunidade mucuripense está de novo mobilizada [...] para *preservar esse patrimônio ecológico e paisagístico do bairro*. Eles contam com a solidariedade de todos os mucuripenses e da Associação dos Moradores que participam ativamente na luta” (O FAROL, 1988, grifo nosso).

Mais de um registro da época utiliza o ano de 1988 como referência neste novo despertar das associações e moradores pela defesa de Maceió. Temos aqui enfrentamentos setorializados devido à questão dos muros e ganhando maior amplitude, o que provavelmente teve o seu impacto para o estabelecimento do senso de mobilização da comunidade, bem como repensar os seus direitos.

Os entendimentos do Riacho como patrimônio pelo seu valor ecológico e paisagístico provavelmente se encontravam distantes das discussões teóricas do campo, algo importante de ser pensado pois remete às singularidades da época e das convergências feitas para se operacionalizar o conceito de patrimônio ambiental urbano inserido como elemento em disputa. O verde, a cidade, a memória, o lazer e paisagem como direito em disputa demarcam outros possíveis usos e leituras sobre do Riacho.

As inúmeras associações e menções atribuídas à Dona Mundinha¹⁴⁴ potencializam e reconhecem o seu lugar dentro das mobilizações. Para além de sua perseverança e fé, analisando outras fontes fica mais claro que havia outras pessoas envolvidas, fazendo as ações adquirirem mais pujança. Até mesmo outros pontos, como a privatização da Praia Mansa, diversas homenagens ao Terra e Mar, menções ao futebol; uma página somente com notícias do cotidiano, dando espaços para notícias diversas e reivindicações variadas.

Sendo assim, em tais fontes comunitárias observamos a presença de outros sujeitos, temáticas e estratégias de mobilização. Ainda na edição de julho de 1988, menciona-se o Projeto “O ARRASTÃO” coordenado por um dos moradores locais chamado de “Vavá”, dando enfoque no aspecto artístico, querendo resgatar do anonimato os artistas do bairro, além de

¹⁴³ Súplica do Riacho Maceió: O Riacho Maceió que/ corria livremente/ levando pedras e seixos/ todos, em sua correnteza/ indo ao encontro do mar/ saudar a mãe Iemanjá, se encontra ameaçado/ de ser hoje tubulado/ que para ele é mesmo/ que ser preso e acorrentado./ Pede às autoridades/ que governam o Estado/ assinem o documento/ de sua preservação!!!/ E que seja respeitado/ por todo cidadão. (ALVES, 1988).

¹⁴⁴ Durante a entrevista com Dona Mundinha, foi mencionado que Mundinha havia registrado uma associação em que ela mesmo administrava e não dependia de favores de terceiros para se manter. Nas consultas às fontes, encontramos diversos nomes dados por sujeitos e momentos distintos: “Presidente da Associação dos Moradores do bairro Mucuripe”; “Presidente dos Defensores do Riacho Maceió”; “SOS Maceió”; “Presidente da Associação de Preservação do Riacho Maceió”, “Presidente do Meio Ambiente do Mucuripe”.

promover feira gastronômica da praça da Igreja da Saúde, apresentações culturais no local, para que tanto a comunidade quanto a cidade percebam suas riquezas e valores¹⁴⁵.

Na edição seguinte em que tivemos acesso, o jornal se encontrava plastificado, com assinaturas e carimbos que o delimitaram como pertencentes ao Acervo Mucuripe- Padre José Nilson. Na capa a principal matéria traz a festa da Nossa senhora da Saúde como grande símbolo do bairro, a necessidade de se aumentar o valor da unidade do jornal devido à inflação, o patrocínio do Restaurante “Aquarius”.

Novamente, na página seguinte, a coluna do Vavá¹⁴⁶ destaca-se com menções às atividades artísticas e culturais do bairro, tais como: “a garota de férias do Terra e Mar”, ensaios de teatro, artistas locais e aulas de violão; notícias do futebol local; memória à Aida Balaio, fotografia do Mucuripe antigo, propaganda do Restaurante “A Sardinha do Gato”. Na outra página¹⁴⁷, menciona-se, problemas com a falta de pagamentos e materiais para os professores, bem como a paralisação feita como protesto, a questão da meningite; do Maceió.

Esse ponto de maior interesse traz a menção de outro fator importante: até a prefeita sancionar o novo decreto de preservação do riacho, ele foi negado na Câmara dos Vereadores:

Um anteprojeto de lei, de autoria do vereador Samuel Braga e uma mensagem da Prefeita Maria Luiza que regulamentavam a foz do Riacho Maceió, como área de preservação ambiental, foram derrotados na Câmara dos Vereadores. Dos 29 Vereadores presentes, 16 votaram a favor e 13 contra, não sendo registrados os 22 votos necessários para aprovação (O Farol, setembro de 1988).

Em seguida fala-se da aproximação de uma nova eleição e da importância dos moradores estarem atentos. A matéria enfatiza “os nomes dos traidores do meio ambiente e

¹⁴⁵ Essa leitura sobre a cultura está posta dentro dos embates políticos do Mucuripe, trazendo à tona as relações entre cultura, memória, preservação e o capital inseridos nessa região.

¹⁴⁶ Na sua coluna, o próprio morador menciona a festa da páscoa e homenagem às mães, o projeto de mobilizar artistas plásticos do bairro para embelezar os muros do Clube Terra e Mar, além de oficinas de teatro no Salão Paroquial da Igreja da Saúde; há ainda matéria sobre seções de fotos realizadas nos anos 1950 pelo fotógrafo Chico Albuquerque; homenagem do Bar do Pirata ao Terra e Mar, ou seja, um universo de acontecimentos que davam cores, cheiros e verbos ao que seria um “Mucuripe Vivo”.

¹⁴⁷ Nessa página temos a menção do anúncio do “Paulistinha Bar- um amigo na praça Nossa Senhora da Saúde”, “Milton’s Cabelereiro”, “Barraca o Louro”, “Restaurante amorzinho”. Já sobre a última página dessa edição, temos as mensagens dos leitores do jornal, além de anúncios de empresas: “BRINDES- produtos serigrafados LTDA”, Padaria Mucuripe, Tubiba Lotus”. Ademais, cabe-nos ressaltar que nas duas edições temos a menção do objetivo da última parte do jornal chamada de ARRASTÃO e informações sobre o corpo editorial. Sobre a última parte: “Esta seção ARRASTÃO é para você, amigo, que tem alguma coisa para informar, noticiar, menssagear ou focar... O Humor é sempre bem vindo. Pegue papel e lápis não deixe escapar sua inspiração! Aqui, o jornalista é você. Não esqueça: caiu na rede? É peixe!”. Sobre o corpo editorial: “O Farol é uma publicação da Associação dos Moradores do Bairro do Mucuripe, fundada no dia de julho de 1985, Registro número 60215/86 (Cartório Melo Júnior). Diretora da Publicação: Maria Nisía Muniz. Colaboram: Regina Brandão, Joãozinho, Branca, Olga Paiva, Daniel Flaviolo, Vlademir Nogueira (Vavá), Andréa Pinheiro, Seu Chiquinho, Raimunda Alves de Sousa (Mundinha), Sângela. Fotografias: Regina Brandão, César, Daniel Ravioli, Assessoria: “Comunicação e Cultura”, Assessoria à imprensa Comunitária, Rua Marcondes Pereira, 287, casa 8, Fortaleza-CE.

principalmente do Mucuripe, que se venderam aos interesses dos especuladores”, trazendo uma listagem. Logo em seguida, em texto produzido por Raimundo Linhares, noticia-se no dia 21 de agosto assinatura da prefeita Maria Luiza ao Decreto que tornava novamente o Maceió zona de proteção verde paisagística e turística- ZE-1, como analisamos no começo do capítulo.

Por se tratar de edição realizada em setembro, ela foi sendo moldada e alterada de acordo com os desdobramentos, trazendo ainda os nomes dos que votaram a favor da aprovação e ainda o do “muro da vergonha”, envolvendo a família Hinko, assim como uma sátira sobre a situação enfrentada com os vereadores, conforme a Figura 16 a seguir:

Figura 16 - Sátira sobre o Riacho Maceió. “Srs. A seção de hoje é pra acabar com o Riacho Maceió”.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

A utilização de charges, o espaço de fala para outros sujeitos, o tom de cobrança e desabafo em alguns casos corrobora com as definições trazidas sobre os jornais comunitários. Outra fonte de análise envolve momentos mais delicados das disputas e reivindicações em prol da preservação do Maceió que vínhamos discutindo: o avanço dos grupos políticos na esfera estadual e municipal mais favoráveis às medidas de desenvolvimento do turismo acarreta um aumento das pressões sobre a comunidade.

No último ano do que deveria ser o fim do primeiro mandato de Ciro, nessa altura já eleito governador e com o seu vice, Juraci Magalhães, atuando desde 1990, teremos uma confabulação de projetos— como o Rua 24 Horas, que será analisado mais adiante, pensado para ser uma espécie de mini shopping ou conglomerado de lojas— bastante favoráveis à implementação de obras que visavam promover grandes transformações no espaço do riacho, mais especificamente na área da Foz e arredores.

Tendo isso em vista, a comunidade do grande Mucuripe segue buscando maneiras de se mobilizar. O Fórum Mucuripe Resiste¹⁴⁸, surge nesses momentos de reafirmação política e social das propostas a serem elaboradas pelos moradores como uma maneira de organizar as pautas políticas e construir uma atuação mais organizada, com a presença de intelectuais, membros do ensino superior, pessoas da comunidade, artistas e defensores do meio ambiente.

A fundação do Fórum remete, ao que os registros indicam, entre os anos de 1992 e 1993, sendo uma das formas relevantes de manter as pessoas engajadas e participando, pois, existe uma menção de encontros periódicos para se discutir determinadas pautas. Tivemos acesso a alguns materiais elaborados pelo Fórum, que nos ajudam a analisar quais seriam essas pautas, o objetivo do Fórum, forma de organização, participantes.

Destacam-se nesse momento o panfleto Mucuripe Resiste, o informativo do Fórum “O Arrastão”, e a ficha de inscrição para participar das discussões. Observando tais fontes e registros poderemos aprofundar mais as discussões e perceber a presença de outros sujeitos relevantes como o professor Francisco José Pinheiro¹⁴⁹. Sobre o Fórum¹⁵⁰, é importante entendermos melhor os seus propósitos, motivos e opiniões. O que seria o Fórum Popular Mucuripe Resiste?

É o nome do espaço que criamos para discutir tudo isso e traçar uma estratégia de defesa do Mucuripe. Nele todos podem participar. Por enquanto já participam: Associações dos Moradores da Varjota, do Conjunto Sra. Terezinha, das Comunidades do Trilho, do Castelo Encantado. Comunidades da Vista Verde e Santa Cruz. Clube Terra e Mar, Colônia dos pescadores, Sindicato dos Portuários, Escolas Matias Beker, Instituto Servas da Caridade. (Panfleto Fórum Popular Mucuripe Resiste, final do século XX).

¹⁴⁸ “O Fórum Popular Mucuripe Resiste originou-se a partir dos estudos realizados pelos professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC sobre o Riacho Maceió. Esses estudos consistiam em duas etapas: o diagnóstico da área e a conscientização dos moradores, através da apresentação de trabalhos e posterior debate com a comunidade local. Os moradores do Mucuripe abraçaram a causa do Riacho Maceió, e logo aliaram esta causa à luta pela permanência no Bairro. Assim, foi criado o Fórum Popular Mucuripe Resiste. Também participaram do Fórum os professores do Colégio Padre José Nilson, espaço onde aconteciam os debates. Os professores desse colégio conscientizavam os alunos para a importância da preservação da memória do Bairro e da defesa do riacho Maceió” In: RAMOS, Lidiane da Costa. Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. Curso de Mestrado e Desenvolvimento em Meio Ambiente. Subárea: Ecologia e Organização do Espaço. Universidade Federal do Ceará, 2003, pág. 131-132.

¹⁴⁹ Francisco José Pinheiro é um dos moradores que vivenciaram e participaram dessa conjuntura política da região. Francisco Pinheiro, que ainda reside na Varjota, se destaca também por compor desde o final do século XX o corpo docente do curso de História da Universidade Federal do Ceará, ter tido uma atuação de destaque na política cearense ligado ao Partido dos Trabalhadores como vereador, secretário da cultura e também como Vice Governador na gestão de Cid Gomes.

¹⁵⁰ “Com relação às resistências, existem aquelas formais e as informais. Nas formais, estão os movimentos organizados, como as reuniões do Fórum Popular Mucuripe Resiste, as passeatas divulgadas na imprensa, o “abraço” ao riacho Maceió; e as informais que dizem respeito à uma manutenção da cultura local, percebida nas práticas cotidianas dos moradores” In: RAMOS, Lidiane da Costa. Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. Curso de Mestrado e Desenvolvimento em Meio Ambiente. Subárea: Ecologia e Organização do Espaço. Universidade Federal do Ceará, 2003, pág. 17.

Essa é a resposta dada pelo panfleto que visa deixar bem claro qual era o propósito do Fórum (abarcando múltiplas discussões sobre lazer, moradia, saúde), destacando a importância de ações em conjunto entre diferentes grupos. As ideias e os debates seguem transitando entre orla, espaço de lazer como o Terra e Mar, do ambiente privado de alguns que cedem sua casa para as reuniões, da fé, da política enquanto ação e debate (associação, sindicato), bem como escolar, do labor.

Toda a complexidade desse universo de relações sociais, de memórias, sujeitos bairros se encontra bastante fragmentada e não foi exaustivamente explorada, tal como uma pesquisa com esse objeto específico exigiria. Aqui as ações entrecruzam-se e sussurram pelos olhares, vidas e obras principalmente das duas mulheres incorporadas ao grande Mucuripe, muito próximas do que chamamos de núcleo histórico, afetivo, memorial e cultural do bairro no primeiro capítulo.

Ainda sobre o Fórum Mucuripe Resiste, temos nesse panfleto o que o Fórum pretendia fazer:

Entendemos que a defesa do Mucuripe está colocada para os que moram, vivem e amam esse lugar. Quando falamos em Mucuripe, estamos nos referindo a uma grande região incluindo os bairros da Varjota, Castelo Encantado, Santa Terezinha, Trilho e o próprio Mucuripe. Essa região, que foi e está sendo construída pelo seu povo, ***precisa ser pensada e planejada em seu conjunto e não apenas agredida pela lógica da especulação imobiliária e do turismo***. O Fórum Popular Mucuripe Resiste assumiu o desafio de lutar pela preservação da área como um espaço de viver e morar. (FÓRUM POPULAR MUCURIBE RESISTE, final do século XX, grifo nosso).

A definição do espaço adotado favorece a ampliação das pautas. Sendo baseada em interesses em comum e na construção socioespacial do bairro, temos um riacho como um elemento promotor de tais aproximações com outros bairros que foram surgindo envolta dele; temos a proximidade do mar e do Maceió com a refundação da Igreja da Saúde, antigamente de frente ao cemitério do Mucuripe. Há referências paisagísticas, culturais e memoriais bastante expressivas que conectam lugares distintos.

Além disso, há o fator político, urbano, ambiental e econômico mais do que nunca em destaque pelo viés turístico e mercadológico que tal espaço vai assumindo. A perspectiva de turismo e progresso para muitas pessoas da comunidade adquire então tons e formas de exploração, abusos, necessidade de mobilizar e questionar possíveis projetos e obras capazes de ameaçar suas moradias, trabalho, estilo de vida, lazer, família, religiosidade.

Para que o Mucuripe continuasse sendo um espaço de viver e morar, ele necessitaria também de planejamento, sendo adotadas algumas medidas descritas pelo Fórum:

Informação e divulgação dos planos para a área e suas consequências para a população com vistas a construir uma consciência coletiva de preservação desse espaço, sobretudo para os que nele vivem e moram. Apoio às áreas que estão ameaçadas de expulsão para que permaneçam vivendo na região em condições dignas, com seus direitos respeitados. Definição coletiva de um projeto popular integrado para a área, (para isso temos o apoio de Professores e alunos da Escola de Arquitetura) que possa ser encaminhado de alguma forma para a Prefeitura e Câmara Municipal. Para tanto é imprescindível uma ampla participação, com as mais diversas propostas e opiniões. Temos a plena consciência do tamanho deste desafios, porém, entendemos que ***não dá mais para assistir a destruição*** de um lugar e de uma cultura construídos pelo seu povo ao longo de tantos anos. (FÓRUM POPULAR MUCURIBE RESISTE, final do século XX, grifo nosso).

Há questões ambiciosas que iam além de protestar, mas de criar uma “consciência coletiva” de preservação, desenvolver discurso engajado com a pauta do viver e morar; a percepção crítica da especulação e avanço da cidade sob áreas como a orla e o riacho ameaçariam não somente a noção de paisagem, mas de uma cultura local, além da busca por criar-se uma definição coletiva de projeto popular, capaz de ser moldado por diferentes sujeitos ativos ao invés de meros telespectadores.

As diretrizes assinaladas, a definição do Fórum, seu objetivo, a busca por manter reuniões periódicas às quartas-feiras, 20 horas, na Rua Cel. Jesuíno (possivelmente no antigo colégio do Padre José Nilson ou na residência participar de algum membro), direciona um outro ponto de diálogo ao bairro da Varjota integrado ao Mucuripe talvez como as águas do Riacho Maceió com a lagoa e Riacho do Papicu: os dois, no rolar das águas, fazem parte de um todo.

Figura 17 - Ficha de inscrição para a participação do Seminário Mucuripe Resiste, uma das atividades ligadas ao Fórum Popular Mucuripe Resiste.

Seminário Mucuripe Resiste

Data: Dia 02 de Maio de 1993
 Local: Colégio João Nogueira Jucá (Colégio do Padre José Nilson)
 Hora: 08 Hs. da manhã

Ficha de Inscrição de Participante

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Entidade a que pertence: _____

Endereço da Entidade: _____

Digitizado com CamScanner

Pelas dificuldades encontradas aos que decidiram compor um conjunto de ações visando encontrar novo fôlego e amplitude às suas causas essas articulações trouxeram novas possibilidades de atuação numa década extremamente crítica para a comunidade e o Correte, como era atribuído o Maceió por alguns moradores e estava associado às ações desenvolvidas pela Associação dos moradores da Varjota.

Nessa abordagem para entendermos o Fórum e sua integração dentro de um conjunto maior, temos uma única edição e exemplar de seu informativo intitulado “O ARRASTÃO”, possibilitando saber mais detalhes sobre o que foi esse Fórum. Como a edição é de setembro, talvez não houvesse uma tiragem regular, nem o Fórum permaneceu ativo após os desdobramentos decorrentes do projeto 24 Horas. Por isso ele compõe uma parte mais pontual das ações da comunidade. Sobre o Seminário Mucuripe Resiste¹⁵¹ convocado em maio:

Moradores discutem: Mucuripe é um bairro para se MORAR E VIVER! O debate em torno da luta pelas condições de morar e viver no Mucuripe, está se tornando uma prática no bairro. O Fórum Popular Mucuripe Resiste promoveu no dia 02 de maio o Seminário “Mucuripe Resiste para estudar a situação do bairro e os projetos do Governo. Nesta ocasião foi criado o Fórum com todas as entidades e pessoas presentes. Nos dias 14 e 17 de julho o Fórum promoveu a Semana de debates Mucuripe: Morar e Viver. Neste evento discutiu-se os projetos para a área, contando com a participação das autoridades e profissionais da sociedade civil. A Colônia de Pescadores promoveu nos dias 23 a 27 de Junho, por ocasião da Semana do Pescador, o Seminário sobre a Vida e Luta do Pescador, debatendo temas como: acidentes, direitos trabalhistas, moradia, educação, terrenos da Marinha. Nessa semana a Carta de Fortaleza, para ser divulgada às autoridades. Valeu, Mucuripe! vamos continuar debatendo e discutindo. E, a partir deste debate, vamos construir um projeto para o bairro que a gente quer Morar e Viver! (O ARRASTÃO, 1993, n. 1).

As ações visavam legitimar opiniões em comum acerca das pautas da localidade, algo bastante peculiar pela capacidade de manter notícias do bairro e localidade circulando e reforçar a comunicação e a noção de que ali haveria uma identidade, modo de ser e viver diferenciado de outras regiões de Fortaleza. Por isso, também adotamos a perspectiva de uma análise de perceber as questões em volta do Riacho Maceió, pois elas foram integradas à ele através de pautas próximas ou em comum.

¹⁵¹ Nesse informativo, temos a menção do aspecto urbano, uma charge e um trabalho mais artístico ligado à produção de poemas, imagens e desenhos de Verinha Miranda sobre a superlotação do cemitério e historinha, sobre os relacionamentos afetivos na localidade. Na primeira página e última, vemos respectivamente o anúncio de apoiadores como a “Hidrator”, “Café Santa Clara”, “Dona Benta”, “Microempresário de Fortaleza”, “Fundação de cultura e turismo de Fortaleza” e “Comunicação e cultura”. Na segunda página, a questão urbana segue sendo discutida seja pelo trecho já mencionado mas também pela questão legal das leis sobre a cidade, a reprodução do poema “Mucuripe Vivo” presente no panfleto e outro sobre o bairro; a menção à festa da N.S. da Saúde. Na página seguinte, notícias sobre a praça 24 horas, o aspecto educacional e na última, menção às curiosidades “Você sabia?”, reforçando o caráter informativo e de despertar de interesse. Temos pautas religiosas, da fome, lazer, menção ao farol do Mucuripe, cemitério e o Fórum.

Nesse momento encaminhamos as discussões sobre a mobilização social do bairro levando em consideração outros sujeitos e debates próximos da preservação do Maceió. Como podemos ver nessa terceira página do jornal comunitário, temos a menção de alguns nomes que participaram das discussões locais:

AGRADECIMENTOS/ Ao Prof. José Lemenhe e alunos da Escola de Arquitetura, pela força e colaboração nos estudos do diagnóstico e projetos para a área. Ao Mapurunga Filho, pelos textos poéticos dos nossos folders. Ao Jornal O POVO, pelo projeto O POVO nos bairros, feito no Mucuripe. Ao Jornalista Ivolnildo Praciano, pela dedicação e carinho, na divulgação das nossas notícias. Aos professores do Colégio do Padre, Lucas, Luís Carlos e Valdemir, pelo apoio financeiro, através de rifa, para nossa campanha de camisetas! **EXPEDIENTE/** “O ARRASTÃO” é um informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste. Equipe responsável: Regina Brandão, Vera Lúcia Miranda, Alberto Queiroz. Colaboradores: Egídia Garcia Monteiro/ Mapurunga Filho (O ARRASTÃO, 1993, n.1).

É interessante como há uma transitoriedade entre sujeitos, lugares de poder e instituições envolvidas. Temos diversos setores, saberes e fazeres para potencializar as suas falas e conseguir mobilizar pautas específicas. A questão do Maceió e do Mucuripe é assim colocada como ponto de interesse e debate relevante seja pelos interesses individuais ou coletivos dos moradores, pelos parceiros com saberes específicos ou as contradições e divergência de interesses nesse processo.

A presença de professores da Universidade Federal do Ceará, intelectuais e alunos do ensino superior envolvidos com as causas do bairro, seja por influência direta de determinado professor, por estudos realizados ou por integrar o movimento, fator relevante e que segundo Mundinha, fez certa diferença na maneira que ela vinha se organizando e participando desse movimento, pois mesmo com as tristezas e as desilusões com os moradores, ela teve seu espaço de fala com esse outro público:

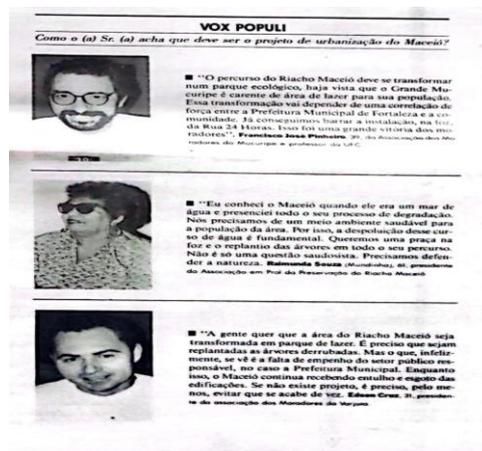
[...] (Mundinha-) [...] a universidade fez uma passeata aí na Beira Mar e ... aí (?...) me convidou né... [...] você acredita como eu passei a noite escrevendo... fazendo assim aquela../(Matheus-) [...] uma anotação? Um discurso assim, para a senhora falar? (Mundinha-)Fazendo aquelas ...coisas que a gente leva...[...] Só eu e Deus porque não tinha ninguém para ir comigo...não tinha quem fosse, era só eu. (ALVES, 2022).

A presença dos universitários e pessoas ligadas aos movimentos ambientalistas¹⁵² somam-se aos esforços para salvar o Maceió. Destacam-se a participação de Regina Brandão,

¹⁵² Sobre a presença do movimento ambientalistas na universidade e com outros movimentos e classes, Patrícia Carvalho (2006) pontua que com o enfrentamento direto por parte dos ambientalistas às políticas nocivas da prefeitura - no caso especificamente a utilização de produto químico para acabar com ervas daninhas da cidade- temos o seguinte cenário: “A partir do momento em que começaram a se reunir para enfrentar o Programa de Capinação Química, os ambientalistas perceberam que havia interesse de parcela de pessoas da classe média: estudantes, professores universitários, artistas locais, em participar, em envolvimento com as ações de defesa do

Antônio Lemenhe, João Saraiva, Vanda Claudino e do professor Francisco José Pinheiro, um dos moradores e participantes ativos dos movimentos. A atuação política de Francisco Pinheiro é fator importante para a compreensão dos ditos e não ditos sobre a mobilizações dos moradores (Figuras 18 e 19).

Figura 18 - Seção de matéria sobre o Riacho Maceió: opiniões de Francisco José, Raimunda Alves e Edson Cruz, Presidente da associação dos moradores da Varjota. O povo, 06 de agosto de 1994.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Figura 19 - Recorte do Jornal O povo datado em 20/10/1991. Francisco Pinheiro foi apontado como Presidente da Associação no início dos anos 90. Acervo Mucuripe. O povo 20 de outubro de 1991.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Ao longo da entrevista realizada, remotamente, o professor Francisco Pinheiro destacou uma série de aspectos relevantes para entendermos melhor como as associações se articulavam, quais eram suas funções, as pessoas envolvidas, estratégias, pautas e desafios a serem superados

meio ambiente” NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. Tempos Verdes em Fortaleza: experiências do movimento ambientalista (1976-1992),2006, pág. 52.

dentro de uma conjuntura delicada. É a partir de sua fala enquanto um sujeito que transita entre a universidade, as associações e a política que podemos trazer outros elementos importantes sobre esses lugares. Sobre a Universidade Pinheiro destaca o seguinte:

[...] você tinha uma figura importante: era José Lemenhe que era um arquiteto ... arquiteto da UFC [...] ele fez muitas intervenções aqui com a gente [...] eu não sei se o Romeu Duarte também participou com a gente na época; eu tenho certeza que o Zé Lemenhe.. porque Zé Lemenhe morava aqui no Papicu [...] ele participou muito de algumas reuniões com a gente [...] o curso de arquitetura [...] tinha uma certa proeminência nisso [...] mas você tinha também o pessoal da geografia né, a Vanda Claudino Sales era uma ambientalista muito respeitada no Ceará e ela participou [...] também com a gente; era professora do curso geografia então nós tínhamos [...] relação muito boa com a Universidade Federal do Ceará [...] vários professores participaram com a gente aqui [...] *nos dando o respaldo técnico nas discussões.* (PINHEIRO, 2021, grifo nosso).

É no destrinchar das vozes e fontes que encontramos essas ligações interessantes que colocam a luta pela preservação do Maceió dentro de um movimento maior e articulado com a Universidade. Algo que segue mais nas entrelinhas por Dona Mundinha, é destacado por Pinheiro nesse chamado respaldo técnico nas discussões, nos levando a compreender um diálogo frutífero entre movimentos e associações e professores, a Universidade.

Esse aspecto se potencializa a partir das proximidades entre os sujeitos desse espaço que foi se constituindo sob a questão ambiental, mas também de outras pautas colocadas na fala de Pinheiro pelas maneiras de se fazer e discutir as problemáticas do grande Mucuripe:

[...] nós tínhamos problemas [...] tão graves aqui [...] tinha regiões aqui que não tinha água encanada [...] e aí essa foi uma das grandes lutas nossa junto com a Cagece por exemplo. Então a gente mexia em muitas frentes, certo [...] e também era uma forma de você buscar organizar as pessoas certo? não só com, com {coisas} muito abstratas mas com coisa que mexe no dia a dia delas [...] E aí tinha muita gente e tinha uns moradores que eram o que a gente chamava eles de espírito de porco certo, eles sempre eram do contra né, aí teve um cara que disse: olha se vocês conseguirem esse feito eu tomo banho nu aqui no meio da rua. Falamos ah, então tá bom (risos) [...] Ai no dia que conseguimos trazer, não só trouxemos água mas botamos água no jardim de todo mundo aí chamamos ele: tá vendo aí agora nós não vamos querer que você tome banho não porque você é muito feio (risos) (PINHEIRO, 2021).

Esta se torna uma estratégia muito importante: mostrar para a comunidade que as associações estavam ali para ajudá-las, debater e fazer parcerias. As diferentes formas de ganhar a confiança das pessoas e mostrar para outros que seria possível promover melhorias se torna uma das principais propagandas das associações além do parentesco, proximidades com outros moradores locais, conversas “olho no olho” e sensação de pertencimento à uma mesma comunidade.

O ceticismo de alguns moradores nos revela as dificuldades inerentes para além dos grandes adversários: o capital, especuladores, falta de recursos, perigos, ameaças e dificuldades

de fazer valer leis, decretos e prerrogativas favoráveis. As provocações e troças também podem ser interpretadas como uma emissão de opinião baseada numa experiência social de negações de direitos, carências e desenganos.

Imaginar que tal raciocínio é relacionado com a incredulidade da presença de água potável pode parecer até trivial, mas era uma problemática bastante séria no final do século XX e ainda hoje¹⁵³ para muitas pessoas desassistidas de seus direitos, produtos, itens e mantimentos básicos para a sobrevivência, saúde e melhoria de vida. É entre o estigma da pobreza e a negação que as associações percorrem essa parte do grande Mucuripe com suas reivindicações e propostas. Seria o riacho o suficiente para essa mobilização?

[...] normalmente a gente quando marcava a reunião da associação [...] as vezes que tinha pauta maior então por exemplo quando a pauta era a questão do saneamento das águas pluviais [...] que interessava aquela rua [...] a gente então aproveitava essa pauta que tinha atração e a pauta do riacho certo, então a gente também mesclava um pouco para não ficar uma pauta de uma nota só (PINHEIRO, 2021).

É dessa maneira que o riacho, em consonância com o relato de Dona Mundinha, assume-se como sendo um “ponto transversal”, unindo diferentes moradores, debates sem ser o único tópico das reuniões, pois diferentes grupos e pessoas lidam ou atribuem pesos diferentes à determinadas discussões ou não sentem que aquilo afeta diretamente elas como outras, nesse caso as águas das chuvas. As disputas em torno do riacho ganhavam forma dentro dessas estratégias.

Podemos inferir também a possibilidade de que a longevidade, imprevisibilidade e complexidade da questão do Maceió gerava certo desgaste: vínhamos discutindo como ela envolve diversos episódios direta e indiretamente voltados para o riacho, além de eles nem sempre ocorrem cotidianamente ou todo mês. Por vezes uma maior mobilização pode depender de um acontecimento maior ou pauta mobilizadora como a contenda do Muro e o reconhecimento do novo Decreto em 1988, a falta de água ou cheia do riacho.

Tendo em vista a complexidade da preservação do Maceió e as disputas que estavam relacionadas em diferentes vertentes, imagina-se quais seriam as relações entre associações como a do Mucuripe e da Varjota. Segundo Pinheiro (2021) “[...] nós fizemos uma tentativa de criar uma espécie de frente das associações do Mucuripe certo [...] porque os problemas eram comuns [...] era uma pauta nossa [...] unificar as ações das associações como estratégia”.

¹⁵³ 25% da população mundial não tem acesso a água potável, alerta ONU. Disponível em: [25% da população mundial não tem acesso a água potável, alerta ONU | As Nações Unidas no Brasil](#). Acessado em 23/02/2023.

Essas proximidades reafirmadas na entrevista do professor Francisco Pinheiro reforçam a visão de um Mucuripe mais fortalecido por contar com espaços e pessoas distintas dispostas a se reunirem e discutirem pautas em comum. Em meio às proximidades e diferentes espaços, surge também a dúvida que marca as dificuldades e flexibilidade das associações em realizarem as suas reuniões: onde ficaria a sede das associações?

Onde ficava a associação do Mucuripe ficava Associação da Varjota nós nunca conseguimos sedes, a associação da Varjota nunca teve uma sede. Então [...] ela era um livro de ata debaixo do braço do presidente, da secretária [...] quase sempre na rua ou na casa de alguém; na minha casa nós fizemos 10 anos de reuniões aqui certo, mas também fazia na rua [...] nós tínhamos um apoio muito grande da escola Z8, a escola Z8 era um ponto de apoio muito interessante e o próprio Colégio do padre Zé Nilson muitas vezes nos cedeu espaço na reunião certo. Ele muitas vezes nos cedia espaço. (PINHEIRO, 2021).

Temos, então, uma explicação plausível para o caráter itinerante para além das diferentes pessoas que estavam compondo o movimento: não havia uma sede específica nem um ponto único. A participação indireta do padre José Nilson ficaria restrita em ceder o espaço do colégio, pois segundo Francisco Pinheiro ele não se envolvia diretamente e tinha uma postura política bastante conservadora¹⁵⁴.

É importante não perder de vista que estamos analisando um momento histórico de maior politização e participação popular em temáticas públicas e sociais, favorecidas pela nova conjuntura política nacional, estimulando assim a presença de partidos e entidades, que segundo o professor Pinheiro, não impedia as associações de cumprirem o seu papel de ajudar a população e discutir questões locais:

[...] todos tínhamos uma direção partidária certo [...] você tinha gente do velho PCB [...] que era o pessoal ligado ao Terra e Mar [...] você tinha algumas pessoas do PT [...] tinha algumas pessoas do PCdoB [...] ou eram simpatizantes [...] e tinham pessoas como a Dona Raimundinha que não tinha filiação partidária nenhuma, a filiação política dela era o Mucuripe certo [...] nós entendíamos que nossa unidade nesse momento era fundamental porque nossos adversários eram muitos poderosos e isso fez com que nunca houvesse grandes dissidências internas (PINHEIRO, 2021).

A gama de presença de alianças e frentes enriqueciam as possibilidades de atuação e de ideias capazes de tentar fazer frente às dificuldades materiais e políticas. É interessante o destaque dado de que por não serem partidos políticos isso evitava a disputa por hegemonia interna, o que não necessariamente tornava as associações neutras ou sem pensar a política

¹⁵⁴ Não temos certeza absoluta se Verinha era uma das pessoas que facilitava o acesso ao colégio estimulando ou convencendo o padre a ajudar a comunidade.

hegemônica e haver opiniões distintas como nos posicionamentos feitos na matéria do Jornal O Farol de setembro de 1988 sobre a votação do projeto para preservar o Maceió.

Em outra parte da entrevista, Francisco Pinheiro reafirma a independência política das associações e acrescenta um comentário bastante peculiar na percepção sobre a importância das associações para além da questão do Maceió, mencionando que a associação:

[...] terminou sendo a escola [...] de formação política [...] não [...] uma política partidária mas uma discussão política e crítica, certo. Então acho que isso também foi muito interessante [...] pra formar muita gente, então você tem muita gente que participou da associação que hoje tem uma ação cotidiana que é diferenciada do que ela tinha há vinte anos (PINHEIRO, 2021).

É entre os jornais comunitários, os interstícios da memória e das mobilizações em prol da defesa do Riacho Maceió que a formação política da comunidade ia se constituindo, ora reagindo aos acontecimentos políticos, visando solucionar pautas mais específicas de alguma rua ou moradores, ora mobilizando a comunidade para que ela participasse de atos em defesa da preservação do Riacho Maceió.

Entre as idas e vindas das palavras, vírgulas e os lapsos de memórias percebemos que a imprensa, seja comunitária ou oficial, foi fundamental para a aproximação entre a sociedade e as diferentes pessoas que compunham os movimentos sociopolíticos do grande Mucuripe. Longe de considerarmos o fim das discussões propostas, partimos então para uma análise mais pormenorizada sobre a questão do meio ambiente e da cidade.

4 “POBRE TAMBÉM TEM DIREITO AO VERDE”: MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DO MACEIÓ

4.1 O Riacho Maceió e a questão ambiental em Fortaleza-CE

Receita Ecológica

“Tome-se uma cidade chamada Fortaleza./Derreta-se ao banho-maria algumas toneladas de lixo do aterro do Jangurussu, às margens do Rio Cocó./ Acrescente um pouco da poluição dos esgotos do Distrito Industrial lançados nesse mesmo rio./ Penere e reserve seiscentas carradas de areia que são retiradas diariamente das dunas, principalmente na Praia do Futuro e Sabiaguaba./Lave-os e escorra bem nas águas contaminadas dos nossos riachos que recebem os esgotos de vários hospitais./ Bata em neve no bio-digestor desativado do FRIFORT até ficar espumante como as águas do Rio Maranguapinho./ Misture um pouco de dióxido de carbono do ar carregado de fuligem no cruzamento das avenidas Treze de Maio com Aguanambi/ Resfrie à sombra do que restou na imensa área verde do Maraponga./Abra a massa bem fina recheada com peixes mortos no Lago Jacarey e outras lagoas da cidade./ Depois engrosse com barro vermelho retirado de nossas paisagens naturais./ Adicione um pouco de água de nossas praias da orla marítima que recebem toneladas de esgotos domésticos./ Leve, finalmente, ao forno de lenha de algumas de nossas padarias que queimam madeira retirada do mangues do rio Ceará./ Essa é a receita do bolo da degradação ambiental e social em que vivemos.

- Raimunda Alves de Sousa, fins do século XX.

No decorrer da pesquisa, nas disputas entorno do Riacho Maceió, a questão ambiental teve destaque como fator preponderante através da perspectiva do patrimônio, bem como sua relação com a preservação de áreas urbanas de forte interesse econômico. A atuação dos movimentos sociais e ambientais em tensão com as medidas políticas do final do século XX fizeram parte dessa conjuntura histórica singular.

Dessa maneira, temos juntamente com os aspectos relacionados ao turismo, o patrimônio e as disputas políticas, um gradual crescimento das discussões sobre o meio ambiente. A presença de movimentos ligados ao meio ambiente destaca-se na criação do dia Mundial do Meio Ambiente, nas discussões para a elaboração da constituição de 1988, bem como pela execução do principal evento ligado ao meio ambiente no final do século: a ECO-92¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Nome dado a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na execução da proposta da ECO-92 o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece em destaque segundo Leandro Dias (2011) como um simulacro criado pelas potências mundiais para forjar consensos de como reagir às demandas voltadas para a administração de recursos, manutenção da produção, a relação entre potências e países subalternos, ao invés de uma visão crítica e engajada pela necessidade de modificar um sistema capitalista que estaria ameaçado

De modo sucinto, podemos destacar a expectativa política e social que foi sendo criada nas tratativas de transição democrática brasileira bem como as possibilidades de discussão de uma nova carta magna pautada dentro de uma lógica mais inclusiva e horizontal¹⁵⁶. Essas tratativas foram construídas pelos argumentos de políticos simpáticos à causa ambiental e movimentos de preservação, além do setor privado (CIRNE, 2016).

Com relação às pautas internacionais, especialmente ao levarmos em consideração as tratativas anteriores à conferência ECO-92, temos a Conferência mundial da Indústria sobre a Administração ambiental de 1984, a reunião do G7 em 1989, a convocação da ONU de 1989, o chamado Consenso de Washington do mesmo ano; a carta empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o Relatório Brundtland¹⁵⁷ (OLIVEIRA, 2011).

de extinção caso não realizasse mudanças urgentes. Apesar das críticas, a conferência marcou uma mobilização global de autoridades, intelectuais, artistas, movimentos sociais, ONGS, lideranças populares para o Rio de Janeiro, envolvidas seja na Cúpula Mundial do Meio Ambiente ou no Fórum Global. Outro marco ligado à questão ambiental já havia sido estabelecido na conferência de Estocolmo em 1972 com a criação do Dia Mundial do Meio Ambiente, uma data incorporada como simbólica pelos movimentos sociais e presente nas cobranças sobre a preservação do Riacho Maceió. Nada mais oportuno do que aproveitarmos para percebermos a própria historiografia dentro dessa conjuntura: “A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré” WORSTER, Donald. Para fazer uma história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 4, n.8, 1991, p. 198-215, pág 199.

¹⁵⁶ O caráter positivo da elaboração da constituição foi exaltado como uma das legislações vinculadas ao meio ambiente mais avançadas da época. Menciona-se inclusive que apesar de o Brasil ter leis como o Código Florestal, ele seria um tipo de lei que “não pegou”, sendo muitas vezes ignorado ou não aplicado por falta de um respaldo constitucional (por não fazer parte da constituição), porém compreendemos que isso não teria invalidado a aplicação ou embasamento no código para tomar certas decisões; no caso do Maceió o Código Florestal foi muitas vezes desconsiderado por falta de vontade política e análises consistentes sobre os impactos de ações em determinadas áreas verdes. A falta de uma outra visão sobre a relação entre patrimônio, meio ambiente e cidade gerou interpretações e ações distantes do que os movimentos ambientalistas e a comunidade imaginavam.

¹⁵⁷ Para mais detalhes sobre os significados dessas conferências, inseridas dentro de uma conjuntura de expansão do neoliberalismo, ver: OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO 92): Entre Global e o Local, a Tensão e a Celebração. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 43 – 56, jan./jun. 2011. Com relação ao caráter nacional, podemos citar ainda dentro do recorte dos anos 1970 e início dos anos 1990, alguns acontecimentos: criação um ano após a conferência de Estocolmo da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), a Política Nacional Do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 1985, com a função de definir políticas e coordenar as atividades governamentais na área ambiental, a já mencionada Frente Verde atuante na elaboração do Capítulo do Meio Ambiente (Art. 225) à Constituição Federal de 1988 (CF/88), reestruturação dos órgãos federais através do programa Nossa Natureza e Fundo Nacional do Meio Ambiente (ambos de 1989); a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (1990) com participação direta na ECO-92, além do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA - 1991), temos a criação de Leis de Crimes ambientais em, 1998, colocando o Brasil na época como um dos poucos países que estabeleciam essa punição para crimes ambientais. Resumidamente, como podemos observar, houve uma gradual estruturação de órgãos, leis e mecanismos para repensar e coordenar a pauta ambiental. Ver: MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. Cap.1. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8470>. Acessado em 10/07/2023. Aproveitando tais considerações, se torna interessante a observação feita pela autora Patrícia Carvalho (2006) sobre a análise do movimento ambientalista de Fortaleza ligados à Sociedade Cearense Defesa Cultura e Meio Ambiente (SOCEMA) de que a institucionalização da questão ambiental, ou seja, a criação de diferentes órgãos e mecanismos oficiais de regulamentação e debate foi um dos fatores relevantes para a desarticulação de movimentos militantes e sociais como a SOCEMA em âmbito regional. Expandindo tal argumentação, caberia uma análise específica de estudos direcionados para tal debate sobre o impacto desse fator

Levando em consideração esses marcos podemos analisar com maior acuidade como esse debate engloba a preservação do Maceió e as mobilizações em seu entorno. Haja vista a atuação dos movimentos ambientais em consonância com lideranças como Dona Mundinha, envolvida com tais discussões e causas sem perder de vista os debates entre o meio ambiente, o Riacho Maceió e a cidade de Fortaleza (Figura 20).

Figura 20 - Inscrição de Dona Mundinha na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1989¹⁵⁸. Uma das evidências de sua articulação com a questão ambiental da época.

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)
 Rua Miranda Valverde, 103 • 22261-Rio de Janeiro, RJ • Tels.: 226-2654/266-5008/286-2296
 Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 65.245 de 30/09/69 e pela
 Lei Estadual n.º 601 de 30/10/64 - Registro: Cartório 6.º Ofício de Notas, Livro A n.º 5
 CGC n.º 34.042.739/0001-88 - Ins. Est. n.º 451422-01

Série E
 Nº 3024

RECIBO Crs. 35,00

Recebemos do(a) Sr.(a) Raimunda Alves de Souza
 a quantia de trinta e cinco cruzado novos
 referente a TAXA DE INSCRIÇÃO
 Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1989
 Esta contribuição ou doação é DEDUTÍVEL NO IMPOSTO DE RENDA Houtio

Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

As relações entre o debate nacional e regional configura-se de forma bastante tangível, especialmente quando levamos em consideração a mobilização pela preservação do Cocó e a criação de um parque local, consideradas um marco na construção de uma consciência ecológica no estado e do fortalecimento da Sociedade Cearense Defesa Cultura e Meio Ambiente (SOCEMA), em uma conjuntura de disputas políticas entre as esquerdas e os setores econômicos dominantes (NOTTINGHAM, 2006).

A influência da participação de pessoas envolvidas na causa do Cocó, do Riacho Maceió e outras coloca, pouco a pouco, o meio ambiente dentro de uma rede mais ampla de articulações,

em termos nacionais. Ver: NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. Tempos Verdes em Fortaleza: experiências do movimento ambientalista (1976-1992), 2006. pág. 132.

¹⁵⁸ A Fundação Brasileira para Conservação da Natureza foi fundada em 1958 e ficou marcada por ser uma das principais ONGS brasileiras conservacionistas até por volta da ECO-92, devido ao momento de crise financeira, falta de investimentos e fragmentação da FBCN, além de outras propostas conservacionistas e socioambientalistas que surgiram. O ano da Assinatura de Mundinha que encontramos registro é considerado ainda o auge da fundação, pois era influente entre os setores ligados ao meio ambiente e tinha uma capacidade de articulação e representatividade política considerável. Ver: FRANCO, José Luiz de; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil:1958-1992. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 17, n.º 1, 2009.

presentes no debate político, projetos, obras e alterações no espaço urbano da cidade. Dentre as intervenções, podemos pontuar especialmente as que ocorrem já na metade do século XX em diante, momento de intensa expansão urbana e forte degradação ambiental.

É importante lembrar que as intervenções urbanas e ambientais em Fortaleza acompanharam o crescimento da malha urbana da capital e do estado pela importância dada à construção e estruturação do Porto do Mucuripe entre os anos 1950-1960. A promoção da abertura de ruas e vias como a Av. Abolição, a Via Expressa (além da Av. Presidente Kennedy, atual Beira- Mar) que foram fragmentando o curso natural do Riacho Maceió.

Tal expansão envolveu as contradições para o reconhecimento de leis ambientais regionais e até mesmo nacionais, haja vista os mencionados desrespeitos nas aplicações das leis. O olhar mais voltado para a questão ambiental é um fator importante para entendermos melhor as mobilizações e articulações de espaços de poder com a causa do Maceió, bem como a relação com o patrimônio e problemáticas da pesquisa.

Ainda na conjuntura do final dos anos 1980 relacionadas à tais debates e ao “muro da vergonha” (muro de E. Hinko), chama atenção o posicionamento de outra moradora sobre a preservação do Maceió e a atuação dos órgãos competentes:

Uma novela que já dura muito tempo, mas que precisa chegar ao final. É como se pode chamar a história do riacho Maceió. Agredido de todas as formas, em total desrespeito à ecologia, seu futuro é incerto [...] Para Raimunda Alves de Souza, o interesse das famílias que moram no Mucuripe é ter o Maceió preservado desde sua foz [...] Todavia, o descaso dos órgãos competentes torna sem efeito as leis. Dona Mundinha promete que agora ficarão mais mobilizados. A primeira medida será fixar uma placa para evitar que no local sejam depositados entulhos [...] “Se for preciso, vamos fazer bingos e angariar recursos e transformá-lo num bosque verde [...] Maria Guilhermina que mora há 32 anos nas proximidades do Maceió e sua filha Francisca Áurea, afirmam que sonham com a área cheia de árvores como era antes de ser murada [...] **“Pobre também tem direito ao verde”** observou Maria Guilhermina (O POVO, 1988, grifo nosso).

As tentativas de dialogar, sinalizar, demonstrar, pressionar as autoridades, transformam-se em ações práticas ante a insatisfação com os acontecimentos. A busca pelo sonho de preservação e volta das árvores mobiliza as pessoas a seguir em frente. Uma das moradoras entre tantas que permanecem ocultas ou representadas por outras - Maria Guilhermina- disse uma frase bastante simbólica: “Pobre também tem direito ao verde”.

Essa frase aparentemente simples carrega consigo um significado bastante expressivo, ainda mais com relação à consciência ambiental, compreendendo o meio ambiente como direito do cidadão, sendo a classe social um dos fatores de distinção nas formas das pessoas terem ou

não acesso ao verde, conseguirem morar ou não próximo de áreas verdes e usufruir de uma qualidade de vida considerada boa.

Há uma clara mudança na percepção sobre a natureza: ela deixa de ser espaço aberto, da pesca, do banho, das árvores frutíferas à céu aberto e passa a ser um lugar de disputas por direitos. Esse debate credencia o Riacho Maceió como um bem natural extremamente relevante não só para as mulheres que queriam ganhar o pão de cada dia ao lavar roupas, plantar batatas doces e criar galinhas, mas também para a consciência ambiental local, o meio ambiente e a cidade.

Outro elemento que demarca uma mudança de perspectiva se trata de uma matéria escrita por Nirez¹⁵⁹ ainda no final da década de 1980 sobre a questão ambiental em Fortaleza. Situada num fragmento encontrado do Jornal O povo na coluna denominada “Memórias”, temos um levantamento que aponta a dicotomia entre progresso e preservação ambiental:

Lagos e Lagoas existiram em profusão em Fortaleza e todos eles foram aos poucos diminuídos ou extintos em nome do progresso, sendo que na maioria esse progresso poderá tranquilamente ficar entre aspas. Atualmente [...] Fortaleza conta com três rios: Ceará, Cocó e Maranguapinho, este afluente do primeiro. Riachos, Fortaleza tem dezenas, mas com denominação apenas seis: Jacarecanga, Pajeú, Maceió, Eссо, Coaçú e Dendê, Córregos, temos aos milhares, porém somente o Passaré tem denominação oficial. Observa-se que a situação atual é bem diferente a antipor dois aspectos: antigamente a cidade era bem menor e muitas das lagoas citadas hoje ficavam tão distantes que não eram cadastradas. (O POVO, 1988).

É pela percepção das ausências de uma cidade em constante metamorfose que bens naturais como o Riacho Maceió se tornam ainda mais significativos na busca pela compreensão

¹⁵⁹ Miguel Ângelo de Azevedo, popularmente conhecido como Nirez, é um memorialista e jornalista de renomado prestígio no Ceará pela sua dedicação profissional e a elaboração de grande acervo particular. Sua participação no Jornal O povo e nas mídias impressas possui relevância significativa, como podemos aferir num dos estudos elaborados sobre ele: “Nirez utilizou o seu espaço no Jornal O povo como lugar estratégico para ação e intervenção no debate público, pôs-se a construir uma relação entre o passado e o presente, representada em um texto de cunho jornalístico-memorialístico e mediada por fotografias, críticas culturais, crônicas, entre outros. Ao prover de imagens sobre o passado para um público mais amplo, consideramos que ele atribui valor não só a si, mas aos objetos que reproduzia e compartilhava. Não raro, o que vemos sobre o passado da cidade de Fortaleza e o que escutamos como música popular brasileira de um determinado período passou pelos esforços diretos e indiretos desse ator patrimonializador [...] No dia 24 de maio de 1974, o Jornal O povo estampou pela primeira vez aos seus leitores a página Pesquisa & Comunicação, assinada por Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), do Museu Cearense da Comunicação (NMCC). A página tinha por objetivos comunicar e divulgar informações sobre o passado da cidade de Fortaleza, bem como sobre a Música Popular Brasileira. Circulou de 1974 até 1989, sempre aos finais de semana e com uma diagramação que possuía o espaço de uma página inteira. Este formato marcou presença no Jornal O povo até 1983, quando começou a diminuir de tamanho e passou a se chamar Memória. Apesar da diminuição do espaço, a página de Nirez perdura de forma semanal até o ano de 1986. A partir daí muda para o nome de Arquivo Nirez, tornando-se mais esporádica. Nirez manteve-se vinculado ao jornal até 1992, trabalhando também na organização do arquivo dessa instituição. Depois, passou a atuar apenas como convidado de forma mais pontual” In: Freire, Carlos Renato Araújo. Do Museu Fonográfico do Ceará ao Arquivo Nirez (1969-1983): o engajamento cultural de Nirez em prol do passado de Fortaleza e da música popular brasileira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021. pág.18 e 111.

do aspecto ambiental de Fortaleza. O Riacho Maceió, coloca o conceito de patrimônio ambiental urbano como múltiplo não somente pelas discussões que o permeiam, mas pelo objeto de estudo fragmentado pelas realidades sociais e econômicas da cidade.

As mobilizações, agressões ambientais, leis, decretos, reportagens e disputas pelo espaço da orla foram capazes de deixar pistas e indícios indiretos de como podemos observar o Riacho Maceió como símbolo de dezenas de outros bens naturais destruídos. Esses bens naturais que se perderam na memória e sobre os asfaltos, prédios, lojas, comércios, casas, árvores, avenidas, escolas em outros locais e épocas¹⁶⁰.

Os tempos do Riacho Maceió, presentes ao longo de seu percurso, se tornam não mais majoritariamente o tempo geológico e ecológico que o moldou pelo surgimento das plantas e seres vivos que circundam o seu leito e margens. O progresso na segunda metade do século XX o descaracteriza profundamente, tornando os tempos do turismo, da cidade e do consumo frenético predominantes.

A construção social, histórica e urbanística de Fortaleza exerce influência direta e indireta sobre a questão ambiental e do Maceió. De certa maneira a região da orla próxima ao mar durante muito tempo foi vista como sendo de menor interesse, caracterizando um avanço mais tardio da malha urbana e da cidade oficial sobre esses espaços. Talvez isso tenha favorecido para que o Maceió se tornasse um dos últimos riachos ainda remanescentes apesar das alterações já sofridas nos anos 1980.

Não necessariamente a região da orla era plenamente desconhecida antes dessa década, mas estava mais distante de ser uma zona da cidade amplamente ocupada, elitizada, densa de serviços, prédios e estrutura de um grande centro urbano. A visão colocada na reportagem salienta uma percepção nesse sentido ao argumentar que haviam dois aspectos responsáveis por essa constatação na época: a cidade outrora seria menor, muitos lugares seriam distantes e estariam sem cadastros¹⁶¹.

¹⁶⁰ Essa percepção particular ocorre de diferentes formas e épocas nas sociedades. Num de seus estudos Aleida Assmann (2016) cita um caso de alemães que decidem questionar a decisão de não buscar resgatar os antigos locais da força nazista SS (Schutzstaffel, a esquadrilha de proteção de Hitler e os dirigentes de seu partido): eles decidiram cavar o local da sede SS como forma de protesto contra as tentativas de esquecimento. No caso de Fortaleza, o esquecimento do riacho e outras áreas verdes da cidade foram se naturalizando como algo necessário, trivial, como uma etapa para se atingir o progresso. Investigar o chão em que pisamos, as camadas temporais da cidade se torna algo relevante na história. Ver: ASSMANN, Aleida. Espaços de recordação- formas e mutação da memória cultural In: Estudos de memória. Teoria e Análise Cultural. Org. Fernanda Mota Alvez, Luísa Afonso Soares, Cristiana Vasconcelos Rodrigues. Ed. Húmus 1ed: junho de 2016. pág. 150-151.

¹⁶¹ Um argumento que depende muito da percepção histórica de cada período sobre o que é perto, longe, rápido e distante.

Com outras perspectivas de lazer, trabalho, transporte e tecnologia que iam emergindo, temos assim múltiplos usos e poluições sobre as áreas verdes:

“[...] as chamadas matas ciliares [...] também foram totalmente destruídas, restando hoje algumas áreas oficialmente protegidas como a do Cocó, que vez por outra é agredida. Os riachos e rios que atravessam Fortaleza estão totalmente poluídos por quatro tipos de agressões: a industrial, que não obedece às leis de tratamento de resíduo, a hospitalar, a do lixo colocado pela população, comércio e a própria municipalidade e talvez a pior delas, a ligação clandestina de fossas, principalmente por edifícios e apartamentos. Aliás há um episódio pitoresco nisso, é que os “novos ricos”, que tem suas fossas ligadas aos riachos das proximidades mandam lavar suas roupas pelas lavadeiras da região, que usam os próprios riachos contaminados. Os mesmos “ricos” usam a praia onde desaguam seus esgotos” (O povo, coluna Memórias, 1988).

Na medida em que observamos mais detalhes sobre as particularidades do aspecto ambiental na cidade de Fortaleza, percebemos como a classificação apontada por Nirez demonstra a amplitude do problema enfrentado. Não se trata apenas de poluir ou aterrar uma ou outra lagoa, córrego e riacho: temos diversas práticas generalizadas que se combinam ao ponto de multiplicar as possíveis consequências ambientais, paisagísticas e climáticas na região.

A intensificação da poluição dos esgotos foi um dos fatores que alteraram profundamente o equilíbrio ecológico e a paisagem local. No caso do Maceió, que inevitavelmente deságua no mar, tornou o encontro entre a água salgada e doce de certa forma tão nocivo quanto outrora fora o do colonizador com as mulheres nativas: extremamente agressivo e tóxico.

A quebra do encanto que a natureza promovia através do percurso do Riacho Maceió e o seu encontro com o mar que já estava em curso. Levando em consideração o que foi colocado por Nirez nos anos 1980 ousamos chamar de genocídio ambiental e ecológico na medida em que o progresso - e suas novas perspectivas e formas- avançava sobre as áreas verdes da cidade.

Na classificação apresentada anteriormente, os novos ricos seriam responsáveis por ocasionar um fator extremamente contraditório: poluir as águas que tomavam banho e mandavam lavar roupas. Essa contradição talvez ajude a entender como não havia a predominância de uma consciência ambiental numa sociedade que não conseguia enxergar diretamente como a destruição ou poluição de um bem natural poderiam afetá-los diretamente.

No entanto, essa constatação não caberia sempre ou em todos os casos: ao observamos com maior acuidade as discussões e pautas das associações comunitárias, a poluição e acúmulo de dejetos no Riacho Maceió foram amplamente criticados. Isso demonstra os desdobramentos

capazes de multiplicar os efeitos negativos da falta de saneamento adequado e de um plano ambiental efetivo para a comunidade e sociedade¹⁶².

É nesse aspecto que à poluição provocada pelo despejo do esgoto acrescenta-se a presença massiva do lixo hospitalar descartado nos cursos d'água ainda visíveis na cidade no final dos anos 1990. Esse fato é possível identificar tanto pelas matérias do O povo quanto pela mobilização da associação da Varjota através jornal comunitário Contra Corrente (Figura 21).

Figura 21 - Exemplar do Jornal comunitário Contra Corrente, outubro de 1991. A matéria principal dá amplo destaque para a poluição feita pelos hospitais, favorecendo a destruição dos recursos naturais e a propagação de doenças como a cólera, assim como a constatação de que a poluição do Maceió exemplifica um problema estrutural da cidade de Fortaleza.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Cinco meses depois, identificamos uma matéria do Jornal O povo intitulada “Hospitais continuam poluindo rios e lagoas em Fortaleza” que traz uma narrativa similar, acrescentando maiores informações das ações iniciadas acerca de um ano:

Vários hospitais de Fortaleza continuam poluindo recursos hídricos da cidade. Uma blitz realizada nos últimos dias 18 e 20 de março, pela Secretaria do Controle Urbano

¹⁶² Em determinadas partes da entrevista com Francisco Pinheiro em 2021, ele menciona que nos períodos de proliferação das muriçocas, elas criavam grandes problemas para a população local, pois o riacho estava poluído, fora de seu funcionamento natural, ocasionando a proliferação das muriçocas praticamente sem os controles naturais de antes, gerando uma relação de amor e ódio com o riacho: mesmo quem gostasse ou sentisse alguma relação de pertencimento, nesse momento demonstrava ira pela situação vivenciada “por culpa” do riacho.

e Meio Ambiente do Município (Splan), detectou que algumas estações de tratamento de esgoto dos hospitais funcionam precariamente [...] em junho do ano passado, a Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Splan, Kátia Rodrigues, revelou o resultado do trabalho de fiscalização realizado nos hospitais [...] Hoje, conforme últimos dados apurados, a realidade não é muito diferente de há nove meses. O Hospital São Vicente de Paulo nada fez e o Pronto Socorro Luiz de França [...] continua lançando resíduos líquidos brutos no mesmo bueiro da Sumov. A Maternidade Juvenal de Carvalho [...] continua também lançando efluentes brutos numa lagoa [...] Alguns hospitais, no entanto, como a Assistência Materno-Infantil Lagoa Redonda regularizaram o seu sistema de fossa [...] De acordo com a Splan, o complexo universitário de Porangabuçu [...] funciona precariamente [...] Nessa área, se localizam o Hospital São José, o Hospital das Clínicas, A Maternidade-escola Assis Chateaubriand, o Hemoce e o Centros de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará, com uma estação de tratamento de esgoto sem responsável técnico perante a Splan- afirma Kátia Rodrigues. (O POVO, 1992).

Como havíamos mencionado, não se trata de um pequeno episódio ou algo que afeta somente uma localidade ou hospital: há uma constelação de hospitais contribuindo para a rede de poluição instaurada na cidade, tornando assim aparentemente contraditória o funcionamento dessas instituições como locais promotores de saúde e bem-estar. Estamos observando que essa estrutura de escoamento dos resíduos e dejetos já se encontrava estabelecida e os hospitais seguiram a tendência da época.

O mais lógico e prático seria então despejar o mais variado tipo de lixo dentro das águas que iriam absorvê-lo e expurgá-lo para longe¹⁶³, uma prática bastante tradicional no país. No final do século ela se mantém de modo forte num cenário global e regional em que as fiscalizações e debates ambientais se organizam para contestar essas maneiras de lidar com o meio ambiente. O olhar perspicaz de Francisco Pinheiro ajuda a compreender a relevância desse debate:

[...] a preocupação com os hospitais é porque se você olhar aqueles mananciais todos [...] que passa naquela região, todos deságuam no Maceió [...] é porque o Maceió [...] é o principal riacho dessa região, então todos os pequenos afluentes [...] deságuam no Maceió [...] nós fazíamos o debate tentando ver a região como um todo porque não adiantaria fazer um debate aqui no bairro se lá no hospital geral o pessoal jogava o esgoto dentro de um pequeno córrego que ele vinha para cá, para o Maceió (PINHEIRO, 2021).

Como estamos analisando, Francisco Pinheiro afirma que não adiantaria simplesmente pensar somente a foz, a Varjota ou parte do Riacho Maceió: o que acontecia na cidade, especialmente com relação ao meio ambiente e a urbanização, poderia facilmente refletir no

¹⁶³ Nesse ponto uma análise sobre a história da saúde e da doença no Mucuripe poderia agregar compreensões sobre as formas da cidade de Fortaleza gerir seu sistema sanitário, especialmente num momento em que nos anos 1990 além de doenças mais comuns ligadas à água contaminada (ascaridíase, leptospirose, febre tifoide) Fortaleza vivia sobre o risco de uma explosão de epidemia de cólera. Cabe lembrar que a santa da Igreja da Saúde possui forte ligação com o aspecto sanitário devido ao surto de varíola no início do século XX.

Riacho Maceió por conta do escoamento das águas e o sistema de esgoto ser interligado ao Maceió e agravar ainda mais os problemas, afetando diretamente também as praias, o próprio turismo, valorização e visões sobre o grande Mucuripe¹⁶⁴ (Figura 22).

Figura 22 - Matéria sobre a poluição do Maceió, relatando a poluição em larga escala do riacho feita por hospitais, moradores, empresas. O povo, 07 de fevereiro de 1993.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

A reportagem de 1993 seguiu trazendo denúncias. Um período intenso de chuvas, os possíveis alagamentos, aumento das muriçocas, a relação entre os lixos hospitalares e outros. Além da ação da prefeitura e os órgãos competentes estavam assim contribuindo diretamente para o fim do riacho, reforçando os pontos colocados inicialmente por Nirez. Com relação ao lixo industrial e a participação popular, eles estavam agindo não somente através das contaminações dos esgotos, mas também pelas práticas de aterramento ilegal.

O grande destaque da matéria mostrada é a forma e o momento em que a fotografia foi tirada (Figura 22). O ângulo a partir da manilha em que escorre detritos e águas revela uma

¹⁶⁴Na época estudada encontramos matérias relatando o nível de poluição da praia do Mucuripe e de outros trechos da Avenida Beira-Mar. Ainda hoje a poluição das praias do Mucuripe é vez por outra mencionada e segue longe de ser solucionada.

cena do cotidiano de mulheres totalmente à vontade, conversando, trabalhando e tomando banho. Em outros tempos algo parecido com essa cena poderia ser representado por artistas populares como Mundinha, ainda remetendo ao imaginário mais romântico, sem a presença massiva dos impactos ambientais e urbanísticos.

As dificuldades de exercer a fiscalização e cumprimento das medidas para evitar esgotos e aterramentos clandestinos poderiam se arrastar por meses sem uma solução definitiva apesar da mobilização das associações e moradores. O caráter estrutural da questão ambiental desvela um cenário de fortes impactos ao meio ambiente, amplamente prejudiciais para a qualidade de vida dos fortalezenses, ao turismo, bem como às pretensões dos movimentos favoráveis à sua preservação, à sua compreensão enquanto um patrimônio.

Em meio aos debates sobre as formas de poluição, iremos nesse momento dar mais ênfase a atuação dos órgãos ambientais, muito deles criados ou reestruturados nos anos 1980¹⁶⁵. Aparentemente parte deles se omitem ou deixam de cumprir as suas funções, somando-se assim aos principais fatores prejudiciais ao meio ambiente. Denúncias, reuniões, pareceres e calúnias foram expostos pelas páginas da grande mídia cearense.

Essas polêmicas dizem respeito especialmente aos anos 1990, novamente um momento que os moradores e movimentos ambientais estavam intervindo para conquistar a preservação e, quem sabe, uma requalificação verde do riacho. Eis que surgiam embates entre representantes da sociedade de geógrafos e os órgãos competentes além de outras polêmicas na matéria “Coema¹⁶⁶ inexistente por falta de renovação”:

Depois de quase duas horas de reunião ontem à tarde, os integrantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) descobriram que a entidade inexistente de forma legal e toda a discussão ali travada sobre a defesa da natureza era inútil. O representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos, Marcus Venícius, responsabiliza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado e Semace pela situação vexatória, enquanto a associação dos Geógrafos do Brasil, Vanda de Claudino Sales, acusou a Semace de não cumprir o seu papel. O mandato dos atuais conselheiros do Coema expirou no dia 12. O Secretário Executivo da entidade na ocasião, Renato Aragão, que é também superintendente da Semace, justificou o fato constrangedor. Disse que enviou correspondência comunicando o fim do mandato de dois anos (O POVO, 1990).

¹⁶⁵ O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) criado pela lei nº 11.411 de 1987, além da atuação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), responsável por controlar a qualidade ambiental do estado próximo recebendo dados e atribuições da Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. Para mais detalhes ver matéria do Diário do Nordeste sobre a passagem do dia Mundial do Meio Ambiente de 06 junho de 1988.

¹⁶⁶ Nesse conselho havia representantes de diferentes setores da sociedade, desde ONGS, políticos, empresários e intelectuais, fator relevante na inserção dos movimentos sociais e da população dentro dos debates sobre as políticas públicas.

Os desencontros de uma reunião que deveria ser importante minam a sua eficácia e legitimidade. Temos um dos indícios da dificuldade de diálogo e alinhamento de propostas entre os diferentes setores do estado. Esse fator gerava inconsistências no planejamento e articulação entre os órgãos públicos, fomentando troca de acusações e farpas entre os setores da sociedade ali representados. A mobilização em prol do meio ambiente e o esforço dos envolvidos ficavam expostos ao ridículo.

Somando-se ao acontecimento considerado vexatório, a cobertura da reportagem sobre a reunião engloba o Maceió de maneira bastante significativa, pois teremos aqui a constatação de que esses desencontros poderiam não se restringir somente a uma ou outra pessoa responsável por negligenciar a sua função, mas ao posicionamento do estado sobre esses aspectos, assim como setores do âmbito municipal e federal envolvidos.

Dessa forma, a reportagem segue fazendo menção às divergências de posicionamento e atuação entre os setores do estado e outros entes:

Mas a 13ª reunião Ordinária do Coema, marcada pela confusão, revelou também a disputa entre Semace e o Ibama sobre suas competências no Estado. A questão da construção de obras autorizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza às margens do riacho Maceió suscitou a discussão. O Ibama embargou a retificação do curso do riacho, a construção de uma via e de uma ponte. A Semace, por sua vez, deu licença para o prosseguimento da obra. *O Superintendente da Semace argumentou que o chamado riacho Maceió é apenas um curso intermitente d'água alimentado por esgotos e dejetos no verão.* Vanda Claudino Sales rebateu com veemência a afirmação de Aragão, assegurando que *o riacho não tem essa pequena dimensão que o órgão responsável pelo meio ambiente quer dar.* (O POVO, 1990, grifo nosso).

A inoperância do Coema, as rivalidades entre os setores, as contradições entre os órgãos e o Ibama tem como anticlímax para o nosso estudo a declaração do então Superintendente da Semace, afirmando que o Maceió se resume “a um curso intermitente de água alimentado por esgotos”. Tal afirmação nos leva a refletir os tipos de sujeitos responsáveis por acatar ou não denúncias, embargar obras e favorecer a implementação da legislação ambiental vigente.

Como esse caso específico é emblemático sobre a atuação do estado, temos aqui uma evidência muito relevante sobre a forma que não somente o Riacho Maceió, mas outras áreas verdes que podiam ser vistas pelos representantes do estado ligados ao meio ambiente e às políticas públicas da cidade. A visão defendida por Aragão oficializava as violências que seguiram o curso das águas do Maceió.

Próximo de tal entendimento, Patrícia Carvalho (2006) pontua ao longo de entrevistas feitas com lideranças como Vanda Claudino Sales e João Saraiva, certas dissidências formadas ao longo do final dos anos 1980, quando o governo de Tasso Jereissati, junto com o ainda

deputado Ciro Gomes¹⁶⁷, passou a intervir na formulação dos conselhos do Coema, na assertividade das intervenções favoráveis ao meio ambiente, de instituições como Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e outras¹⁶⁸.

Acrescentando outros pormenores sobre a atuação da prefeitura, do estado e do poder federal encontramos matérias que dialogam com essas polêmicas e trazem detalhes de como essa transição entre o debate nacional, regional e local poderiam ser feitas a partir de casos como o do Maceió que chamavam mais atenção ou estavam sendo pautados há certo tempo, gerando fatos novos ou recorrentes, como podemos ler no título principal da matéria “Estrangulamento do Riacho Maceió tem novo capítulo”:

Segundo a Associação dos Geógrafos do Brasil, Vanda Claudino Sales, o Município e o estado, através de seus órgãos ambientais respectivamente, passaram por cima de toda legislação ambiental [...] Assegura a Geógrafa que utilidade Pública seria deixar o riacho como recurso natural que é. Suas considerações alertam também para o fato de que enquanto no mundo inteiro, está se querendo preservar áreas verdes dentro das áreas urbanas, aqui a cidade perde uma área verde com recursos naturais, restando ainda o Cocó e o rio Ceará [...] a Diretora da AGB vai mais além, **lembrando que as obras da prefeitura só incorpora terrenos naturais à malha urbana, dando margem à especulação** [...] devido a divergência entre o Ibama local e a Semace, o Superintendente desse último órgão, Renato Aragão, consultou Brasília, recebendo da Presidente Nacional do Ibama, Tânia [...] autorização para o desmatamento (O POVO, 1990, grifo nosso).

Nessa narrativa sobre o papel do Município, estado e federação, a confiabilidade na gestão dos recursos e obras perde a credibilidade frente aos interesses imobiliários, afetando a existência e preservação dos recursos hídricos e naturais da cidade. A noção apresentada de disparidade de visões entre a atuação nacional e estadual frente ao mundo cria um apelo que visa reforçar um possível atraso e inconsistência na forma de atuação dos responsáveis pelo meio ambiente.

O posicionamento da diretora da Associação dos Geógrafos do Brasil apresenta acusações firmes ao declarar que havia um *modus operandi* da prefeitura, fazendo questão de incorporar áreas naturais para favorecer a especulação imobiliária, dando margem para a interpretação de que outros mananciais, riachos e lagoas podiam ter sido destruídos dentro de

¹⁶⁷ Após se tornar prefeito e governador, sua intervenção teria continuado de outras formas.

¹⁶⁸ Essa percepção insere-se na politização e burocratização da questão ambiental, cada vez mais voltada numa política governamental e dentro dos ritos de poder e negociações partidárias. A tentativa de enfraquecer o movimento tentava colocar aliados dentro de tais setores, pessoas com visões de mercado contrárias às pautas de preservação ou reconhecimento de áreas ambientais. Tal estratégia fez com que ao longo do tempo os debates em tais setores, assim como o seu poder de mobilização social ou de barrar ações contra o meio ambiente perdessem força (NOTTINGHAM, 2006).

prática similar. O estudo sobre o Riacho Maceió revela essa outra possível problemática estrutural da questão ambiental.

Dessa maneira, se a sociedade civil e alguns setores do poder público lutam pela preservação, internamente há um movimento contrário: garantir que a atuação sobre o meio ambiente, agora inseridas na expansão do turismo, seguissem favorecendo os interesses econômicos de setores específicos, ao ponto de ser mencionado parecer do Ibama desfavorável para a preservação do Riacho Maceió.

Ainda sobre essa questão, encontramos no ano seguinte uma matéria que faz alusão à queda de braço pela interpretação das leis vigentes, onde vemos um amplo esforço de buscar frear ou responsabilizar os setores responsáveis por cometer ilegalidades e violações. A presença “dos Verdes”¹⁶⁹ e da mobilização popular foi destacada pelo tom de vitória contra a prefeitura e o estado na matéria intitulada “Reivindicada a preservação do Riacho Maceió”

A abertura das ruas após denúncias encaminhadas pelo movimento ecológico as duas entidades, esteve, durante algum tempo, embargada. No entanto, esclarece, posteriormente, a convivência entre as esferas governamentais federal, estadual e municipal, representada pelos órgãos em questão e a Prefeitura, interessada na obra, levou ao desembargo. O caso foi levado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), que concluiu estar a área do Maceió inserida como de preservação, o que está definido no Código Florestal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e Legislação Geral do Meio Ambiente. Coema, na ocasião, aprovou parecer demonstrando *a culpa da Prefeitura e do Governo do Estado na degradação do riacho Maceió*. Esse parecer está sendo encaminhado à Procuradoria da República, no Estado, para a apreciação da Justiça (O POVO, 1991, grifo nosso).

No recorte mais específico dessa matéria, podemos observar justamente um desdobramento das discussões colocadas sobre a gestão pós- Maria Luiza Fontenele. Vemos o reforço da chamada convivência entre as esferas dos poderes que favorecem uma atuação temerária ao meio ambiente, cometendo ilegalidades seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Nesse momento o Coema parecia estar legalmente instituído e cumprindo a sua função: atuar para salvaguardar o direito legal no que tange ao meio ambiente, levando à aprovação de parecer atestando a culpa da prefeitura e do estado; um caso talvez raro no âmbito jurídico estadual e municipal, onde temos uma denúncia e avaliação contra o próprio estado feita por um setor específico que possui a liberdade de encaminhar parecer à Procuradoria da República local.

¹⁶⁹ Referência utilizada às pessoas que defendiam a causa ambiental, principalmente ligada ao Partido Verde.

Em suma, o debate ambiental nacional e regional se interliga com as problemáticas do Maceió seja através das políticas implementadas, nas discussões e ações praticadas sobre o riacho ou nas mobilizações pela sua preservação. Tais aspectos estão vinculados ao turismo, ao meio ambiente e às políticas urbanas que permeiam a noção de patrimônio ambiental urbano, afetada diretamente pela questão ambiental em Fortaleza.

Mediante isso se torna necessário a compreensão de como as discussões sobre a cidade e a urbanização se inserem nessas problemáticas. Isso ocorre porque nos anos 1990 houveram desdobramentos bastante relevantes nas disputas entorno do Maceió, seja pelos projetos favoráveis aos interesses da comunidade ou ao desenvolvimento de novas leis, expectativas sobre o espaço urbano da cidade e os destinos do riacho.

4.2 Os projetos em disputa para o Riacho Maceió nos anos 1990 e a questão urbana

A complexidade das discussões sobre os aspectos ambientais se encontra intrinsecamente relacionadas com as políticas urbanas implementadas ao longo da década de 1990. Os movimentos sociais visavam disputar os significados das políticas a serem implementadas no período levando em consideração as suas pautas de moradia e lazer. (Figura 23).

O desenvolvimento dos termos “viver” e “morar” tornam-se fundamentais dentro da mobilização feita pelas associações, bem como na forma que interpretamos a importância da visão crítica constituída pelos movimentos sociais da época. À noção de patrimônio ambiental urbano soma-se a perspectiva de inclusão social através de debates ligados a direitos básicos, como saneamento, pavimentação de ruas, lazer (YAZIGI, 2006).

Figura 23 - Exemplar do Informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste - “O Arrastão”, 1993. A charge em questão se destaca por demonstrar uma pessoa tentando entender o que está acontecendo na cidade: há diversas casas populares sendo cercadas por prédios de alto investimento.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Arelado ao Fórum, temos o seu Informativo fazendo debates sobre a questão urbana. Infere-se que o movimento surge em meio às tentativas de englobar outras pautas e fortalecer causas como a do S.O.S Riacho Maceió. A visão crítica provoca um estranhamento da nova paisagem urbana que ia se configurando com as casas dos moradores cercadas por prédios. Outros relatos das ações do movimento foram mencionados ainda nas matérias sobre as divergências entre os órgãos ligados à questão ambiental:

A delimitação e desapropriação de no mínimo 30 metros dos terrenos não ocupados, situados em cada uma das margens do riacho com vistas à implantação de calçadas, quadras de esportes, jardins e lavanderias comunitárias, entre outros equipamentos de lazer; a negociação permanente do programa desse parque ecológico com o Movimento S.O.S Riacho Maceió; o controle e fiscalização imediatos dos esgotos clandestinos e da qualidade de suas águas, e ainda, a remoção dos entulhos que se acumulam ao longo da bacia. As reivindicações fazem parte do abaixo-assinado S.O.S Riacho Maceió; as associações dos Moradores da Varjota: Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) - Fortaleza e assessoria do vereador Arthur Bruno (Morador da área), encaminharão a Prefeitura de Fortaleza essa semana (O POVO, 1991).

As associações e movimentos envolvidos desejavam muito mais do que simplesmente modificar uma pequena controvérsia local, pontual sem relação com um projeto mais ambicioso. A diversidade dos grupos envolvidos reforça a noção de que as associações não estavam simplesmente sozinhas ou isoladas. O Movimento S.O.S Maceió parece se tornar assim

uma espécie de braço mais focado na questão ambiental e urbana, interligando uma gama maior de entidades e grupos.

Nesse período, entre as gestões municipais de Juraci Magalhães e Antonio Cambraia houveram discussões ambientais e urbanas importantes, tais como a mobilização pela criação de Parque Ecológico, a Rua 24 horas, a discussão de um novo Plano Diretor de desenvolvimento urbano da cidade e Lei de Uso e de Solo de 1996, relevantes para refletirmos sobre as transformações que foram dando prosseguimento às disputas sobre o Riacho Maceió.

Cabe refletir sobre o poder do governo em delimitar, ordenar e propor projeto urbanos.

Assim:

A naturalidade da aceitação desse viés regulatório se deu pela aceitação de que seria uma função inerente ao poder público regular e controlar o espaço urbano, dividindo os locais de trabalho, lazer, consumo, colocando o planejamento urbano como solução dos problemas da cidade (ROLNIK, 1988, p. 53-59).

O Plano Diretor¹⁷⁰ da cidade de Fortaleza sofre certa resistência de determinados setores que visam se contrapor às possíveis mudanças sociais e urbanas da cidade. Apesar disso, ele foi oficializado trazendo um discurso bastante ímpar e significativo sobre a participação da sociedade nesse processo de construção e opinião sobre os objetivos a serem alcançados com as políticas públicas, a maneira que deve ser implementado as leis e o ordenamento urbano da cidade de Fortaleza.

Os pressupostos do plano se encontram ainda nas primeiras páginas, trazendo o balanço das problemáticas estruturais da cidade (esgoto, número de pessoas por zona e tipos de problemas, defasagens entre a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1979) que foram somando-se as necessidades surgidas com o desenvolvimento da cidade. Alguns trechos chamam atenção sobre os propósitos do plano:

Este traz em seu bojo, concepções inovadoras, adotadas atualmente a nível de planejamento urbano do País, ***em que a cidade é vista como espaço produzido pertencente à toda população, que tem direitos iguais de usufruto***. O caráter social da propriedade, a ação conjunta da iniciativa privada e do Poder Público, a adoção do índice homogêneo de ocupação e criação dos fundos municipais de investimento social são mecanismos de apoio ao financiamento urbano, postos em ação através de instrumentos diversos, objetivando a redistribuição dos benefícios gerados pelo Poder Público. (FORTALEZA, 1992).

¹⁷⁰ De acordo com Vera Mamede (2008) o Plano Diretor ou PDDU-FOR de 1992 possui influência da Lei Orgânica Municipal de Fortaleza de 1989 (que se aproxima da Constituição Estadual, elaborada um ano antes). Nessa lei Orgânica, estariam pontuados a importância do meio ambiente, observações sobre as áreas de risco, a relevância da preservação do patrimônio paisagístico, histórico, artístico e arqueológico; proposição de áreas reservadas para o plantio. Ou seja, debates e leituras sobre o urbano são essenciais para uma releitura do mesmo e da importância da integração dessa discussão mais urbanística com a questão ambiental e patrimonial. Ver: ACCIOLY, Vera Mamede. Planejamento, plano diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992, pág. 230-232.

O discurso apresentado estipula concepções que seriam “inovadoras” e em integração com o debate nacional, correspondendo a percepções diferentes do que vimos. Essas percepções foram marcadas pelas problemáticas entre imprensa, poder e jogo político partidário¹⁷¹. Ao mesmo tempo, podemos visualizar um discurso voltado às parcerias públicas e privadas¹⁷² para a gestão de obras da cidade, além de considerações importantes sobre a questão do patrimônio e a cidade em determinadas partes:

Art. 20: são macrodiretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: [...] XIII- estimular o turismo interno e internacional com o estabelecimento de áreas de interesse turístico e de critérios para sua proteção e utilização; [...] XVII- assegurar a preservação, a proteção e a *recuperação do meio ambiente natural e do patrimônio histórico e cultural* [...] Art. 89- A legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, expressará as determinações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-FOR), adotando, dentre outras, as seguintes medidas: [...] adequar os modelos de assentamento à topografia local, à paisagem urbana e ao patrimônio cultural [...] Art.112- As informações referenciadas à base cartográfica única serão relativas, entre outros, aos seguintes aspectos: [...] -recursos naturais [...] - Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (FORTALEZA, 1992, grifo nosso).

Se baseando nessas prerrogativas, o plano foi estipulado para vigorar até os anos 2000. Podemos visualizar o “espírito” defendido pelo plano colocado nas perspectivas de gestão e planejamento urbano:

A compreensão de que a cidade deve ser planejada com a participação dos diversos grupos sociais que a compõem e de que o *Plano Diretor é o instrumento de mediação dos conflitos urbanos*, levou à definição dos canais de integração da sociedade com o Poder Público. Sendo assim, o Sistema de Planejamento e Gestão possibilita o trabalho conjunto entre população e a esfera administrativa, quer através das entidades representativas da sociedade civil, articuladas diretamente com os órgãos de administração direta, indireta e funcional, quer através da articulação local entre a população e a administração regional a qual pertença. (FORTALEZA, 1992, grifo nosso).

Como podemos observar, além de reforçar o protagonismo social, o plano se apresenta como um mediador dos conflitos urbanos, sendo relevante para que os diferentes setores e classes sociais encontrassem maneiras de dialogar em meio aos desafios do final do século XX e início do século XXI. Uma formulação impensável há pouco tempo atrás, quando o país vivia sob um regime de exceção que priorizava o fechamento de meios de diálogos legais e sociais.

Entre as discussões do Plano Diretor nos primeiros anos da década de 1990 ganharam força duas propostas bastante distintas, fundamentais para entendermos os desdobramentos ao longo do final do século sobre o Riacho Maceió: uma, a do Parque Ecológico idealizado

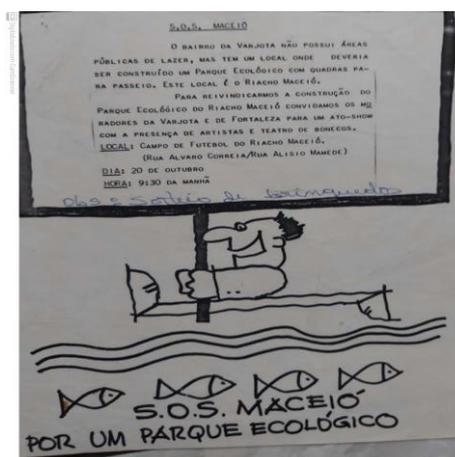
¹⁷¹ As considerações do Plano Diretor de 1992 também foram uma tentativa de aproximar a questão ambiental e urbana, mas se diferenciam da percepção dos movimentos ambientalistas, pois interpretamos que o plano visou integrar os interesses econômicos e ambientais dentro de uma perspectiva mais mercadológica.

¹⁷² O pressuposto da Operação Urbana e Consorciada foi colocado no art.5 do PDDU-FOR 92.

especialmente pela comunidade e ambientalistas¹⁷³, outra, o Projeto Rua 24 horas, proposta do setor voltado para o desenvolvimento do turismo, do capital e do progresso imobiliário.

A noção de parque colocada pelos movimentos traz uma tentativa de garantir que a comunidade conseguisse preservar o Maceió e permanecesse ligada à esse espaço. Dessa maneira, essa área verde ganharia uma utilidade prática, fazendo com que ela se mantivesse sob maior influência dos moradores e fosse oficialmente reconhecida de maior relevância social e ambiental. Interpretamos que é essa visão construída nas mobilizações da comunidade em prol da preservação ambiental do Maceió (Figura 24).

Figura 24 - Panfleto do Movimento S.O.S Maceió. Criado para lutar pela preservação ambiental do riacho e propor a criação de um Parque Ecológico¹⁷⁴.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Movimentos como o S.O.S Maceió embasaram a tentativa de um Parque Ecológico para preservar o riacho e restaurar o parque sem necessariamente possuir um forte viés imobiliário ou privado. Um dos documentos referentes às mobilizações feitas foi o projeto de lei nº060/94

¹⁷³ Não se trata de uma reivindicação que começou nos anos 1990: por parte do poder público e dos moradores já haviam discussões sobre um possível parque, mas nesse momento essa discussão ganha fôlego com novas reivindicações dos moradores e medidas da prefeitura, além da longa luta e vitórias ligadas ao Cocó ou por se contrapor ao que o movimento comunitário chamou de “Projetos do Governo” (Rua 24 horas) para o Riacho Maceió.

¹⁷⁴ “O bairro da Varjota não possui áreas públicas de lazer, mas tem um local onde deveria ser construído um Parque Ecológico com Quadras para passeio. Este local é o Riacho Maceió. Para reivindicarmos a construção do Parque Ecológico do Riacho Maceió convidamos os moradores da Varjota e de Fortaleza para um ato-show com a presença de artistas e teatros de bonecos. Local: Campo de futebol do Riacho Maceió. (Rua Álvaro Correia/ Rua Alísio Mamede). Dia: 20 de outubro hora: 9:30 manhã. Obs: Sorteio de brinquedos” (S.O.S Maceió, sem data definida). Nessa descrição do local, mencionasse até um campo de futebol “do Riacho Maceió”, reforçando a percepção de que o riacho já ocupava um viés de lazer para a comunidade, mesmo que com os problemas decorrentes da expansão da urbanização e da degradação ambiental.

(FORTALEZA, 1994) discutido pelo vereador Idalmir Feitosa, depois validado pelo prefeito Antonio Cambraia¹⁷⁵ (Figura 25).

Figura 25 - Projeto de Lei 060 de 1994. Prefeitura de Fortaleza.

URBANISMO II
Vereador CARLOS
MESQUITA COMO RIACHO
nº 05.104.154

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 060/94
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
EM 04/04/94
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
a casa é sua

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 14/04/94
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 060/94

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
Em 14/04/94
PRESIDENTE

Cria o Parque Ecológico do Riacho Maceió e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico do Riacho Maceió.

Parágrafo único - O Parque Ecológico do Riacho Maceió deverá obedecer, preventivamente, todas as normas de preservação de real interesse ecológico, paisagístico, histórico e cultural.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo deverá definir os limites do referido parque no prazo de 30 (trinta) dias depois da publicação desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, em 24 de maio de 1994.

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
Em 14/04/94
PRESIDENTE

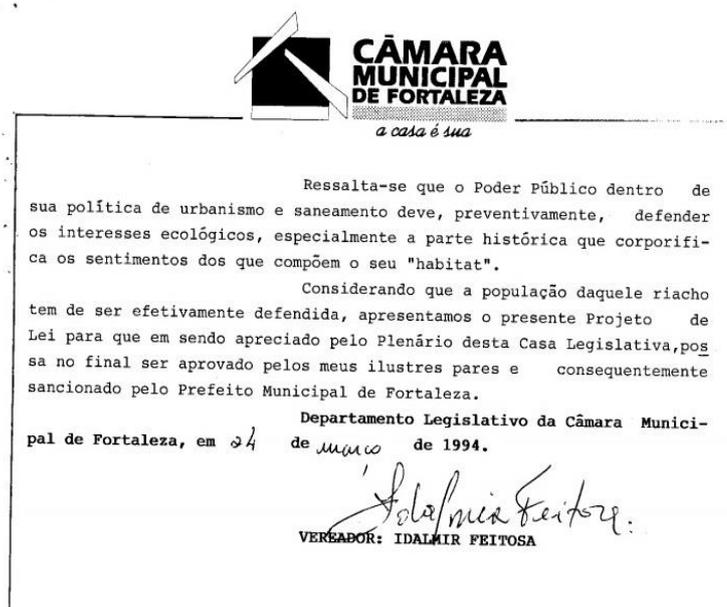
Vereador: IDALMIR FEITOSA

JUSTIFICATIVA

A criação do Parque Ecológico do Riacho Maceió tem por objetivo defender os habitantes daquela artéria, que historicamente traduz uma paisagem viva dos nossos ancestrais.

Rua Antonele Bezerra, 250 - Fone (085) 244.9477 - Fax: 261.3708 - Telex: 854087 - Caixa Postal 5011

¹⁷⁵ Lei nº 7549 de 21/04/1994 assinada pelo prefeito Antonio Cambraia. Buscamos o seu texto na íntegra e ele referenda o mesmo do projeto de lei, sem as justificativas.



Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2023.

As justificativas contemplaram aspectos históricos, paisagísticos, culturais e ecológicos, a defesa de “uma paisagem viva dos nossos ancestrais”, do habitat, da população. O discurso do vereador estaria alinhado com as pautas da comunidade e dos movimentos ambientalistas. Essa foi uma das propostas sobre os possíveis destinos do riacho que legalmente estacionou nesse decreto, sem ter mais desdobramentos positivos (ROCHA NETO, 2018, p. 146).

As limitações impostas pelos interesses das causas dos movimentos comunitários e ambientalistas se deram pelas interpretações enviesadas das leis e regulamentações, assim como perpassavam mudanças de posturas de vereadores como Idalmir Feitosa¹⁷⁶ que antes de assinar esse decreto sobre a criação do Parque Ecológico, propôs outro decreto para a criação da Praça 24 horas.

Por que defender uma ideia de Parque Ecológico? A resposta para essa pergunta acreditamos estar muito relacionada às lutas feitas por outras áreas verdes como o Cocó¹⁷⁷ e

¹⁷⁶ Uma mudança de postura dessa magnitude deixa em aberto se o referido vereador teria de fato mudado radicalmente as suas ideias ou decidiu se aproximar de outras causas por perceber a importância do apoio político que lhe concedia, por pressão dos moradores.

¹⁷⁷ O Cocó, a lagoa e Riacho Papicu estavam numa conjuntura próxima do Riacho Maceió: existiam muitas mobilizações e reivindicações pela preservação do Cocó, remetendo a ações ainda na prefeitura de Lúcio Alcântara e no decorrer dos anos 1980 e 1990. Já o Papicu foi tombado ainda nos anos da gestão da prefeita Maria Luiza. Durante o seu mandato, Maria Luiza sancionou alguns decretos importantes já citados sobre a questão ambiental e patrimonial. Iremos trazer mais detalhes sobre alguns, tais como: tombamento do espelho da Lagoa de Messejana e Parangaba, a Capela de Santa Teresinha e Estoril (1986), o Centro Artístico Cearense e Teatro São José (1988). Sobre as lagoas temos como ação a criação da lei nº 61201 de 27 de maio de 1987 que tombou os espelhos d'água

pela necessidade imperativa de atribuir uma função social para os espaços, especialmente as áreas verdes remanescentes: percebemos que na lógica espacial ocidental, precisaria ter uma utilidade prática, racional e objetiva, mesmo que menos agressiva e destruidora do que a proposta pelo capital especulativo.

Esse tipo de percepção faz aflorar as complexidades sobre um patrimônio ambiental urbano que já se encontrava impactado pela cidade de concreto. Se torna praticamente impossível simplesmente lutar por uma ampla e irrestrita desvinculação com a cidade ou manutenção de uma visão mais romântica e pura da paisagem ou do próprio reflorestamento espontâneo do Maceió, numa perspectiva conservacionista de natureza intocada.

Para esclarecer tal afirmação, precisamos lembrar que os braços do riacho se encontravam prejudicados pelas intervenções humanas. O riacho foi literalmente enquadrado por avenidas; além do efeito do esgoto, aniquilação das árvores, criando assim um pacote de destruição que fez a cidade de concreto e cimento adentrar nas entranhas do riacho, tornando suas profundezas cada vez mais rasas e visíveis.

da lagoa de Messejana e da Parangaba, sem dar maiores detalhes no decreto de preservação. Do riacho e lagoa do Papicu há maiores detalhes sobre as delimitações a serem feitas, aproveitaremos esse momento para darmos maior ênfase: LEI N° n. 6297 DE 01 DE JULHO DE 1988/ Preserva o Riacho Papicu e suas margens, na forma que indica./ A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1- Preserva o Riacho Papicu e suas margens de sua nascente à desembocadura./ Art. 2°- Fica proibido o lançamento no Riacho Papicu de resíduos ou esgotos de casas residenciais, edifícios, indústrias ou outros quaisquer. Art. 3°- Fica proibido o aterro, o desvio do curso, o lançamento Deletérios à saúde do Riacho Papicu. /Parágrafo Único- Preservam-se 50 metros de distância a permissividade de construção às margens do Rio Papicu, obedecidas as proibições referidas nos artigos anteriores. Art.5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 01 de julho de 1988”. Essas ações, juntamente com outras já mencionadas reforçaram o olhar da gestão sobre a questão ambiental. Somente no decreto da lagoa de Messejana e Parangaba há menção explícita na época de que elas seriam integradas “ao patrimônio público da Municipalidade”. Sobre o decreto do Papicu, em tese ele deveria beneficiar o Riacho Maceió, mesmo indiretamente, pois há conexão explícita entre os dois. A questão do Papicu também se demonstra como interessante para um maior aprofundamento num estudo voltado para ele, haja vista ainda se encontrar como um dos poucos bens naturais que tiveram tombamento definitivo; o riacho e lagoa perpassam ao longo das últimas décadas inúmeras transformações ligadas ao avanço do capital imobiliário nas redondezas e investimentos bilionários como a construção do Shopping Rio-Mar, inaugurado em 2014. Sobre maiores detalhes com relação ao Papicu, Ver alguns trabalhos/ análises tais como: MACHADO JÚNIOR, Sárís Pinto. História, Patrimônio e Política: estudo dos casos de tombamentos de bens materiais na cidade de Fortaleza dos anos 1980-90 / Sárís Pinto Machado Júnior. – 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2018. CARDOSO, Ana Maria Ferreira. Os saberes ambientais e movimentos populares entorno das lagoas Itaperaoba e Lagoa do Papicu. Dissertação de mestrado Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza UFC, 2008. COSTA, Cassia Maria dos Santos. Reflexões sobre as políticas públicas de preservação patrimonial na cidade de Fortaleza. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 6, núm. 3, julho-diciembre, 2015, pp. 567-573. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil.

Tentando entender as razões de não aparecer outras perspectivas vinculadas à comunidade, quando buscamos informações ligadas ao campo do patrimônio através dos periódicos da época, encontramos uma rara reportagem do início da década de 1990 do Jornal O povo intitulado “Fortaleza pode ficar sem passado”. Observando a narrativa exposta, poderemos ter uma noção de como o que se considerava patrimônio da cidade era visto:

O Poder público, que não tem uma legislação municipal para cuidar do patrimônio da cidade; a falta de uma consciência crítica, desde os lojistas do Centro aos herdeiros de edificações antigas; além da situação de abandono em que foi colocada a memória brasileira, com a extinção, pelo governo Fernando Collor, de órgãos como a Secretaria de Patrimônio histórico e artístico Nacional (SPHAN) são alguns dos fatores que segundo o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Ceará, Napoleão Ferreira Silva Neto, 30 anos, contribuem para acabar com a memória de Fortaleza [...] Ele critica, por exemplo, o prefeito Juraci Magalhães querer reformar a Praça do Ferreira, sem propor um planejamento global para o centro da Cidade [...] Outro fator apontado pelo arquiteto como prejudicial à memória da cidade, é a mentalidade imposta de que só o novo “moderno” é que é considerado positivo (O POVO, 1991).

A perspectiva dessa matéria foi direcionada para a vertente do campo do patrimônio conhecido como de pedra e cal (edificado). E aqui, cidade significa principalmente os prédios e locais considerados históricos que há muito são motivo de polêmicas entre a noção de preservar, conservar, modernizar, tombar ou não. Mesmo assim, cabe vermos esse direcionamento para pensarmos sobre a forma que ele demarca ausências num tipo de debate que ainda ia se tornando mais predominante.

A ausência se relaciona pela percepção já colocada de que as discussões ambientais se encontravam em um outro momento histórico, passando por um gradativo interesse e afirmações em âmbito nacional e internacional. Na questão do patrimônio os debates ambientais parecem se aproximar mais de outros caminhos do que se apropriar do conceito de patrimônio natural ou patrimônio ambiental urbano como os principais focos de preservação e compreensão sobre o campo.

Nas análises desenvolvidas a defesa do Maceió e de outras áreas se direcionam mais pela luta da preservação e de sua transformação em parque¹⁷⁸. Não encontramos referências nos jornais ou nas produções dos movimentos sociais que defendam que para preservar o riacho ele

¹⁷⁸ Sobre a postura da prefeitura, em reportagens do jornal O povo, encontramos uma matéria intitulada “Iplan prepara projeto do Papicu/ Maceió”, que menciona um programa da prefeitura de Fortaleza chamado “Parques Urbanos”, visando limpar, melhorar as condições sanitárias de áreas verdes como o riacho Maceió, parque Rio Branco, Parreão e polo de Lazer da Lagoa de Parangaba (O povo, Cidades, 13/05/1993, pág. 13A). Em outra intitulada “Riacho Urbanos de Fortaleza estão morrendo” do mesmo ano, mencionasse a situação de degradação do Riacho Pajeú (situado na Aldeota e na época tendo o Clube Diretor de Lojistas como responsável por limpá-lo e cuidá-lo, o próprio Riacho Maceió e o Riacho Jacarecanga (O povo, Cidades, 15/10/1993, pág. 15A).

deveria receber a chancela oficial de um patrimônio natural da cidade¹⁷⁹. Aparentemente tal abordagem ocorreu mais pela perspectiva dos técnicos e órgãos especializados. Ao Maceió coube parte de seu trecho voltar a ser uma instável ZE-1.

A pouca menção da temática do patrimônio encontrada no Jornal O povo e em outros possíveis meios de comunicação e debates, talvez ajudem a explicar as singularidades da questão ambiental e o porquê de haver esses desencontros entre o que tornaria Fortaleza uma cidade sem passado e as reivindicações dos movimentos sociais acerca do Maceió e outros bens naturais¹⁸⁰. Desmatar, destruir, poluir, soterrar, especular os bens naturais parecia se distanciar da concepção de também tornar Fortaleza “uma cidade sem passado”.

Mesmo assim, é importante não perdermos de vista que no recorte de 1985 a 1995 foram feitos diversos tombamentos e análises da questão patrimonial da cidade de Fortaleza sobre diferentes perspectivas, colocando em pauta a aproximação da questão ambiental com patrimonial e paisagística da cidade. No estudo de Sárís Pinto (2018), fica evidente que tanto a lagoa do Papicu ou Igreja Santa Teresinha e outras ações realizadas colocaram o tombamento como uma forma de “salvar” áreas alvo da especulação imobiliária.

Essas ações possuem suas contradições pois o tombamento por si só não significa que um bem será efetivamente preservado ou reconhecido enquanto tal, assim como pode conter diferentes interesses econômicos de integrá-lo nessa perspectiva como uma forma de obter receitas. Os silenciamentos ou aparentes esquecimentos com relação a colocar o Maceió dentro dessas perspectivas de tombamento revelam os interesses e pressões exercidas contra a preservação do riacho.

Com relação a Rua ou Praça 24 horas, no limiar do final do século, em meio às violações e contradições observadas, o novo Plano Diretor da cidade assumia esse caráter de mediação de conflitos e formas de gerenciar a administração pública sob a possibilidade de aproximações

¹⁷⁹ Não perder de vista o momento histórico desse recorte, especialmente pela constituição de 1988 que traz debates sobre a questão patrimonial e estipula em seu artigo 216: constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988). Aos poucos, as mudanças legais e no campo do patrimônio foram sendo incorporadas às discussões dos movimentos sociais. Ademais, refletindo sobre a conjuntura dos anos 1990 na questão do direito e prerrogativas vinculadas ao patrimônio, podemos mencionar também a Carta de Fortaleza de 1997, que traz considerações importantes sobre o patrimônio imaterial, lei de incentivo à cultura, participação do IPHAN nas formulações sobre a questão ambiental, dentre outros pontos.

¹⁸⁰ Outras menções ao termo patrimônio aparecem vinculadas aos depoimentos colhidos no estudo de Patrícia Carvalho (2006), onde pessoas envolvidas no movimento ambientalistas utilizam o termo patrimônio vinculado à ideia de paisagem e bem natural.

entre o público e o privado. É levando em consideração tal plano que a tentativa de implementação da Rua 24 horas soa ainda mais inusitada¹⁸¹.

Antes de analisarmos o documento do projeto, uma das primeiras menções diz respeito ao recorte do Jornal O povo encontrado no Acervo Mucuripe sobre o Clube Diretores Lojistas (CDL), um clube bastante ativo no ramo da economia, investimentos, na gestão de projetos financeiros, turísticos e urbanísticos. Na edição de 1992, temos a cobertura do jornal sobre o lançamento do projeto e a opinião do presidente do CDL na matéria intitulada “Pio diz que rua 24 horas deve funcionar até 93 em Fortaleza”:

O Clube dos Diretores Lojistas de Fortaleza apresentou ontem oficialmente o projeto de implantação de uma rua 24 horas na Capital, inspirado num modelo norte-americano, o The Fall's, de Miami. O presidente do CDL de Fortaleza, Pio Rodrigues Neto, acredita na viabilização do projeto “porque existe mercado, existe público para esse tipo de iniciativa moderna e que mudará os hábitos do fortalenze”. O funcionamento da rua 24 horas [...] deverá ocorrer até o final do ano ou início de 93, disse ele, entusiasmado com o apoio do prefeito Juraci Magalhães, “que já comprou a ideia” (O POVO, 1992).

A proposta desse projeto tem como base um modelo implementado na cidade de Curitiba, onde ambos tomam como referência a paisagem e lojas construídas em Miami, estabelecendo certa conexão do país que seria exemplo de modernidade (Estados Unidos) e o Brasil. O anúncio do projeto visou garantir uma espécie de preservação dentro de uma lógica e uso diferentes das perspectivas dos moradores.

A internacionalização dos investimentos de atração turística favorecia a busca por implementar projetos baseados no modelo de progresso e modernidade - os Estados Unidos - para que fosse possível vivenciar experiências sensoriais e visuais parecidas. Nessa medida, o anúncio da Rua 24 horas se apresentava como um imenso desafio para os movimentos sociais, visto o seu poder de atração de capital e o mencionado apoio do prefeito Juraci Magalhães.

A projeção de conclusão coloca a situação dentro de uma corrida contra o tempo seja para contestá-lo quanto para colocá-lo em prática ainda na situação em que como vimos, a

¹⁸¹ Consideramos algo inusitado porque em tese o novo Plano Diretor deveria resolver ou regulamentar as propostas de intervenções urbanas: no caso do Maceió ele parece não ter sido devidamente considerado e implementado. Segundo Vera Mamede (2008), constata-se rixas e dissidências ainda na formulação do Plano no início dos anos 1990 por integrar nos debates somente quem foi escolhido para tal. A autora também pontua que houve certo esvaziamento da aplicabilidade do plano, seja pela demora de se implementar uma nova lei de uso e ocupação do solo, por muitos planos diretores terem de fato ganhado mais peso após os anos 2000 com a criação do Estatuto da Cidade pela lei nº 10.257 de 10/07/2001. No caso de Fortaleza, o plano diretor, apesar de importante, nesse momento não seria um fator legal determinante para barrar completamente as práticas políticas vigentes (ACIOLLY, 2008). Mesmo assim se torna um documento sobre a cidade bastante relevante pelos seus discursos e colocações oficiais estruturadas para os anos 1990 com a perspectiva de influenciar as políticas urbanas do início do século XXI, ajudando-nos a analisar a postura do poder público e das ideias sobre urbano, participação popular, leis e definições da época.

mobilização e reconhecimento do riacho sofreu muitos reveses. A matéria continua dando maiores detalhes sobre o tipo de investimento e preocupação que o projeto demonstraria ter:

A ideia de uma rua 24 horas, segundo Rodrigues Neto é *dotar a cidade de equipamentos modernos*, que sejam, ao mesmo tempo, prestadores de serviços à população, gerando, ao mesmo tempo renda e emprego. Localizada às margens do Riacho Maceió até a Avenida Beira-Mar, onde termina na praça defronte a estátua de Iracema, a rua 24 horas contará com obras de urbanização, a cargo da Prefeitura (Cr\$ 4 bilhões) e saneamento, pelo Governo do Estado, que, segundo Rodrigues Neto, já se comprometeu a fazer o trabalho de saneamento. Para tanto, o *Estado empregará recursos de um empréstimo do Banco Mundial* já direcionado para obras de saneamento. A proposta do CDL é arrojada, disse Rodrigues Neto, *mas tem também um caráter preservacionista, qual seja, a de respeitar tudo que se relacione com o aspecto ecológico.*” (O POVO, 1992, grifo nosso).

O prosseguimento da reportagem sobre o lançamento do projeto traz assim detalhes bastante pertinentes para percebermos que já haviam conversas e respostas um tanto avançadas para costurar um acordo envolvendo a entidade internacional capaz de financiar a construção de uma obra de grande impacto para a cidade e a região, contando com um investimento considerável para a época em que o país ainda sentia os efeitos das recessão, inflação e tensões políticas internas.

O acordo perpassa o âmbito municipal, aqui colocado como sendo responsável pela urbanização e o estado pelo saneamento. Ademais, temos a explicação de que seria possível ter muitos benefícios¹⁸² com a geração de renda, emprego, assim como a perspectiva de preservação ambiental, tão cara aos movimentos sociais. Essa menção é excelente exemplo sobre o caráter contraditório da ideia de preservação e formas de realizá-la encontrada em disputas e intencionalidades diferentes.

Um dia antes, no dia 13 de maio, o ambicioso projeto foi apresentado pelo mesmo vereador Idalmir Feitosa na Câmara Municipal enquanto um projeto de lei. Primeiramente sobre o projeto de lei apresentado na Câmara, podemos analisar na íntegra suas justificativas e enfoques. O art. 1º e os primeiros enfatizam a criação da Praça 24 horas mencionando o prazo de 60 dias para o prefeito regulamentar e criar um conselho administrativo. O anteprojeto nº 042/92 foi posto em vigor em 12 de março de 1992.

¹⁸² Na única edição encontrada, justamente de 1992, ano de lançamento do projeto pela CDL, foram colocadas mais palavras de incentivo e de positividade do projeto: “A Praça 24 horas já é uma realidade. No dia 13 passado, Pio Rodrigues apresentou oficialmente à imprensa e aos lojistas o projeto com maquete da Praça 24 horas, a ser construída dentro de 10 meses. O projeto foi elaborado pelo Departamento de Planejamento do CDL e já foi entregue ao Prefeito Juraci Magalhães e ao Governador Ciro Gomes, Com a Praça 24 horas, O CDL estima a geração de 360 empregos diretos de 1.800 empregos indiretos, uma distribuição mínima de renda da ordem de Cr\$ 65,7 milhões e uma arrecadação de impostos mensal em torno de Cr\$ 120 milhões” (CDL News, Informativo do CDL nº12,05/92). Chama atenção a afirmação de que o projeto seria algo concreto, as estimativas de impostos e divisores gerados.

Enquanto justificativa, como mencionamos, houve um modelo a ser seguido:

O exemplo mais vivenciado desta implantação ocorre na cidade de Curitiba, local em que trouxe para aquela próspera cidade um novo estilo de vida para todos os seus habitantes e visitantes. Ressaltasse ainda que o *objetivo essencial* desta iniciativa busca propiciar um oferecimento maior de oportunidade de empregos para a classe obreira em geral, bem como desenvolver um mercado que por suas típicas atividades se ajuste a uma realidade de desenvolvimento compatível com o crescimento das grandes metrópoles, que sabem proporcionar os melhores serviços de turismo. Afora todos os aspectos de ordem social, temos ainda de entender que a Rua 24 (vinte e quatro) horas *servirá até mesmo de terapia para os portadores de insônia*, os quais estatisticamente já atingem a um percentual de 18% (dezoito por cento) dos grandes centros urbanos [...] somente assim poderemos atender os anseios de um forte contingente populacional de nossa estimada Fortaleza. (BRASIL, 1992, grifo nosso).

Além das considerações feitas até aqui, destacam-se argumentos ímpares que se somam ao porquê de implementar tal obra. Um deles diz que a Rua 24 horas “servirá até mesmo de terapia para portadores de insônia”, algo curiosamente apontado como solução para os problemas e desgastes impulsionados pela vida urbana e laboral. Segundo o vereador atinge dezoito por cento dos grandes centros urbanos A conexão Estados Unidos-Curitiba- Fortaleza deveria colocar o Ceará na rota do estilo de vida mais moderno.

Curiosamente, nos relatos apontados ainda no capítulo um, havia moradores que se direcionavam para áreas verdes como uma forma de terapia, relaxamento, diminuição do estresse do trabalho. Como podemos observar nessa colocação feita pelo vereador, os usos, sentidos e percepções sobre a cidade e suas áreas verdes foram assumindo outros significados, ficando à mercê dos interesses privados e capitalistas. Nesse sentido, vemos o aprofundamento das questões sobre o processo de turisficação no entorno do Maceió.

A Praça 24 horas propunha um conglomerado de serviços, experiências e práticas condizentes com a invenção de uma cidade capaz de lidar com males do cotidiano e da insônia embebendo-se de um estilo de vida conectado com o frenesi pós-moderno, algo impensável há alguns anos na orla do Mucuripe. O horizonte de expectativa buscado num novo espaço de experiência deveria encontrar as soluções para os problemas da vida nos grandes centros urbanos (KOSELLECK, 2006).

O próprio nome do projeto, Rua 24 horas, nos leva a refletir o tipo de relações sociais e temporais estipuladas dentro de um sistema econômico consumista que praticamente ambicionava abolir ou, no mínimo, alterar profundamente os ciclos de dia e noite, sono e descanso que compõe a nossa natureza biológica. Além disso, destaca-se a preocupação de “atender um forte contingente populacional”, dando a entender que havia uma parcela significativa da população respaldando tais mudanças.

Os “aspectos positivos” do capitalismo são postos como justificativas válidas para as diversas políticas a serem implementadas. No caso do Mucuripe, a atuação dos agentes públicos e privados muitas vezes levam as políticas a um extremo inédito pelo modo como foram tratados os aspectos urbanísticos, identitários, simbólicos e paisagísticos do bairro, ao ponto da geração de empregos, o crescimento urbano e turístico serem colocados como justificativas inquestionáveis dos benefícios da Rua 24 Horas.

Afora o projeto de lei, no documento criado pelo CDL para embasar a Rua 24 horas temos mais detalhes a serem destacados e analisados:

A implantação e implementação de um equipamento produtivo e prestador de serviços que funcionasse 24horas/dia sempre se constituiu numa meta prioritária da atual diretoria do CDL [...] Especificamente, face seu pioneirismo e conteúdo técnico, estabeleceu-se um contínuo intercâmbio com a prefeitura da cidade de CURITIBA/PR, que implantou e consolidou o mecanismo denominado “RUA 24 HORAS”. A Troca de Experiência deu-se através de um modelo altamente participativo, onde os traços e peculiaridades regionais foram considerados como fatores restritivos e/ou impulsores ao sucesso do empreendimento. A cidade de Fortaleza reúne hoje condições e requisitos necessários à viabilização de um empreendimento com as características da RUA 24 HORAS. Quinta metrópole do país em pleno processo de acelerado desenvolvimento, nossa capital constitui-se num padrão de referência nacional. Privilegiada com uma administração dinâmica e realizadora, Fortaleza tem inovado em suas ações trazendo o que há de mais moderno nos campos do urbanismo, saúde, transportes, educação, etc. (CDL, 1992).

Nos pormenores do projeto foi falado do desejo antigo do CDL de executar um projeto de tal porte, nos dando a dimensão de que se tornou extremamente oportuno a possibilidade de o mesmo ser implementado na foz do Maceió ou próximo ao Náutico¹⁸³, nos dois possíveis pontos onde daria certo. Pelo que percebemos, a foz do Maceió foi o local escolhido, possivelmente, por se aproximar de alguma forma da matriz estadunidense ainda hoje identificável¹⁸⁴.

O elogio e a visão do preparo unívoco de Fortaleza para receber o projeto se tornou uma das fortes razões para se implementar algo desse tipo numa cidade que seria possuidora de um mercado crescente e de uma administração “dinâmica”, capaz de trazer o que “há de mais moderno” em diferentes segmentos, incluindo o urbano e a questão ambiental e social do Maceió, aqui visto como um local passível de altos investimentos lucrativos.

Dos objetivos elencados no documento, resumidamente cabe ressaltar o reforço dado ao papel do CDL de fomentar um projeto capaz de congrega diversas lojas funcionando

¹⁸³ O Clube Náutico Atlético Cearense situa-se entre a Av. Abolição e a Av. Beira-Mar. Inaugurado ainda nos anos 1920, ele marcou a fase de criação dos primeiros prédios/ casas de veraneio próxima a praia.

¹⁸⁴ A seguinte Matéria traz uma divulgação do shopping americano: Shopping The Falls Miami - 2023 | Dicas incríveis! (dicasdaflorida.com.br) Acessado em 13/07/2023.

ininterruptamente. Ademais, chama atenção a visão de fortalecer a Av. Beira-Mar “como polo de atração turística, de lazer e de comercialização”, colocando o projeto dentro dos avanços de capitalização de recursos e investimentos imobiliários que foram se concentrando na orla. A localização se torna essencial para o sucesso da empreitada.

Outros referenciais colocados pelo documento tratavam de mencionar essa localidade como ponto “de convergência natural” de pessoas, além da concentração da “rede hoteleira, atividade turística, (artesanato, comidas típicas)”; constatação do padrão de vida mais elevado das pessoas, ponto de realização de eventos e festividades, o transporte existente e a “segurança da área”. Características sedutoras para o investimento de capital¹⁸⁵.

Com o mix de lojas a serem construídas, temos informações importantes sobre quais serviços seriam ofertados:

Preliminarmente foram selecionados os seguintes ramos/segmentos para compor o MIX do projeto RUA 24 HORAS HORAS: -RESTAURANTES/- PIZZARIA/- LANCHONETE/- BAR/ SORVETERIA/- CAFÉ/LOJA DE CONVENIÊNCIA/- BEBIDAS [IMPORTADOS]/- PADARIA/ FARMÁCIA/- CINE FOTO SOM/- LOCADORA VÍDEO SOM/ FLORICULTURA/ BANCO/- POSTO MÉDICO/- LIVRARIA/- LOJA LINHA PRAIA/- LOJA MODA JOVEM/- PERFUMARIA/- AGÊNCIA DE TURISMO/- TELECEARÁ/- BARBEARIA/- CORREIOS/- VIDEO GAME/- INFORMAÇÕES TURÍSTICAS (EMCETUR) (PROJETO RUA 24 HORAS). (CDL, 1992).

Fica evidente que esse local estava na iminência de sofrer uma grande alteração nas maneiras de viver, morar, nos seus costumes e práticas. As festividades e carnavais do Terra e Mar não resistiriam aos prazeres e modernidades ofertados na praia. Através dessa percepção, as disputas entorno do Riacho Maceió não envolviam somente os interesses dos moradores próximos às margens do riacho, mas um campo de possibilidades que o “nascimento” da Fortaleza Bela (a cidade turística) trazia para a orla do grande Mucuripe.

Esse aparato de serviços e objetos eletrônicos ofereceriam um contato direto e viciante com costumes e práticas americanas que visavam globalizar -ao menos para uma parcela da população de maior poder aquisitivo- o acesso à serviços e práticas diferenciadas, provocando

¹⁸⁵ O texto segue dando ênfase a detalhes técnicos, como a já mencionada expectativa de geração de determinada quantidade de emprego formal e informal, a extensão da área a ser investida: “A concepção física do empreendimento RUA 24 HORAS dá-se num plano horizontal, caracterizando-se todo o conjunto pela simplicidade estrutural e forte apelo ecológico, visando principalmente a preservação do riacho Maceió. Num primeiro momento, estima-se um número de 30 (trinta) pontos de venda e/ou prestador de serviços com uma área de 30 a 50 m² cada um [...] A eficácia do Projeto Rua 24 HORAS como já foi explicitado está condicionada essencialmente a sua correta localização” (CDL 1992)

uma inserção dentro de um turismo globalizante composta por alterações profundas e rápidas nos costumes locais, mesmo que incorporando-os parcialmente¹⁸⁶.

Há a preocupação em integrar consumo, lazer¹⁸⁷ com um espaço e paisagem voltada para o favorecimento de serviços e práticas que se esperava da modernidade da época (locadora de som, vídeo game). Levando isso em consideração, percebe-se que as transformações planejadas para o Riacho Maceió queriam atrelar a esse potencial patrimônio ambiental urbano a predominância de um viés mercadológico totalmente diferente dos usos e expectativas dos moradores locais (Figura 26).

Figura 26 - Desenho presente no documento do Projeto 24 HORAS, sendo construído na foz do Riacho Maceió. O seu entorno passa a integrar um caráter fortemente imobiliário, mercadológico e turístico diferente dos usos e simbolismos que os moradores do bairro e região construíram desse espaço.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

¹⁸⁶ Tais como a comercialização de peixe; o imaginário de velas e jangadas vendidas e colocadas nas fachadas de prédios luxuosos.

¹⁸⁷ Segundo Fernanda Pacheco (2019), a expansão do turismo e da relevância econômica e social de praias como a de Ipanema coloca em destaque o papel do lazer para a sociedade contemporânea, haja vista que o espaço da praia- pela noção de liberdade inseridas pelo contato direto com a natureza, paisagem, espaços mais abertos, corpos com roupas leves- se configura como um espaço de interação social privilegiado em cidades cada vez mais inchadas, sem áreas de lazer e contato direto com a natureza. No entanto, as contradições sociais e econômicas fragmentam a noção do acesso aparentemente livre à esses espaços. Pensando a lógica espacial e social de Fortaleza, os preconceitos atrelados à praia do Pirambu em comparação com a Praia da Canoa Quebrada colocariam classes sociais, corpos e expectativas diferentes, assim como tais tensões poderiam se inserir em faixas de praias como a do calçadão da Av.Beira-Mar, onde a Praia de Iracema concentra áreas de passeio de triciclos, a famosa “praia dos crush” (vista como local de namoro), o aterro aonde acontecem eventos; já a do Mucuripe, teria uma característica de ser imprópria para o banho, ter a presença de muitas jangadas, passeio de barco, Mercado dos Peixes e outros grupos interagindo mais nesse trecho.

Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

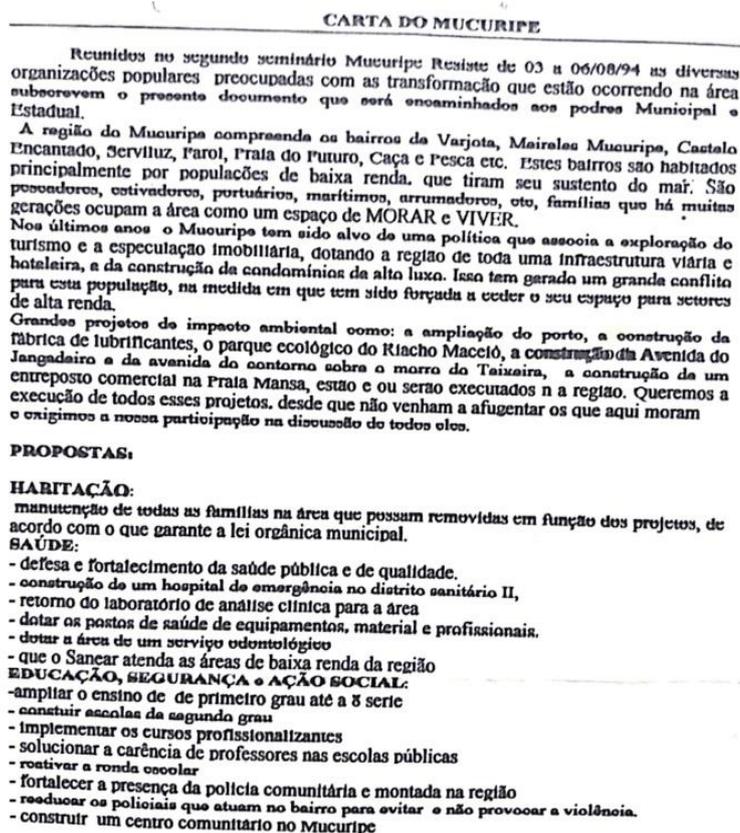
Não sabemos ao certo maiores detalhes sobre os desdobramentos mês a mês, mas podemos inferir que a mobilização da comunidade e dos movimentos sociais foram essenciais para que tal projeto que parecia completamente certo e inequívoco, fosse revisto e até abandonado. No início de 1994, o Jornal O povo traz uma matéria na seção Cidades intitulada da seguinte maneira “Iplan descarta projeto 24 horas”:

O Superintendente do Instituto de Planejamento do Município (Iplam), Paulo César Batista, disse que está descartada a construção da rua 24 horas às margens do riacho Maceió “A área em que a obra seria erguida é particular, mas a Prefeitura de Fortaleza nunca aprovou o projeto. Havia grandes restrições. O local é área de preservação ecológica e a comunidade era contrária à sua construção” disse Batista. Segundo ele, o próprio autor do plano, o Clube de Diretores Lojistas (CDL), já o esqueceu. Para o Presidente do CDL, Pio Rodrigues Neto, a ideia da rua 24 horas na área do riacho Maceió não está completamente afastada. Diante de manifestações contrárias à obra, Rodrigues disse que a entidade resolveu discutir alternativas para viabilizá-la, como outra área da Avenida Beira-Mar. Ele não revelou o local. **“Algumas pessoas, de maneira equivocada, teimam em não entender o projeto, que tem a preocupação, antes de tudo, de preservar o riacho”**. (O POVO, 1994, grifo nosso).

De certeza convicta ao abandono e resistência ao desapego por parte da CDL. A Rua 24 horas não chegou a ser implementada de fato, o que não deixou de ser mais uma vitória importante dos moradores e movimentos sociais e ambientais. No entanto, enquanto havia esse motivo para comemorar, outras ideias e ações de poluição seguiam em curso, fazendo o plano de se criar um Parque Ecológico em outros moldes também fosse se afastando de ter alguma concretização.

Em meio à tais lutas, temos a elaboração da chamada “Carta do Mucuripe” (Figura 29), especificando os pontos a serem defendidos e o papel dos debates sobre a cidade:

Figura 29 - Carta do Mucuripe.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Ao Maceió, se somam outras reivindicações sobre o direito à cidade, posicionando claramente a comunidade como um agente social relevante e participativo. A comunidade, articulada, exigia melhorias, almejava mudanças, mas pautadas em projetos “que não venham afugentar os que aqui moram e exigimos a nossa participação na discussão de todos eles”. Dessa forma as discussões sobre cidade, meio ambiente, a defesa de seus patrimônios, moradia e lazer uniam-se.

Durante esses acontecimentos e nos anos seguintes, foram surgindo outras demandas urbanas. A formulação da Lei de Uso e Ocupação do Solo se apresentava como mais um mecanismo que visava aprofundar a ligação entre o turismo, a cidade e a orla da praia, tornando o processo de turistificação nesse intervalo de tempo algo ainda mais estruturado, fazendo com que o Maceió seguisse percursos bem diferentes do trajeto natural que deveria seguir do Papicu ao mar.

4.3 A expansão do turismo, as expectativas sobre a nova lei de Uso e Ocupação do Solo e o choro de Mundinha

A questão do turismo, apontada como relevante, ganhou contornos não somente pelos acontecimentos impulsionados pelo grupo mudancista, mas pela conjuntura do período que favorecia tal apropriação e outras searas de atuação. Isso envolvia desde reformas urbanas, formulação de concepções de patrimônio, cultura e lazer atrelado à tal atividade, necessariamente muito próxima de um viés globalizante.

Nesse ponto, cabe retomar rapidamente as discussões sobre os programas criados como o PRODETURIS e posteriormente PRODETUR I, colocado em prática no recorte da pesquisa. Segundo Enos Feitosa e Eustógio Wanderley (2011), o PRODETURIS não obteve muito sucesso, diferentemente do PRODETUR I¹⁸⁸ criado em 1991 pelo Estado com aporte de US\$800 milhões¹⁸⁹.

Tais investimentos nos revelam a complexidade que envolveu a invenção do nordeste turístico, feito também pelas novelas e produções de vídeo, de acordo com Durval Muniz (2018), responsáveis na ressignificação dos simbolismos, expectativas e investimentos na região do nordeste e do Ceará¹⁹⁰. A leitura de um turismo mercadológico e feito a partir dos pressupostos de multinacionais e grandes negócios também parece se distanciar das perspectivas de Cláudio Pereira¹⁹¹.

¹⁸⁸ Essa política pública de investimento no turismo foi fundamental para o crescimento da atividade em diferentes estados. O sucesso do PRODETUR I garantiu a implementação do chamado PRODETUR II, no século XXI. O forte investimento, os arranjos políticos feitos nessa época tornaram o turismo o carro-chefe da economia. Com grandes investimentos e mudanças, o turismo se consolidou como uma das maiores receitas do estado. Ver: Produto 1- Histórico da evolução do turismo na metrópole e na RMF a partir de estudos e dados existentes. Prefeitura Municipal de Fortaleza, Instituto de Planejamento de Fortaleza- IPLANFOR, Fortaleza, 2015.

¹⁸⁹ “Os recursos financeiros oriundos do PRODETUR foram basicamente de infraestrutura básica (construção e ampliação de aeroportos, construção e/ou ampliação de vias rodoviárias, *recuperação de patrimônio ambiental e histórico, a implantação de Planos Diretores Municipais, entre outros eixos*) e fortalecimento institucional (planos e planejamentos municipais e estaduais) [...] O PRODETUR I investe cerca de R\$340 milhões no estado do Ceará, sendo que somente em Fortaleza, este volume é de quase R\$183 milhões (54% do total)”. (FEITOSA, DANTAS, 2011, pág.4 e 6).

¹⁹⁰ Apesar da maior estruturação do turismo nesse período, segundo Enos Feitosa (2013) na década de 1990 o governo Ciro Gomes (1991-1994) enfrentou dificuldades pela crise econômica e política vivida na época, tendo os recursos do PRODETUR congelados. A importância da propaganda, a gravação de novela Tropicaliente teriam sido as principais estratégias para superar tais dificuldades. Após o governo Ciro, Tasso Jereissati ocupa novamente o cargo de governador entre 1995-2002 ampliando os investimentos estruturais na expansão de avenidas, investimentos no Aeroporto Pinto Martins, Conclusão do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, consolidando o viés turístico implementado no estado.

¹⁹¹ O Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento do curso de História UFC (NUDOC) possui vasto acervo biográfico, documentos pessoais, recortes de jornais compilados por Cláudio Pereira, importante figura ligada à cultura e ao turismo. Ele ocupou cargo ligado ao Departamento de Turismo e a Fundação Cultural de Fortaleza, Diretor de Marketing e Relações Públicas do Centro Dragão do Mar Arte e Cultura, foi membro fundador da Academia Fortalezense de Letras. Ligado à questão da cultura através da Fundação Cultural de Fortaleza, propôs inúmeras intervenções artísticas e culturais na cidade, apoiando projetos populares, movimentos e jornais comunitários, além de compreender a importância do turismo como uma forma

É nesse momento de investimentos e debates, em consonância com parcerias estaduais e municipais após as longas divergências do projeto 24 horas, no intervalo entre as gestões de Juraci Magalhães, que Antonio Cambraia¹⁹² (1993-1996) assume a prefeitura reforçando a questão turística e os investimentos sob a justificativa de conseguir desenvolver a região. Na matéria do Jornal O povo intitulada “Prefeitura vai consagrar vocação turística da área”, vemos o seu posicionamento:

Como área predominante de usos destinados ao lazer e ao turismo, o Mucuripe recebe atenção especial da Prefeitura [...] O Prefeito Antônio Cambraia **ressalta a vocação turística** e anuncia projetos de melhoria, com o Parque Maceió-Papicu, a Avenida dos Jangadeiros e o ordenamento da feira de artesanatos na Beira-Mar. O Novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano vai reconhecer o Morro de Santa Terezinha como pólo gastronômico (O POVO, 1993, grifo nosso).

A construção de uma narrativa pró-turismo coloca um viés de vocação e de planejamentos em conjunto como algo fundamental para que fosse possível realizar uma série de mudanças na região. A hipotética recuperação do patrimônio ambiental e histórico, juntamente com o Plano Diretor ficaram sujeitos a interesses particulares¹⁹³. A matéria continua expondo uma ofensiva na elaboração de um outro sentido para a cidade, seus lazeres e paisagens na localidade.

Com data de 1979, o Código de Posturas de Fortaleza prevê o Santa Terezinha como área residencial e, em consequência, o comércio é restrito [...] Reconhecendo a vocação turística é que a nova legislação deve considerá-la como área especial [...] atualmente não contemplado na lei de uso e ocupação do solo urbano. Não há data precisa para a aprovação do Plano Diretor, mas a orientação do prefeito Antônio Cambraia é de que ela seja prioridade em sua administração (O POVO, 1993).

O intuito de que a cidade precisaria ofertar tais serviços buscou agregar valor imaterial e cultural às atividades reformuladas dentro de uma rota turística vista como de sucesso,

de valorizar a cultura do Ceará. Infere-se que suas inúmeras ações nesse campo defendiam uma visão mais democrática e integradora dos interesses e expressões populares com as questões econômicas, o que não necessariamente predominou com relação ao Maceió e a orla.

¹⁹² Prefeito de 1993 a 1996, Antonio Cambraia pelo que se pode consultar nas produções vinculadas à Fundação Cultural de Fortaleza também foi um dos aliados de Cláudio Pereira. Em vários Comunicado ao funcionalismo-espécie de informativo da Fundação- Antonio Cambraia foi mencionado e colocado em destaque. Num deles, do ano de 1993, relata-se a reprodução do filme “It’s All True” (Tudo é verdade) de Orson Welles no Cine São Luiz com apoio da prefeitura e intermédio da Fundação Cultural de Fortaleza. Ao lado, há notícia sobre uma solenidade para o lançamento da “Antologia do Centenário” da Academia Cearense de Letras, onde o ex-prefeito Antonio Cambraia “completando o segundo aniversário de uma Administração de expressiva realizações na área da cultura, receberá o Título de Benemérito da ACL” (Comunicado ao Funcionalismo, Publicação Semanal Interna ano VI N° 02 Edição, 1993-1997). Em outro noticiário de 1996, menciona-se diversas ações fomentadas pelo prefeito, desde a sua ampla aprovação a atuação em conjunto com o setor cultural.

¹⁹³ De acordo com Maria Rosa (2016) a análise crítica entre patrimônio, turismo e cidade desvela as ferramentas e táticas colocadas pelo capitalismo para se apropriar dos simbolismos culturais e memórias de determinadas localidades com o intuito de gerar um capital simbólico extremamente significativo. Nesse momento a ideia de vocação e as alterações propostas seja no Morro Santa Terezinha ou no bairro colocam a questão da paisagem, da natureza e dos símbolos locais dentro de uma perspectiva mercadológica e turística excludente.

especialmente pela sua paisagem natural e as intervenções humanas, valorizadas pelos projetos de prédios e obras urbanas capazes de melhorar o acesso da região e a circulação de automóveis, surgindo mudanças nas leis para superar “os atrasos” legais¹⁹⁴.

A questão urbana, turística, ambiental e social demonstram como a percepção sob um viés amplo suscitado pelo campo do patrimônio cultural se tornam relevantes para constituirmos outros olhares, reflexões e caminhos de análise. É nas fontes do ano de 1994, que podemos ver essas diferentes frentes e discussões se entrecruzando no entorno do Riacho Maceió e da comunidade como na matéria “Riacho Maceió soterrado pelos casebres e entulho”:

Poluído por dejetos humanos e resíduos de construções, que são despejados regularmente em seu leito, o riacho Maceió é uma das preocupações básicas das entidades de proteção ao meio do Estado. Segundo a Presidente da Soace, Daisy Meyer Cavalcante de Albuquerque, a luta pela melhoria de condições no Maceió já existe há anos. Mas agora, com a criação de uma vara judicial especialmente para legislar sobre as questões ambientais do Estado, o processo tende a se fortalecer [...] A prefeitura de Fortaleza também tem realizado projetos para a região. Segundo Paulo César Batista, Superintendente do Instituto de Planejamento do Município, é feito acompanhamento contínuo da situação do riacho. “A Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) chegou, inclusive a arborizar as margens do riacho [...] mas não dá para haver fiscalização ininterrupta e as construtoras e a própria população do local desrespeita as regras, colocando dejetos no riacho, explica” (DIÁRIO DO NORDESTE, 1994).

A presidente da Soace Daisy Meyer tinha uma opinião convicta na capacidade de um outro mecanismo de fiscalização- através da vara judicial especial – conseguir solucionar a degradação ambiental do riacho. Integra-se à reportagem o viés de atuação tanto da prefeitura, quanto da Emlurb apontando a culpabilização da sociedade civil e empresas pela degradação do riacho.

Esses olhares colocam em pauta a atuação de diferentes sujeitos, órgãos e entidades envolvidas no entorno do Maceió e da orla da cidade. Vimos que atuação da prefeitura e seus órgãos poderiam ser ambíguos, dependendo dos interesses envolvidos. A proposta de pleitear

¹⁹⁴ “O Mucuripe, como garante Cambraia, merece atenção especial da Prefeitura, interessada nas mudanças que antecipam, na prática, *o que a legislação vai apenas consagrar*” (Jornal O povo 17/05/1993, grifo nosso). Tal ideia de consagração baseia-se na visão do potencial “natural” para o turismo da região, apontada por George Dantas (2017) ao analisar o turismo em Fortaleza, percebendo desde a formação de Fortaleza e as nuances de outros tempos, até trazer como evidência indicativos presentes também em outros estudos: “Cazes (1989 apud DANTAS, 2004, p. 64) destaca que os fluxos turísticos internacionais estão concentrados em países que possuem zona costeira. Destaca, ainda, que 75,8% do fluxo total turístico se concentra em territórios que dispõem de pelo menos um espaço marítimo, 21% situam-se em áreas insulares e 3,2% naqueles que não possuem zona costeira, totalizando mais de 90% do fluxo turístico internacional dos países do Sul em via de desenvolvimento 63 (incluídas as ilhas), com um volume correspondente a 500 milhões de turistas e ao qual seria interessante acrescentar o volume dos fluxos nacionais (DANTAS, 2004)”. In: NUNES, George Dantas. Avanços e recuos do turismo na metrópole cearense. Dissertação (mestrado profissional)- Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza- Ceará, 2017. pág.62

politicamente uma urbanização sustentável se tornou uma das tentativas da comunidade e dos movimentos ambientais de buscar barganhar com os setores dominantes.

Ademais, a dimensão das acusações feitas aos setores privados e a inoperância do poder público tomam forma na matéria intitulada “Riacho Maceió recebe até 200 carradas mensais de entulho”, onde o tom da denúncia coloca a problemática em outra escala:

Preservado tanto por leis municipais, estaduais e federais, o curso d’água tem sido, ao longo dos anos, degradado por particulares e construtoras, que o utilizam sistematicamente como destinação final para entulhos de construções. A Divisão de Fiscalização da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) diz que, em média, as empreiteiras chegam a descarregar até 200 cargas de entulho mensalmente, nas proximidades do manancial [...] Na rua Alísio Mamede, uma pá-mecânica da Emlurb começou a retirar restos do asfalto e detritos colocados pela Nabla Construtora, subcontratada da Serina Construtora para execução de obras para implementação de uma rede de esgotos. A Sarina Construtora é responsável pela implementação de 100 quilômetros de esgotos [...] De acordo com o engenheiro civil Tércio Dias, da Sarina Construtora, “nós não tínhamos conhecimento de que restos de asfalto estavam sendo jogados neste local” (O POVO, 1994).

As ações de violações legais estavam em voga há um bom tempo, tendo como protagonistas diferentes atores e setores da sociedade. A persistência das notícias relacionadas sobre tais violações davam indícios que se tratava de um problema estrutural. A estimativa da Emlurb demonstra uma naturalização das ações ilegais pela quantidade de casos, atestando a vulnerabilidade ambiental do riacho.

Extraoficialmente, o Riacho Maceió passou a ser visto como um aterro de resíduos. Não podemos afirmar que toda essa quantidade fazia parte de um plano escrito das construtoras e terceiros interessados em aterrar o riacho para se apropriar do terreno. No entanto, na prática, é bastante provável que muitas construtoras se aproveitaram de tal situação para acelerar o fim do riacho e a aquisição de mais áreas rentáveis.

Sendo assim, diferentes forças se articularam para colocar em cheque a tentativa de proteção e restauração mínima do Riacho Maceió. Vemos que a destruição do riacho já estava inserida no processo de avanço da cidade sob a área, porém o interesse turístico na orla intensificou cada vez mais os impactos diretos e indiretos. A desistência noticiada em 1994 do Projeto Rua 24 horas soa como uma vitória amarga para a comunidade e os movimentos ambientais frente ao cenário enfrentado.

Temos uma das raras imagens que demonstram e retratam um antes e depois do riacho, colocadas na matéria do Jornal o povo de 1994 (Figura 30):

Figura 30 - Recorte do Jornal O povo de 1994. A primeira imagem é apontada como sendo de 1980 e a segunda de 1994.



Fonte: Biblioteca Estadual do Ceará, 2022.

A matéria de certa forma resume o que vínhamos discutindo nesse capítulo e nos tópicos anteriores, seja devido a presença de outros movimentos (ambientais, comunitários) e sujeitos (prof. Antonio Lemenhe e João Saraiva), além da discussão sobre a praça 24 horas, a poluição e ações que visavam ser feitas para combater a degradação. Ademais, o registro imagético presente deu a dimensão da diferença de perspectiva quanto ao trato e condição real do riacho.

Nessa reportagem menciona-se não somente que seria feita limpeza do riacho, mas também que houve uma diminuição da área de ZE-1. A diretora do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria do Controle Urbano e Meio Ambiente do Município (SPLAN), Kátia Rodrigues, prometia aumentar a fiscalização e aplicação de multas, novamente trazendo uma perspectiva de articulação entre diferentes setores do poder público.

Essas tentativas de ações precisam ser pensadas em conjunto para que seja possível alinhar uma visão mais panorâmica em consonância com as especificidades locais, relacionadas com a realidade social de sujeitos que tinham problemas com as muriçocas em residência próximas ao leito do riacho aos que buscavam a preservação do Maceió, aos que tinham interesses voltados para o turismo, a especulação imobiliária.

Tendo isso em vista no íterim dos anos 1994 a 1996, as discussões seguem visando estabelecer entendimentos sobre o avanço da questão do planejamento urbano, em consonância com as discussões envolvendo turismo, o interesse hoteleiro, bem como a leitura de Raimunda

Alves de que a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo fosse passível de modificar essa realidade local.

Nos direcionando mais para a relevância de uma nova Lei de Uso e Ocupação do Solo¹⁹⁵, devemos ter em mente a importância de tal mudança para fazer frente a oficialização necessária dos projetos e recursos desejosos de serem implementados, tais como a já mencionada abordagem feita por Cambraia à importância dessa mudança para realizar alterações na Praia de Iracema. Nessa perspectiva, um novo documento para regulamentar a cidade era de extrema urgência.

No que tange ao Mucuripe, chama atenção o anteprojeto de lei criado pela prefeitura em 1996. Nas primeiras páginas temos uma exposição dos motivos para que fosse realizada tal mudança, ficando evidente a importância de se ter um zoneamento preciso, discricionário e atualizado com discussões sobre cidade, meio ambiente, acessibilidade e ordenamento da época. Uma das partes que mais se destacam trata dos seguintes pontos:

1. Exposição de motivos/Sr. Prefeito, o projeto de lei em apreço regula o uso e a ocupação do solo nas Macrozonas de Densidade e nas Zonas Especiais, define diretrizes e normas relativas ao sistema viário e faz a relação deste com o uso do solo urbano/2. A estruturação urbana proposta e já integrante do PDDU-FOR reflete a realidade da espacialização das atividades, a existência das redes de equipamentos e infra-estrutura inclusive as expansões projetadas [...] Ainda como componentes da estruturação urbana planejada, foram previstas nove Zonas Especiais que, por suas peculiaridades físicas, culturais, econômicas e de especificidade de usos, demanda tratamento próprio, quanto ao uso e ocupação à ocupação do solo: a)Área de Urbanização Especial/b)Área de Interesse Ambiental (dunas);/c) Área da Orla Marítima/d)Área de Faixa de Praia/e)Área de preservação/f)Área de Proteção/g)Área de Interesse Urbanístico/h)Área Institucional/i)Área de Urbanização Prioritária/j)Área Industrial (FORTALEZA, 1996).

Vemos a reafirmação da importância do PDDU-FOR, os zoneamentos da cidade com uma forma de racionalizar o espaço, fazer projeções e organizá-lo, temos na descrição da estrutura urbana pontos importantes que iam ao encontro da área de proteção, área de interesse

¹⁹⁵ De acordo com Amélia de Andrade (2021) a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de 1996 foi prevista no Plano Diretor de 1992 para ser estipulada em até 120 dias, no entanto, tal implementação perdurou e somente em 1996 ela foi lançada, tendo inclusive um período considerado extenso de vigência (cerca de 21 anos) frente às demandas e mudanças das discussões e ordenamento urbano. Percebe-se que a LUOS de 1996 se tornou bastante expressiva por buscar satisfazer os princípios legais da época sobre as regulamentações de projetos e medidas urbanas, assim como seu caráter balizador no início do século XXI. Ver: ARAGÃO, Amélia de Andrade. Análise dos impactos da lei de uso e ocupação do solo nas desigualdades da acessibilidade às atividades em Fortaleza. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação Em Engenharia de Transportes, Fortaleza, 2021. pág.33-34. No próprio Plano Diretor de 1992 temos as seguintes colocações: O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU-FOR), aprovado através da Lei 7061, de 16.01.92, será complementado pela Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas e Planos Setoriais Afins, que comporão o acervo legal para o controle e ordenamento do crescimento e desenvolvimento da cidade até os anos 2000. (PDDU-FOR, 1992).

ambiental, área industrial e orla marítima. Essas áreas são especificadas enquanto campos de delimitação legal, de investimento e ordenamento.

Dentro desse cenário de intensa especulação demonstrado na questão orla-Maceió-cidade, a nova lei possuiria um papel importante dentro dos esforços esperados sobre temas caros ligados à cidade, planejamento das atividades turísticas e de saneamento urbano, algo fundamental para o Mucuripe. Temos ainda nos pontos iniciais desse anteprojeto algo relevante de ser mencionado:

24. Na área de Urbanização Especial, face ao acelerado processo de urbanização da nossa cidade e em especial a exploração de áreas com potencialidades turísticas, se faz necessário um maior controle por parte da Administração Municipal [...] 32. O projeto de lei dispõe, também, **do Poder de Polícia inerente à Administração Pública do controle repressivo e das sanções** como formas de disciplinamento do ordenamento urbano em benefício da coletividade. (FORTALEZA 1996, grifo nosso).

Sendo assim, o poder de polícia, de fiscalização se fazia presente como uma das prerrogativas necessárias para que, dentro desse outro mecanismo de poder e regulamentação as intervenções na cidade fossem realizadas de modo satisfatório. Nos interessa precisamente esse relevante papel da Lei de Uso e Ocupação do Solo frente às novas configurações e demandas urbanas, ambientais, sociais e políticas, assim como no tipo de definição trazida no corpo da lei sobre o Riacho Maceió e sua classificação:

ÁREA DE PROTEÇÃO/ Do perímetro dessa área deve ser subtraída a Área de Preservação, quando esta se apresenta inserida na Área de Proteção, como nos casos seguintes:/-riacho drenante do Açude João Lopes;/-riacho afluente do Canal Aguanambi;/ -riacho Maceió; -Lagoa do Mondubim./ -Lagoa da Messejana e Lagoa Canã;- Lagoa Aldeia Velha (FORTALEZA, 1996).

Vemos aqui um conjunto de outras áreas verdes que foram catalogadas, reconhecidas como relevantes inseridas dentro dessa reconfiguração da questão urbanística proposta pela lei. O texto segue descrevendo os limites de cada área, dentre elas, a do Maceió¹⁹⁶. Direcionando

¹⁹⁶ Riacho Maceió/ Trecho I- Inicia na confluência da Rua Manuel Jesuíno com a Av. Abolição, segue por essa avenida, no sentido leste, até um ponto no alinhamento sul dessa avenida que dista 195,00m da Rua Manuel Jesuíno, a partir deste ponto, segue por uma linha, no sentido sul, até a Rua Cel. João Arruda, segue por essa rua, no sentido oeste, até o ponto distante 115,m da Rua Manuel Jesuíno, a partir desse ponto segue por uma Rua sem denominação oficial, parcialmente implantada, no sentido sul, até a Rua Álvaro Correia, segue por essa rua, no sentido oeste, até a Rua Manuel Jesuíno, segue por essa rua, no sentido norte/ Trecho II- Inicia na confluência da Rua Canuto de Aguiar com Rua Alísio Mamede, segue por essa rua, no sentido norte, até o prolongamento da Avenida Antônio Justa, segue por esse prolongamento, no sentido oeste, numa extensão de 31,00m, a partir desse ponto segue por essa rua, no sentido leste, até a Rua Alísio Mamede, segue por essa rua, no sentido norte, até Rua Jaime Vasconcelos, a partir deste ponto segue pelo prolongamento da Rua Alísio Mamede, até um ponto distante 275,00m do alinhamento Norte da Rua Álvaro de Castro Correia, a partir desse ponto segue, no sentido leste, até a Travessa Canindé num ponto distante 26,00m da Rua Coronel João Arruda, a partir daí, segue perpendicularmente à Travessa Canindé, no sentido leste, até a Avenida Beira Trilho, segue por essa avenida, no sentido sul, até a Rua Dr. José Frota, segue por essa rua até encontrar a Travessa Canindé, segue por essa travessa, no sentido sul, até a Rua Álvaro de Castro Correia, segue por essa rua, até a Rua Meruoca, segue por essa rua, no

tal debate para o Mucuripe, há reportagens relevantes sobre essa questão capaz de esclarecer as expectativas para tal lei, assim como nos oferece um prognóstico político de ações e atitudes que foram minando as esperanças de uma grande mudança.

Há uma reportagem de outro periódico que faz aparições bastante pontuais no Acervo Mucuripe: numa matéria do Jornal Diário do Nordeste intitulada “Lei de Ocupação do Solo debatida no Bairro” colocam-se outros elementos sobre a percepção popular:

Moradores das comunidades do bairro do Mucuripe se reuniram ontem no Centro Comunitário do Conjunto Santa Terezinha para discutir os efeitos que a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo irá causar sobre a região. A maior preocupação recaiu sobre a preservação do riacho Maceió e garantia de moradia para as pessoas que estão instaladas às suas margens. O Superintendente do Instituto de Planejamento do Município (Iplam-Ce), Paulo César Batista, e o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente do Estado, Adolfo Marinho, foram convidados para participar do encontro, mas não apareceram. O grupo “rap” Consciente do Sistema abriu a reunião entoando versos de protesto que demonstraram a tônica de insatisfação que predomina na comunidade. Um dos motivos da revolta foi o desalojamento de seis famílias que estavam instaladas há vários anos próximas ao riacho. Outra reclamação é que estão recebendo indenização baseada no valor dos imóveis, e não dos terrenos, por não serem legalmente considerados proprietários. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1996).

O conceito de direito à cidade desenvolvido por Henri Lefebvre (2001) desponta nessas discussões sobre a participação popular, de movimentos sociais nos espaços públicos, jornais e nos embates com o poder público e do capital privado como de extrema relevância. No final dos anos 1990 as discussões sobre a cidade, as formas de acessá-la, seja enquanto espaço de lazer, moradia e no planejamento urbano colocou em destaque importância da sociedade nas discussões sobre as políticas urbanas, patrimoniais e culturais.

Visando acrescentar elementos dessa percepção política, social e legal sobre a cidade e o bairro, temos outro meio de comunicação que raramente aparece no acervo consultado. Na matéria do Jornal Tribuna do Ceará¹⁹⁷ intitulada “Riacho Maceió pede socorro para sobreviver”, podemos perceber uma visão panorâmica das discussões que estamos analisando:

sentido sul, até a Rua Canuto de Aguiar, segue por essa rua, até o ponto inicial. (Lei nº7987 de dezembro de 1996). Colocamos a definição técnica e métrica do que seria o Riacho Maceió, catalogado dentro da Lei de Uso e Ocupação do solo de 1996 em dois trechos bastante precisos e delimitados. De forma objetiva e racionalizada, esse foi o riacho que comunidades de moradores, intelectuais, movimento verde, políticos, empresas tanto se mobilizaram, seja em prol de sua preservação, quanto de sua alteração, poluição e reconhecimento. A métrica por si só não foi e não é capaz de dar conta da representatividade de um riacho como o Maceió.

¹⁹⁷ “Houve tempo em que Fortaleza contava com oito jornais diários, uns matutinos, outros vespertinos. Nos primeiros anos da década de 1960, circulavam O Nordeste, o Diária do Povo, Unitário, Correio do Ceará, O Povo, Gazeta de Notícias, Tribuna do Ceará e O Estado, sem incluir os semanários do interior na chamada grande imprensa do Estado [...] Tribuna do Ceará fundado em 14 de setembro de 1957, já é um jornal superior a O Estado. Mais noticioso do que opinativo (felizmente), o Jornal é bastante bem diagramado, principalmente as capas de caderno, de muito boa apresentação gráfica [...] A Tribuna do Ceará é porta-voz das classes produtoras –indústria, comércio, agricultura, pecuária e serviços- circulando de segunda a sábado com u’a média de vinte e seis páginas [...] A Tribuna do Ceará foi o primeiro jornal cearense a ser composto em IBM e impresso pelo sistema offset, o

O fortalezense tem muito mais o que se preocupar do que comemorar no Dia Internacional de Meio Ambiente que transcorre hoje. O Riacho Maceió, que já foi um importante manancial da cidade, hoje está completamente poluído, impróprio para qualquer atividade, foco de insetos, doenças e segundo denúncia da Presidente dos Moradores da Volta da Jurema, Raimunda Alves de Sousa, ignorado pelo projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza, discutido e analisado pela Câmara Municipal.” O Riacho Maceió é considerado pela Lei Orgânica de Fortaleza, como sendo de relevante interesse ecológico, paisagístico, histórico e cultural e *sendo simplesmente descartado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, aí sim, vai morrer de vez*”, afirma ela (TRIBUNA DO CEARÁ, 1996, grifo nosso).

Dona Mundinha seguia lutando pelo Maceió, fazendo um importante contraponto¹⁹⁸ com o que vimos no texto da lei que reconhece o riacho como zona de proteção. No entanto, de acordo com Mundinha na prática a lei seguia ignorando o riacho. Possivelmente ela esperava, assim como outros moradores, além de maior proteção ao riacho, uma lei capaz de combater ativamente as infrações e desmandos de uma vez por todas. A matéria segue trazendo um discurso crítico de Mundinha aos acontecimentos da época:

Indignada com a idéia e mostrando um calhamaço de documentos, reunidos em um dossiê sobre a luta em favor do recurso natural, Mundinha [...] alega que geógrafos da Universidade Federal do Ceará realizaram, entre 1993-1995 um estudo sobre o riacho e concluíram que ele poderá ser recuperado. “O Maceió tem que passar por um processo de drenagem, retirada da rede de esgoto e tratamento de sua água, mas não ser praticamente sacrificado, em favor de alguns, como tem sido até hoje”, argumenta. (TRIBUNA DO CEARÁ, 1996).

Acredita-se que o dossiê mencionado seja parte dos documentos encontrados no atual Acervo Mucuripe, trazendo assim na luta pelo fazer político da época a percepção da importância da memória e comprovação histórica dos acontecimentos. Possivelmente ela acreditava que poderiam respaldar ações no riacho e se um dia fosse preciso, eles estariam disponíveis para narrar, rememorar ou permitir questionamentos sobre essa história em que Dona Mundinha atuou como sujeito ativo.

Os estudos apontados, bem como as soluções que ela apresenta soma-se a outras inúmeras ações pensadas e planejadas para o riacho que ficaram longe de se concretizarem. E ela prossegue:

que lhe fez arejado, mais bonito.” In: MESQUITA, Vianney. Para a História da Grande Imprensa no Ceará. Ver. Com. Social, Fortaleza, (13/14): jan./dez./ 1983/1984. Há poucas informações sobre o jornal disponíveis. Infere-se que já no século XXI o jornal deixou de ser impresso e passou a incorporar site próprio com nome similar mantido até alguns anos atrás.

¹⁹⁸ Como argumentou Mundinha, na Lei Orgânica do Município estabelece prerrogativas legais que deveriam atuar em favor da preservação do Maceió e outras áreas: “Art.201 São declarados de relevante interesse ecológico, paisagístico, histórico e cultural: I - Os riachos Pajeú e Maceió, em especial suas nascentes; II - os rios Cocó, Ceará, Maranguapinho e Siqueira; III - a zona costeira e as faixas de proteção dos mananciais. Parágrafo Único - O Poder Executivo desenvolverá programas de recuperação ambiental dos recursos constantes do caput deste artigo”. Disponível em: Lei Orgânica de Fortaleza - CE (leismunicipais.com.br). Acessado em 17/07/2023. Novamente a indisposição de acatar as medidas legais, discussões dos movimentos comunitários e ambientalistas parecem ter afastado a leitura legal do Maceió como um possível patrimônio ambiental da cidade.

Mundinha reclama que desde 1990, os moradores da área lutam para que os donos do flat hotel derrubem um muro de 64 metros de comprimento por 32 de largura que foi erguido na margem do Maceió, provocando seu estrangulamento.” O pior é que nem o projeto de lei, que determinava isso, foi cumprido”, alega. “Até uma declaração assinada pelo responsável pela obra, se comprometendo a demoli-lo não foi observado”. Com lágrimas, a defensora do Riacho Maceió, conta que há algumas décadas atrás, o manancial tinha uma “água límpida, onde as crianças tomavam banho e a especulação imobiliária não tinha derrubado coqueiros, mangueiras, goiabeiras e matado os peixes, conclui. (TRIBUNA DO CEARÁ, 1996).

Velhos problemas se tornaram comuns na mobilização pela preservação do riacho: ora tiveram invasões, entulhos jogados, muros construídos, desrespeito às leis e diretrizes legais, ora mobilizações, protestos, promessas e projetos. Um riacho não pode chorar, mas uma de suas defensoras expõe seus sentimentos porque sabe que houve uma trajetória de descasos; talvez por desespero ao ver o seu tesouro ser destruído e por se sentir desamparada pelo poder público.

O seu universo, um Mucuripe mais romântico, das jangadas, coqueirais e pescadores foi desaparecendo aos poucos em meio às transformações e metamorfoses da orla. Nesse caso, não podemos afirmar que ele foi levado pela força das águas do Maceió, mas gradativamente, a cada carrada de entulho, árvore perdida, ninho derrubado, tubulação de esgoto e pavimentação que o riacho recebia. Fez parte do nascimento da Fortaleza turística, a morte do Maceió, mais uma das inúmeras áreas verdes degradadas.

Coincidentemente ou não, algum tempo depois, em 1998, o jornalista Blanchard Girão em parceria com Verinha Miranda, lançava o seu livro de memórias sobre o Mucuripe na praça da Igreja de N. da Saúde, buscando registrar as reminiscências, os relatos e memórias de um lugar que rapidamente sofria um processo de erosão espacial e temporal praticamente irreversível, comportando assim no campo jornalístico e literário os imaginários e memórias sobre o bairro.

Do choro de Mundinha aos relatos sobre o bairro, do grande Mucuripe ao encontro com o mar. Os percalços e trajetórias entorno do Riacho Maceió sob o signo do turismo e da especulação imobiliária demarcam outros sentidos e usos para as discussões sobre a cidade, o turismo, o meio ambiente, o patrimônio ambiental urbano e a memória do grande Mucuripe. As idas e vindas das disputas entorno do Riacho Maceió no recorte proposto, especialmente na década de 1990, desvelam os futuro-passados aparentemente superados ou esquecidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - O FUTURO DAS ÁGUAS DO RIACHO MACEIÓ

Nessa pesquisa buscamos evidenciar como as problemáticas relacionadas ao Riacho Maceió foram muito além de uma simples contenda entre moradores *versus* construtoras ou pessoas com influência. A história do Maceió é parte da história de urbanização da cidade, das ações vinculadas às políticas públicas, às noções de bens naturais e patrimoniais que vinham sendo pouco a pouco inseridos dentro do processo de turistificação.

A compreensão do patrimônio ambiental urbano, abriu diferentes caminhos de análise, evidenciando a relevância do riacho para as discussões das políticas urbanas, ambientais e patrimoniais. Essas discussões são bastante seletivas, contraditórias e inseguras, pois a cada passagem de governo, projetos urbanísticos formulados, parcerias entre o setor privado, imprensa e poder público as garantias legais poderiam ser “esquecidas”, modificadas.

Dessa maneira a degradação do Maceió envolveu planejamentos urbanos que, mesmo voltados para a esfera ambiental, desrespeitaram, negaram a interpretação e reflexão de diferentes concepções do ambiente urbano. Isso favoreceu o avanço da especulação imobiliária, da poluição e do aterramento do Riacho Maceió e outras áreas verdes.

As discussões levantadas pelo conceito de patrimônio ambiental urbano coadunam com as ponderações feitas por Marilêne A. e Luiz Borges (2019, p. 12), pois a aparente inoperância e dificuldade de aplicação desse conceito, é muito mais consequência de obstáculos ligados ao planejamento urbano, às questões políticas e econômicas do que pela sua aparente fragilidade teórica ou contradições que o permeiam.

A análise embasada desse conceito reforçou o caráter múltiplo das problemáticas que se encontram em volta e no riacho. A estruturação da cidade, juntamente com as inoperâncias e instabilidades dos órgãos competentes em propor políticas inclusivas, de integração entre a preservação dos bens naturais, culturais, paisagísticos da cidade convergiram para a degradação ambiental do Maceió e seu não reconhecimento enquanto um patrimônio.

Essas discussões, voltadas também para o Riacho Maceió e o grande Mucuripe no tempo presente, suscitaram reflexões sobre o riacho: aonde ele se situa, o que é a OUC, quais questões se encontram relacionadas nos espaços do seu entorno, além de buscar compreender a relevância histórica e social do riacho através das memórias e relatos dos moradores, dos periódicos e do livro de Blanchard Girão.

Vimos que as mobilizações pela preservação do riacho feitas por lideranças como Mundinha e Verinha estavam inseridas nas redes de sociabilidade, afeto e memória do bairro. Essas redes eram capazes de relacionar diferentes bens e espaços significativos através de

sujeitos extremamente identificados com a paisagem, os costumes e estilo de vida de um bairro que teve como berço suas belezas naturais, dificuldades e a fundação da colônia de pescadores.

Com relação às mudanças no impacto das políticas urbanística e o viés globalizante do turismo, percebemos que o riacho gradativamente passa a fazer parte da pauta política e econômica da cidade pelo avanço de obras como a do porto do Mucuripe, a Avenida Presidente Kennedy (Beira-Mar). A conjuntura dos anos 1970-1980 revela as mudanças de perspectivas com relação aos investimentos, maneiras de fazer política dada a centralidade cada vez maior que o turismo assumia.

A construção da propaganda turística capitalizada no decorrer da ascensão do chamado Governo das Mudanças, liderada por Tasso Jereissati, contando com os investimentos públicos e privados no projeto turístico, transformaram-se em fator crucial para o aumento da pressão do capital sobre áreas como a do sistema hídrico Maceió-Papicu.

Ao analisar a questão da mídia impressa nesse momento histórico principalmente a partir de jornais como O povo, vinculado à grande imprensa, evidenciou a sua atuação ambígua devido ao apoio político dado à políticos como Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Ao mesmo tempo, o jornal visava reformular as diretrizes, ceder mais palavras e espaços para outros sujeitos e causas.

O fortalecimento das mobilizações em prol do meio ambiente e das discussões urbanas no alvorecer da nova República de 1988 colocaram em disputa os destinos da cidade, do riacho e das políticas públicas, tendo o Jornal O povo como um certo mediador dos interesses da comunidade, do poder público e privado. Ao percebermos esse papel do referido periódico o conceito de operação midiográfica discutido por Silva (2011) apresentou-se como fundamental.

Através dele foi desenvolvido os entendimentos sobre o fazer jornalístico, as suas problemáticas, a presença de sujeitos, o porquê dessas presenças e ausências, do dito e não dito nas entrelinhas do jornal, possibilitando a compreensão da construção social dos movimentos e do próprio periódico na época analisada. As divergências políticas que se seguiram especialmente entre os anos 1985-1992 com medidas favoráveis e desfavoráveis à preservação do Maceió revelavam tais disputas e ambiguidades.

Justamente por ser a principal fonte de análise, intermediador entre os acontecimentos e a voz de outros sujeitos que o jornal se tornou tão relevante. Não por acaso, partimos desse olhar sobre jornal, em consonância com outros de menor porte para um destaque maior sobre Dona Mundinha, uma das principais lideranças da comunidade na luta pelo Riacho Maceió.

Discorrer sobre a trajetória de Mundinha, percebendo as nuances de suas falas orais e escritas, à vinculação com outros movimentos, associações e as considerações feitas por

Francisco Pinheiro trouxeram elucidações relevantes sobre as articulações do movimento, suas expectativas. Além disso, revelam as formas que tanto a associação da Varjota quanto a do Mucuripe buscavam contornar e lidar com os problemas que surgiam, quase sempre muito além das forças e expectativas dos moradores.

É por isso que as parcerias apresentadas com professores ligados ao movimento ambientalista, aos cursos de Arquitetura, Geografia e História (através de Francisco Pinheiro) e outros mencionados se tornaram essenciais. Essas colaborações garantiam que a pauta da comunidade estivesse inserida numa percepção mais ampla das problemáticas sociais, ambientais e urbanas da cidade.

Dessa maneira tornou-se imperativo uma melhor compreensão da questão ambiental e sua relação com as mudanças ocorridas no âmbito do urbano. A conjuntura ambientalista estadual e nacional relacionadas com o movimento pela preservação do Maceió recebeu influências da luta pela preservação do Cocó, das estratégias dos sujeitos envolvidos, corroborando com as considerações feitas por Francisco Pinheiro quanto ao importante papel dos professores ligados à Universidade Federal do Ceará no movimento.

A proximidade das problemáticas ambientais com diferentes áreas verdes na análise feita tornou evidente que o que acontecia no Distrito Industrial ou nos hospitais de Fortaleza podiam afetar diretamente o Maceió. As novas tentativas de reordenar a cidade se demonstraram bastante complexas frente ao avanço de interesses turísticos e imobiliários sob o Riacho Maceió, trazendo à tona os descompassos entre os avanços das legislações urbanas, ambientais e sua efetiva aplicabilidade.

É por isso que tanto o PDDU-1992 quanto a LUOS de 1996 se demonstraram muito aquém de propor soluções concretas para as pautas dos moradores e movimentos ambientalistas. Mesmo assim, trouxeram ou reforçaram outras prerrogativas que vieram a se tornar dominantes nas discussões do século XXI: a necessidade de modificar o olhar sobre as políticas urbanas, ambientais e econômicas, bem como garantir que diferentes setores da sociedade continuem participando ativamente dos debates políticos.

Em meio às tais reconfigurações ambientais e urbanas, as disputas entorno do Riacho Maceió nos anos 1990 foram marcadas pelas tentativas de emplacar projetos na área da Foz do riacho, seja abrindo ruas, lançando a Praça 24 Horas ou a proposta de criação de um Parque Ecológico. A não concretização de ambos, assim como o fortalecimento das prerrogativas legais e ambientais não foram capazes de barrar o frenesi especulativo e a crescente poluição do Maceió.

Os relatos de denúncias, despejos de entulhos, lixos e contradições quanto à atuação dos órgãos ambientais demonstram que os destinos em disputa do Riacho Maceió não se encontravam determinados. Houve um duradouro descaso e desrespeito às recomendações e leis por parte do poder público, privado e parte da sociedade para que o Riacho Maceió passasse a ser visto mais como um espaço inútil de acúmulo de detritos e doenças, sem função social e beleza.

A revolta e choro de Mundinha se deu pela sua indignação e não aceitação desse destino, como de certa forma ela ainda pontua no presente:

[...] E hoje tá ai né ... [...] eu tenho uma certa... vergonha [...] eu tenho vergonha porque nós temos representantes que não nos representam porque como é que pode, governo do estado, prefeito, não zelar [...] não defender [...] {deixaram} acabar com o riacho... acabaram com o riacho [...] e não sei o que fizeram que acabaram a água, [...] e terminaram tirando as pessoas [...] e hoje você vê o maior prédio do Ceará ... o maior prédio do Nordeste tá ai em frente (risos) à minha casa [...] não era para esse prédio está ai não... ai não ... porque tem uma igreja e aonde tem uma igreja é... é respeitado [...] (Matheus): - O dinheiro falou mais alto né? (Mundinha)- É ... É por isso eu tenho vergonha [...] desgosto [...] vergonha... é isso que tenho... tenho orgulho de ter trabalhado [...] mas tenho vergonha porque tudo isso era para ter sido de outra forma. (ALVES, 2022).

Longe de se encerrarem por volta de 1996-1998, tais conflitos e questões como podemos perceber nos relatos de Mundinha permaneceram em pauta durante os anos seguintes, retomando com força e avançando dentro de uma lógica voltada para uma parceria público-privada. Tal parceria se colocou como capaz de solucionar os problemas ambientais e sociais avançando não somente sobre a Foz, mas também outros trechos do Riacho Maceió.

As disputas entorno do Riacho Maceió mostraram que principalmente na Foz do riacho, um local do devir, os destinos do riacho estavam em aberto e poderiam ter outros desfechos diferentes do que foi se configurando. A aparente solução completa dos problemas através da OUC Foz Riacho Maceió criou uma espécie de miragem que esconde a trajetória de lutas e os outros possíveis destinos e vidas do Riacho Maceió, soterrados no tempo e espaço pelo avanço do progresso.

Ao falarmos do devir, cabe pontuar que o futuro-passado das águas do Riacho Maceió se demonstrou múltiplo, esfacelado, testemunha e vítima do prometido progresso urbano e social. Sendo assim, a noção de progresso e futuro para essa área se apresenta como contraditória ao vender a ideia de que o progresso finalmente estaria disponível quando o Riacho Maceió fosse integrado ao processo de turistificação, seja como “urso intermitente d’água alimentado por esgotos e dejetos no verão”, praça ou prédio.

A perspectiva de futuro atrelada ao uso e lucro máximo sobre áreas verdes sem se importar com as consequências ambientais e sociais cristalizou-se através de uma contínua exploração e destruição do riacho. Esse futuro, tão vendido e exaltado, ratificou um cenário de catástrofes ambientais e climáticas devido aos usos e abusos cometidos pela nossa espécie sobre bens naturais como o Riacho Maceió, comprometendo consideravelmente as possibilidades reais de se usufruir de seus benefícios.

Esse debate nos revela a tendência histórica de abusos e a falta de uma visão crítica entre o desenvolvimento urbano, o econômico e a preservação da natureza. Já no século XXI quando pensamos no futuro-presente do Riacho Maceió ele se projeta praticamente como indissociável ao turismo, ao grande fluxo de cidades grandes ou ao cenário de catástrofe climática¹⁹⁹.

Talvez o futuro como imaginamos possa desaparecer dentro de pouco tempo. Essa percepção envolve a pesquisa desenvolvida sobre o Maceió e não deixa de ser mais um dos inúmeros alertas que a ciência nos dá sobre a questão climática, assim como a natureza tem nos dado fortes indícios sanitários, econômicos e políticos sobre a gravidade do momento atual.

Os fatores do tempo presente elencados por Eduardo Yazigi²⁰⁰ (2012) também nos ajudam a refletir sobre as consequências dos avanços das políticas urbanas, patrimoniais, sociais e econômicas que não são pautadas em gestões que mantenham uma lógica coerente, crítica e integradora dos diferentes aspectos que permeiam as políticas culturais, econômicas, sociais, ambientais, patrimoniais e urbanísticas.

Em vias de conclusão, essa reflexão sobre o futuro das águas do Riacho Maceió compostas nas suas vidas e destinos nos ajudam a compreender parte da estrutura temporal e ideológica que está capturando e “engolindo” outras perspectivas de cidade, cidadania, patrimônio, progresso e meio ambiente nas últimas décadas.

Esse “progresso infinito” nesse “futuro infinito” do final do século XX, dava sinais de esgotamento pela destruição ambiental do Maceió, os surtos de cólera e sepultamento dos seres

¹⁹⁹ Previsões apontam um cenário apocalíptico para orlas como a do Mucuripe num futuro não muito distante: Região do Farol do Mucuripe, em Fortaleza, deve inundar com aumento da temperatura global, projeta pesquisa internacional; veja vídeo | Ceará | G1 (globo.com). Acessado em 15/07/2023.

²⁰⁰ “Muitos fatores vêm se somando ao incremento de desatenção à qualidade urbana: corrupção astronômica: 85 bilhões de reais apenas no ano de 2010 (Revista *Veja* no. 43 de 26/10/11, p. 76 sqq), desviados de investimentos em infraestrutura e de bons planos de urbanismo; predominância de administrações municipais com baixa sensibilidade à forma arquitetônica; corpo técnico consumido pelo gerenciamento imediato, incapaz de pensar em longo prazo; descontinuidades administrativas; ausência de memória do planejamento; crescimento vertiginoso do transporte individual, provocando danos crescentes (deterioração do espaço público, poluição atmosférica & sonora, acidentes, etc.); permissividade inaceitável do padrão de urbanização à beira de rodovias; subordinação da forma urbana ao automóvel; interesses especulativos de empreiteiras, e graves omissões de representações corporativas de arquitetura e engenharia em face de indizível número de edificações esquivas ao longo do tempo, dentre outras razões. O neoliberalismo coroou o processo colocando os negócios acima do cidadão.” (YAZIGI, 2012, pág. 24).

vivos característicos da região. Assim como a ideia de superação do imaginário da seca não garantiu, por si só, que tais desigualdades sociais e econômicas fossem resolvidas, a aparente solução apresentada para o Riacho Maceió também deixa questões em aberto.

As discussões que inauguram o século XXI e de certa forma estão postas até hoje, nos fazem ver a urgência de repensarmos essas perspectivas de futuro dominantes e também observamos para onde ela nos levou (destruição do Maceió) ou está nos levando. Será que o futuro do Maceió é garantir que todo o seu percurso seja “requalificado” por diferentes etapas da OUC, como está acontecendo atualmente com outro trecho do riacho? Será esse o futuro de outras áreas verdes ainda identificáveis?

Como podemos romper essa lógica de futuro que colocou o turismo, o capital e o material acima da vida, dos direitos políticos, do meio ambiente, do direito à memória e a história? Algumas dessas perguntas podem ajudar a decodificar essa modernidade com ares de distopia em que vivemos. Talvez perpassasse desenvolver leituras voltadas para uma compreensão mais ampla do conceito de patrimônio ambiental urbano, dar continuidade às investigações direcionadas aos aspectos apontados.

O “infinito” futuro das águas do Maceió além de ser tornar hegemônico nas narrativas urbanas, abrange também certas continuidades com relação aos bens como o Farol, a Igreja de São Pedro e áreas verdes de extrema relevância. Esses elementos precisam constantemente não somente “provar” o seu valor econômico e importância simbólica, histórica, cultural, ambiental, arquitetônica, mas também que lutem incessantemente por eles para que não sejam destruídos ou “requalificados” da maneira que o capitalismo achar mais conveniente.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Vera Mamede. **Planejamento, plano diretor e expansão urbana**: Fortaleza 1960- 1992. Tese- Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador- BA-, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12079>. Acesso em: 20 nov. 2023.

AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/18689>. Acesso em: 29 ago. 2021.

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24. n.1., p. 137-149, jan.- abr. 2016. Disponível em: <https://www.scelo.br/j/anaismp/a/Ykt4kRV5VfVmnhz4hCvzjDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009, 340 p.

ALMEIDA, Ianna Edwiges Uchoa. O acervo Padre Zé Nilson e o Mucuripe: entrecruzando a memória e escrevendo a história. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2018 Disponível em: O Acervo Padre José Nilson e o Mucuripe | Em Perspectiva (ufc.br). Acesso em: 05 jul. 2023.

ANDRADE, Paula Rodrigues de. **O patrimônio da cidade**: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação - Mestrado- Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo – FAUUSP, São Paulo, 2012. Disponível em: [dissertacao_paulaa_revisada.pdf](#) (usp.br). Acesso em: 20 jul. 2023.

ASSMANN, Aleida. O cânone e o arquivo. *In*: **Estudos de memória**. Teoria e Análise Cultural. (org.). Fernanda Mota Alvez, Luísa Afonso Soares Cristiana Vasconcelos Rodrigues. Ed. Húmus, 1ed: junho de 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj8wPesya-AAxXeBrkGHaHPBYQQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fcec.letras.ulisboa.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2FEstudos-da-Memoria-I%25C3%25ACndice.pdf&usg=AOvVaw3yG7Sxy7tDfpfnyYknfZSE&opi=89978449>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ASSMANN, Aleida. Espaços de recordação- formas e mutação da memória cultural. *In*: **Estudos de memória. Teoria e Análise Cultural**. (org.). Fernanda Mota Alvez, Luísa Afonso Soares Cristiana Vasconcelos Rodrigues. Ed. Húmus 1ed: junho de 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj8wPesya-AAxXeBrkGHaHPBYQQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fcec.letras.ulisboa.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2FEstudos-da-Memoria-I%25C3%25ACndice.pdf&usg=AOvVaw3yG7Sxy7tDfpfnyYknfZSE&opi=89978449>

p-content%2Fuploads%2F2016%2F07%2FEstudos-da-Memoria-I%25C3%25ACndice.pdf&usg=AOvVaw3yG7Sxy7tDfpfnyYknfZSE&opi=89978449.
Acessado em: 27 jul. 2023

ARAGÃO, Amélia de Andrade. **Análise dos impactos da lei de uso e ocupação do solo nas desigualdades da acessibilidade às atividades em Fortaleza.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação Em Engenharia de Transportes, Fortaleza, 2021. p.33-34. Disponível em : Descrição: Análise dos impactos da Lei de Uso e Ocupação do Solo nas desigualdades da acessibilidade às atividades em Fortaleza (ibict.br), Acessado em 27 de julho de 2023.

BAPTISTA, Márcio; CARDOSO, Adriana. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 124-153, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20-2/05-rios-e-cidades-marcio-baptista-adriana-cardoso.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura nos “governos das mudanças”.** [s.l e s.n.][1990-2010]. Disponível em: Barbalho.PDF (intercom.org.br). Acessado em: 27 jul. 2023.

BARBOSA, Marialva. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom - RBCCS** São Paulo, v.41, n.2, p.21-36, mai./ago. 2018. Disponível em: scielo.br/j/interc/a/HrBPMcDhTbS7DQTyXcKFRrM/?lang=pt&format=pdf. Acessado em: 27 julho 2023.

BELMINO, Sílvia Helena. **Sinta na pele esta magia: a propaganda turística do Ceará (1987 - 1994).** E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2018. 264 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33079>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL, Amíria Bezerra. **Lotearam o sol do Ceará:** a captura do Estado pela atividade turística e a exploração do litoral de Fortaleza pelo capital Imobiliário. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3187> Acesso em: 6 out. 2021.

BRILHANTE, Matilde Lima. **Práticas e negociações políticas na grande imprensa de Fortaleza (1928-1990).** Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 5 n. 9 p. 257-272, jan./jun. 2013.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. *In*: Lúcia Lippi Oliveira (Org.). **Cidade: história e desafios.** 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p.16-35. Disponível em: 1264.pdf (fgv.br). Acessado em: 27 jul. 2023.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR:** Dimensões e olhares em parceria. 1 ed. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47,2003. Disponível em: [google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjAj-DZ26CAAxUqJrkGHYKkCHAQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fav%2Farticle%2Fview%2F9910&usg=AOvVaw2SMgtIiZQPcGwekO4NzAJB&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjAj-DZ26CAAxUqJrkGHYKkCHAQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fav%2Farticle%2Fview%2F9910&usg=AOvVaw2SMgtIiZQPcGwekO4NzAJB&opi=89978449) Acessado em 21 julho 2023.

CARDOSO, Ana Maria Ferreira. **Os saberes ambientais e movimentos populares entorno das lagoas Itaperaoba e Lagoa do Papicu**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza UFC, 2008.

CARVALHO, Ulysses Santiago de. **O projeto literatura de Cordel: O Centro de Referencial Cultural do Ceará (1975-1990) entre o Folclore e a Cultura Popular**. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em História, Fortaleza 2022. Disponível em: Repositório Institucional UFC: O Projeto Literatura de Cordel: o Centro de Referência Cultural do Ceará (1975-1990) entre o folclore e a cultura popular. Acesso em: 20 jul. 2023.

CABRAL, Sidarta Nogueira. **A experiência de educação patrimonial no grupo Enxame- O Mucuripe conta sua cultura a partir de suas juventudes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21045/1/2016_dis_sncabral.pdf. Acesso em: 9 out. 2021.

CARUSO, Raimundo. **Aventuras dos jangadeiros do Nordeste**. E as grandes viagens para o Rio de Janeiro, Ilhabela e Buenos Aires. 1.ed. Panam, 2004.

CANDAU, Joel. Memória ou metamemória das origens? **Caderno de Letras**, Pelotas, n.37, pp. 11-30, 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectivas. **Forum Patrimônio: amb. constr. e patr. Sustentável**, v.1, n.1 set/dez 2007. Disponível em: Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – relações e possibilidades | LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (ufmg.br). Acessado em: 23 jul. 2023.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30052>. Acesso em: 12 set. 2021.

CAVALCANTI, Emanuel Ramos. **Sobre as Operações Consorciadas em Fortaleza (CE)**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto uma construção coletiva, 3. São Paulo, 2014. Disponível em: anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-NPNT-019_CAVALCANTI.pdf. Acessado em: 20 jul. 2023.

CIRNE, Mariana Barbosa. História constitucional brasileira do capítulo sobre o meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, v. 83, n. Julho- Setembro 2016).

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. 1 ed. São Paulo: Companhias das letras, 1989. Disponível em: Corbin, Alain - Territorio Do Vazio - A Praia e o Imaginário Ocidental - Caps. I e II | PDF | Mar | Oceanos (scribd.com). Acessado em: 27 julho 2023.

COSTA, Cassia Maria dos Santos. **Reflexões sobre as políticas públicas de preservação patrimonial na cidade de Fortaleza**. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 6, núm. 3, julho-diciembre, 2015, pp. 567-573 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil Disponível em : Reflexões sobre as políticas públicas de preservação patrimonial na cidade de fortaleza | Geosaberes (ufc.br) Acessado em: 27 julho 2023.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012 Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2 - CHUVA.pdf. Acessado em: 27 julho 2023

CRICHYNO, Jorge. Identidade Urbana Natural-Cultural Impactos Socioambientais e Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano de Áreas Históricas de Niterói-RJ. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014. Disponível em: Ofício 01/11- Hotel Rifofoles Natal, 10 de maio de 2011 (anparq.org.br). Acessado em: 27 julho 2023.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 09 - 30, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74063> Acesso em: 6 set. 2021.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar À vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Edições UFC, Fortaleza- CE, 2011.

DORNELLES, Beatriz Correia Pires. **Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários** In: ALCEU - v.8 - n.16 - p. 159 a 173 - jan./jun. 2008. Disponível em: Repositório PUCRS: Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. Acessado em: 27 julho 2023.

FEBVRE, HENRI. **O direito à cidade**. Tradução Rubnes Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acessado em 27 julho 2023.

FRANCO, José Luiz de; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil:1958-1992. **TEXTOS DE HISTÓRIA**, vol. 17, nº 1, 2009. Disponível em: O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992 | T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Acessado em: 27 julho 2023.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. **Do Museu Fonográfico do Ceará ao Arquivo Nirez (1969-1983): o engajamento cultural de Nirez em prol do passado de Fortaleza e da música popular brasileira**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021. Disponível em: RI UFPE: Do Museu Fonográfico do Ceará ao Arquivo Nirez (1969-1983) : o engajamento cultural de Nirez em prol do passado de Fortaleza e da música popular brasileira. Acessado em: 27 julho 2023.

GERALDES, E. **Patrimônio ambiental urbano**: atualizando o conceito para um turismo urbano possível. 2007. Disponível em: (99+) PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: ATUALIZANDO O CONCEITO PARA UM TURISMO URBANO POSSÍVEL | Eduardo Geraldes - Academia.edu. Acessado em: 22/07/2023.

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe- de Pinzón ao Padre Nilson**. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1998

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GLADIARDI, Clarissa Maria Rosa. **Turismo, cidade e patrimônio na contemporaneidade**. RT&D, n. 26, 2016. Disponível em : 002865826.pdf (usp.br). Acesso em: 9 jul. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, -11. ed.- Rio de Janeiro: D&PA, 2006. Disponível em: A identidade cultural na pós-modernidade (wordpress.com). Acesso em: 27 jul. 2023.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261- 273, jul.-dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 out. 2021.

HOLANDA, Breno, ROSA, Sara Vieira. 16 Anos de Operações urbanas em Fortaleza: um olhar a partir das diferentes gestões e da flexibilização urbana. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? XVII ENAPUR. **Anais**. São Paulo, 2017. Disponível em: ST 3.5-01.pdf (anpur.org.br) . Acessado em: 20/07/2023.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 1 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **O mito da praia democrática**: um ensaio sobre Ipanema, sua bossa e seus banhistas. – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

JORGE, Janes: Tietê: o rio que a cidade perdeu 1890-1940, São Paulo, 2017. Disponível em: Janes Jorge - Tiete o rio que a cidade perdeu - São Paulo 1890-1940 by CEA UMAPAZ - Issuu. Acessado em: 27 julho 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed: PUC-RIO, 2006.

LEITÃO, Cláudia Souza, GUILHERME, Luciana Lima. Patrimônio cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 40, Brasília, 2019. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revistadopatrimonio40web.pdf>. Acessado em: 27 julho 2023.

LIMA JÚNIOR, Janary Melo. **Primeira página, segundas intenções**: o jornal O Povo e a eleição municipal de 1996. 1997. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997. Disponível em:<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43087>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. Pág.111-154.

MACHADO JÚNIOR, Sárís Pinto. **História, Patrimônio e Política**: estudo dos casos de tombamentos de bens materiais na cidade de Fortaleza dos anos 1980-90 / Sárís Pinto Machado Júnior. – 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2018. Disponível em: Repositório Institucional UFC: História, patrimônio e política: estudo dos casos de tombamento de bens materiais na Cidade de Fortaleza dos anos de 1980-90. Acessado em: 27 jul. 2023.

MAIA, Ademir Barros. **A dinâmica geoambiental do sistema hídrico Maceio/Papicu de Fortaleza/ Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Centros de Ciências, Pós-Graduação, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16711/1/2010_dis_ebmaia.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

MARINHO, Marilêne A., BORGES, Luiz Carlos. A expansão do conceito de patrimônio cultural e o advento do patrimônio ambiental urbano: por uma sustentabilidade do patrimônio. XX ENANCIB. A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados. **Anais**. Florianópolis, 2019. Disponível em: Template_Comunicação_Oral_XVIII_ENANCIB (brapci.inf.br). Acessado em: 22/07/2023.

MARCELINO, Nelson Carvalho, BARBOSA, Felipe Soligo, MARIANO, Stéphanie Helena Mariano. Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano - Relações e Possibilidades. **Licere**, v.10, n.3, 2007. Disponível em: [google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj27H8-aWAAxXLppUCHRsTBkwQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufmg.br%2Findex.php%2Flicere%2Farticle%2Fview%2F925&usg=AOvVaw0bd9DnoXTY04aTzYv_fLd5&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj27H8-aWAAxXLppUCHRsTBkwQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufmg.br%2Findex.php%2Flicere%2Farticle%2Fview%2F925&usg=AOvVaw0bd9DnoXTY04aTzYv_fLd5&opi=89978449). Acessado em: 23/07/2023.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Vitor Hugo, et al. (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. 1 ed. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 33-74. Disponível em: <https://docplayer.com.br/112096098-A-cidade-como-bem-cultural-areas-envoltorias-e-outros-dilemas-equivocos-e-alcance-na-preservacao-do-patrimonio-ambiental-urbano.html>. Acessado em 07 de dez. 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra, de. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64. 2002. Disponível em: A paisagem como fato cultural_UlpianoBezerradeMeneses.pdf (usp.br) Acessado em: 27 julho 2023.

MENESES, Ulpiano Bezerra, de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **Revista CJ Arquitetura**, n. 19, p. 45-46, 1978. Disponível em: Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra De. Patrimônio Ambiental Urbano. CJ Arquitetura 1978 | PDF | Herança cultural | Ambiente natural (scribd.com), Acessado em: 27 jul. 2023.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Trajatória da Política Ambiental Federal no Brasil**. Cap. 1. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: Trajetória da política ambiental federal no Brasil. Acessado em 10 jul. 2023.

NETO, Pedro César da Rocha. **A Operação urbana consorciada como instrumento de gestão consorciada da cidade**: o caso do parque foz do Riacho Maceió do Município de Fortaleza. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017. Disponível em: SidUece - Sistema de Informação e Documentação. Acessado em: 27 jul. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. **Projeto história**, [s. n.], v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em: 02 dez. 2021.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. -dez. 2014. Disponível em: O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação | Antíteses (uel.br). Acessado em: 27 jul. 2023.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. **Educar em Revista**, Brasil, n. 58, p. 37-53, 2015. Disponível em: SciELO - Brasil - Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. Acessado em: 27 jul. 2023.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, Nova Série, [s. n.], v. 28, 2020, p.1-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165853/166342>. Acesso em: 15 set. 2021.

NOGUEIRA, André Aguiar. **Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no bairro serviluz em fortaleza (1960-2006)**. 2006. 166f. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: REPOSITARIO PUCSP: Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no bairro serviluz em fortaleza (1960-2006)". Acessado em 21 julho 2023.

NOGUEIRA, André Aguiar. **“Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, memória, natureza e cultura em Fortaleza (2006-2010)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: Andre Aguiar Nogueira.pdf (pucsp.br) . Acessado em: 21 jul. 2023.

NOGUEIRA, André Aguiar; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural do litoral de Fortaleza: Os desafios da pesquisa histórica. **Tempos históricos**, v. 20, 2016, p. 241-271. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/13798>. Acesso em: 20 set. 2023.

NUNES, George Dantas. **Avanços e recuos do turismo na metrópole cearense**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais

Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza- Ceará, 2017. Disponível em: Descrição: FORTALEZA: AVANÇOS E RECUOS DO TURISMO NA METRÓPOLE CEARENSE (ibict.br). Acessado em: 27 jul. 2023.

NIGRO, Cintia. A institucionalização do patrimônio ambiental urbano na cidade de São Paulo: uma análise geográfica. **Revista do Departamento de Geografia**, n.13, USP, São Paulo, 1999. Disponível em: [google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiL4M-0r6eAAxXfBbkGHSrSDXkQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frdg%2Farticle%2Fdownload%2F53811%2F57774%2F67552&usg=AOvVaw3Q5kRHG9MAYQnz6jI53F1t&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiL4M-0r6eAAxXfBbkGHSrSDXkQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frdg%2Farticle%2Fdownload%2F53811%2F57774%2F67552&usg=AOvVaw3Q5kRHG9MAYQnz6jI53F1t&opi=89978449). Acessado em: 24 jul. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO 92): Entre Global e o Local, a Tensão e a Celebração. **Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR**, v. 2, nº 1, p. 43-56, 2011. 21 (revistageopolitica.com.br) A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD - 1992 (ECO-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. Disponível em: A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o local e o global, a tensão e a celebração | Oliveira | Revista de Geopolítica (revistageopolitica.com.br). Acessado em: 27 jul. 2023.

PELEGRINI, C.A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de História**, v. 26, n.51, p. 115-140-2006. Disponível em: SciELO - Brasil - Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental Acessado em: 27 julho 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginárias. Editorial: Abertura. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 27, n. 53, p.11-23, jan.-jun., 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238637645_Cidades_visiveis_cidades_sensiveis_cidades_imaginarias. Acesso em: 4 out. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. [s.l. s.n]. 1995. Link: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>. Acesso em: 8 out. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: Memoria_esquecimento_silencio.pdf (uel.br). Acesso em: 3 nov. 2021.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. Núcleo de **Comunicação para a cidadania**, Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 16, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: DIAGNÓSTICO DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO1 (intercom.org.br). Acessado em 27 julho 2023.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. “Da praça pública ao palácio”: a atuação da imprensa cearense na cultura da memória do cangaço (1982-1995). **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n.42, p. 68 - 104, 2019. Disponível em: “Da praça pública ao palácio”: a atuação da

imprensa cearense na cultura da memória do cangaço (1982-1995) | PerCursos (udesc.br) Acessado em 27 julho 2023.

RAMOS, Lidiane da Costa. **Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado.** Curso de Mestrado e Desenvolvimento em Meio Ambiente. Subárea: Ecologia e Organização do Espaço. Universidade Federal do Ceará, 2003. Disponível em: Repositório Institucional UFC: Mucuripe:verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. Acessado em 20 julho 2023.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** Disponível em: rolnik-raquel-o-que-c3a9-cidade-livro-completo.pdf (wordpress.com) Acessado em: 27 jul 2023.

ROCHA NETO, Pedro César. **A operação urbana consorciada como instrumento de gestão da cidade: o caso do parque foz do Riacho Maceió do município de Fortaleza.** 2018. 232 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=86384>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SERRES, Michel. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

SILVA, Naiana Rodrigues da. **Um jornal sob o signo da modernidade tecnológica: identidade e ethos no discurso do jornal cearense Diário do Nordeste.** Semana de Humanidades UFC/UECE. 8, Fortaleza, Ceará, 2010. Disponível em: [artigo_VII_Semana_de_Humanidades_UFC-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#). Acesso em: 27 julho 2023.

SILVA, Sônia Maria de Meneses **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964 / Sônia Maria de Meneses Silva. – 2011.319.** Disponível em: historia.uff.br/stricto/td/1296.pdf. Acessado em: 27 julho 2023.

SOMEKH, Nadia. Patrimônio ambiental urbano, urbanidade e construção de cidade – sessão temática: patrimônio ambiental urbano. I Venanparq. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais.** Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Disponível em: Microsoft Word - S33-00-SOMEKH, N.docx (anparq.org.br), Acessado em: 27 julho 2023.

TOURINHO, Andréa de Oliveira, RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. **Revista CPC,** São Paulo, n.22, p.70-91, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiUxZCj7q->

AAxWyH7kGHYY4CHUQFnoECBAQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Fpc%2Farticle%2Fview%2F111915&usg=AOvVaw0b0bIJJD0Ci5TJBOECYSuS&opi=89978449. Acessado em 27 julho 2023.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165469>. Acesso em: 6 nov. 2021.

WORSTER, Donald. Para fazer uma história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol4, n.8, 1991, p. 198-215. Disponível em: Para fazer história ambiental | Revista Estudos Históricos (fgv.br). Acessado em: 27 julho 2023.

YAZIGI, Eduardo. A Conceitualização de Patrimônio Ambiental Urbano nos países Emergentes. **GeoINova**, 12, 2006. Disponível em: n12-3.pdf (unl.pt). Acessado em: 27 julho 2023.

YAZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012. Disponível em: 471-Texto do Artigo-334-1229-10-20120828.pdf. Acessado em: 22 julho 2023.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais

BARROSO, Oswald. A história sentimental do velho-novo Mucuripe Oswald Barroso. **O povo**, Fortaleza, 27 jan. 1985. Cidades, p. 17.

COEMA INEXISTE por falta de renovação **O povo**, cidades 16 out.1990, pág.8ª.

DERRUBADA de muros provoca tumulto na Av. Beira-Mar. **O povo**, Fortaleza, 16 set. 1988. p. 18.

DECOM AMEAÇA notificar construtora denunciada. **Diário do Nordeste**, 03 mar. 1994.

ESTRANGULAMENTO do riacho Maceió tem novo capítulo- Divergências entre Ibama e Semace sobre existência real do curso d'água ameaça sobrevivência do que resta de área verde no Mucuripe” **O povo**, Cidades- Meio Ambiente, 21 out. 1990, pág. 5D.

FORTALEZA comemora Dia Mundial do Meio Ambiente, **Diário do Nordeste**, 06 jun. 1988.

FORTALEZA pode ficar sem passado, **O povo**, 01 ago. 1991.

FORTALEZA recebe primeira mapa do Parque Ecológico. **O povo**, Cidades 11 mar. 1991.

HOSPITAIS continuam poluindo rios e lagoas em Fortaleza, **O povo**, 29 mar. 1992.

IPLAN DESCARTA projeto 24 horas, **O povo**, 19 fev. 1994. Pág. 9A

JORNAL CDL News, **Informativo do CDL** n°12,05/92, pág 5.

LEI DE USO e ocupação do Solo debatida no bairro. **Diário do Nordeste**, Comunidades 16 jul. 1996.

MANIFESTAÇÃO defenderá preservação do Maceió, **O povo**, 20 out. 1991.

MORAR E VIVER inclui preservação do Maceió **O povo**, 06 ago. 1994 pág. 8e 9

MEMORIAS - coluna Memórias, **O povo**, 23 jul. 1988 pág. 8

MORADORES querem a construção de um parque ecológico no local **Tribuna do Ceará**, 21 out. 1990.

O POTENCIAL da hotelaria. **O povo**, Fortaleza, 17 jul. 1994, p. 14.

POLUIÇÃO do riacho Maceió afeta a Varjota. **O povo** – Cidades, 07 fev. 1993, pág. 22A.

PIO DIZ QUE projeto rua 24 horas deve funcionar até 93 em Fortaleza - **O povo**, 14 mai. 1992.

POLUIÇÃO do riacho Maceió afeta a Varjota. **O povo** – Cidades, 07 fev. de 1993, pág. 22A.

PREFEITURA vai consagrar vocação turística da área. **O povo nos bairros** pág.17.

QUANDO A FÉ moveu as pedras. **O povo**. Fortaleza, 30 de maio de 1998, pág.3

REIVINDICADA a preservação do riacho Maceió, **O povo**- Meio Ambiente, 21 de out. 1991, pág. 8A.

RIACHO MACEIÓ recebe até 200 carradas mensais de entulho. **O povo**, 02 fev. 1994,

SR. EDITOR - Raimunda Alves - **O povo**, Editorial 05 nov. 1991, pág. 6ª

RIACHO MACEIÓ pede socorro para sobreviver. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 05 jun.1996.

VIZINHOS querem verde preservado no Maceió. “**O povo**, 17 set. 1988.

Jornais e produções vinculadas às associações comunitárias

Abaixo-Assinado dos moradores do Mucuripe em prol da defesa do Riacho Maceió. 27 jul. 1988.

Abaixo-Assinado dos moradores do Mucuripe em prol da defesa do Riacho Maceió, 1990.

ENTREVISTA remota à Francisco José Pinheiro, gravação, reprodução e áudio: pessoal, 2021

ENTREVISTA presencial à Raimunda Alves de Sousa, gravação, reprodução e áudio: pessoal, 2022.

Ficha de inscrição para a participação do Seminário Mucuripe Resiste, final do séc. XX.

Folder do Fórum Popular Mucuripe Resiste, sem assinatura, anos 1990.

MACEIÓ- A luta continua. **O Farol**, set. 1988, p.3

MARIA, cadê o decreto de preservação do Maceió? **O Farol**, Fortaleza, jul.1988. Pág.1.

Mucuripe Resiste- **Carta do Mucuripe** 03 ago. a 08 ago. 1994.

GIRÃO, Blanchard. Mucuripe- de Pinzón ao Padre Nilson. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1998.

CONTRA CORRENTE Jornal comunitário **Contra Corrente**, out. de 1991 n°4

Informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste - **O Arrastão**, set. 1993 n°1

O MACEIÓ novamente em perigo. **O Farol**, jul. 1988, pág.1

Panfleto do Movimento S.O.S Maceió – Associação comunitária final séc. XX.

Panfleto DIGÃO NÃO A RUA 24 HORAS! - Associação comunitária final séc. XX.

Panfleto em Defesa do riacho – Associação Comunitária

TERRAR E MAR:1938-1988 – Meio século de existência. **O Farol**, Fortaleza, 27 jul. 1988. Pág.3.

Decretos e documentos

CARTA DE PRINCÍPIOS O POVO 1989.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 216.

FORTALEZA, 1980 - DECRETO No. 5544 DE 18 DE MARÇO DE 1980.

FORTALEZA, 1984 - DECRETO No. 6881 31 de OUTUBRO DE 1984.

FORTALEZA, 1988 – DECRETO No.7776 03 de JULHO DE 1988.

FORTALEZA - 1992. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, PDDU-FOR. Lei 7061, de 16.01.92

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO- ANTEPROJETO- Anteprojeto 1996.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 1996. Lei n°7987 de dezembro de 1996.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DÉCADA DE 1990.

OUC- MACEIÓ. LEI Nº 8.503/2000.

Produto 1- HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO TURISMO NA METROPOLE E NA RMF A PARTIR DE ESTUDOS E DADOS EXISTENTES, 2015.

Projeto de Lei 042/92.

Projeto de lei 060/94.

PROJETO RUA 24 HORAS, 1992

UNESCO, 1976 – CARTA DE TURISMO CULTURAL.

APÊNDICE A - REGISTROS DE VERINHA E MUNDINHA

O povo nos bairros capa com obra de Dona Mundinha- 30 mai. 1998.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Dona Mundinha e sua obra, sem data definida.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2023.

Cena do cotidiano do grande Mucuripe, Dona Mundinha, sem data definida.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2023.

Dona Verinha Miranda- homenagem do Jornal O povo pelos serviços prestados à comunidade, sem data definida.



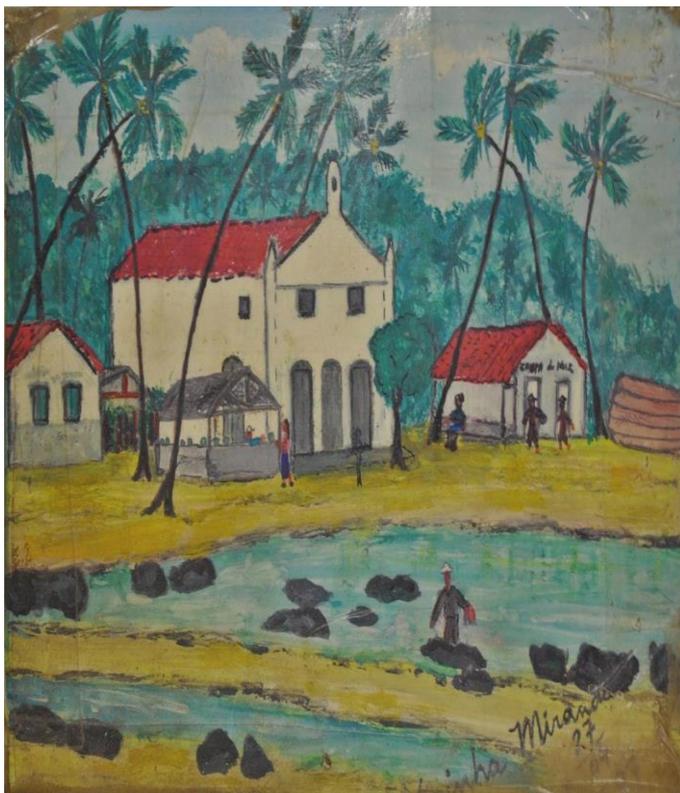
Fonte: Acervo Vera Miranda, 2023. Disponível em: [Vera Miranda | Acervo vera Miranda \(patrimoniofortaleza.wixsite.com\)](https://www.patrimoniofortaleza.wixsite.com)

O povo nos bairros, capa com obra de Dona Verinha Miranda- 06 ago. 1994.

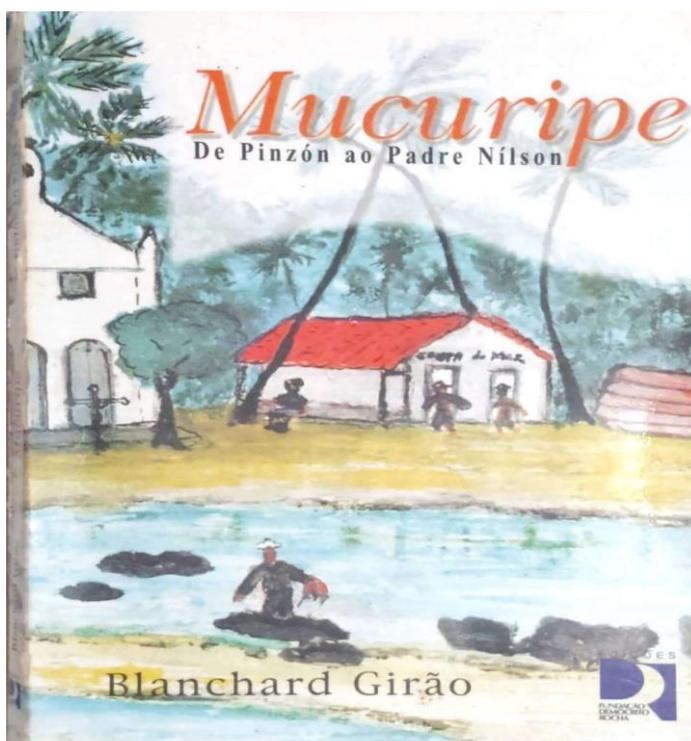


Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Pintura de Verinha Miranda (Acervo Mucuripe, 2022)



Capa do Livro de Blanchard Girão, final do século XX.



CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

ANEXO A - DOCUMENTO CONSTRUTORA METRO LTDA.

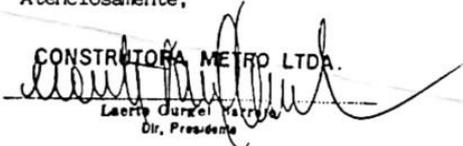
Fortaleza, 12 de Junho de 1990.

À
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VARJOTA.

DECLARAÇÃO.

Declaramos para os devidos fins que nos comprometemos neste ato, tão logo seja concluída a construção do GOLDEM FLAT HOTEL à Av. Beira Mar nº 4260, procedermos a demolição dos muros, fundos e laterais até o limite da faixa de preservação de 15m ; em relação ao Riacho Maceio, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.////////////////////////////////////

Atenciosamente,

CONSTRUTORA METRO LTDA.

Laerte Gurgel Vaz
Dir. Presidente

**ANEXO B – PROJETO DE LEI ELABORADO PARA REDEFINIÇÃO DO MACEIÓ
COMO ZE-1 E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS, 1988**

Prefeitura Municipal de Fortaleza
Gabinete do prefeito
 A Comissão de Urbanismo
 Fortaleza, 20 de Junho de 1988.

PROTÓCOLO N.º _____
 Data 21 / 6 / 1988
 Mensagem Nº 0000

A COMISSÃO MEIO AMBIENTE *Samuel Braga*
 EM _____ / _____ / _____ Senhora Interventora,
 Presidência

Atenciosamente

Sirvo-me do ensejo para encaminhar a V. Exa., a fim de que seja apreciada por essa Augusta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que "Delimita a Zona de Proteção Verde Paisagística e Turística — ZE.1, no entorno do Riacho Maceió, que indica."

Cumpre salientar, inicialmente, que a área de que trata a matéria foi, recentemente, objeto de proposta de iniciativa de membro dessa Casa Legislativa. Ocorre, todavia, que, a despeito dos elevados princípios que nortearam o Vereador Samuel Braga — autor da propositura —, esta continha algumas incorreções de natureza jurídica, de modo a inviabilizar os efeitos por ela perseguidos, o que me levou a opor-lhe veto, infelizmente.

O reconhecimento da importância do Riacho Maceió, como patrimônio natural integrante do ecossistema de nosso Município, dá, ao Poder Público, a exata dimensão da responsabilidade, que tem, de preservá-lo. A essa conscientização, de que a atual Chefe do Executivo, como antiga defensora de nossos recursos naturais, está possuída, somam-se os reclamos da coletividade, de modo geral, e, em particular, de todos aqueles comprometidos com a proteção do Meio-Ambiente, sabedores que são dos efeitos danosos dos atos predatórios dos recursos hídricos. E, entre esses, estão os Senhores Vereadores — a prova disso restou demonstrada quando da aprovação da matéria ainda pouco referida.

A Exma. Sra.
 Vereadoras IRIA FERRER
 H.D. Interventora da Mesa Diretora da Câmara Municipal
 Rua Antonelle Bezerra nº 280
 NESTA.



Atenciosamente

231.9533
 Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



PROJETO DE LEI Nº

Delimita a Zona de Proteção Verde Paisagística e Turística — ZE.1, no entorno do Riacho Maceió, que indica.

A Prefeita Municipal:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica delimitada, como Zona de Proteção Verde Paisagística e Turística — ZE.1, a área compreendida no perímetro que tem início na confluência da Rua Manuel Jesuino com a Avenida Presidente Kennedy, seguindo pela Rua Manuel Jesuino, no sentido Sul, até a Rua Senador Machado, por onde continua até a primeira rua, no sentido Leste (sem denominação oficial), paralela à citada Rua Manuel Jesuino, por onde tem seqüência, até a Avenida da Abolição, pela qual tem continuidade, numa extensão de cento e oitenta metros (180,00m), seguindo, a partir deste ponto, na direção Norte, por uma Rua projetada, consoante projeto elaborado pela Superintendência do Planejamento do Município (SUPLAM), até reencontrar a Avenida Presidente Kennedy, seguindo por esta até o ponto inicial, segundo a planta constante do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PACO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em
de de 1988.

Prefeitura Municipal de Fortaleza
Gabinete do prefeito



(PROJETO DE LEI Nº - Continuação)

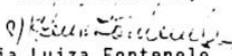
-2

A "Declaração do Meio-Ambiente de Estocolmo" já consagrava que "o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em meio cuja qualidade lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar e tem solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras e que os recursos naturais da terra, incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e, especialmente, as amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou regulamentação, segundo seja mais conveniente."

E, portanto, imbuída desse princípio e, anteveendo os desequilíbrios decorrentes de uma futura canalização desse Riacho e da devastação de todo o seu ecossistema, por força da ocupação desordenada do solo da zona onde o mesmo tem o seu curso, que submeto a essa Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, confiada em que o elevado espírito público de seus membros servirá como determinante para a sua aprovação.

Com esta convicção, reitero a V. Exa. os meus protestos de consideração, com os quais me subscrevo

atenciosamente,


Maria Luiza Fontenele -
PREFEITA DE FORTALEZA



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

COMISSÕES DE URBANISMO E DO MEIO AMBIENTE

PARECER CONJUNTO Nº 011 /88

AO PROJETO DE LEI Nº 063/88 - MENSAGEM 0008

A EXMA. SRA. PREFEITA MUNICIPAL SUBMETEU À CONSIDERAÇÃO DESTA PODER LEGISLATIVO O ANEXO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM EM EPÍGRAFE QUE "DELIMITA A ZONA DE PROTEÇÃO VERDE PAISAGÍSTICA E TURÍSTICA - ZE-I NO ENTORNO DO RIACHO MACEIÓ, QUE INDICA."

A PRIMEIRA VISTA PARECE-NOS ESTRANHO, UMA VEZ QUE NO ÚLTIMO PERÍODO LEGISLATIVO FOI APROVADO POR ESTA CASA PROPOSITURA NESTE SENTIDO, DE AUTORIA DO VEREADOR SAMUEL BRAGA. ENTRETANTO, A CHEFE DO EXECUTIVO ALEGA QUE A REFERIDA PROPOSITURA CONTINHA INCORREÇÕES DE NATUREZA JURÍDICA, DE MODO A INVIABILIZAR OS EFEITOS POR ELA PERSEGUIDOS.

MESMO ASSIM, O MÉRITO DA IDÉIA CABE AO VEREADOR SAMUEL BRAGA QUE TEM DEFENDIDO COM MUITO INTERESSE A PRESERVAÇÃO DE NOSSOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE, EM TODOS SEUS ASPECTOS.

FEITAS AS CONSIDERAÇÕES ACIMA, CABE-NOS ACATAR OS MOTIVOS EXPOSTOS PELA SRA. PREFEITA MUNICIPAL, CONSIDERANDO, ACIMA DE TUDO, A IMPORTÂNCIA DO RIACHO MACEIÓ COMO PATRIMÔNIO NATURAL INTEGRANTE DO ECOSISTEMA DO NOSSO MUNICÍPIO.

A PROPOSITURA DEVERÁ SER ACATADA, A FIM DE SEREM EVITADOS Desequilíbrios decorrentes de uma canalização do referido riacho e da devastação de todo seu ecossistema, por força da ocupação desordenada do solo da zona onde o mesmo tem seu curso.

FACE AO EXPOSTO, ESTAS COMISSÕES SEM MAIORES COMENTÁRIOS, PELA JUSTEZA DA MATÉRIA, MANIFESTAM-SE À SUA APROVAÇÃO.

É O NOSSO PARECER.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 27 DE junho DE 1988.

Samuel Braga, PRESIDENTE Aluísio Mendes RELATOR
Antônio José Antônio José